# Ideias em Destaque

Nº 31 - set./dez. 2009

Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica

Edição

*Vice-Direção*

Editor Responsável

*Manuel Cambeses Júnior*

Projeto Gráfico

*Mauro Bomfim Espíndola*

*Wânia Branco Viana*

*Jailson Carlos Fernandes Alvim*

*Abdias Barreto da Silva Neto*

Revisão de Textos

*Lídia Albuquerque*

Nossa Capa

*Escola de Aeronáutica - Campo dos Afonsos*
*(Rio de Janeiro - RJ)*

Fotografia da Capa

*Mara Lolobrígida de Oliveira Marinho*

Impressão

*Ingrafoto*

*Os artigos publicados nesta revista são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam, necessariamente, o pensamento do editor de "Ideias em Destaque" e da Direção do INCAER.*

*É permitida a reprodução, total ou parcial, dos artigos aqui publicados, desde que, obrigatoriamente, seja citada a fonte.*

Ficha Catalográfica elaborada pela
Biblioteca do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica

Ideias em Destaque / Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.
v. – Quadrimestral.

ISSN 2175 0904

1. Aeronáutica – Periódico (Brasil). I. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. II. INCAER.
CDU 354.73 (05) (81)

# Apresentação

É com renovada satisfação que trazemos a lume a edição de número 31 da revista "Ideias em Destaque".

Neste número, concernente ao terceiro quadrimestre do ano em curso, apresentamos vinte e sete trabalhos da lavra de conceituados autores nacionais, que muito nos honram e gratificam com suas espontâneas, enriquecedoras, e excelentes colaborações.

Como sói acontecer, nesta última edição do ano, abordamos assuntos dos mais variados que, pela multiplicidade dos instigantes temas enfocados, ao nosso ver, tornam a leitura de nossa revista bastante atraente e prazerosa. Destarte, acreditamos estar contribuindo, de forma ativa e fecunda, para a difusão da História da Aeronáutica brasileira, de temas de natureza estratégica, de Geopolítica, de Economia, e, acima de tudo, de cultura geral.

É de se destacar que temos sido frequentemente contemplados com inúmeros encômios, por parte de nossos prezados leitores, com relação à qualidade e ao conteúdo de nossa publicação. Certamente, isto nos estimula a prosseguir na caminhada no sentido de manter a nossa prestigiosa revista em alto nível, ajudando a disseminar cultura no seio de nossa querida e fraterna Família Aeronáutica.

Faz-se mister enfatizar que estamos receptivos àqueles que desejarem colaborar com a nossa revista, enviando artigos de real interesse de nosso público-alvo, sem descurar, entretanto, da linha editorial adotada pelo editor de "Idéias em Destaque".

*Tenente-Brigadeiro-do-Ar Refm. Octávio Júlio Moreira Lima*
*Diretor do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica*

Ideias em Destaque

Nº 31
set./dez. 2009

## Sumário

1. Missilística e Nuclearização ..... 9
*Lauro Ney Menezes*

2. Estrada para Teerã ..... 12
*Demétrio Magnoli*

3. Imprescindibilidade do Estado ..... 15
*Manuel Cambeses Júnior*

4. O Geodireito e os Centros Mundiais de Poder ..... 18
*Guilherme Sandoval*

5. A cor ocre da pobreza ..... 38
*Mauro Santayana*

6. A Implementação da Estratégia Nacional de Defesa:
alguns aspectos julgados relevantes ..... 40
*Carlos Alberto Pinto Silva*

7. A China pensa? ..... 44
*Marcelo Hecksher*

8. O Lockheed A-28A Hudson na Força Aérea Brasileira ..... 48
*Aparecido Camazano Alamino*

9. A Coerção Militar no bojo de Estratégias Militares Hodiernas:
O valor estratégico do Poder Aéreo ..... 62
*Mário Barbosa Siqueira*

10. Mensagem proferida pelo Exmº Sr Comandante
da Aeronáutica, no CIAAR, em 29 de maio de 2009 ..... 81
*Juniti Saito*

11. Ecos de uma Sociedade Libertária ..... 83
*Otacílio Lage*

12. Panorama do Transporte Rodoviário Nacional ..... 86
*Telmo Roberto Machry*

13. A Estratégia Nacional de Defesa
e o Pensamento Estratégico ..... 97
*Carlos Alberto Pinto Silva*

14. Em Defesa da Memória da Formação da Nacionalidade ..... 100
*Nilton Freixinho*

15. Unasul: Solução ou Diversão ..... 105
*Armando Amorim Ferreira Vidigal*

16. A Aviação de Caça e o Desenvolvimento da Força Aérea. ..... 123
*Lauro Ney Menezes*

17. A Escola Superior de Guerra e o Instituto Nacional de
Defesa: Criatividade, Inovação e Transformação ..... 134
*Afonso Farias de Sousa Júnior*

18. Iluminismo e Barbárie ..... 149
*Mauro Santayana*

19. João Camarão Telles Ribeiro: um notável cidadão brasileiro ..... 151
*Manuel Cambeses Júnior*

20. Descabimento do Exame de Aptidão Psicológica: Compra
de Arma de Fogo ..... 158
*Phillipe Malet*

21. Desastre Financeiro e Fiscal ..... 167
*Paulo Nogueira Batista Júnior*

22. A Estratégia Nacional de Defesa e a Indústria de Material
Bélico: o Poder Nacional e a Segurança da Nação Brasileira ..... 169
*Mauro Barbosa Siqueira*

23. O Colapso Mundial e o Brasil .....182
*Marcos Coimbra*

24. Uma data que não pode ser esquecida ..... 188
*Luiz Gonzaga Bertelli*

25. Logística de Manutenção e o Poder Nacional ..... 192
*Antonio Celente Videira*

26. Desmatamento zero no olho do satélite ..... 204
*Kátia ABreu*

27. A retórica e a prática ..... 207
*Mauro Santayana*

# Missilística e Nuclearização

*Lauro Ney Menezes*

A notícia vinda à público, confirmando que a Índia testou sua capacidade de portar ogivas nucleares com o lançamento do míssil AGNI, acirrou questões com vizinhos e trouxe, a reboque, a questão da missilística e da nuclearização de alguns Estados. E o(s) possíveis processo(s) para contenção dessas conquistas.

A produção de artefatos espaciais, nos países não listados como potências militares, há algum tempo ocupa espaço nas análises político-militares da atualidade, assim como também preocupa a "comunidade desenvolvida" do mundo. Porque, com o espalhamento das tecnologias nuclear e espacial (o número de países listados como fabricantes aeroespaciais mais que dobrou na última década), essa possibilidade deixou de ser remota - como o era - para representar algo factível neste novo milênio, para quase uma dezena de novos pretendentes: Índia, Brasil, Paquistão, Argentina, Coréia do Norte, Taiwan, Iraque e Afeganistão...

O domínio da missilística de grande porte, com qualquer tipo de "carga paga", dará a esses países, a capacidade de penetrar e romper os sistemas de defesa de vizinhos e atacar alvos em profundidade. Há, que ser notado que alguns desses "new-arrivals" estão à beira de conquistar o domínio da grande precisão (controle e guiagem dos artefatos), com cabeças-de-guerra de grande força destrutiva (convencionais ou nucleares), incorporadas aos seus vetores. E, tudo isso, poderá vir a ocorrer em curto espaço de tempo. Se já não está!...

Para a comunidade dos "grandes detentores da tecnologia", essa hipótese assume uma feição de "ameaça" aos seus interesses já que, em algumas áreas, essa possibilidade gera uma ponderável alteração no "balanço do poder" criado por eles próprios, e preservado no "status quo" que lhes tem sido conveniente.

Foram as Grandes Potências que cederam aos Estados menos aquinhoados, o acesso ao mundo dos artefatos balísticos e de tecnologia nuclear. E esse acesso foi garantido através de duas

formas: transferência de tecnologia voltada para atividades puramente espaciais e científicas e desenvolvimento de tecnologia direcionada para objetivos de interesse militar. Duas conotações aparecem nesse cenário de "concessões tecnológicas". A primeira, provém da idéia de - em transferindo tecnologia - iniciar-se, ao mesmo tempo, um forte programa de comercialização de sistemas, equipamentos, componentes e assessoria técnica. Como os "programas espaciais de gente pobre" se eternizam (o do Brasil já cruzou o seu $50^0$ ano), não fica difícil detectar o peso comercial que pode adquirir essa atividade. A segunda, provém do ganância que os "grandes proprietários" de "know-how" têm em poder direcionar, limitar e/ou utilizar esses programas terceiromundistas em seus próprios benefícios...

Os programas de transferência de tecnologia puramente espaciais (ciência e tecnologia),estão sempre ancorados nas "aspirações e expectativas" das comunidades científicas subdesenvolvidas, e que se destinam à conquista da "capacidade e competência" para produzir e operacionalizar lançadores para sondagens metereológicas e/ou atmosféricas. Ou para sensoriamento de dados. Ou mesmo, para romper "barreiras tecnológicas", cujos resíduos irão se debruçar sobre outros programas.

Por decorrência, é possível imaginar que com essa transferência, alguns países, poderão aprimorar bem mais a sua atual capacidade de lançar artefatos, atirar uma carga paga qualquer, a uma determinada distância e em uma determinada direção. E, além disso, prover meios para o aumento da tecnologia missilística-balística desses artefatos de sua propriedade, para uso mais amplo.

Para os projetos militares, o processo de transferência teve outra origem: proveio da formação dos blocos regionais de defesa e segurança. Diversos países menores, passaram a ser "clientes ou usuários" de tecnologia missilística de ponta. Esse "know-how" lhes foi transferido via treinamento operacional ou de suporte logístico, como membros desse novo bloco de defesa e com sustentação dos Grandes. Porém, sempre sob supervisão e controle...

Se esses países menores já desenvolveram sua capacidade industrial espacial (caso da Índia e do Brasil), é inevitável aceitar a possibilidade desse "know-how" vir a se transformar em "estímulo" para uma escalada em busca de nível superior de proficiência. Em um grande número

de casos, esses países, não só já desenvolviam metodologia própria, como tentavam a "customização" dos equipamentos importados já existentes no seu patrimônio. São iniciativas "grosseiras". Mas, às vezes, funcionam...

A "expansão do arsenal missilístico-balístico", portanto, nada tem de diferente daquilo que aconteceu com o espalhamento de tecnologias de aplicação militar: Ao invés de estar sob "estrito controle", hoje encontram-se ao alcance de uma comunidade amplificadamente maior. Entretanto, algo mais existe naquilo que concerne as opiniões "pró e contra" os programas espaciais do tipo brasileiro e indiano.

Esses programas foram ( e ainda o são) desenvolvidos sob inspiração e orquestração dos militares. Além disso, grande parte dos recursos provêm dos orçamentos das Forças Armadas, caracterizando (na visão internacional) "militarização" dos referidos programas. Isso porque há dificuldade de clarificação da linha que fixa os limites entre um programa de interesse "puramente científico" daquele de "aplicação militar"...

No entender mundial(?), cabe restringir os programas espaciais do tipo brasileiro, indiano e semelhantes, já que poderão conduzir à busca da "ocupação de lugar" no restrito Clube das Nações capazes de produzir artefatos não-tripulados e de transportar, pelo menos, (até) 500kg a 300km de distância em direção pré estabelecida. Assim, em aplicadas restrições, as plantas de fabricação de sistemas de lançamento, sistemas de propulsão, de veículos de reentrada, motores-foguete, sistemas de guiagem, controladores de vetoração de empuxo, sistemas de segurança, espoletagem e disparo de cabeças-de-guerra, sistemas e subsistemas em geral, passarão a não mais ser exportados pelo Clube. Brasil e Índia, etc inclusos...

A tese é que, estando o país (ou os países) desenvolvendo, com algum sucesso (mesmo que lentamente), programas de enriquecimento de combustível nuclear (caso da Índia, Brasil e outros poucos), e concomitantemente tendo se colocado na linha-de-partida daqueles que produzem e conseguem lançar artefatos balísticos (espaciais) com eficácia, o que lhes falta para dar o "grande salto?"...

A quem, então, (não) interessam os programas espaciais terceiromundistas?...

*O autor é Major-Brigadeiro-do-Ar e presidente da Associação Brasileira de Pilotos de Caça*

# Estrada para Teerã

*Demétrio Magnoli*

O Irã cultua duas heranças, que moldaram expressões distintas de nacionalismo. O Império Persa, de Ciro e Dario, o mais poderoso de seu tempo, funcionou como mito de origem para o regime modernizante, autoritário e pró-ocidental do xá Reza Pahlevi. A Pérsia islâmica medieval, xiita e sufita, berço de sábios corânicos, de notáveis gramáticos, linguistas e juristas, é a fonte de legitimação do Estado teocrático, tradicionalista e antiocidental implantado pela Revolução Iraniana de 1979. O ato inaugural da política externa de Barack Obama foi o discurso de abertura para o Irã, que encerra três décadas de hostilidade declarada entre Washington e Teerã.

De Jimmy Carter a Bill Clinton, os EUA persistiram na estratégia de dissuasão dupla indireta, utilizando a rivalidade entre Irã e Iraque para sustentar um cenário de equilíbrio de poder no Golfo Pérsico. A Guerra Irã-Iraque (1980-1988), deflagrada por um Saddam Hussein apoiado tanto por Washington quanto por Moscou, conteve o impulso inicial da revolução xiita, à custa da inflação das ambições iraquianas. Na Guerra do Golfo (1991), George H. Bush absteve-se de derrubar Saddam Hussein, para não remover o contraponto regional ao Irã. George W. Bush, o filho, encantado pela visão cruzadista dos neoconservadores, eliminou o ditador iraquiano em 2003, destruindo os frágeis pilares da ordem no Oriente Médio.

Os neoconservadores imaginaram a ocupação do Iraque como o prelúdio da reforma geopolítica no Oriente Médio. O Iraque se converteria no principal parceiro dos EUA no Golfo Pérsico, enquanto os regimes iraniano e sírio, enquadrados no "eixo do mal", seriam arrastados pela avalanche da mudança. O discurso de Obama é o reconhecimento da falência da Doutrina Bush. Hoje, Washington precisa de Teerã para evitar o desastre no Afeganistão e impedir a desestabilização do Iraque. A política realista toma o lugar do voluntarismo arrogante, neoimperial, que cobria sua nudez com os trapos de uma bandeira de liberdade.

"Af-Paqui" é o código pelo qual os estrategistas americanos começam a se referir a um teatro único de guerra abrangendo

Afeganistão e Paquistão, um Estado em crise estrutural, cujo governo não exerce controle sobre os territórios tribais da fronteira ocidental que servem como santuários para os jihadistas do Taleban e da Al-Qaeda. As linhas logísticas que cruzam o Paquistão, por onde passam três quartos dos suprimentos não letais destinados às forças ocidentais no Afeganistão, encontram-se virtualmente estranguladas por ataques jihadistas. No fim de janeiro, Jaap de Hoop Scheffer, o secretário-geral da Otan, solicitou dos EUA uma parceria com o Irã, um antigo rival do regime taleban, para a cooperação na guerra afegã. Interpelado sobre o uso do território iraniano na diversificação de rotas de suprimentos, o supremo comandante da Otan, general John Craddock, admitiu que a aliança militar "está em busca de rotas flexíveis, alternativas". Obama precisa do Irã, na hora em que começa a dobrar, para 60 mil, o número de tropas americanas no Afeganistão.

Os arautos remanescentes da Doutrina Bush, depois de errarem em todas as previsões que fizeram sobre a ocupação do Iraque, difundem entre os desinformados a tese do sucesso do surge, o reforço de tropas promovido por Bush em 2007. Os generais americanos sabem, contudo, que a precária estabilidade iraquiana derivou da conjunção de uma nova estratégia política com a influência moderadora do Irã. Os EUA renunciaram à meta de erguer um Estado iraquiano fundado no monopólio da violência legítima pelo governo central e armaram as lideranças tribais sunitas em ruptura com a Al-Qaeda. Paralelamente, em nome de seus próprios interesses, que não incluem a implosão territorial do Iraque, o Irã jogou seu peso para conseguir uma trégua nas ações das correntes xiitas extremistas iraquianas. Agora, a cooperação de Washington com Teerã emerge como a melhor chance de evitar que a retirada das forças americanas coincida com um mergulho do Iraque rumo à catástrofe.

O caráter incendiário e repulsivo das proclamações do presidente Mahmoud Ahmadinejad não reflete a natureza do regime iraniano, que é extremamente realista quando está em jogo a sua própria segurança. As mazelas econômicas do Irã, até há pouco escondidas pela exuberância dos preços do petróleo, já se traduzem em crescente descontentamento popular. A República islâmica, para se afirmar como potência regional, precisa reformular suas relações com os EUA e a União Europeia. O alto clero xiita, que controla as rédeas do poder, não está em posição de rejeitar por inteiro o gesto de aproximação de Obama.

Mas o Irã não baixará suas bandeiras a troco de nada. Ele pode negociar a evolução de seu programa nuclear sem desistir da obtenção de tecnologias com intrínseca dupla finalidade, civil e militar. Além disso, não dinamitará a rede de influência que criou no Oriente Médio, assentada no tripé formado pela Síria, pelo Hezbollah libanês e pelo Hamas palestino. A reconstrução de um processo de paz entre Israel, os palestinos e a Síria é o mínimo que Teerã espera de Washington. Obama fracassará se não confrontar o novo governo israelense, que renega até mesmo o compromisso de princípio com a solução de dois Estados na Palestina.

O Israel negacionista de Benjamin Netanyahu e Avigdor Lieberman afigura-se como o elemento disfuncional na grande estratégia imaginada por Obama para o Oriente Médio. Há muito, oficiais da comunidade de defesa israelense indicam que, quando o programa nuclear iraniano alcançar o ponto de não retorno, nada evitará um ataque unilateral ao Irã. Antes, isso podia ser interpretado como mera chantagem diplomática. Agora, adquire as feições de uma assustadora hipótese realista. Claro: uma chuva de mísseis israelenses contra o Irã calcinaria no nascedouro a Doutrina Obama.

*O autor é sociólogo e doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo*

# A Imprescindibilidade do Estado

*Manuel Cambeses Júnior*

O Estado moderno como conceito e como ordenamento político institucional começa a desenvolver-se na Europa, a partir do século XIII. A sua característica principal é a busca da centralização do poder em uma instância que abarque as relações políticas fundamentais. Entre os séculos XVI e XVIII a noção do Estado assentou-se em uma concepção mercantilista da economia, que buscava aumentar o poder dos Estados às expensas dos demais Estados rivais. Não foi sem razão que esta doutrina econômica resultou paralela ao surgimento e auge do absolutismo.

Ao final do século XVIII, tanto o mercantilismo como o absolutismo entraram em crise. A convergência da economia de mercado na área econômica e do estado de direito no campo político, gerou as bases de uma nova ordem. A chamada ordem liberal, a qual buscava traçar limites precisos ao Estado, locando barreiras ao exercício de seu poder. Não obstante, longe de iniciar-se nesse momento o declínio do Estado, o mesmo vai adquirir novos ares com a aparição do fenômeno nacionalista. De acordo com ele, a lealdade fundamental do cidadão deveria ser dirigida ao Estado-Nação.

O período compreendido entre o final do século XVIII e início do século XIX é conhecido com a "Era das Revoluções". Durante esse espaço de tempo, ocorreram a Revolução Americana, a Revolução Francesa e a Guerra da Independência Hispano-Americana. Todas elas se assentaram sobre a idéia do Estado-Nação como conceito superior. A tese da soberania popular, originária de Rousseau, provê as bases para a consolidação deste novo conceito de Estado. Ao longo do século XIX o poder deste se fortaleceu na Europa, cavalgando sobre a idéia do nacionalismo. Surgiram nesse momento novos Estados centralizados como Alemanha e Itália.

O século XX levou o Estado a limites nunca vistos anteriormente. Nele se produziu a "estadolatria" dos totalitarismos fascistas e comunistas. Terminada a Segunda Guerra Mundial, por sua parte, o Estado-Nação identificou-se com o processo de descolonização na Ásia e na África, expandindo o seu âmbito em nível planetário.

O período compreendido a partir da II Guerra caracterizou-se pela contraposição de dois superestados e de seus respectivos aparatos e sistemas de alianças.

Entretanto, ao iniciar a década final do século XX, um autêntico cataclismo fez sacudir em seus alicerces a noção de Estado, conduzindo-o a uma intensa crise histórica. As ameaças que hoje recaem sobre este antigo e familiar conceito são tão grandes quanto variados. Nos aspectos jurídico, político e econômico, a sobrevivência do Estado como instituição fundamental está seriamente comprometida. Isto foi o resultado inevitável do colapso do comunismo, que trouxe consigo a implantação de todo um conjunto de paradigmas emergentes.

A nova linguagem do Direito Internacional se assenta em noções como "soberanias limitadas", "tutelas internacionais", "direito de ingerência" e "administrações supranacionais", todas as quais têm como denominador comum o desconhecimento do Estado como ator essencial da vida internacional. No campo político, o poder que tradicionalmente deteve o Estado está tendendo a fluir em distintas direções. Para cima, em direção aos organismos supranacionais e coletivos, tais como o Conselho de Segurança da ONU, a União Européia e a Organização Mundial de Comércio. Para os lados, para Organizações não Governamentais enraizadas com a sociedade civil as quais emergem ao interior dos próprios Estados. Para baixo, em direção a regiões cada vez mais autônomas, que se consideram representativas de identidades étnicas e culturais. Entre os dois últimos segmentos e o primeiro tendem a estabelecer-se relações cada vez mais diretas que obstam o Estado central. O Estado, desta maneira, vai perdendo o seu caráter de articulador fundamental da vida nacional e de interlocutor natural em matéria internacional.

Entretanto, é no campo econômico onde as ameaças contra o Estado apresentam-se maiores. A queda do Muro de Berlim trouxe consigo a preeminência do econômico sobre o político e, também, do âmbito do privado sobre o público. Por sua vez, o processo de desregulação, que tem evidenciado a economia nestes últimos anos, acompanhado de um gigantesco salto tecnológico, tem proporcionado uma extraordinária vitalidade ao fenômeno econômico, permitindo acumulações de capital nunca antes imaginadas. Acuado frente aos mercados financeiros, aos megaconglomerados da comunicação social

e à fusão das grandes corporações transnacionais, o Estado apresenta-se cada vez mais impotente.

Destruir o Estado significa, entretanto, sufocar as reivindicações dos povos, deixar sem intérprete o sofrimento dos excluídos, perder o sentido do coletivo e renunciar a mobilizar as forças espirituais dos cidadãos em função de um ideal superior. Destruir o Estado é retirar do jogo a única instituição que foi capaz, nos anos trinta e no pós-guerra, de sustentar a economia e de reverter suas grandes crises. Hoje, quando o frenesi dos mercados ameaça condenar à pobreza centenas de milhões de seres humanos, torna-se mais necessário do que nunca contar com essa instituição ancestral, indispensável e insubstituível: o Estado.

*O autor é Coronel-Aviador, conferencista especial da Escola Superior de Guerra, membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e vice-diretor do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.*

# O Geodireito e os Centros Mundiais de Poder

*Guilherme Sandoval*

## INTRODUÇÃO

O saudoso mestre Celso Renato Duvivier de Albuquerque Mello, já ensinava que, muito embora ainda não haja um *direito constitucional internacional* claramente delimitado, o nível de constitucionalização da política externa de um país depende do grau de internacionalização da vida nacional e da intensidade de suas relações internacionais. Nesse mister, o direito das relações exteriores fica em alguma parte entre o constitucional e o internacional, talvez mais próximo deste último. Certo é que *já não cabe falar em "solidão da Constituição", em considerá-la como um "Universo fechado e excludente", mas de um pluriverso baseado no pluralismo interno, internacional e comunitário.*[1]

Nesta era globalizada, é imperioso marcar bem a dimensão geojurídica da Constituição, que recepciona conteúdos internacionais nos documentos fundamentais, muitas das vezes, conteúdos advindos da geopolítica dos centros mundiais de poder. É preciso, pois, galgar patamar científico mais elevado para olhar com olhos de ver a interligação entre as relações internacionais, a geopolítica e o direito. Para realizar sua função de distribuir justiça, o direito não pode ficar ao largo da geopolítica e das relações internacionais, assim como estas não podem ficar alheias ao direito. Tanto a política nacional – ao conceber os objetivos nacionais –, quanto a estratégia nacional – ao fixar as ações para alcançá-los –, devem seguir fielmente a ordem constitucional do Estado Democrático de Direito dentro de uma ordem jurídica internacional de nações civilizadas.

Logo, é dever do estadista brasileiro ganhar visão prospectiva de longo prazo para saber "jogar o jogo estratégico" dentro dos ditames da ordem jurídica nacional e internacional. Da mesma forma, é dever

1. *MELLO, Celso D. de Albuquerque. Direito Constitucional Internacional. Rio de Janeiro: Renovar, 2000, p. 5.*

do constitucionalista pátrio saber reinterpretar a Constituição à luz dos princípios geopolíticos que informam a sociedade internacional pós-bipolar. A compreensão do panorama geoestratégico mundial faz parte sim do rol de fatores que permeiam a interpretação constitucional, sendo mesmo seu elemento nuclear na rejeição de toda e qualquer modalidade de subordinação aos centros mundiais de poder. É dentro deste quadro complexo que surge o conceito de geodireito enquanto ramo científico que se destina a examinar as interconexões entre o direito e a geopolítica.

Em essência, o geodireito busca incorporar variáveis extrajurídicas até então desconsideradas no estudo constitucional, dentro de uma simbiose conceitual que almeja compreender as razões geopolíticas que influenciam as modificações da Constituição no mundo em desenvolvimento. Da mesma forma, o geodireito busca avaliar se a Constituição e a Estratégia Nacional estão em consonância com os objetivos fundamentais fixados pela própria Constituição, dentro de uma idéia material de constitucionalismo programático que projeta fins e programas a serem alcançados no futuro. Busca-se, aqui, a compreensão da Constituição em sua totalidade, aí incluída sua dimensão geojurídica que engloba as ideologias e os fatores geopolíticos que se entrelaçam no mundo real das relações internacionais. Apesar de seu ineditismo no campo acadêmico o geodireito sempre existiu, pelo menos na sua pretensão de examinar as relações entre a Constituição e as forças políticas do Estado e entre Estados. Nesse aspecto, precisa a lição Hans Peter Schneider trazida por Gilberto Bercovici quando afirma que a Constituição é fundamentalmente **direito político**: do, sobre e para o político.[2]

Enfim, o geodireito tem o objetivo de debater o papel da Constituição e suas relações com a geopolítica dentro de um quadro

2. *Cf. BERCOVICI, Gilberto. Constituição e política: uma relação difícil. In: LuaNova, n. 61, 2004, p.10. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/ln/n61/a02n61.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2007. Nesse sentido de Constituição como direito político, o ilustre doutrinador pátrio mostra que o debate constitucional passa a travar-se entre aqueles que consideram a Constituição um simples instrumento de governo, definidor de competências e regulador de procedimentos, e os que acreditam que a Constituição deve aspirar a transformar-se num plano global que determina tarefas, estabelece programas e define fins para o Estado e para a sociedade.*

amplo que engloba não apenas a manifestação do poder constituinte originário por ocasião da instauração da Constituição, mas, sobretudo, nos momentos seguintes de atualização do Estado. Tal atualização é feita através de emendas constitucionais e de leis infraconstitucionais e sob os influxos de uma determinada política constitucional, passível de sofrer interferência externa.

Esta é a razão pela qual vamos inicialmente investigar as relações complexas entre a geopolítica e a Constituição nestes tempos de Estado Pós-Moderno. Em seguida, pretende-se examinar as estratégias norte-americanas e seus reflexos na construção da ordem internacional para, finalmente, tentar engendrar alguns elementos teóricos capazes de informar a criação de um geodireito genuinamente nacional, sem submissão aos centros mundiais de poder e em especial aos Estados Unidos. Entendemos que, na virada do século XX para o século XXI, um geodireito regulando e sendo regulado por uma geopolítica subordinada será o grande avisador de tempos sombrios para o nosso País.

## I. CONSTITUIÇÃO E GEOPOLÍTICA EM TEMPOS DE ESTATALIDADE PÓS-MODERNA

Neste segmento temático colima-se examinar as principais características que circunscrevem o chamado Estado Pós-Social ou Estado Pós-Moderno, um novo ciclo estatal que surge a partir do colapso soviético e que ainda se encontra em evolução. Apesar disso, não se pode negar que o paradigma pós-moderno vem apontando para a desconstrução do Estado Social (*Welfare State)*, patrocinada pela onda neoliberal. Com rigor, por detrás dessa tendência encontra-se o poder das empresas multinacionais e seu consectário mais nóxio, qual seja, o esvaziamento axiológico da Constituição,[3] que coloca em risco todo um elenco de valores e conquistas da sociedade moderna.

Propugna-se pela ordem neoliberal a redução da Constituição a estruturas negativas e meramente procedimentais de limitação do poder do Estado, retirando-lhe a força normativa tão arduamente conquistada,

3. *BINENBOJM, Gustavo. A nova jurisdição constitucional brasileira. Legitimidade democrática e instrumentos de realização. 2 ª ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, pp. 7-8.*

ao mesmo tempo em que se tenta nulificar seu papel transformador e emancipatório que fixa tarefas, programas e fins para o Estado e para a sociedade. Como bem observa Lindgren Alves *transfere-se à iniciativa privada e às organizações da sociedade civil a responsabilidade pela administração do social. Estas, não obstante, funcionam apenas na escala de seus meios e de seu humanitarismo. Abandona-se, assim, a concepção dos direitos econômico-sociais.*[4]

Nesse sentido, observe, com agudeza de espírito, que a geopolítica neoliberal projeta sobre as Constituições do mundo em desenvolvimento a neutralização da concepção dos direitos econômico-sociais (segunda dimensão de direitos) através de um fenômeno capital que estamos aqui a designar como sendo a constitucionalização da geopolítica neoliberal.

A questão é complexa, mas, não pode deixar de ser enfrentada pelo estrategista/jurista do século XXI, que para desvelar o novo estádio epistemológico do Estado Pós-Moderno necessita compreender a intrincada ligação entre direito e geopolítica. Na companhia do italiano Natalino Irti, um dos grandes jurisconsultos da atualidade, defende-se a tese de que a nova geopolítica mundial – impulsionada pela economia e pela tecnologia - não desconhece a máxima de que o território estabelece a medida do *senhorio jurídico* do Estado[5] e que por isso mesmo é fundamental saber explorar a dimensão espacial do direito.

É a idéia de *spatium terminatium*, vale dizer, lugar de política e direito, isolado e identificado pelos limites da jurisdição constitucional do Estado territorial e que em muito se aproxima do conceito de *lebensraum,* enquanto espaço vital e objeto principal da geopolítica clássica de autores de nomeada, *e.g.*, Haushofer, Mackinder, Spykman, Mahan e muitos outros. Acontece que na era do Estado Pós-Moderno, o poder das empresas multinacionais e da tecno-economia *não conhecem limites, não têm pátria, se expandem para qualquer lugar.* São forças de des-limitação,(...) *e que, juntas, conjuntas e aliadas, geram(...) espaço artificial sem*

4. *ALVES, J.A. Lindgren. A declaração dos direitos humanos na pós-modernidade. Revista No., Rio de Janeiro. Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/lindgrenalves/lindgren_100.html. Acesso em 20 de outubro de 2007.*
5. *IRTI, Natalino. Geodireito. Tradução de Alfredo Copetti Neto e André Karan Trindade. Conferência sobre biodireito e geodireito. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p.1.*

*limite, não lugar, onde a vontade do lucro, desraizada e desterritorializada, se expressa além dos Estados e além do direito dos Estados.*[6]

De clareza meridiana, portanto, a clivagem jurídica da geopolítica e da tecno-economia que enfraquece as Constituições dirigentes do mundo em desenvolvimento e faz renascer das cinzas a fênix constitucional de arquétipo neoliberal. É a racionalidade geopolítica quebrantando aquela clássica visão kelseniana da impenetrabilidade da ordem jurídica estatal, ou seja, o território do Estado já não é mais símbolo de *lebensraum*, de espaço vital de delimitação das fronteiras entre Estados nacionais. Em tempos de estatalidade pós-moderna, o novo conceito de *lebensraum* não se atrela mais à conquista de territórios, mas, sim, à conquista de mercados e mentes (massificação por estruturas eficazes de *marketing).*

Desloca-se para a centralidade das relações pós-modernas a abertura mundial do comércio comandada por interesses globais de agentes infraestatais. É nesse sentido que Ignácio Ramonet[7] põe a nu a idéia de civilização do caos dos novos senhores do mundo (conglomerados financeiros e industriais privados), do planeta saqueado (destruição sistêmica do meio ambiente), das metamorfoses do poder e suas formas negociadas, reticulares e horizontais (mídia, grupos de pressão e organizações não-governamentais), do choque das novas tecnologias (lado a lado com o choque de civilizações das guerras étnicas) e tudo isso fazendo exalar nessa sociedade ocidental pós-moderna *um mau cheiro de remorso e algo parecido com um sentimento de náusea.*[8]

Infelizmente, esta é a compilação que se faz do quadro pós-moderno. É forçoso reconhecer que a pós-modernidade estatal vem trazendo até agora uma perspectiva sombria de agravamento do ciclo da periferia, de empobrecimento estatal, de desamparo de hipossuficientes (camadas mais pobres do tecido social). Neste contexto, é preciso ganhar sensibilidade acadêmica apurada para compreender o fenômeno da constitucionalização da geopolítica e a necessidade de criação de um

6. *Cf. Geodireito, pp. 4-5.*
7. *Para uma investigação científica importante acerca da nova ordem mundial após a queda do muro de Berlim e a perspectiva de um neo-hegemonismo norte-americano, sugere-se a leitura de RAMONET, Ignácio. A geopolítica do caos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.*
8. *Cf. Geopolítica do caos, pp. 7-12.*

geodireito*,* verdadeiramente autônomo em relação aos centros mundiais de poder, os grandes detentores das forças de des-limitação (tecnologia e economia). É por tudo isso que se tem a impressão de que o legislador pátrio não compreende bem a complexa matriz de impactos cruzados que circunscreve as relações entre centro e periferia do sistema mundial.

Nossas Constituições e leis são modificadas sem qualquer relação com um possível projeto nacional de desenvolvimento, ao revés, o que prepondera é a estratégia das grandes potências, caracterizando-se aquilo que Natalino Irti denomina de **mercado de ordenamentos jurídicos,** ou seja**,** as empresas multinacionais – amparadas por seus respectivos Estados nacionais - têm a seu inteiro dispor um verdadeiro mercado de Constituições e escolhem aquela que for mais vantajosa e conveniente.[9]

E mais grave ainda é perceber que esta ideia-força de um mercado de Constituições não surge do nada, muito ao revés, é uma decisão política fundamental do Estado tomada pelo poder legislativo. Quanto maior a falta de visão estratégica desse segmento da sociedade, maior será a intensidade dos danos sofridos pelos cidadãos comuns. Enfim, o resultado deste constitucionalismo condescendente em demasia, estruturado a partir de relações verticalizadas de poder é melancólico e foi muito bem capturado por aquela imagem trazida pelo mestre Celso Mello quando alerta que os gastos com perfumes ou com sorvetes nos EUA e na Europa seriam suficientes para o atendimento das necessidades sanitárias e nutricionais de todo o mundo subdesenvolvido. Igualmente forte, o registro de que as pessoas estão mais ricas do que os Estados nacionais.[10]

Tudo isso a refletir o fenômeno da constitucionalização da geopolítica dentro de uma globalização neodarwinista que nada mais faz senão aumentar as camadas de sub-proletários na periferia do sistema mundial. Enfim, há

---

9. *Cf., ob.,cit.,p.6.*
10. *As pessoas estão mais ricas que os estados. As 15 pessoas mais ricas ultrapassam o PIB da África Subsaárica. (...) Para atender às necessidades sanitárias e nutricionais fundamentais custaria 12 bilhões de euros, isto é, o que os habitantes dos EUA e União Européia gastam por ano em perfume e menos do que gastam em sorvete. (...) Cada uma das 100 principais empresas globais vende mais do que exporta cada um dos 120 países mais pobres. As 23 empresas mais importantes vendem mais que o Brasil. Elas controlam 70% do comércio mundial. Cf. Celso de Mello. Ob. cit. p. 57.*

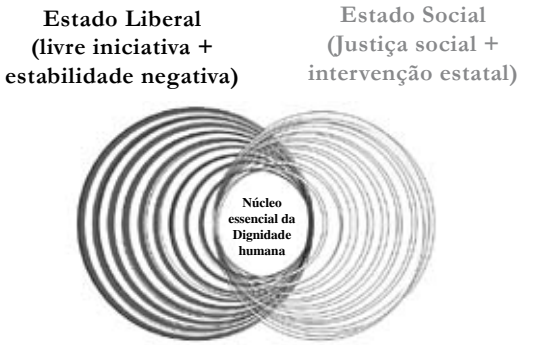
que compreender que "Poder hegemônico" e "modificações constitucionais comandadas" são temas que circunscrevem o Estado Pós-Moderno.

Em conseqüência, é imperioso engendrar um modelo de Estado Pós-Moderno capaz de calcular a influência das grandes estratégias dos centros mundiais de poder e que tenha latitude científica suficiente para garantir o **núcleo essencial da dignidade da pessoa humana**. Convém não embarcar na onda da desconstrução do Estado nacional e em especial do *Welfare State*.

É por isso que se julga impreterível conceber o modelo ideal de Estado Pós-Moderno a partir da reconfiguração do Estado Social, sem, entretanto, renegar as virtudes do Estado Liberal. Eis a pedra angular da construção do Estado Pós-Moderno: uma proposta de modelo estatal que mantenha algum controle sobre a economia privada, mas, que, no entanto, seja podado em seus excessos intervencionistas.

Nesse diapasão, o geodireito brasileiro tem a missão de idealizar um novo paradigma constitucional de estatalidade positiva atenuada que harmonize de um lado o binômio livre iniciativa - expansão mundial do comércio e, do outro, o trinômio dignidade da pessoa humana - desenvolvimento nacional - justiça social.

E mais: a confluência dos valores liberais (livre iniciativa e estatalidade mínima) com os valores sociais (justiça social com intervenção estatal) deve ser feita a partir da garantia do núcleo essencial da dignidade humana que fixa as condições materiais mínimas para o exercício pleno da cidadania e dos direitos civis e políticos. A figura abaixo sintetiza tal idéia.




**MODELO IDEAL DE ESTADO PÓS-MODERNO**

É por isso que não se pode mais recepcionar acriticamente construções teóricas estrangeiras muito bem delineadas e sistematizadas por autores de nomeada que nada mais fazem senão agravar o ciclo da periferia em nossa região geopolítica. De que adianta comemorar-se a força normativa da Constituição sob a égide de uma pujante democracia, quando se constata a inaptidão do País para conceber uma estratégia nacional que garanta efetivamente os direitos fundamentais mínimos do cidadão comum, seu núcleo essencial de dignidade humana?[11]

E assim é que deve haver consonância entre a Constituição e a Estratégia Nacional; não se admite mais aquela vetusta imagem de solidão constitucional. Ao contrário, urge ao estrategista brasileiro superar o abismo científico que nos separa dos países desenvolvidos, em especial dos EUA, cuja Estratégia Nacional tem o poder de moldar a ordem internacional. Repita-se por fundamental: a estratégia de um único Estado nacional direcionando e comandando a ordem internacional e o que é pior: muitas vezes nem mesmo a própria sociedade internacional disso se dando conta.

Com efeito, o estudioso das relações internacionais tem a obrigação de desvelar a intrincada tessitura estratégica estadunidense, que projeta para o mundo uma imagem retórica de valores democráticos que não corresponde a sua prática na vida real.

É por tudo isso que - no próximo segmento temático - outro caminho não se terá senão o de trilhar a longa evolução do pensamento norte-americano, desde a Geoestratégia da Contenção da ordem bipolar, perpassando-se pela Estratégia do Engajamento e da Ampliação de Clinton (*National Security Strategy of Engagement and Enlargement*) até finalmente chegar-se à tão contestada Doutrina Bush e sua tentativa de imposição da *Pax Americana.*

---

11. *E mais ainda: não é apenas a falta de visão estratégica do legislador que impede o avanço da proteção dos direitos constitucionais mínimos do cidadão comum, desafortunadamente, a academia pátria também não consegue desvelar as interpenetrações entre direito, relações internacionais e geopolítica. Ou bem se estuda, nas escolas de altos estudos militares e nos centros de formação da diplomacia, a geopolítica e as relações internacionais dentro de cadeiras isoladas, ou bem se estuda, nas escolas jurídicas do País, hermeticamente fechados o direito internacional e o direito constitucional. O efeito disso tudo é inexorável: a criação de um edifício epistemológico brasileiro totalmente fragmentado, sem elo científico entre os diversos segmentos do saber nacional.*

Pretende-se assim demonstrar que tais modelos estadunidenses transcendem o escopo de sua simples nacionalidade e invadem a territorialidade dos países do resto do mundo, sendo certo mesmo afirmar que avaliar a conjuntura internacional não deixa de significar analisar as estratégias de segurança nacional dos Estados Unidos da América, tal é, em essência, a gênese de sua construção.

## II. AS ESTRATÉGIAS NORTE-AMERICANAS E A CONSTRUÇÃO DA ORDEM INTERNACIONAL

Este segmento temático foi elaborado com a expectativa de apresentar uma visão crítica das estratégias de segurança nacional da maior potência econômico-militar do planeta, com o fito de compreender-lhes o significado, organizá-las sistematicamente e, finalmente, apontar as teorias geopolíticas que lhes servem de supedâneo.

As grandes estratégias norte-americanas somente passaram a reger as relações internacionais após a superação histórica da ordem internacional eurocêntrica, o que acontece efetivamente no fim da Segunda Guerra Mundial. Antes vigorava a ordem imposta pelas potências européias, notadamente o Reino Unido, a França e a Alemanha e cuja trajetória de evolução começa com a Paz de Westfália de 1648 (formação da sociedade internacional), perpassa pelo Congresso de Viena de 1815 (fim das guerras napoleônicas) e pelo Tratado de Versalhes de 1919 (formação da Liga das Nações), até, finalmente, alcançar-se o fim da Segunda Grande Guerra Mundial, evento que sela definitivamente o colapso do mundo eurocêntrico e a criação da Organização das Nações Unidas.[12]

---

12. *É nesse momento histórico que a hegemonia norte-americana deixa de ser implícita e, passa, efetivamente, a moldar as relações internacionais. É por isso que vamos em seguida examinar a evolução do pensamento estratégico estadunidense, começando-se pela Geoestratégia da Contenção que entra em vigor logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Antes porém, gostaríamos de fazer uma pequena digressão filosófica – na verdade um alerta - para ressaltar que as análises das estratégias norte-americanas devem ser feitas sob a ótica da natureza do poder, tal qual formulada por Michel Foucault. Na visão deste renomado doutrinador, tal natureza se tematiza na polêmica noção de que o poder em si não existe, não é algo como a propriedade que se possui ou não, o que existe são relações ou práticas de poder, o que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se disputa, que se estimula. É, portanto, com este caráter relacional foucaultiano do poder que se deve ou pelo menos se deveria interpretar as estratégias de Segurança Nacional dos EUA, na medida em que projetam estruturas de poder que buscam perpetuar a força hegemônica estadunidense dentro do concerto das nações.*

A figura abaixo tem o condão de dar uma visão panorâmica do perfil de evolução das estratégias norte-americanas, desde o fim do mundo eurocêntrico até os dias presentes, ou seja, desde a **Geoestratégia da Contenção**, em vigor durante toda a Guerra Fria, perpassando-se pela **Estratégia do *Engagement and Enlargement***,[13] engendrada por Bill Clinton no início dos anos 90 e desenvolvida a partir da ruptura do Império soviético, até, finalmente chegar-se à **Doutrina BUSH,** configuração estratégica pós-11 de setembro e cuja linha dominante é a imposição da chamada *Pax Americana*, aqui entendida como unipolarismo geopolítico global.

A Geoestratégia da Contenção foi utilizada por mais de quatro décadas para combater o expansionismo soviético e nos seus primórdios, mais precisamente, nas Conferências de YALTA e de POTSDAM de 1945[14], os construtores da estratégia norte-americana estavam divididos em relação à política internacional da União Soviética (respeito à divisão

13. *CLINTON, William. A national security strategy of engagement and enlargement. Washington, DC: White House Press, Feb, 1995.*
14. *Tais conferências fizeram a divisão geopolítica do mundo. Pela Conferência de Yalta, na cidade da Criméia, a área de influência da URSS foi limitada ao Leste europeu, enquanto que, na Conferência de Potsdam, ocorreu a divisão da Alemanha (Berlim foi dividida em quatro zonas de influência: britânica, norte-americana, francesa e soviética). Ainda em Potsdam, a Coréia foi repartida entre os EUA e a URSS, ficando a Coréia do Sul sob controle norte-americano e a Coréia do Norte sob a influência soviética.*

do mundo feita em YALTA e POTSDAM ou um projeto de expansão comunista?). Foi nesse ambiente de dúvidas que se notabilizou a visão prospectiva de George F. Kennan, primeiro estrategista a perceber que a URSS não era simplesmente um aliado difícil nas negociações do pós-Guerra, mas, ao contrário, era, inquestionavelmente, o principal opositor geopolítico dos Estados Unidos no contexto mundial que surgia. Começava assim a Guerra Fria, tendo-se, de um lado, a expansão soviética de inspiração mackinderiana e, do outro, a contenção norte-americana sob influência spykmaniana.

A expansão soviética se pautou na teoria do poder terrestre de Mackinder, cujo eixo central era a progressiva conquista da Ilha-Mundo a partir do Coração da Terra (Eurásia). Já a reação norte-americana veio através da Geoestratégia da Contenção, cujo nome original é *Kennan's Containment Strategy.* Com rigor acadêmico, para compreender tal estratégia, é necessário, antes, compreender seu alicerce teórico: a teoria das fímbrias. Idealizada por Nicholas Spykman, a teoria das fímbrias foi uma das mais importantes concepções geopolíticas clássicas e advogava que o importante mesmo era a ocupação das bordas ou fímbrias da Ilha Mundial, isto é, o chamado *Rimland.* Pelo controle do R*imland,* evitava-se a expansão da potência central, isolando-a no Coração da Terra e impedindo-a de atingir a Ilha do Mundo.

Com base nesses princípios spykmanianos, o estrategista estadunidense logo percebeu que bastava isolar a União Soviética no centro do H*eartland,* mediante a fixação de três grandes alianças internacionais, a saber: a) para a defesa da Europa Ocidental, formou-se a *Organização do Tratado do Atlântico Norte* (OTAN); b) para proteger as regiões do Oriente Médio e da Ásia Central, criou-se a *Organização do Tratado do Centro* (OTCEN); e, finalmente, c) para neutralizar a projeção comunista sobre o continente asiático, constituiu-se a *Organização do Tratado do Sudeste Asiático* (OTASE).

De tudo se vê, portanto, a alta capacidade de articulação estratégica dos EUA, fruto do trabalho de uma elite sofisticada, cuja habilidade para dissimular interesses próprios é irrespondível. É preciso muita sensibilidade estratégica para não se deixar seduzir pelo *american way* de fazer política internacional. Inúmeros são os exemplos de países que se deixaram envolver por esta alta capacidade estratégica estadunidense de exportar suas ameaças para aliados, que vão se movimentar na

cena internacional pensando tratar-se de seus autênticos interesses geoestratégicos. O Brasil mesmo é sempre um bom exemplo de vítima desta habilidade estratégica dos EUA.

Nesse sentido, o estudioso da Geoestratégia da Contenção tem o dever acadêmico de apontar outro ponto capital de perscrutação e que era a inconveniência estratégica de apoiar regimes democráticos no contexto latino-americano. Em termos simples, o uso da democracia como vetor estratégico de combate ao comunismo foi enfraquecido na América Latina pelo próprio estrategista norte-americano, ou seja, para conter o avanço soviético na nossa região geopolítica, os Estados Unidos estimularam a formação de governos militares fortes, em detrimento dos próprios valores democráticos. Sob a ótica estadunidense, esta era a forma mais eficaz de evitar o avanço comunista no contexto latino-americano.

Com efeito, era a própria letra da Geoestratégia da Contenção que revelava a tendência de apoiar os regimes militares na América Latina. Estava escrito textualmente, não era nem mesmo necessário dissimular. No quadro geopolítico da Contenção, tais regimes eram importantes instrumentos a serviço dos interesses norte-americanos. Resta indagar se foi ou não coincidência a realidade que se vivenciou em toda esta região. Em verdade, toda a América Latina optou por trajetórias estratégicas de governos militares que enfrentavam melhor a ameaça comunista. Deixa-se para reflexão do leitor em exame concreto da realidade, se a opção estratégica adotada pela América Latina e em especial pela América do Sul, atendeu aos seus próprios interesses ou, ao contrario, se foi apenas a concretização de uma estratégia que lhe era exterior e emanada dos Estados Unidos da América do Norte.

Uma vez analisadas as relações geopolíticas bipolares, vamos, em seguida, investigar a *National Security Strategy of Engagement and Enlargement,* modelo que se consolidou ainda durante o primeiro governo Clinton. Assim, pode-se começar dizendo que a queda do muro de Berlim logo evidenciou a inadequabilidade da Geoestratégia da Contenção e, por conseguinte, fez com que surgisse um novo paradigma de segurança nacional. Nesse sentido, as novas variáveis do mundo pós-Guerra Fria exigiram uma revitalizante revisão de princípios estratégicos, cuja integração culminou na formulação de um modelo voltado para a abertura mundial do comércio.

Destarte, as vigas mestras da nova estratégia foram erguidas a partir da primazia da dimensão econômica e da redução dos gastos militares, portanto, totalmente, diferente daquela que será adotada por seu sucessor, o presidente George W. Bush, cuja opção será de cunho militarista. É a partir deste tipo de leitura que se compreende melhor a mudança de postura internacional do *multilateralismo dissimulado* de Clinton para o *unipolarismo declarado* de Bush, ao mesmo tempo em que se compreende, com maior nitidez, a passagem do *mundo político estratégico* da Guerra Fria para o *universo econômico-comercial* da era pós-bipolar.

Com efeito, a nova estratégia deslocou para a centralidade da política externa norte-americana a perspectiva neoliberal, em detrimento de uma visão ideológico-militarista que predominava no período que lhe antecedia. Realmente, não há como negar a afirmativa de que a política internacional de Clinton inaugurou a era do mercado-centrismo, um mundo essencialmente econômico-comercial**,** impelido pela abertura de mercados globais e pela livre iniciativa. É a onda neoliberal sendo exportada com a força do "pensamento único" e com o prestígio do triunfo do capitalismo sobre o comunismo.[15] Não foi sem razão, portanto, que a economia norte-americana atingiu o seu apogeu ainda durante a vigência do *Engagement and Enlargement.*

---

15. *O corolário da National Strategy of Engagement and Enlargement na América Latina foi o tão propalado Consenso de Washington, engendrado pelos senhores da economia privada e que adentrou o cenário latino-americano sem encontrar maiores resistências, seja na academia, seja na esfera política. E assim é que o Consenso de Washington fixava uma plêiade de políticas macroeconômicas, cujo objetivo era a reconstrução do Estado Mínimo pré-weimariano, valendo, destacar inter alia seus principais mandamentos: privatização de empresas estatais, flexibilização das leis trabalhistas, desregulamentação do controle estatal sobre remessa de lucros das empresas multinacionais, pagamento de juros da dívida pública garantido por meio de acordos bilaterais com o Fundo Monetário Internacional, universalização das empresas de telecomunicações, empréstimo condicional em que o FMI estabelece pré-requisitos de políticas fiscal, cambial ou monetária a serem adotadas pelos países tomadores do financiamento, controle rigoroso do déficit público com o fito de não comprometer o pagamento dos serviços da dívida, e, finalmente, elaboração de regras fixas para vencer, por definitivo, as já frágeis barreiras tarifárias aos produtos industrializados dos países da tríade econômica (Estados Unidos, União Européia e Japão). Cf. U.S. Defense Department. CLINTON, Willliam Administration.. A national security strategy of engagement and enlargement. Washington D.C. Press, feb, 1996.*

Concebida com a esperança de simbolizar o marco zero de um novo recomeço, de uma nova história escrita a partir da vitória do capitalismo,[16] a estratégia de Clinton superestimou a dimensão econômica, desconsiderando a realidade internacional subjacente, cujo eixo girava em torno do choque de civilizações tal qual formulado por Samuel Huntington.[17]

E assim é que os atentados terroristas aos símbolos do Poder Nacional norte-americano irão alterar drasticamente o quadro estratégico até então vigente. Aliás, a grande crítica que se faz hoje em dia ao modelo estratégico de Clinton recai exatamente nesta sua crença exacerbada na predominância da dimensão econômica dentro da matriz de segurança nacional dos EUA.[18] E o fato é que a queda das torres gêmeas vai estabelecer novos imperativos de segurança nacional para os EUA, imprimindo-lhes nova roupagem voltada para a *Guerra contra o Terror*. É nesse diapasão que a Doutrina Bush faz retornar a primazia da dimensão militar no plano mais amplo da segurança nacional.

Em suma, se, por um lado, a **queda do muro de Berlim** revogou a Geoestratégia da Contenção e instaurou o modelo do *Engagement and Enlargement,* por outro, a **queda das torres gêmeas** invalidou a estratégia econômica de Clinton e inaugurou a tão contestada Doutrina BUSH*, e*ra de força e de *pax americana*. Com efeito, a configuração estratégica pós-11 de setembro optou, sem maiores preocupações com o resto do mundo, por um cenário internacional unipolar, no qual os interesses norte-americanos serão colocados em primeiro plano, não importando as tendências contemporâneas ao *multilateralismo de escopo global* da sociedade internacional pós-bipolar.

Eis que plenamente justificados, sob a perspectiva estadunidense, os conceitos de ataque preventivo e protecionismo comercial sem disfarce. Na verdade, com a devida agudeza de espírito, é possível identificar,

---

16. *Cf FUKUYAMA, Francis. O fim da história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998*
17. *Para uma análise mais ampla do quadro de níveis de atrição entre civilizações, veja-se por todos HUNTINGTON, Samuel. O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998*
18. *Para uma ampliação da análise dos impactos da geopolítica norte-americana no Brasil, v. GÓES, Guilherme Sandoval. A evolução do pensamento estratégico norte-americano a partir da fragmentação nuclear e seus reflexos no Brasil. In: Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v.121,n.04/06,abr./jun.2002.*

antes mesmo do fatídico 11 de setembro de 2001, sinais prévios de unipolarismo dentro da obra estratégica de George W. Bush, tais como:

a) A reedição do projeto "Guerra nas Estrelas", escudo de defesa antimíssil, que tinha sido arquivado durante o governo Clinton;

b) O abandono da concepção estratégica da "Força em Redução" (S*hrinking Force*), na qual se previa a redução de aproximadamente 35% dos gastos militares para as décadas seguintes, tal qual estipulado na revisão estratégica de 1993 do então Secretário de Defesa Les Aspin;

c) A recusa de aderir ao consenso dos novos imperativos internacionais de conservação do meio ambiente, engendrados na Convenção de Kioto;

d) O não reconhecimento da aplicabilidade às forças militares estadunidenses das normas e princípios jurídicos envolvendo a formação do Tribunal Penal Internacional (TPI);

e) O abandono da Conferência anti-racismo e, finalmente,

f) A denúncia do importante tratado *Anti-Balistic Missile Treaty (*ABM) de redução das armas nucleares com a Rússia, denúncia esta necessária para a retomada da construção do Sistema de Defesa Estratégica Antimíssil (Reedição da Guerra nas Estrelas).

Enfim, a estratégia de Bush já apresentava, desde o começo, indícios unilateralistas, daí a forte crítica que vem recebendo da sociedade internacional, seja pela interrupção que provoca no processo de consolidação do *multilateralismo de escopo global*, seja pelo menosprezo que empresta aos demais Estados nacionais e em especial ao Direito Internacional Público (enfraquecimento do papel nas Nações Unidas).

## III. ELEMENTOS TEÓRICOS DE UM GEODIREITO GENUINAMENTE BRASILEIRO NO SÉCULO XXI

Hodiernamente, dentro de um contexto mundial globalizado, a projeção de um país no concerto das nações é função de sua estratégia de inserção internacional. Neste mister, é dever do estrategista pátrio traçar as linhas dominantes da política internacional do país. Não obstante isto, verifica-se que o Brasil nas últimas décadas vem mostrando ser incapaz de engendrar um projeto nacional de desenvolvimento que contemple nossas reais possibilidades de inserção autônoma no cenário internacional.

Nossa Carta Magna preconiza no seu artigo quarto a busca da formação de uma *comunidade latino-americana de nações*. Não deixa de ser uma orientação geopolítica importante para a política externa brasileira. No entanto, é bem de ver que a integração latino-americana, muito embora seja a melhor trajetória geopolítica a trilhar, é de difícil execução. O México já se encontra irremediavelmente vinculado aos EUA; os países do Caribe e da América Central também estão mais próximos estrategicamente dos EUA do que a qualquer país sul-americano; enfim uma integração deste jaez seria praticamente impossível, pelo menos no período de curto ou médio prazo. Assim sendo, conjetura-se como melhor solução para a geopolítica brasileira nestes primórdios da pós-modernidade a redução do nosso espaço vital para o subcontinente sul-americano.

É este induvidosamente nosso verdadeiro *lebensraum*, nosso efetivo espaço vital. Dessarte, vislumbra-se que a integração sul-americana deve ser o ponto de partida de qualquer projeto brasileiro de inserção internacional. Em outros termos, a construção de um modelo geopolítico brasileiro deve partir do fortalecimento da América do Sul, como passo inicial de um projeto de inserção internacional muito mais amplo e que englobe também as relações com os centros mundiais de poder, com a África e, finalmente, com a Ásia.

Assim sendo, defende-se a tese de que o estrategista pátrio tem o desafio de arquitetar a integração da chamada **tríade sul-americana**, composta pelos três grandes conjuntos geopolíticos do nosso subcontinente (Arco Amazônico, Pacto Andino e Cone Sul). Eis aqui a primeira etapa de uma concepção geopolítica genuinamente brasileira. Em seguida, deve-se então configurar as três grandes frentes externas: a primeira voltada para os centros mundiais de poder (EUA, Europa e Japão), a segunda denominada de frente atlântica, atrelada à projeção brasileira sobre a África e sobre o Atlântico Sul , finalmente, a terceira denominada frente sul-sul e que engloba principalmente a interligação IBAS-Mercosul.[19]

19. *Integração da Índia, Brasil e África do Sul, cujo Fórum de Diálogo acaba de ser realizado em Pretória, nascendo a proposição de formar uma grande zona de livre comércio entre os países do Mercosul, da África do Sul e da Índia. Para além dessa integração, a frente sul-sul engloba ainda a integração Mercosul – Mundo árabe-islâmico e o assim chamado BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China).*

A figura abaixo sintetiza essa possível concepção geopolítica multipolar.

Com efeito, a integração do chamado triângulo geopolítico sul-americano é o melhor projeto de integração da América do Sul. Sob os auspícios da liderança benigna brasileira, a integração destes grandes conjuntos geopolíticos pode ser feita a partir da exploração de suas vocações naturais e pautada no caráter de intercomplementaridade sub-regional.[20] Já com relação aos centros mundiais de poder, nossa estratégia deve ser a de manter posição firme e de cooperação,

20. *E assim é que no âmbito do Arco Amazônico, por exemplo, a postura brasileira deveria caminhar no sentido de integrar os países da região por intermédio de acordos multinacionais de construções de hidrelétricas (setor onde o Brasil desponta como um grande competidor internacional), valorização de redes pan-amazônicas de ciência&tecnologia e saúde (pesquisas cientificas em torno da biodiversidade seriam priorizadas em todas as universidades dos países amazônicos, visando a agregar maior valor às suas descobertas e assegurando as patentes sul-americanas, evitando, por conseguinte a fuga de recursos pela pirataria e tráfico ilegal de ervas e sementes), intensificação do turismo ecológico (construção da infra-estrutura necessária ao seu desenvolvimento), etc. A questão indígena tem que se solucionada em tautocronia com a perspectiva de incrementar a exploração dos minerais nobres da Amazônia. Em suma, o conceito estratégico da FLORESTANIA, que alguns Estados brasileiros vêm desenvolvendo deveria ser exportado a todos os demais países amazônicos. O zoneamento ecológico da região possibilitaria engendrar melhores estratégias de aproveitamento econômico em âmbito continental. A integração da Comunidade Andina de Nações é bem mais complicada, mas nem por isto impossível. O ponto nodal do posicionamento geopolítico brasileiro dentro da frente andina deve apontar para a mitigação da iniciativa norte-americana em expandir o Plano Colômbia para os seus países lindeiros. Já o Mercosul é inquestionavelmente o principal fórum de integração sul-americana. As outras duas frentes, a amazônica e a andina, são complementares dentro do processo de inserção internacional da América do Sul. Este é um rol meramente exemplificativo, com certeza muitas outras iniciativas poderiam aqui ser elencadas, mas não há espaço para tanto, fica apenas a sinalização de uma vibrante integração a partir destas três grandes frentes: amazônica, andina e platina.*

porém, sem subserviência e com especial atenção na questão dos subsídios agrícolas por parte dos Estados Unidos, Europa e Japão, que induvidosamente prejudica nossas exportações neste setor.

Com relação à frente atlântica é importante destacar a aproximação com o continente a partir da revolução do biodiesel e de outros investimentos brasileiros ligados à construção civil. Finalmente, a *frente sul–sul* pode abrir amplas perspectivas de integração trilateral envolvendo os países do Mercosul, da África do Sul e da Índia, formando-se, portanto, uma grande zona de livre-comércio no hemisfério sul.

De tudo se vê por conseguinte a importância de o estrategista pátrio sistematizar a inserção internacional do Brasil. Sem visão ampla não será possível moldar o sistema de forças geopolíticas sul-americanas em direção única. Não há outro caminho a trilhar a não ser o de buscar a integração do triângulo geopolítico sul-americano. Com efeito, a interligação das frentes amazônica, andina e platina é uma concepção com latitude geopolítica capaz de enfrentar a influência dos centros mundiais de poder, tornando-se a base de um grande projeto de inserção internacional da América do Sul como um todo.

## IV. CONCLUSÃO

O presente trabalho procurou *ab initio usque ad mais* analisar as interferências mútuas entre a geopolítica e o direito. Destarte, em um primeiro momento, investigou-se um fenômeno academicamente oculto no Brasil e que é a constitucionalização da geopolítica. Nesse sentido, verificou-se que o direito constitucional vive uma das fases mais delicadas de sua evolução, mormente em países do mundo periférico, onde se constata com maior intensidade o fenômeno da constitucionalização de princípios da ordem política liberal no seu afã de neutralizar axiologicamente a Constituição, retirando-lhe a força normativa, tão arduamente conquistada.

Assim, tentou-se demonstrar que a falta de uma Estratégia Nacional de longo prazo impede por via reflexa que a Constituição cumpra efetivamente seu papel de assegurar os direitos fundamentais mínimos para todo e qualquer cidadão brasileiro. Como bem alertou Bercovici sem um Estado forte podemos colocar o que quisermos na Constituição que nada acontecerá em termos de efetividade dos direitos fundamentais.

Nesses tempos de pós-modernidade, vive-se a angústia da desconstrução do *welfarismo* e, na sua esteira, o abandono dos hipossuficientes à sua própria sorte. É por isso que o legislador pátrio tem a missão de atualizar o Estado brasileiro mediante a fixação de emendas constitucionais que valorizem o conceito de um Estado Pós-Moderno que possa - a um só tempo - conciliar os valores liberais da livre iniciativa e da abertura do comércio com os valores da social democracia voltados para a justiça social e a dignidade da pessoa humana, garantindo-se a partir daí o núcleo essencial dos direitos do cidadão comum.

Deitado em berço esplêndido, o gigante brasileiro se submete a pressões externas que só fazem agravar a exclusão social no nosso País. Urge, pois, ao Brasil, afastar postura geopolítica submissa e recuperar o tempo perdido, assumindo concepção geopolítica avançada, cujo ponto de partida - e não de chegada - seja a união da tríade sul-americana e seus principais conjuntos geopolíticos (arco amazônico, pacto andino e cone sul). A partir daí será mais fácil engendrar as outras três grandes iniciativas *extrabloco* representadas pelas frentes **norte** (centros mundiais de poder), **atlântica** (África e Atlântico Sul) e **sul-sul** (Mercosul-IBAS, Mercosul-mundo árabe-islâmico e BRIC).

Em suma, a evolução do direito constitucional no Brasil precisa levar em consideração estas *variáveis geopolíticas* de modo a fixar *defesas jurídicas* eficazes contra os centros mundiais de poder, cujos interesses se projetam sobre o nosso constitucionalismo, valendo lembrar aqui mais uma vez a lição magistral de Natalino Irti acerca do *mercado de ordenamentos jurídicos* no mundo em desenvolvimento. Nesse passo, importa ganhar a visão superior de que a Constituição tem a função de moldar a vida nacional, e, não, apenas, regulá-la.

É por tudo isso que se acredita que o direito constitucional pós-moderno não pode ficar apartado da realidade internacional que o circunscreve, sem que lhe seja imputado qualquer papel de controle na proteção dos direitos fundamentais e na atuação do Estado desenvolvimentista no domínio econômico. Sob a ótica do geodireito, o significado da Constituição não se esgota na mera perspectiva de ser a *norma jurídica superior* do Estado, desprovida de qualquer conteúdo ético-social, como aliás quer a ordem política neoliberal. Ao revés, a Constituição é dinâmica e aberta e deve servir de fundamento material

para a elaboração das políticas públicas dentro do Estado Constitucional de Direito. Há que se compreender que a Constituição e a Estratégia Nacional - enquanto definidora das políticas públicas - são faces de uma mesma moeda.

E mais: inspirado em Rui Barbosa, poder-se-ia dizer que: quando a escola de Chicago nas finanças se reúne à escola de Friedrich August von Hayek na teoria econômica podem estar certos de que se lhes imprimiu, entre os povos do mundo periférico, quinhão incomparável de exclusão social.

Com estas considerações encerra-se este trabalho acadêmico, salientando-se que, na era do geodireito, estratégia nacional e direito constitucional devem estar lado a lado na garantia dos direitos fundamentais do cidadão comum e na defesa da soberania estatal; definitivamente, não convém embarcar na onda da desconstrução do Estado nacional, que a matriz neoliberal tenta exportar com a força do triunfo capitalista sobre o socialismo a partir do colapso soviético. É possível, sim, inaugurar-se uma nova etapa de leitura moral e geopolítica da Constituição, fazendo valer mais do que nunca a expressão de Hans Peter Schneider de que a Constituição é direito político: do, sobre e para o político.

*O autor é Capitão-de-Mar-e-Guerra e membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra*

# A cor ocre da pobreza

*Mauro Santayana*

Não é de meu hábito, mas inicio estas reflexões com reminiscências pessoais. No início dos anos 40, em instituição do Estado para meninos sem lar, convivi, diariamente, durante quase três anos, com mais de 200 companheiros, brancos, negros, mulatos, cafuzos. De vez em quando, recordo-me de um deles, e tenho dificuldade em lembrar exatamente a cor de sua pele. Em minha memória, só de alguns as características físicas, por inusitadas, se destacam. De modo geral deles me lembro com uma só cor, a cor da pobreza, algumas vezes tingida pela esperança, e, outras vezes, pálidas de permanente tristeza, que a solidariedade do grupo, discreta, quase muda, aliviava. Naquele pequeno mundo, em que tínhamos o mínimo – e nesse mínimo, a que não faltava a palmatória, não se incluíam sapatos, nem escovas para os dentes – o nosso consolo era o sonho comum de liberdade.

Penso muito nisso, quando, em nome da igualdade, pretendem instituir no Brasil uma noção que a ciência rejeita, a de etnias humanas. Fico imaginando se, naquela comunidade a que pertenci, houvesse cotas cromáticas, a fim de que alguns dispusessem de atendimento especial pelos professores, tivessem um prato mais cheio, ou recebessem enxadas mais leves para o trabalho na lavoura. Se assim fosse, a nossa miséria seria insuportável. Os guardas, homens igualmente pobres, eram também negros, brancos, mestiços, e atuavam de acordo com sua personalidade, dois ou três com simpatia para com o nosso sofrimento, alguns com indiferença, outros com crueldade.

Sabemos que há também no Brasil o preconceito de cor, contra o qual há leis, e é necessário combater esta e todas as outras formas de discriminação. Em razão disso, é inadmissível o reconhecimento pelo Estado da diferença, mediante o proposto Estatuto da Igualdade Racial, que é claramente inconstitucional. O artigo V da Constituição, cláusula pétrea da Carta, não deixa dúvida: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade...". É natural e humano que os negros, submetidos secularmente à opressão, anseiem pelo ressarcimento

histórico. Não se duvida da boa intenção do autor do projeto, que se destaca em sua atuação no Senado. Muitas vezes, a ânsia de justiça leva à ingenuidade. Se o Estatuto for aprovado, a harmonia entre os brasileiros estará ameaçada. Muitos negros não defendem a legislação proposta, porque acreditam que ela provocará desentendimentos entre os pobres, e se baseiam na experiência comum de que os que se diferenciam se excluem. Disso sabem, com sua penosa história, alguns povos antigos.

Só há duas raças humanas, e são raças sociais, não biológicas: a raça dos oprimidos e a raça dos opressores. Durante a escravidão, os brancos pobres dispunham de liberdade formal, estavam livres do tronco e das marcas a ferro, mas eram também oprimidos. Alguns serviam como feitores de escravos, mas os feitores mais cruéis, de acordo com depoimentos antigos, eram os próprios negros. E os negros comprados nas costas africanas eram capturados e vendidos por outros negros. A cor da pele não torna os homens melhores ou piores. Não os faz mais inteligentes ou menos inteligentes, mais honrados ou menos honrados.

É razoável que haja cotas para os pobres, negros e brancos, egressos das escolas públicas. O sistema atual de vestibular privilegia os que foram adestrados para responder aos questionários, mas não identifica os mais aptos. A experiência vem demonstrando que, nos cursos universitários, os bolsistas do Prouni, negros e brancos, se distinguem por sua aplicação e inteligência. Sabem que ali está a sua oportunidade e procuram não desperdiçá-la. A democracia, até onde podemos entendê-la, se baseia na oportunidade igual e no mérito. A qualificação das pessoas se faz na base de sua capacidade. As leis de Nurenberg classificavam os homens pela cor da pele, medidas do crânio e textura dos cabelos – e exigiam a identidade "racial" nos documentos. Mas foram revogadas em 1945.

O que existe, sim, é intolerável injustiça social que, em alguns casos, o preconceito exacerba e a lei coíbe, quando é aplicada. Que todos tenham o mesmo direito, homens e mulheres, negros e brancos, mestiços ou albinos. Eles constituem a única raça, a raça dos homens.

*O autor é jornalista e articulista do Jornal do Brasil*

# Implementação da Estratégia Nacional de Defesa: alguns aspectos julgados relevantes

*Carlos Alberto Pinto Silva*

Decreto Presidencial, de dezembro de 2008, aprovou a Estratégia Nacional de Defesa (END), importante instrumento destinado a balizar procedimentos e caminhos a seguir por esse importante setor do Poder Nacional.

A formulação de estratégias é uma tarefa difícil; colocá-las em execução é ainda mais complicado. A experiência mostra que muitos gestores, integrantes dos mais elevados escalões, demonstram saber como desenvolver estratégias, mas se mostram pouco hábeis na tarefa de implementá-las, encontrando dificuldades na superação dos variados obstáculos políticos, organizacionais e orçamentários que são encontrados no caminho.

Não basta embasar as estratégias em objetivos operacionais mensuráveis de curto e de médio prazo. É fundamental que seus pressupostos tenham como alicerces sólidos e equilibrados planos de ação.

No caso específico da END, o Brasil dispõe, hoje, de um instrumento que foi longamente pensado por seus formuladores. Por outro lado, questionamos, será que foi suficientemente discutido, com a profundidade necessária, por todos os segmentos direta ou indiretamente envolvidos? Estão os mais importantes pressupostos levantados e devidamente embasados em sólidos e equilibrados planos de ação?

Continuemos a apresentar questões de difíceis respostas e discutíveis graus de certeza: Quais as tendências futuras dos recursos destinados à Defesa no Brasil?

Governo Federal está, realmente, disposto a cumprir suas promessas no sentido de atender às necessidades estabelecidas pela END?

O Governo Federal está, realmente, disposto a aumentar a produção nacional de material de Defesa e a incrementar os recursos destinados à sua aquisição?

As Forças Armadas brasileiras estão preparadas para empregar recursos de maneira mais inteligente e racional, ou seja, onde é realmente, necessário?

Com relação aos países desenvolvidos, queremos manter parcerias em toda a gama de capacidades associadas aos conflitos de alta intensidade?

Queremos desenvolver Forças Armadas capazes de atuar também em operações de alta intensidade, contando com tecnologia nacional e internacional de ponta? Ou continuaremos a priorizar as tarefas secundárias de não-guerra, como a gestão de crises na América do Sul, as operações de manutenção de paz e as operações de garantia da lei e da ordem e do tipo polícia, consideradas modestas em razão da estatura político-estratégica do Brasil?

Estamos dispostos a pensar e a discutir a necessidade de uma Revolução em Assuntos Militares (RAM), iniciando uma Transformação de Defesa nas nossas Forças Armadas? Ou continuaremos a priorizar a tomada de medidas paliativas destinadas a apenas remediar a deterioração de nossa capacidade operacional?

Uma estratégia é dinâmica, portanto, deve ser constantemente reavaliada. A reavaliação é uma peça-chave na execução, pois promove as discussões, esclarece as bases fundamentais da estratégia e ajuda a estabelecer objetivos relacionados com a sua execução.

O poder é fundamental na implementação de uma estratégia. As tentativas de execução que violaram as estruturas de poder sempre enfrentaram dificuldades e foram frequentemente condenadas ao fracasso.

Nesse contexto, o clima criado pelos chefes é de capital importância, pois afeta toda a instituição, dos mais baixos aos mais altos escalões. Vale ressaltar que os chefes, na esmagadora maioria das vezes, são também subordinados. Essa condição faz com que eles reajam ao clima decorrente das necessidades impostas pelas estratégias a implementar. Por isso, é importante que os chefes, em todos os níveis, acreditando nos objetivos a alcançar, se empenhem na execução escrupulosa de seus papéis, estimulando seus subordinados à superação das dificuldades e liderando os processos de controle.

Muitas vezes, o estabelecimento de novos rumos a seguir exigirá mudanças na cultura da organização. Mudanças de cultura são difíceis,

mas possíveis. Vejamos algumas regras que, bem administradas, podem ajudar nesse sentido:

As razões para a mudança devem ser claras, estimulantes e de comum acordo entre os principais participantes do processo.

O foco deve estar voltado para a mudança de comportamento e não diretamente para a mudança de cultura. Novas pessoas, incentivos, controles e estruturas organizacionais podem motivar mudanças comportamentais e, em conseqüência, levar a mudanças na cultura da instituição.

A comunicação efetiva é fundamental. A instituição deve desenvolver um plano de comunicação e a chefia deve se ligar diretamente com as pessoas afetadas pelas mudanças.

A alta administração deve empenhar todos os seus esforços para diminuir a resistência às mudanças.

O cuidado com a velocidade deve ser observado. Quando se busca mudar a cultura de uma organização, a velocidade pode ser desejável ou até mesmo necessária, mas vem impregnada de problemas. Mudar muitas coisas simultaneamente, e com pressa, pode confundir o processo de mudança e tornar a coordenação e a comunicação difíceis.

Não há como negar que são os governos, por intermédio de Estratégias ou Políticas Nacionais de Defesa, que têm de decidir sobre a preservação da paz, quanto aos passos individuais da escalada em tempo de tensão e, finalmente, acerca do emprego do poder militar para dissuadir ou para travar a guerra. Ocorre que, muitas vezes, se observa a falta de uma ligação objetiva entre políticos e militares. Isso dificulta a obtenção da clareza necessária com relação às razões que levam ao emprego do poder armado - e que meios a utilizar - na conquista dos objetivos, marcados pela política, necessários à defesa dos interesses nacionais.

Alguns argumentam que, em uma democracia, somente os políticos podem tratar de políticas e de planejamento em nível estratégico. Esse pensamento significa confundir o assunto, pois, na maioria dos casos, os políticos não participam desse processo no campo da Defesa, mas, sim, decidem sobre políticas ou estratégias que lhes são propostas pelos assessores militares ou civis especialistas no assunto.

Alguns políticos erram ao ver as Forças Armadas como um instrumento de governo e não de Estado. Por isso, buscam alijar os militares (que são apartidários) das decisões políticas e estratégicas necessárias à defesa da sociedade e do Brasil. Tal atitude prejudica o planejamento e a implementação da Estratégia Nacional de Defesa, pois representa uma regressão do pensamento estratégico no País, em face de um injusto pré-julgamento dos militares feito por maus políticos de plantão.

Somente por meio de uma completa compreensão da política nacional e da integração entre civis e militares, poder-se-á estabelecer os melhores parâmetros para o emprego bem sucedido do Poder Militar no contexto de uma Estratégia Nacional de Defesa.

O pensamento estratégico precisa ser amplo, ao invés de buscar uma análise detalhada dos fatos. Deve ter como base as necessidades de um grupo humano e ser realizado em equipe. O pensamento estratégico é social e, portanto, não deve ser obra de um homem, personalista e iluminado. A subordinação às idéias de um "virtuose" é o caminho mais direto para o desastre.

Com este trabalho, procuramos apontar aspectos que consideramos relevantes para que a atual END obtenha o êxito esperado em prol do setor da Defesa do Brasil.

Alguns pontos desse importante documento foram questionados, uma vez que, sob a nossa ótica, não estão claros. As respostas a esses questionamentos, esperamos, foram levantadas antes do início e durante a formulação da END e orientarão a sua implementação, posto que, acreditamos, são fundamentais para o seu sucesso.

Caso contrário, a END não passará de mero trabalho teórico!

A Estratégia Nacional de Defesa (END) não deve significar o fim do assunto, como poderia transparecer a sua sigla ("fim", "final", "término", na língua inglesa), mas, ao contrário, o início de uma ampla discussão, em nível nacional, sobre esse importante tema, com a participação pró-ativa de todos os segmentos da sociedade brasileira.

*O autor é General-de-Exército, ex-comandante de Operações Terrestres (COTer).*

# A China pensa?

*Marcelo Hecksher*

Em 1949, a maioria dos intelectuais acreditava que o comunismo salvaria a China.

Em 1969, estes mesmos intelectuais acreditavam que a China, com a Revolução Cultural, salvaria o comunismo, que, após Stalin e a Primavera de Praga começava a ser desacreditado como ideologia.

Em 1979, Deng Xiao Ping percebeu que somente o capitalismo salvaria a China.

Em 2009, o mundo inteiro acredita que somente a China pode salvar o capitalismo.

São momentos históricos sintetizados em quatro parágrafos por algum bom analista político.

Pela força da sua economia, a China se impõe como potência global. O seu peso específico no consumo mundial de *commodities* indica os rumos do mercado desses produtos, que sustentam a economia de muitos países do chamado terceiro mundo e de países em desenvolvimento.

O desconhecimento do ocidental médio sobre a China, até meados da década de 1990 era muito grande. Com o Brasil, a maior aproximação ocorreu a partir de 1988, com a visita do presidente Sarney a China. Dessa visita nasceram poucos projetos e empreendimentos, tanto pelo pouco conhecimento quanto pelas dificuldades econômicas dos dois países, naquele momento.

Em 1997, havia na China apenas um jornalista brasileiro residente em Pequim. As notícias que nos chegavam eram "filtradas" pela imprensa norte- americana engajada nos processos da guerra fria e no apoio incondicional a Taiwan, resto da influente presença americana na Ásia, após a derrota de seus aliados na China, os republicanos do Kuomintang de Chiang Kai-shek.

Interessante é notar que, na ilha tida como democrática pelos EUA, que com seu poder militar e econômico é o guardião do seu isolamento

da China, as primeiras eleições democráticas ocorreram, somente, em 1996, reelegendo-se o presidente Lee Teng-hui.

Enquanto a China avançava com seu programa espacial de um voo tripulado, realizado em 2007, era comum se ouvir apenas comentários desairosos sobre a qualidade dos produtos chineses, de toda categoria. Por vezes, o "conferencista" que assim se pronunciava vestia roupas de grife fabricadas na China, sem mesmo perceber o significado dessa presença global crescente da China. A impressão que ficou é que o mundo cochilou quando a China explodiu, com taxas de crescimento de seu PIB superiores a 10%.

Mesmo com esse crescimento, muitos só "abriram o olho" com a Olimpíada de Pequim, quando a China se tornou visível para o ocidental médio. Ainda assim, muitos "desconfiaram" de toda a grandeza mostrada. Em função da abertura relativa concedida pelo Partido Comunista Chinês, para determinados grupos de comunicações, estes resolveram tratar questões geopolíticas milenares em curtas reportagens e visitas a regiões totalmente desconhecidas dos ocidentais, geograficamente e historicamente, como a província do Tibete e a de Xinjiang, sem se preocuparem em analisar o fenômeno das transformações que ocorriam na vida do chinês médio, das capitais ou do interior. Tratar dos devaneios do Dalai Lama, na impossibilidade de sobrevivência de um estilo de vida peculiar dos monges tibetanos, rezando seus mantras à custa de uma população miserável, é mais charmoso, principalmente se apoiado por ONG com sede em Hollywood.

Qual teria sido a razão desse cochilo ocidental para o vertiginoso crescimento da importância econômica e política da China na última década, fazendo com que várias oportunidades de negócios fossem perdidas ou postergadas? Arriscando-se um prognóstico em fato complexo, poder-se-ia dizer que a causa foi o desconhecimento e a tentativa de entender a China com os nossos parâmetros e visão ocidental da sociedade.

Mark Leonard, em seu livro "O que a China pensa?", introduz seus leitores no mundo desconhecido dos debates intelectuais de pensadores chineses, gerando experimentações nas províncias, debates com grupos de opinião, fatos que podem mudar, além da China, a nossa realidade. O surgimento de uma "ditadura deliberativa" não pode deixar de ser analisado por nossos cientistas políticos.

Um dos pensadores chineses citado por Mark Leonard, Gan Yang, faz o seguinte comentário:

> *Na década de 1980 nós éramos todos reformistas. Criticávamos práticas e objetivos maoístas ultrapassadas. Analisávamos nossas circunstâncias com base nas ideias do Ocidente. O que tínhamos era ingênuo e abstrato porque não sabíamos o que realmente aconteceria com a China uma vez que o mercado decolasse. Não sabíamos que o mercado criaria ricos e pobres. Pensávamos que beneficiaria a todos. E foi assim por alguns anos.*

Como se observa mesmo os pensadores chineses se equivocaram em pensar a China, pós-abertura econômica, com base em parâmetros Ocidentais. A China é tão vasta e tão grandiosos são seus propósitos, que não podemos nos dar ao luxo de nos fixarmos em slogans de propaganda chinesa, ou da contrapropaganda de quem se interessa em barrar a ascensão global da China. É comum se ouvir dizer que a abertura econômica não chegou, e jamais chegará, ao interior. É uma simplificação da questão por parte de quem desconhece que as reformas da China começaram no interior, com a dissolução das "comunas populares" e o fim das fazendas coletivas, marcos da Revolução Comunista Chinesa, em 1979.

Essa simples mudança revolucionou os conceitos comunistas na China, uma vez que a vida no campo, pelo modelo comunista adotado até então, era o das "unidades de trabalho que substituíam a família tradicional, como unidade primária da atividade econômica e da vida social" (LEONARD 2008).

Nos dias de hoje, não devemos desconsiderar as experiências chinesas, que se contrapõem ao pensamento político tradicional das esquerdas que, particularmente no Brasil, insistem em querer adotar modelos para o campo já descartados, até mesmo na China comunista. Que se estude a parábola do "Vilarejo das Zebras", o "Capitalismo do Rio Pérola: da revolução a inovação permanente", ou o "Capitalismo do Rio Amarelo", e outros tantos casos e experimentações apontados por Leonard, em uma variedade de proposições e discussões intelectuais e acadêmicas, que não se suspeitava existir na República Popular da China.

O insuspeito Chris Patten, último governador inglês em Hong Kong , colônia inglesa (1997), atesta a importância do conhecimento sobre o debate interno sobre o futuro da China.

Será que o Ocidente, o Brasil em particular, se manterá alheio às mudanças em curso? Será que iremos tirar outra soneca, enquanto a China estabelece uma nova realidade política mundial? Ou será que nós Ocidentais ainda julgamos que a cultura cristã, anglo-saxônica se basta para a determinação do futuro político da humanidade?

Conhecer a China não deve significar, apenas, desfilar dados estatísticos, econômicos e geográficos. Conhecer a China significa conhecer também a sua história que influencia os dias de hoje. Mais que isso, é necessário conhecer o que a China pensa.

A China pensa, decide e age rápido, muito rápido.

*O autor é Coronel-Aviador e Mestre em Ciências Aeroespaciais*

# O Lockheed A-28A Hudson na Força Aérea Brasileira

*Aparecido Camazano Alamino*

## HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO DA AERONAVE

Em 1937, a Inglaterra sentia a necessidade de uma aeronave bimotora de médio porte, para executar várias tarefas e missões operacionais, principalmente de patrulhamento marítimo e reconhecimento, que eram realizadas pelo já ultrapassado aparelho *AVRO Anson*.

Após analisar alguns modelos em produção, a RAF (Real Força Aérea) interessou-se pelo avião de transporte comercial *Lockheed* Modelo 14 Super *Electra*, desenhado pelo projetista **Don Palmer**. O Super Electra realizou o seu primeiro vôo em **29 de julho de 1937** e entrou em serviço, em diversas empresas aéreas comerciais, em outubro do mesmo ano.

Como a guerra contra a Alemanha era iminente, em fevereiro de 1938 a RAF estabeleceu algumas modificações a serem feitas no aparelho comercial, incluindo um *bomb bay* e torretas de metralhadoras para sua autodefesa, bem como armamento ofensivo no "nariz", para efetuar ataque contra alvos terrestres. Pela premência, as janelas laterais na fuselagem do avião comercial foram mantidas.

Em 10 de dezembro de 1938, a *Lockheed* apresentou à RAF o aparelho com as modificações solicitadas, que foi batizado como *Hudson* Mk I. Já em fevereiro de 1939, a Comissão Britânica de Aquisições (*British Purchasing Comission* - BPC) contratou uma encomenda inicial de 200 aviões para equipar o nº. 224 *Squadron*, baseado em *Lechars* – Escócia. Quando a guerra começou, em 1º de setembro de 1939, a RAF já estava dotada com 78 aviões *Hudson*.

Durante a guerra, a RAF ainda recebeu cerca de mais 800 aviões *Hudson* das seguintes variantes: Mk.I, MK.II, MK.III, MK.IV, MK.V e MK.VI. Esses aviões também foram distribuídos para os países da Comunidade Britânica como a Austrália, África do Sul, Canadá, Nova Zelândia etc. Os *Hudson* realizaram inúmeras tarefas durante a guerra, com destaque para reconhecimento, patrulha marítima, ataque, missões especiais, anti-submarino etc.

Com o advento da Lei de Empréstimo e Arrendamento, em março de 1941, a designação dos *Hudson* foi modificada para os padrões da USAAF (*United States Army Air Force* – Força Aérea do Exército dos Estados Unidos) onde foram identificados em suas diferentes variantes como A-28, A-28A, A-29, A-29A, A-29B, AT-18, AT-18A e PBO-1.

**VARIANTES PRODUZIDAS DO *LOCKHEED HUDSON***

| Variante | Observação |
|---|---|
| *Hudson* Mk I | 351 produzidos para a RAF e 50 para a Austrália |
| *Hudson* Mk II | Mk I com hélices de velocidade constante – 20 fabricados para a RAF e 50 para a Austrália |
| *Hudson* Mk III | 428 aparelhos produzidos |
| *Hudson* Mk IIIA | 800 fabricados – Variantes A-29 e A-29A para o *Lend Lease* |
| *Hudson* Mk IV | Mk II com a torreta ventral removida – 30 produzidos para a Austrália (os aviões Mk I e Mk II foram padronizados para Mk IV) |
| *Hudson* Mk IVA | 52 aparelhos A-28 entregues para a Austrália |
| *Hudson* Mk V | Mk III com motores de 1.200 hp – 409 construídos |
| *Hudson* Mk VI | A-28A para o *Lend Lease* – 450 fabricados |
| A-28 | Motores de 1.050 hp – 52 produzidos para a Austrália (Mk IVA) |
| A-28A | A-28 com interior convertido para transporte de tropas 450 aviões encomendados pela RAF (Mk VI) |
| A-29 | A-28 com motores de 1.200 hp – 416 para a RAF, 153 para a USAAF (RA-29) e 20 para a *U. S. Navy* (PBO-1) |
| A-29A | A-29 com interior para transporte de tropas – 384 para a RAF Mk IIIA – vários requisitados pela USAAF (RA-29A) |
| A-29B | 24 requisitados pela USAAF para foto reconhecimento |
| AT-18 | 217 fabricados – treinamento de artilheiros |
| AT-18A | 83 produzidos – treinamento de navegação sem torreta dorsal |
| C-63 | Designação provisória modificada para A-29A |
| PBO-1 | 20 *Hudson* IIIA requisitados à RAF para uso no VP-82 *US Navy* |

FONTE: *Lockheed Aircraft Corporation*

Com a entrada dos Estados Unidos na Guerra, a USAAF e a *U. S. Navy* também incorporaram os *Hudson* em seus inventários, sendo que muitos desses aparelhos tinham sido destinados originalmente para a Inglaterra. As responsabilidades assumidas pelos norte-americanos com a Lei de Empréstimos e Arrendamento, exigiram tal atitude, tendo em vista a necessidade de dotar suas forças e as de seus aliados com aeronaves já prontas para utilização.

Os *Hudson* foram fabricados até maio de 1943 e a sua produção totalizou 2941 aparelhos de todas as variantes. Já do *Lockheed Electra* Modelo 14, de uso comercial, foram fabricados 233 aviões.

Devido a sua enorme versatilidade, o *Lockheed Hudson* foi utilizado por diversos países do cenário aliado, atuando em praticamente todos os teatros de operações da 2ª Guerra Mundial. Os seguintes países empregaram aparelhos *Hudson*: África do Sul, Austrália, **Brasil**, Canadá, China, Estados Unidos, Inglaterra, Irlanda, Holanda, Nova Zelândia e Portugal.

Cabe ressaltar que, durante a 2ª Guerra Mundial, os *Hudson* foram os responsáveis pelo afundamento de 25 submarinos alemães, o que prova a sua qualidade na realização de missões anti-submarinas.

## O *LOCKHEED* A-28A *HUDSON* NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA

Com a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial, um acordo com o Governo dos Estados Unidos propiciou o reequipamento da recém criada Força Aérea Brasileira (FAB), pela Lei de Empréstimo e Arrendamento. Ainda em 1942, inúmeros aviões de combate começaram a ser disponibilizados para o Brasil, dentre eles os bimotores *Lockheed* A-28A *Hudson*.

Foram destinados à FAB 28 aparelhos da variante A-28A, que foram entregues no Brasil, com o seu translado realizado por pilotos norte-americanos. Desses, 10 aviões foram recebidos em novembro e dezembro de 1942, 16 em janeiro de 1943, um em fevereiro e outro em março de 1943.

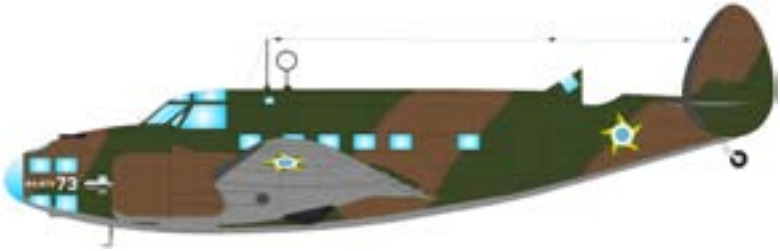
Todos os A-28A recebidos pela FAB estavam destinados à RAF originalmente, onde teriam os seriais FK544 e 545, FK554 a 557,

FK644 a 655, FK694 a 703 e FK706. Em decorrência desse fato, os aviões vieram pintados com a camuflagem da RAF, sendo utilizadas tintas norte-americanas e operaram nos seus primeiros anos aqui no Brasil com tal padrão de pintura, que era o *Dark Earth* (marrom-terra escuro) e o *Dark Green* (verde escuro) na fuselagem e superfícies superiores das asas e profundor e o *Medium Gray* 43 (cinza médio) nas partes inferiores da fuselagem, profundor e asas.

## UNIDADES AÉREAS DA FAB QUE OPERARAM OS A-28A *HUDSON* DURANTE A 2ª GUERRA MUNDIAL

Entre dezembro de 1942 e março de 1943, várias Unidades Aéreas da FAB foram dotadas com o avião *Lockheed* A-28A *Hudson*, que tiveram diversas atribuições, principalmente as voltadas para o esforço de guerra no combate aos submarinos do Eixo, que atacavam navios mercantes brasileiros e aliados, navegando pelas costas do Brasil. No período da 2ª Guerra Mundial (1943 – 1945) as seguintes Unidades Aéreas da FAB operaram os A-28A *Hudson*:

**GRUPO DE AVIÕES BIMOTORES – (GAB):** Estabelecido em Natal – RN, desde o dia 3 de março de 1943, foi equipado com aparelhos *North American* B-25B, Douglas B-18 Bolo e *Lockheed* A-28A *Hudson*. Tal Grupo realizava missões de patrulhamento marítimo, proteção de comboios e bombardeio. Durante a guerra, foram utilizados pelo GAB três aparelhos A-28A (414-7020, 7123 e 7124). Em 5 de outubro de 1944, o GAB foi transformado em 1º Grupo Misto de Aviação (1º GMA).




*Os primeiros Hudson A-28A da FAB vieram com camuflagem inglesa*

**BASE AÉREA DE SALVADOR – (BASV):** Criada em 5 de novembro de 1942, foi dotada, no início, com aeronaves *North American* NA-44 da FAB e, também, apoiava a operação de aparelhos PV-1 Ventura e PBM-3 *Mariner* da U. S. *Navy*. No início de 1943, recebeu sete aviões *Lockheed* A-28A *Hudson* (414-7021, 7125, 7126, 7128, 7130, 7175 e 7178) para a realização de missões de patrulhamento marítimo, cobertura de comboios e anti-submarino.

**2º GRUPO DE BOMBARDEIO MÉDIO – (2º GBM):** Ativado em Salvador – BA, em 17 de agosto de 1944, para cumprir missões de cobertura de comboios, anti-submarino e de bombardeio. Operou com os A-28A *Hudson* até dezembro de 1944, quando tais aparelhos foram transferidos para o 4º GBM.

**BASE AÉREA DE FORTALEZA – (BAFZ):** Fundada em 21 de maio de 1941, a BAFZ operou em seu Grupo Bimotor três aviões A-28A *Hudson* (414-7121, 7030 e 7031), recebidos no início de 1943, para executar missões de patrulhamento, anti-submarino e cobertura de comboios.

**4º GRUPO DE BOMBARDEIO MÉDIO - (4º GBM):** Criado em Fortaleza em 5 de outubro de 1944, pelo Decreto-Lei nº 6.926, o 4º Grupo de Bombardeio Médio (4º GBM) concentrou a frota de aparelhos *Hudson* A-28A da FAB a partir de dezembro de 1944, desempenhando as tarefas de patrulhamento marítimo, anti-submarino e cobertura de comboios até o final da guerra.

**UNIDADE VOLANTE DO GALEÃO – (UVG):** Estabelecida na Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro, em 1943, quando recebeu seis aviões *Hudson* A-28A (414-7032, 7120, 7127, 7171, 7172 e 7173), com o objetivo de realizar missões de patrulhamento marítimo, cobertura de comboios e bombardeio. Foi transformada no 3º Grupo de Bombardeio Médio (3º GBM) em agosto de 1944.

**3º GRUPO DE BOMBARDEIO MÉDIO – (3º GBM):** Foi a evolução da Unidade Volante do Galeão, sendo ativado em 17 de agosto de 1944, mantendo a estrutura e a missão de sua antecessora. Operou os *Hudson* A-28A até dezembro de 1944, quanto entregou os aparelhos remanescentes para o 4º GBM.

**GRUPO DE AVIÕES BIMOTORES DO 6º RAv – (GAB-6º RAv):** Criado em Recife em 21 de dezembro de 1942, foi dotado com três aviões *North American* B-25B *Mitchell*, dois *Lockheed* A-28A *Hudson* (414-

7122, 7174) e um *Douglas* B-18 Bolo. Esse Grupo estava vinculado ao 6º Regimento de Aviação e realizava missões de patrulhamento marítimo, anti-submarino, cobertura de comboios e adestramento de equipagens. Com a evolução da estrutura organizacional da FAB o GAB foi desativado em 17 de agosto de 1944, quando foi criado o 1º Grupo de Bombardeio Médio (1º GBM).

*Hudson A-28A FAB 23 com as cores utilizadas em 1944*

**1º GRUPO DE BOMBARDEIO MÉDIO - (1º GBM):** Ativado em Recife em 17 de agosto de 1944, estava dotado com aparelhos *North American* B-25B/J *Mitchell* e *Hudson* A-28A. Tinha como missão executar tarefas de patrulhamento marítimo, cobertura de comboios e bombardeio. Os *Hudson* operaram até dezembro de 1944, quando os A-28A foram transferidos para o 4º GBM.

**BASE AÉREA DE CANOAS - (BACO):** Sediada em Canoas – RS, a BACO recebeu, no início de 1943, três aviões *Hudson* A-28A (414-7129, 7131 e 7170) para efetuar missões de patrulhamento marítimo, cobertura de comboios e bombardeio no extremo Sul do Brasil. Essas aeronaves operaram em Canoas até 1º de agosto de 1944, quando foram transferidos para a Unidade Volante da Base Aérea do Galeão.

**BASE AÉREA DE SANTA CRUZ – (BASC):** Em 16 de janeiro de 1943, o Aeroporto Bartolomeu de Gusmão, distante 60 km do Rio de Janeiro – RJ, passa a denominar-se Base Aérea de Santa Cruz. Ainda no primeiro trimestre de 1943, foram recebidos três aparelhos *Hudson* A-28A (414-7176, 7177 e 7179), que ficaram vinculados ao Grupo de Bombardeio Picado para realizar missões de patrulhamento marítimo, cobertura de comboios e bombardeio. Esses aviões operaram em Santa Cruz até 1º de agosto de 1944, quando foram transferidos para a Unidade Volante do Galeão.

Além dessas unidades, o aparelho A-28A, matriculado 414-7182, permaneceu nos Estados Unidos, em *San Antonio*, onde era utilizado pela Comissão Aeronáutica Brasileira lá sediada. Nunca veio para o Brasil e foi descarregado em 23 de julho de 1947.

## FRATERNIDADE DO FOLE DOA *HUDSON* PARA A FAB

A Fraternidade do Fole (*The Fellowship of the Bellows*), criada em 1940, pelo cidadão brasileiro de ascendência inglesa, *Tom W. Sloper* (proprietário das Lojas *Sloper*), com o objetivo de incentivar a arrecadação de fundos, entre os ingleses residentes no Brasil, para ajudar no esforço de guerra da Inglaterra e de outros países aliados envolvidos no conflito, adquirindo para estes aeronaves de combate.

Nesse cenário, tal Fraternidade atuou em dez Estados Brasileiros, onde arrecadou fundos para ajudar o esforço de guerra inglês e brasileiro, a partir de agosto de 1942.

Com recursos advindos do Brasil o Fole (*Bellow*) adquiriu para a Inglaterra 10 caças *Spitfires* (9 MkV e 1 MkIX), bem como 15 caças *Hawker Typhoon* MkIB, que constituíram o Esquadrão *Brasilian Bellows* (Foles Brasileiros) de nº. 193 *sqn*. na RAF.

No Brasil, um aparelho *Lockheed* A-28A *Hudson*, matriculado 414-7172, foi doado pela Fraternidade do Fole à Força Aérea Brasileira em 1943, ostentando, com a cor branca, no "nariz" no lado direito o desenho de um fole e o nome ***Britania nº. 1***, bem como teve escrito na deriva do lado direito "***Doado pelo Fole à FAB***" e na deriva do lado esquerdo "***Doado pela Inglaterra***". Esse aparelho foi destinado à Unidade Volante do Galeão e na solenidade de seu batizado estiveram presentes o então Ministro da Aeronáutica Joaquim Pedro Salgado Filho e o Embaixador Inglês no Brasil.

Até o seu acidente no Rio de Janeiro em 17de março de 1944, o *Hudson* "72" ostentou tal pintura sobre a sua camuflagem, que era a prova do envolvimento da sociedade para ajudar o esforço de guerra do Brasil.

No tocante as suas matrículas, nos primeiros anos da guerra, os A-28A da FAB mantiveram os seriais de seu número de construção (c/n), com destaque para os dois últimos dígitos, em maiores dimensões, que eram pintados no "nariz" com a cor branca.

Já no início de 1944, os *Hudson* receberam as matrículas no estilo FAB-01 a FAB-28, que eram pintadas nos seus estabilizadores com a cor preta. A partir de julho de 1945, atendendo a nova sistemática de matrículas da FAB com quatro dígitos, os A-28 foram inseridos no milhar 6, ou seja, 6000 a 6999, classificados como aeronave de ataque e matriculados de FAB 6028 a FAB 6055. Cabe salientar, que mesmo os aparelhos acidentados antes de julho de 1945 tiveram alocadas matrículas nos três esquemas de matrículas.

## *HUDSON* A-28A DA FAB COMBATEM SUBMARINOS ALEMÃES

Durante as missões de patrulhamento, dois aparelhos Hudson A-28A realizaram acirrados combates com submarinos alemães, a saber:

- Em 5 de abril de 1943, o Hudson FAB 75 (414-7175) da Base Aérea de Salvador, tripulado pelo 1º Tenente-Aviador Ivo Gastaldoni, Sargentos Ângelo e Souza e os Soldados Argolo e Pascoal Molinaro, atacou, com quatro bombas de profundidade, um submarino alemão no litoral de Sergipe, a 60 km de Aracajú, sem ter a confirmação de seu afundamento, apesar de enorme mancha de óleo no mar e de vários corpos mutilados terem sido recolhidos na praia nos dias seguintes.

*Bela ilustração de Nelson Anaia, registrando o ataque do Ten. Ivo Gastaldoni*

- Já em 31 de julho de 1943, o Hudson FAB 73 (414-7173) da Unidade Volante da BAGL, tripulado pelo Capitão-Aviador Rolim, 1º Tenente Freitas, 2º Tenente Medeiros e 2º Tenente Sérgio Cândido Schnoor, participou do ataque que resultou no afundamento do submarino alemão U-199, que já havia sido avariado por um PBM-3 Mariner (U. S. Navy) e que foi fulminado pelo ataque do Catalina "Arará" da FAB. A belonave foi a pique, tendo 49 tripulantes falecidos e 12 sobreviventes, resgatados por um destróier norte-americano (USS Barnegat).

FONTES: ARQUIVOS DO AUTOR – LIVRO HISTÓRICO DA BASV

Durante a guerra, os *Hudson* A-28A tiveram destacada atuação nas tarefas de patrulhamento, proteção de comboios, reconhecimento e guerra anti-submarina, bem como em missões utilitárias e de transporte de pessoal e de material.

## UNIDADES AÉREAS DA FAB QUE OPERARAM OS A-28A *HUDSON* APÓS A 2ª GUERRA MUNDIAL

Terminada a 2ª Guerra Mundial, a FAB passou grandes alterações em sua estrutura organizacional, desde a formalística de suas Unidades Aéreas, até as tarefas que estas passaram a realizar após o conflito, assim como que equipamento aéreo lhes seria alocado.

Nesse contexto, os cerca de dez aviões de ataque *Lockheed* A-28A *Hudson*, ainda remanescentes na frota da FAB, começaram a ser reunidos no 4º GBM, sediado em Fortaleza – CE, a partir de dezembro de 1944, com o objetivo de facilitar e padronizar a sua operação, além de concentrar as atividades de manutenção no tipo de aparelho.

O 4º GBM foi transformado no 1º/4º Grupo de Aviação (1º/4º GAV) em 29 de julho de 1947, pelo Aviso nº. 14, sendo-lhe designado como equipamento aéreo os aviões *Locheed* A-28A *Hudson*.

Em 26 de maio de 1948, com a chegada dos recém adquiridos B-25J *Mitchell* do lote pós-guerra, o 1º/4º GAV também foi dotado com esses aviões, fato que determinou a transferência dos A-28A para a Base Aérea de Recife, onde foram empregados em missões utilitárias.

Como conseqüência da baixa disponibilidade dos B-25J no 1º/4º GAV, em 23 de novembro de 1948, os A-28A regressam a Fortaleza para operarem paralelamente com os *Mitchells* na formação dos novos pilotos de bombardeio da FAB.

A partir de 1949, muitos aviões começam a ter problemas estruturais e são desativados, diminuindo, sobremaneira a sua utilização, que é relegada a missões administrativas da Base Aérea de Fortaleza (BAFZ). Tal fato teve como conseqüência a transformação de três aviões A-28A em aeronaves de transporte, que foram alocados à BAFZ para a realização de missões utilitárias e de apoio à operação dos B-25.

Assim, no pós-guerra, a operação dos A-28A *Hudson* se resume a duas unidades operacionais e duas organizações administrativas, a saber:

**4º GRUPO DE BOMBARDEIO MÉDIO - (4º GBM):** Criado em Fortaleza em 05 de outubro de 1944, foi dotado com aparelhos *Lockheed* A-28A *Hudson*, com a incumbência de realizar, até o final da guerra, missões de bombardeio, cobertura de comboios e patrulhamento marítimo. Após a guerra, operou até 29 de julho de 1947, quando foi transformado no 1º/4º Grupo de Aviação.

*Após a Guerra, alguns Hudson A-28A foram pintados com a cor cinza*

**1º/4º GRUPO DE AVIAÇÃO – (1º/4º GAV):** Sediado em Fortaleza – CE, o 1º/4º GAV operou os A-28A *Hudson* de julho de 1947 até maio de 1948 e de 23 de novembro de 1948 até 1951, sendo que a partir de 1949 esses aviões eram mais utilizados para missões de apoio e utilitárias pela BAFZ.

**BASE AÉREA DE RECIFE – (BARF):** Concentrou toda a frota, ainda em operação, dos A-28A da FAB de 26 de maio de 1948, até 23 de novembro do mesmo ano, ocasião que tais aviões foram destinados para o 1º/4º GAV. Nesse período, poucos vôos foram realizados, com prevalência de atividades administrativas e de apoio.

**BASE AÉREA DE FORTALEZA – (BAFZ):** Utilizou os *Hudson* A-28A a partir de 1949 para missões de apoio e administrativas, que se estenderam até 12 de março de 1951, quando os últimos aparelhos operacionais foram desativados. Paralelamente, continuou empregando os três aviões C-28 que foram convertidos para aeronave de transporte até julho de 1955, quando o último avião ainda em operação (FAB 2900) foi desativado.

## OS *LOCKHEED HUDSON* DE TRANSPORTE

No final dos anos 1940, a FAB converteu para aeronave de transporte três aviões *Lockheed* A-28A *Hudson*, para serem utilizados em missões de transporte de pessoal, de material e atividades utilitárias.

A conversão dos aviões foi realizada pelo Parque de Aeronáutica dos Afonsos (PAAF), que retirou o *bomb bay* (compartimento de bombas), as torretas e as conexões de armamento que ainda existiam no aparelho original, para aliviar o seu peso, com o objetivo de maximizar o seu uso como aeronave de transporte de pessoal e de material.

Designados C-28 e matriculados como FAB 2900 a FAB 2902, os aviões permaneceram em operação na Base Aérea de Fortaleza até 18 de julho de 1955, quando o último aparelho foi desativado.

Infelizmente, dois dos aparelhos sofreram acidentes graves em 1954 (Salvador) e 1955 (Ilhéus – BA), acarretando a morte de 15 pessoas, o que antecipou a desativação do tipo de aeronave na FAB.

Os aviões C-28 estavam pintados na cor prateada, com as suas inscrições de identificação na cor preta.

*Hudson C-28 2900 transformado para aeronave de transporte*

É de se lamentar que nenhum avião *Hudson* fosse preservado no Brasil, pois ele foi um aparelho muito importante para o esforço de guerra brasileiro e marcou, com destaque, as ações de patrulhamento marítimo e de cobertura de comboios de 1943 a 1945.

Suas grandes revisões eram realizadas pelo então Parque de Aeronáutica dos Afonsos (PAAF), sendo alguns aparelhos também revisados pelo Núcleo do Parque de Aeronáutica de Recife (NuPARF), que ficava mais próximo da área de operação do avião, principalmente no pós-guerra.

Em 13 anos de operação na FAB, os *Lockheed* A-28A *Hudson*, cumpriram muito bem todas as missões de guerra ou de apoio que a FAB lhes destinou, demonstrando ser um aparelho seguro, robusto e confiável, principalmente nos longos vôos de patrulhamento sobre o Oceano Atlântico, onde defendeu a integridade e a soberania de nosso país dos ataques dos submarinos dos países do Eixo.

## PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO *LOCKHEED* A-28A *HUDSON*

| | |
|---|---|
| Especificação | Monoplano, asa média, bimotor. |
| Emprego | Bombardeiro Médio, Ataque, Patrulha, Transporte. |
| Motor | Dois motores radiais a pistão *Wright* R-1830-67, de 1.200 hp, de 14 cilindros. |
| Envergadura | 19,96 m |
| Comprimento | 13,51 m |
| Altura | 3,61 m |
| Superfície alar | 51,19 $m^2$ |
| Peso | 5.985 Kg (vazio)<br>10.142 Kg (máximo) |
| Velocidade | 397 Km/h (máxima) a 4.570 m |
| Razão de ascensão | 658 m/min |
| Teto de serviço | 8.230 m |
| Alcance | 3.475 Km |
| Tripulação | 4 tripulantes |
| Armamento | 2 metralhadoras *Browning* .50 fixas no nariz, metralhadora .50 na torreta dorsal, 1 metralhadora .30 na torreta ventral. Até 725 kg de bombas ou cargas de profundidade no *Bomb Bay*. |
| Teto de serviço | 8.230 m |
| Alcance | 3.475 Km |
| Tripulação | 4 tripulantes |
| Armamento | 2 metralhadoras Browning .50 fixas no nariz, 1 metralhadora .50 na torreta dorsal, 1 metralhadora .30 na torreta ventral. Até 725 kg de bombas ou cargas de profundidade no Bomb Bay. |

FONTE: LOCKHEED AIRCRAFT CORPORATION

# *LOCKHEED* A-28A *HUDSON* NA FAB
# FROTA COMPLETA

| Ordem | Matrícula | C/n | Ex-USAAF | Ex-RAF | Ex-FAB | Observação |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | FAB 6028 | 414-7020 | 42-47100 | FK544 | FAB-01 | Descarregado 1947 |
| 02 | FAB 6029 | 414-7021 | 42-47101 | FK545 | FAB-02 | Acidentado Aracajú, SE 20/5/43 |
| 03 | FAB 6030 | 414-7030 | 42-47110 | FK554 | FAB-03 | Descarregado 1946 |
| 04 | FAB 6031 | 414-7031 | 42-47111 | FK555 | FAB-04 | Acidentado Camocin, CE 15/9/45 |
| 05 | FAB 6032 | 414-7032 | 42-47112 | FK556 | FAB-05 | Acidentado BAGL Dez/42 entregue à EEAR |
| 06 | FAB 6033 | 414-7120 | 42-47200 | FK644 | FAB-06 | Descarregado 26/6/52 Desativação |
| 07 | FAB 6034 | 414-7121 | 42-47201 | FK645 | FAB-07 | Descarregado 12/3/51 Desativação |
| 08 | FAB 6035 | 414-7122 | 42-47202 | FK646 | FAB-08 | Acidentado Recife, PE 26/10/43 - Desc. 9/9/44 |
| 09 | FAB 6036 | 414-7123 | 42-47203 | FK647 | FAB-09 | Acidentado Recife, PE 5/11/48 |
| 10 | FAB 6037 | 414-7124 | 42-47204 | FK648 | FAB-10 | Acidentado Salvador, BA 30/11/43 |
| 11 | FAB 6038 | 414-7125 | 42-47205 | FK649 | FAB-11 | Descarregado 12/3/51 Desativação |
| 12 | FAB 6039 | 414-7126 | 42-47206 | FK650 | FAB-12 | Descarregado 1948 |
| 13 | FAB 6040 | 414-7127 | 42-47207 | FK651 | FAB-13 | Descarregado 1948 |
| 14 | FAB 6041 | 414-7128 | 42-47208 | FK652 | FAB-14 | Descarregado 12/3/51 Desativação |
| 15 | FAB 6042 | 414-7129 | 42-47209 | FK653 | FAB-15 | Transformado em C-28 2900 |
| 16 | FAB 6043 | 414-7130 | 42-47210 | FK654 | FAB-16 | Acidentado Salvador, BA 27/6/43 |
| 17 | FAB 6044 | 414-7131 | 42-47211 | FK655 | FAB-17 | Acidentado Serra Branca, PB 3/10/50 |
| 18 | FAB 6045 | 414-7170 | 42-47250 | FK694 | FAB-18 | Descarregado 26/6/52 Desativação |
| 19 | FAB 6046 | 414-7171 | 42-47251 | FK695 | FAB-19 | Acidentado Costa Rica Descarregado 22/11/56 |
| 20 | FAB 6047 | 414-7172 | 42-47252 | FK696 | FAB-20 | Acidentado Rio de Janeiro, RJ 17/3/44 |
| 21 | FAB 6048 | 414-7173 | 42-47253 | FK697 | FAB-21 | Acidentado Galeão, RJ 20/7/49 |
| 22 | FAB 6049 | 414-7174 | 42-47254 | FK698 | FAB-22 | Descarregado 12/3/51 Desativação |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 23 | FAB 6050 | 414-7175 | 42-47255 | FK699 | FAB-23 | Acidentado Recife, PE 19/2/52 |
| 24 | FAB 6051 | 414-7176 | 42-47256 | FK700 | FAB-24 | Transformado em C-28 2901 |
| 25 | FAB 6052 | 414-7177 | 42-47257 | FK701 | FAB-25 | Acidentado Fortaleza, CE 13/1/50 |
| 26 | FAB 6053 | 414-7178 | 42-47258 | FK702 | FAB-26 | Transformado em C-28 2902 |
| 27 | FAB 6054 | 414-7179 | 42-47259 | FK703 | FAB-27 | Descarregado 7/2/52 Desativação |
| 28 | FAB 6055 | 414-7182 | 42-47262 | FK706 | FAB-28 | Voou somente nos Estados Unidos Descarregado 1947 |

FONTES: Arquivos do Autor – BANT – BARF – BASV – BAFZ

## *LOCKHEED* C-28 NA FAB
## FROTA COMPLETA

| Ordem | Matrícula | C/n | Ex-USAAF | Observação |
|---|---|---|---|---|
| 01 | FAB 2900 | 414-7129 | 42-47209 | Ex-FAB 6042 Descarregado por desativação em 18/07/55. |
| 02 | FAB 2901 | 414-7176 | 42-47256 | Ex-FAB 6051 Acidentado Salvador 2/7/54 - Descarregado 12/11/54. |
| 03 | FAB 2902 | 414-7178 | 42-47258 | Ex-FAB 6053 Acidentado Ilhéus - BA 19/01/55 - Descarregado 16/3/55. |

FONTES: Arquivos do Autor – CENIPA – DIRMA – BAFZ

*Desenhos: Rudnei Dias da Cunha*

*O autor é Coronel-Aviador e Historiador Aeronáutico*

# A Coerção Militar no bojo de Estratégias Militares Hodiernas: O valor estratégico do Poder Aéreo

*Mauro Barbosa Siqueira*

## 1. INTRODUÇÃO

*Nenhuma nação pode denominar-se grande a menos que seu poder aéreo esteja apropriadamente organizado e provido para isso, porque o poder aéreo [...] não dominará apenas a parte terrestre, mas a naval também.*

*Major-General William "Billy" Mitchell da USAAF*

Vislumbrar a atual moldura de Segurança e de Defesa impõe a capital análise de questões emblemáticas como dissuasão (ou deterrência, que é termo assimilado da Língua Inglesa: *deterrrence*) e como coerção militar.

Como ponto de partida para se apreender o sentido do objetivo final deste estudo, faz-se mister inferir, sob a visão realista do *Realpolitik*, que a busca incessante por mais poder pertence e permanece essencial à relação estratégico-diplomática entre contemporâneos Estados-nação soberanos.

Ao se analisarem os elementos substantivos da estratégia da coerção, sob a ótica de gênero, ressaltam os paradigmas da soberania nacional e da manutenção da integridade territorial. Mormente, a estratégia da coerção militar, sob o modo de espécie, encontra-se inserida no bojo que abrange as diferentes opções estratégicas possíveis. Além disso, a eficácia da estratégia de coerção se comunica com questões de Diplomacia e de Economia Política.

O objetivo final do artigo se configura em analisar teorias e idéias oriundas de pensadores teóricos da arma aérea, das quais se possa inferir a real eficácia estratégica do emprego de um poder aéreo coercitivo.

Esse propósito geral do trabalho baseou os questionamentos que nortearam o estudo. Enfatiza-se, que a inquietude promotora desta pesquisa advém da lógica permeada por qual seria, na ótica da Teoria do Poder Aéreo Coercitivo, o melhor emprego estratégico da arma aérea.

O problema fulcral reflete a questão de qual eficácia há no emprego de poder aéreo coercitivo, pelo estado-nação moderno, sob a legítima égide de um monopólio do uso da força, na defesa de seus próprios interesses?

Sob esse prisma, Jean Bodin (apud, Santos, 2000: 213) pode ter respondido à indagação que ensejou o presente estudo ao revelar que "o Estado teve origem na força". Deve-se refletir acerca do legítimo direito de coerção, do Estado-nacional moderno, sem se ater à semântica de uso da força ou da violência? Torna-se coerente esse questionamento, no bojo das Relações Internacionais, e procede-se à argüição de que o Poder Aéreo coercitivo pode ser o elemento-chave à resposta do problema.

As contribuições que o ideário de resolução pacífica de controvérsias proporciona à Ciência Política, às Relações Internacionais e à aproximação entre as nações, visam ao fortalecimento e à consolidação de conceitos como o idealista de "Paz Democrática". Esse processo não é estático, mas sim dinâmico, e requer um conjunto de ações recíprocas, no qual são aplicadas medidas à construção de uma situação que, em tese, amortizaria a probabilidade de conflitos armados, tendendo a zero a beligerância.

Acima de tudo, essas ações representam essencial instrumento, na moldura da atual "Sociedade Anárquica", para a resolução de contenciosos entre Estados soberanos.

O processo pode desenvolver-se por ações recíprocas entre os Estados, as quais se destinam a promover a abertura e a transparência entre eles. O objetivo consiste em dirimir as percepções difusas e as discórdias existentes, essencialmente, pela revelação das intenções políticas e da competência de cada Estado para programar essas ações. Como conseqüência, pode-se lograr benefício mútuo para Estados entre os quais, outrora, havia interesses conflitantes. Ademais, haveria a possibilidade do incremento de condições propícias a um ambiente de Paz e Segurança Internacionais.

Portanto, a implantação dessas medidas de cunho veementemente idealista poderia lançar as bases para um ambiente de deferência diplomática, dependência recíproca e cooperação mútua. Esses pressupostos podem favorecer a criação e a manutenção de um sistema de segurança global idealizado por Immanuel Kant, em face da moldura de um Internacionalismo Liberal, sem comprometer a soberania de Estados.

Todavia, as perspectivas para o século vigente vislumbram ameaças à Segurança Global – comuns a todos os Estados – como a "Guerra de Quarta Geração", o terrorismo internacional e as pressões internacionais de ordem ambiental e econômico-financeira. Faz-se mister a atenção voltada ao jogo de interesses e à não-cooperação entre nações, sobretudo, quando, na pauta diária do *Realpolitik*, interesses econômicos depararam-se.

Então, haveria necessidades tão prementes para se optar por um crescimento exacerbado da capacidade de coerção militar do Estado Brasileiro? Pode-se fazê-lo sem o devido planejamento estratégico oriundo das três Forças Armadas do Brasil?

Recentemente, o Ministro de Estado da Defesa, o Doutor Nelson Jobim, afirmou, no VIII Ciclo de Estudos Estratégicos da ECEME, que o Brasil precisa possuir instrumentos militares a fim de, dessa forma, poder defender nossas riquezas naturais, tais como o petróleo na Plataforma Continental e o manancial da Região Amazônica.

Na análise acadêmico-profissional do Ministro Extraordinário de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, a Amazônia seria um amálgama de questões de defesa, ambientais e econômicas que preocupam as autoridades civis e militares.

Desafortunadamente, a realidade enfrentada pelas Forças Armadas Brasileiras pode não condizer com a estatura político-estratégica e econômica que o Brasil começa a angariar no alvorecer do século XXI. Possuir uma capacidade dissuasória, no campo do Poder Militar, é mandatório a uma potência regional como o Estado Brasileiro.

## 2. PODER NACIONAL, SEGURANÇA E DEFESA

A Política de Defesa Nacional (PDN) aborda, fundamentalmente, ameaças externas. Constitui-se no instrumento jurídico, de mais alto nível, que condiciona o planejamento de defesa e visa a determinar as finalidades e as diretrizes para o preparo e para o emprego da capacidade nacional, com o intuito primordial de englobar os âmbitos militar e civil, em todas as expressões do Poder Nacional.

O Estado-nação moderno constitui-se em ente político-jurídico e seus elementos integrantes são, essencialmente, o território, o povo, o ordenamento legal e o governo próprios e a capacidade de tomar decisões independentes nas relações externas.

Esse último elemento reflete-se na condição precípua de possuir uma Política Externa própria e uma Instituição que a processe com eficácia. No Brasil, o Ministério das Relações Exteriores (o Itamaraty) representa esse órgão estatal consultivo do Comandante Supremo das Forças Armadas Brasileiras — o Presidente da República.

Segundo a PDN, o Estado "detém o monopólio legítimo dos meios de coerção para fazer valer a lei e a ordem, estabelecidas democraticamente, provendo-lhes, também, a segurança." (BRASIL, 2005: 1). Essa moldura surgiu na Paz de Westfália.

Conceitualmente, a PDN atribui à expressão Segurança a concepção de uma "condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais." (BRASIL, 2005, p. 2). Portanto, segurança é estado, sensação, sentimento, intangível condição (ou mais do que meramente expectativa de concretização desse estado) e não se traduz em medidas operativas, tampouco em ações mensuráveis.

A Política de Defesa Nacional define a expressão Defesa Nacional como sendo "o conjunto de medidas e de ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas." (BRASIL, 2005; 2). Esse conjunto de atos podem ser traduzidos, de forma pictorial, no quadro abaixo representado:

<table>
<tr><th rowspan="2">ÂMBITO</th><th colspan="3">SEGURANÇA</th><th colspan="3">INSTRUMENTOS ESTATAIS DE DE DEFESA</th></tr>
<tr><th>NÍVEL</th><th>DIMENSÃO</th><th>INTERESSES</th><th>COERCITIVOS</th><th colspan="2">NÃO COERCITIVOS</th></tr>
<tr><td rowspan="2">Interno</td><td>Individual</td><td rowspan="2">Pública</td><td>Direitos e Garantias Individuais</td><td rowspan="2">Órgãos de Segurança Pública (Poder de Polícia) e FA (casos previstos em lei)</td><td rowspan="3">FA (atribuições subsidiadas)</td><td rowspan="4">Outros organismos e instituições do Estado</td></tr>
<tr><td>Comunitário</td><td>Grupos Setoriais</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Externo</td><td>Nacional</td><td>Nacional</td><td>Objetivos Nacionais</td><td>FA</td></tr>
<tr><td>Coletivo</td><td>Internacional</td><td>Objetivos vitais do conjunto de nações (coincidentes com o interesse nacional)</td><td>FA coligadas sob a égide de um Órgão de Segurança Coletiva</td><td>FA (ajuda humanitária)</td></tr>
</table>

Quadro 1 – Correlação entre Segurança e Instrumentos Estatais de Defesa

Fonte: Doutrina Militar de Defesa (DMD), 2007, capítulo II, p. 19.

## 3. CRISES INTERNACIONAIS POLÍTICO-ESTRATÉGICAS E CONFLITOS ARMADOS

*A guerra é o momento em que o Estado realiza sua mais alta consciência. É um mal necessário.*

*Hegel*

A Doutrina Militar de Defesa (DMD) é dividida em seis capítulos. Os três primeiros apresentam conceitos e considerações sobre Poder Nacional, segurança e defesa nacionais e conflitos. Os dois capítulos seguintes discorrem, sucessivamente, sobre crises internacionais político-estratégicas, com foco na manobra (ou gerenciamento) de crises, e sobre os fundamentos do emprego do Poder Militar. Por fim, o último capítulo descreve o emprego das Forças Armadas Brasileiras.

Na lógica natural de um crescente espectro de controvérsias consolidadas, a observância de situações conflituosas, sua essência e sua magnitude no ambiente externo ou interno de uma nação caracterizam os estados de paz, de crise, de guerra ou de conflito armado, que podem ser traduzidos, pictorialmente, na figura abaixo representada:

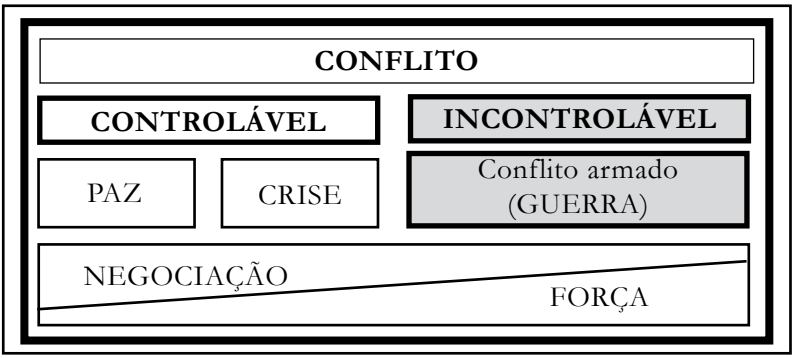



Figura 1: Espectro dos Conflitos.

Fonte: Doutrina Militar de Defesa (DMD - MD51-M-04) , 2007, cap III, p. 21.

Esse crescente espectral de violência apresenta como primeiro degrau lógico o estado de paz. A situação de paz, sob a ótica da Doutrina Militar de Defesa (DMD), "implica ausência de lutas, violências ou graves perturbações, no âmbito de um Estado ou no âmbito de suas relações internacionais. Os conflitos existentes não comprometem os

interesses da nação". Inserindo-se no contexto dessa fase "pacífica", não se impõe, ainda, o emprego coercitivo do poder militar. Mesmo nessa fase, a dissuasão ocorre e visa a manter um *status quo*, portanto, objetiva a manutenção do estado de equilíbrio.

Entretanto, tem-se que a palavra crise significa, de acordo com a vigente Doutrina Militar de Defesa (MD51-M-04), uma segunda fase no caso de possível escalada da violência:

*Um conflito desencadeado ou agravado imediatamente após a ruptura do equilíbrio existente entre duas ou mais partes envolvidas em um contencioso. Caracteriza-se por um estado de grandes tensões, com elevada probabilidade de agravamento (escalada) e risco de guerra, não permitindo que se anteveja com clareza o curso de sua evolução. (MD51-M-04, 2007, cap III, p. 22).*

Infere-se, assim, que a crise constitui-se em uma espécie de conflito estabelecido entre a paz e a guerra. A crise impõe uma administração (manobra ou gerenciamento), a fim de encaminhar a situação conflitiva vivenciada para uma evolução favorável aos interesses nacionais em questão na mesa mundial de negociações diplomáticas.

A responsabilidade pelo gerenciamento de crises, no âmbito do Estado Brasileiro, cabe à "expressão política do Poder Nacional, coordenada pelo Presidente da República, considerando a consultoria do Conselho de Defesa Nacional (CDN) e de outros órgãos" (DMD, 2007, p. 22).

Concernente à tipologia, uma determinada crise pode ser classificada como interna ou externa. A crise do tipo interno pode assumir um caráter político, econômico, social, militar, científico-tecnológico ou multifacetado. A crise de características, eminentemente, externas costuma ser nomeada de uma crise internacional, podendo possuir, ou não, um caráter político-estratégico. A estratégia a ser articulada depende de espaço de manobra, do adversário e seus aliados, dos interesses em jogo e da política.

Por sua vez, as forças armadas participam, sempre, com o cunho específico de respaldo à ação política (interna ou externa) do governo do país. Visando ao controle das ações bélicas, são estabelecidas regras de comportamento e de engajamento das forças militares envolvidas, em consonância com a condução política da situação-crise.

## 4. O PODER AÉREO COERCITIVO

*A Segunda Guerra Mundial e a Guerra da Coréia revelaram que a decisão política Americana influenciou a efetividade do poder aéreo como um instrumento político.*

*Mark Clodfelter. The limits of airpower.*

Para Schelling (*apud* Art, 1993: 5) a coerção "compreende encetar uma ação [...] a qual se pode interromper, ou vir a ser inofensiva, apenas se o opositor responder".

O cientista político Robert Pape assevera que o Poder Aéreo seria a maneira mais eficaz de se empregar, hodiernamente, a coerção militar.

A concepção de Pape concernente ao Poder Aéreo Coercitivo, imprime a idéia de que o melhor uso do poder aéreo não teria como foco a destruição maciça de alvos por intermédio de bombardeios estratégicos.

Para demonstrar suas idéias, o cientista político fundamenta o cerne da argumentação na estratégia da coerção, na qual um ente estratégico, a expensas de resistir, conclui que, na relação custo *versus* benefício, não há compensação e resolve retroceder na escalada de crises internacionais político-estratégicas, tensões e instabilidades regionais entre Estados limítrofes, conflitos armados e guerras.

Além disso, Pape garante que o poder aéreo tem capcidade, por meio da coerção, compelir o inimigo a fazer o que se deseja que ele faça e rever os seus objetivos políticos, evitando, na lógica de uma escalada da violência, o emprego maciço de homens e meios materiais da demais forças armadas.

No "intercurso das relações políticas", Carl von Clausewitz afiançou que haveria "outros meios". Atualmente, a coerção militar e o Poder Aéreo coercitivo podem ser mais dois desses instrumentos ao alcance do poder político na "continuação dessa relação política pela entremistura de outros meios" afiançada pelo teórico da guerra prussiano. (Clausewitz, 1984: passim). O Poder Aéreo coercitivo pode se constituir em instrumento eficaz e econômico, caso seja empregado consoante estratégias coerentes.

Para o Doutor Pape, o poder aéreo seria "a **mais importante ferramenta** da **moderna coerção militar**". (Pape, 1996: 55). (Grifos nossos).

Uma estratégia coercitiva se baseia, fundamentalmente, no conjunto de valores importantes ao oponente. O termo **axiologia** combina duas palavras gregas: *axios* (ponderável, valioso, digno, que merece) e *logos* (razão ou teoria) e é o estudo ou teoria dos valores, o que são, onde estão e como se encontram situados. A seleção axiológica de alvos pertence à escola de pensamento do poder aéreo coercitivo, a qual reputa à arma aérea, devido às suas essenciais características, uma ímpar capacidade para forçar um adversário a aceitar as imposições do atacante. Entretanto, a maneira mais eficaz de se obter sucesso em todas as circunstâncias exige a judiciosa escolha entre todas as opções estratégicas existentes.

O poder aéreo coercitivo possui desvantagens significativas, pois "o problema fundamental da coerção é a validade dos mecanismos que supostamente deveriam traduzir efeitos militares específicos em desfechos políticos." (Pape, 1996, p. 329).

A coerção prevê a destruição de alvos, ainda na fase de crise, mas não requer o total aniquilamento do adversário ou da totalidade dos meios de resistência.

Em *Bombing to win: air power and coercion in war*, Robert Pape expressa e define, matematicamente, a lógica coercitiva na seguinte equação:

$$\mathbf{R = B\,p(B) - C\,p(C)}$$

Onde:

**R** é a **resistência** do inimigo;

**B** é o **benefício** da resistência;

**C** é o **custo** da resistência; e

**p** ( ) é a probabilidade de angariar benefícios ou suportar custos.

Robert Pape infere da fórmula acima representada e obtém a conclusão: "Uma vez que os custos são distinguidos como sendo maiores do que os benefícios (**R<0**), por conseguinte pode ser presumido que o inimigo promoverá concessões." (Pape, 1996: 16). Porém, o autor demonstra que houve casos, nos quais a coerção militar falhou, ou seja, não obteve eficácia.

O cientista político norte-americano define **coerção militar** como "uma tentativa de atingir objetivos políticos de forma mais econômica,

caso comparado com o alcance de uma vitória militar total sobre um inimigo". (Pape, 1996: 13). Usam-se os princípios da eficiência e da eficácia, os quais somados fornecem a idéia de efetividade, que traz no seu bojo a importante questão de relevância social, pois com essa opção se evita o uso de força ilimitada.

Se o uso de força coercitiva se aproxima do nível necessário para, militarmente, derrotar o adversário, então essa alternativa (pelo emprego limitado de força bruta) não mais é econômica. No exato e crucial momento onde uma vitória militar é obtida com o emprego maciço de recursos bélicos, a coerção, por sua vez, falhou completamente, pois não foi efetiva e, muito provavelmente, não demonstrou a devida eficácia.

Portanto, torna-se inteligível que a opção por uma **estratégia de custo imposto** (também nomeada de estratégia de coerção) visa à transformação de uma resistência continuada e exorbitantemente onerosa à liderança inimiga. Procura-se, dessa forma, realizá-la por intermédio da avaliação do limite de sacrifício que o inimigo está disposto a suportar. Os autores elucidam o intrincado significado da coerção e o embutem na idéia de "ameaça do uso de força e, às vezes, uso limitado de força real para mover para trás a ameaça, para induzir um adversário a mudar seu comportamento". (Byman e Waxman, 2002, p. 1).

Portanto, sob esse aspecto o poder aéreo tem vantagens. De fato, seria vantajoso usar apenas o poder aéreo, e até mesmo econômico, em termos políticos e, da mesma forma, no campo logístico-militar.

Porém, a idéia inicial é a de que, aparentemente, a coerção "deveria ser fácil [...] porém coerção permanece difícil". (Byman; Waxman: loc. cit.). E o emprego eficaz da coerção continua intricado até para as mais bem equipadas forças armadas do mundo, como, por exempo, as dos Estados Unidos da América.

Conforme o pensamento teórico-conceitual vigente, a estratégia da coerção se constitui em "uma função crucial ao militarismo dos Estados Unidos [...] mesmo assim os Estados Unidos freqüentemente falharam em usar medidas coercitivas, bem sucedidas ou perfeitamente, contra adversários". (Byman et al, 1999, xiii).

As particularidades inerentes ao poder aéreo, como a ubiqüidade, concedem-lhe um papel fundamental no desempenho das futuras operações coercitivas.

Dessa forma, o poder aéreo constitui-se em parcela substancial no cálculo das alternativas políticas, pois pode solucionar uma situação de crise quando há condições adversas para invasão por terra ou por mar. A Força Aérea detém vantagens coercitivas sobre as demais forças armadas. Uma equivale à capacidade de deter invasões terrestres ou limitar agressões antes que se tornem *fait accomplis* (fato consumado).

De fato, o poder aéreo tem características intrínsecas à coerção. Decerto que "os atributos do poder aéreo, incluindo flexibilidade e precisão, permitem que os elaboradores de políticas minorem as limitações como a intolerância a perdas humanas que freqüentemente dificultam estratégias coercitivas". (Byman et al 1999, loc. cit.).

Essas características intrínsecas à arma aérea a tornam uma versátil ferramenta de coerção militar, mesmo em teatro de operações sem a prévia conquista da superioridade aérea, no contexto da hodierna guerra convencional.

Ademais, esses predicados próprios do poder aéreo traduzem um viés coercitivo mesmo em numa arena de combate, na qual se opere ainda sem a vantagem de supremacia numérica em relação ao oponente racional.

Entretanto, esse fato que não se aplica à maioria das forças terrestres e navais (exceção feita às forças especiais, aos grupamentos de comandos como, por exemplo, no caso de mergulhadores de combate em furtivas missões de sabotagem).

Além disso, as capacidades de logística e de mobilização aeroespaciais da nação podem aumentar (ou diminuir), exponencialmente, os fatores da equação idealizada por Pape e acima representada.

Portanto, o poder aéreo coercitivo pode se constituir em uma opção de emprego operacional à Força Aérea Brasileira no alvorecer do século XXI.

No arranjo contemporâneo das Relações Internacionais, a eficácia política do emprego da arma aérea, como ferramenta de coerção militar, depende, fundamentalmente, das estratégias escolhidas pelos planejadores militares.

No caso concreto do Brasil, refere-se aos estrategistas militares pertencentes ao Ministério da Defesa (em situação de emprego combinado) e àqueles que pensam, estrategicamente, o emprego, letal

e não-letal, da Força Aérea Brasileira (no caso mais remoto de um emprego não combinado, ou seja, de modo independente ou singular como, por exemplo, em uma Força Aérea Numerada).

## 5. EMPREGO ESTRATÉGICO DO PODER AÉREO COERCITIVO: UMA FERRAMENTA POLÍTICA EFICAZ NO BOJO DA COERÇÃO MILITAR

*Para o bem ou para o mal, a Força Aérea é atualmente a expressão máxima do poderio militar, e as Esquadras e Exércitos, ainda que necessários, terão que aceitar uma posição subordinada.*

*Sir Winston Spencer Churchill.*

Genericamente, uma estratégia coercitiva preconiza o emprego de ataques simultâneos ou paralelos a um conjunto planejado de alvos, de modo amplo, intenso e momentâneo, visando a suplantar essa fronteira aceitável pelo adversário.

Em tese, esses ataques coagiriam a liderança hostil a acolher as reivindicações e a modificar sua política ou, pelo menos, revê-la. O fato induz esses líderes políticos mediante a consignação real de uma certa paralisia ao sistema, além da possível determinação de estagná-lo totalmente ou, ainda, a mera ameaça da ocorrência de completa paralisia do conjunto (o ente sistêmico).

Concebem-se, assim, diferentes níveis de ameaça e de real aplicação da força. Em face dos objetivos políticos pretendidos e do estado final desejado, deve-se selecionar uma eficaz alternativa, para cada caso concreto, ao longo de um contínuo de estratégias possíveis.

No livro *Bombing to Win: Air Power and Coercion in War*, Pape faz rara análise, por meio de quarenta estudos de caso e com ênfase em cinco campanhas aéreas[1], onde lista quatro estratégias de emprego coercitivo do poder aéreo: *Punishment* (punição), *Risk* (similar à de punição, mas expõe ao risco de modo gradual), *Decapitation* (decapitação) e *Denial* (negação).

1. *Japão (1944-45), Alemanha (1942-45), Coréia (1950-53), Vietnã (1965-72) e Iraque (1991).*

Segundo Pape (1996), só a estratégia da Negação de fato funcionaria e essa seria o único caminho ao sucesso. Para o cientista político, o ataque aéreo com cunho estratégico não é eficaz para coagir o inimigo.

A Estratégia da Coerção por *Decapitação* – que visa a atingir as lideranças – não tem obtido o sucesso desejado. Pape[2] usa os exemplos das operações *Eldorado Canyon (*tentativa da USAF, em 1986, de atingir o Coronel Muammar Kadafi com o bombardeio de Trípoli e de Benghazi*)*, *Allied Force (*tentativa da USAF e seus aliados na OTAN, em 1999, de matar o Presidente sérvio Slobodan Milosevic*)* e *Desert Storm (*tentativa da USAF e da coalizão, em 1990-1991, de neutralizar o Presidente iraquiano Saddam Hussein, que somente foi encontrado, em 2003, por forças especiais dos EUA*)*. O líder político ou militar sobreviveu aos ataques aéreos em todas as situações exemplificadas pelo cientista político estadunidense.

A Estratégia por *Punição* visa a levar o caos e o horror à população civil, como dizia Douhet, mas há casos exemplificativos, como a Batalha da Inglaterra e os ataques à Líbia (1986) e ao Iraque (1990), em que não se angariou esse intuito.

A Estratégia da Coerção por *Negação* opera pelo uso dos meios militares para prevenir que o inimigo obtenha seus objetivos políticos e suas metas territoriais.

A Estratégia por *Risco* gradual objetiva a mudança de comportamento do opositor. Conduzem-se as operações militares de modo a modificar, paulatinamente, a posição inicial das lideranças nacionais do oponente, mediante a submissão do elemento psicossocial do Poder Nacional à ação eficaz do poder aéreo.

Porém, Pape alerta para o risco de se creditar o total sucesso ao emprego estratégico do poder aéreo coercitivo, isoladamente, a fim de atingir os fins políticos. Segundo Pape, empregar as forças armadas, combinadamente, é a forma ideal.

Na suposição de Pape, a eficácia reside na união sinérgica de esforços e na interoperabilidade entre as Forças Armadas, visando a persuadir o inimigo a não realizar um ato hostil ou a coagi-lo a retroagir depois de tê-

2. *PAPE, Robert. The True Worth of Air Power, 2004, passim.*

lo começado. Há duas facetas na coerção militar, sendo um aspecto ativo, no qual se há a explícita imposição da vontade de quem coage, e outro de negar uma ação antes de ocorrer. Então, Pape[3] formula proposições sobre o sucesso das estratégias de coerção e conclui que "nenhuma estratégia coercitiva provavelmente terá êxito sob todas as circunstâncias".

É possível que apenas a combinação de duas ou mais estratégias possa trazer a eficácia necessária para o estado final desejado.

Se o Coronel John Warden III[4] valoriza a estratégia coercitiva da *Decapitação*, pois enfatiza que o anel da liderança é o mais importante na guerra moderna, por sua vez, o Doutor Pape incorpora a idéia de que a melhor estratégia coerciva é aquela concretizada pela *Negação*, a qual diz ser a única que conduz ao sucesso na guerra.

Além disso, Robert Pape (1996) não esquece que a combinação de duas ou mais estratégias pode produzir, sinergicamente, incremento à eficácia do poder aéreo.

Warden (1998) argumenta que o uso estratégico do poder aéreo é vantajoso, enquanto Pape afirma que somente vale o esforço de usar o poder aéreo, no nível teatro de operações, se de modo tático-operacional e em operações combinadas.

Conforme Pape (1996) mostra por evidências históricas, o poder militar não atinge, por si só, a vitória final com o uso único e independente do poder aéreo. As operações devem ser combinadas para, por meio da sinergia, se delinear de modo eficaz o emprego bélico. De fato, o poder aéreo conquista a superioridade aérea e concede subsídios e apoio de fogo aéreo às tropas terrestres e anfíbias[5] para concretizarem a lide da beligerância, conquistando e mantendo o terreno invadido.

---

3. *Pape, op. cit., p. 19.*
4. *Para detalhes sobre o pensamento teórico do Coronel estadunidense, q.v. as obras: WARDEN III, John A. O inimigo como sistema. Airpower Journal, Alabama, p. 44-59, 3. trim. 1995. Edição brasileira; e The air campaign: planning for combat. New York: toExcel, 1998.*
5. *Representa a missão de cobertura, a qual prevê o apoio aéreo próximo às unidades da Força Terrestre e aos fuzileiros navais em um desembarque anfíbio. É, Língua Inglesa, o close air support ou, no idioma de Castella, o apoyo aéreo cerrado.*

A inerente característica de ubiqüidade da arma aérea constitui-se em outro atributo primordial para levar a termo estratégias coercitivas, pois há a compressão do fator tempo em épocas de manobra de crise e uma ação eficaz do poder aéreo pode evitar a escalada da violência.

Para Pape, o poder aéreo adquire um real valor estratégico, visando à eficácia política na guerra, se atuar, em interoperabilidade com os demais poderes militares, por operações combinadas e não por ataques cirúrgicos ou, menos eficazes ainda, por bombardeios estratégicos como se fez na Guerra do Vietnã.

Sob esse enfoque, há ensinamentos colhidos em recentes conflitos armados que corroboram esse juízo de valor. Têm-se as lições identificadas nos Bálcãs, principalmente na Campanha do Kosovo, no Afeganistão, em 2001, e na segunda Guerra do Golfo: a Operação Liberdade para o Iraque. Nesses conflitos armados, os planejadores militares idealizaram o emprego eficaz do poder aéreo como instrumento para minimizar custos, vítimas civis e danos à infra-estrutura inimiga.

No Kosovo, os estrategistas enfatizaram a arma aérea e previram uma *guerra* relâmpago, sem tropas de terra. Preteriram de elemento-chave ao sucesso na guerra: a sinergia advinda da interoperabilidade em operações combinadas.

O comando combinado traduz parte da concepção de Robert Pape, cujo foco imprime a idéia de que o melhor uso do poder aéreo é apoiar as forças de superfície.

Além disso, o cientista político fundamenta o cerne da argumentação na estratégia da coerção, na qual um ente estratégico, a expensas de resistir, conclui que, na relação custo *versus* benefício, não há compensação e resolve retroceder na escalada de tensões, crises, conflitos e instabilidades político-estratégicas.

Ademais, Pape garante que o poder aéreo pode, por meio da coerção, compelir o inimigo a fazer o que se deseja que ele faça e rever os seus objetivos políticos, evitando, na ótica de escalada da violência, o uso de forças armadas.

Como advogados da arma aérea, ambos realçam a importância de se pensar estrategicamente a respeito do mais apropriado emprego

do poder aéreo, visando à máxima eficácia da arma aérea na busca incessante dos fins políticos.

Portanto, como se poderia inferir o melhor emprego do poder aéreo, visando à consecução dos propósitos da guerra, que, segundo Clausewitz, são sempre os fins políticos.

O cientista político norte-americano Robert Pape afiança ser o uso tático-operacional, por intermédio de operações combinadas; no entanto, Warden III postula: é o estratégico e coercitivo, visando à paralisia do oponente pela "guerra em paralelo".

Qual a real validade do emprego do poder aéreo coercitivo e que relevância prática ele tem em um contexto de guerra moderna?

Primeiramente, para buscar respostas a esse questionamento se faria mister uma pormenorizada análise da evolução histórica da arma aérea e, da mesma forma, o entendimento de como o poder aéreo coercitivo pode influenciar a conduta do inimigo em tempo de crise e abreviar a decisão final da guerra no contexto hodierno.

A análise da evolução histórica da arma aérea não se constitui em objetivo deste estudo, tampouco, a elaboração de uma súmula histórica.

Da fórmula advinda do pensamento teórico de Robert Pape, pode-se inferir que a relação, entre os custos percebidos pelo oponente racional e os benefícios advindos com determinada ação bélica, pode for negativa.

Esse fato acontece se os custos forem distinguidos como maiores do que os benefícios. Então, a vontade do inimigo de resistir diminui a valores negativos e, por conseguinte, presume-se que esse adversário possa redargüir em ações iniciadas ou repensar as intenções relativas às iminentes ações bélicas como, por exemplo, planejamentos de invasão territorial.

Concernente aos objetivos políticos da guerra, Clausewitz[6] adverte que "Ninguém inicia uma guerra ou, antes, ninguém em

6. *CLAUSEWITZ, On war, Peter Paret e Michael Howard. 8th ed. New York: Princeton University Press, 1984, p. 579.*

juízo perfeito deveria fazê-lo – sem primeiro ter claramente em seu pensamento o que pretende alcançar com essa guerra e como tem intenção de levá-la a efeito.".

Nesse mesmo sentido do pensar clausewitziano, a vigente Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira sinaliza os rumos a trilhar e as explicações necessárias para se responder ao questionamento supracitado, visto que:

> A guerra é geralmente o último recurso, quando falham todos os outros meios não violentos para resolução de pendências. Embora a guerra não substitua outras medidas, sendo apenas um meio adicional, historicamente, tem havido guerras provocadas para distrair a atenção sobre fenômenos sociais e econômicos. Tais episódios, característicos das sociedades não democráticas, mas que também ocorrem naquelas que o são, representam um **instrumento da Política**. (DCA 1-1, 2005, p. 12). (grifo nosso).

Como exemplo disso, Pape[7] afirma que "o fim da Guerra Fria reduziu maiores ameaças à segurança nacional dos EUA e de outros países ocidentais". O cientista político de Universidade de Chicago se alinha à atual visão norte-americana e assevera: "o problema da Guerra Fria era a dissuasão", enquanto "na era do pós-Guerra Fria é a coerção", pelo menos, para os EUA e seus aliados.

Os atentados do *onze de setembro* poderiam levar Pape à reflexão acerca disso e questionar o real valor coercitivo do poder aéreo quando se enfrenta um oponente racional sob um contexto de "conflito assimétrico" ao invés de uma guerra regular contra um estado-nação e em um teatro de operações militares

## 6. CONCLUSÃO

*Lá no alto, a energia a e bravura de nossos pilotos de combate mantiveram-se indomáveis e supremas. E assim se salvou a Grã-Bretanha. Bem que pude dizer na Câmara dos Comuns: nunca, no campo dos conflitos humanos, tantos deveram tanto a tão poucos.*

*Churchill*

Os modernos teóricos do século XX e XXI repensaram o poder aéreo conforme as premissas de um dos principais precursores das teorias dessa "sedutora força militar": Giulio Douhet. Outros advogados do poder aéreo trouxeram novas visões acerca da arma aérea e seu ulterior emprego como ferramenta coercitiva e não apenas mais uma forma de guerra clausewitziana, tão-somente, um instrumento de violência aniquiladora.

O cientista político norte-americano Robert Pape entende o poder aéreo como eficaz instrumento político da moderna coerção militar, a qual se insere no bojo de estratégias como a dissuasão (*deterrrence*) e seus espectros.

Se a guerra hodierna pode ser definida como fenômeno mais complexo do que na época de Clausewitz: com mais *fricção* e com *névoa* mais densa, então a eficácia e o real valor estratégico da arma aérea estão na razão exponencial do custo imposto ao oponente racional. Principalmente com os moderníssimos meios espaciais e aéreos (sejam pilotados, sejam veículos aéreos não tripulados), o poder aeroespacial possui atributos marcantes que o tornam um versátil componente do poder militar, como mobilidade, flexibilidade, velocidade, penetração, alcance, pronta-resposta e ubiqüidade.

Impõe-se aos advogados do poder aéreo coercitivo, como uma forma eficaz à prevenção de conflitos armados e à resolução de crises internacionais político-estratégicas, a escolha estratégica mais adequada para cada caso concreto e, inclusive, a combinação de múltiplas estratégias coercitivas.

Na mesa mundial de negociações, o emprego do poder militar limitado, em especial o uso do poder aéreo coercitivo, pode fornecer o complemento necessário à dissuasão de adversários em potencial e à persuasão de nações amigas e estados aliados.

Da lógica da estratégia de custo imposto, advém o problema da real eficácia da coerção. Na ótica dos aspectos militar e econômico, a coerção militar é questão crucial, na era do pós-Guerra Fria, para acadêmicos, militares, governos e sociedade civil.

Da fórmula inferida por Robert Pape, pode-se vislumbrar que o poder aéreo possui eficácia coercitiva para evitar conflitos armados e

minimizar os efeitos de uma escalada da violência nos termos de um gerenciamento de crise internacional.

Em face do custo que impõe ao adversário, a arma aérea se constitui em ferramenta coercitiva eficaz, caso haja manejo das opções estratégicas coercitivas para cada momento.

Segundo Eliot Cohen, o poder aéreo seria uma forma "extraordinariamente sedutora de força militar" porque, tal como o galanteio moderno, pareceria "oferecer prazer sem compromisso".

Os atributos inerentes ao poder aéreo, como a velocidade, a ubiqüidade e o longo alcance, respectivamente, devido à rapidez das aeronaves atuais, à ameaça de um ataque global e à extensa distância atingida por vetores aéreos, corroboram as sonoras palavras de "Billy" Mitchell, que encetaram este artigo.

## REFERÊNCIAS

Aron, Raymond. **Pensar a guerra**: Clausewitz. Editora da UnB, Brasília, 1984. 2. v.

Art, Robert. J. The four function of force. In: Art, R.J.; Waltz, K. N. (org). **The use of force**: military power and international politics. 4. ed. Lanham, Md.: University Press of America, 1993. p. 3-11.

Brasil. Ministério da Defesa. **Doutrina Militar de Defesa.** Brasília, 2007. (MD51-M-04).

Brasil. Presidência da República. **Decreto Nº 5.484, de 30 de junho de 2005**. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Brasília, 2005.

Byman, Daniel L.; Waxman, Matthew C. **The dynamics of coercion**: american foreign policy and the limits of military might. Cambridge University Press, Cambridge, 2002.

Byman, Daniel L.; Waxman, Matthew C.; Larson, Eric. **Air power as a coercive instrument**. RAND, Santa Monica - CA, 1999.

Clausewitz, Carl von. **On war**. (Ed. & Trad.). Peter Paret e Michael Howard. Princeton University Press, New York, 1984.

DOUHET, Giulio. **O Domínio do ar**. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1988.

HURLEY, Alfred F.. **Billy Mitchell**: crusader for air power. Indiana University Press: Bloomington, 1975.

MITCHELL, Willliam. **Winged defense**: the development and possibilities of modern air power, economic and military. New York: Dover Publications,Inc., 1988.

Pape, Robert A. **Bombing to win**: air power and coercion in war. Cornell University Press, Ithaca, 1996.

_____. The true worth of air power. **Foreign Affairs**, New York, Mar/Apr 2004.Vol.83, Iss. 2; pg. 116.

Santos, Jorge Calvario dos. **Dimensões da Globalização**. CEBRES, Rio de Janeiro, 2000.

WARDEN III, John A. O inimigo como sistema. **Airpower Journal**, Alabama, p. 44-59, 3. trim. 1995. Edição brasileira.

_____. **The air campaign:** planning for combat. New York: toExcel, 1998.

*O autor é Tenente-Coronel-Aviador, Mestre em Ciência Política e Doutorando da Universidade Federal Fluminense no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. É adjunto do Centro de Estudos Estratégicos da Universidade da Força Aérea (UNIFA).*

# Mensagem proferida pelo Exmº Sr Comandante da Aeronáutica

## Por ocasião da Solenidade de Formatura da "Turma Argentum", no Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR), Belo Horizonte, em 29 de maio de 2009

*Juniti Saito*

Quando nascemos, a providência divina nos lega diferentes missões, mas poucos são os dotados com o talento de salvar vidas, operar milagres e trazer esperança a corações desesperados.

Destinados a levar a bonança aos que sofrem e a cura aos enfermos, eles trazem nas mãos a leveza que empreende o carinho e o alento, sem escolher dia ou noite, nem tempo, nem momento.

Quando estas pessoas optam por conciliar o seu dom com o servir à pátria nas asas da Força Aérea Brasileira, temos uma das mais sublimes demonstrações de brasilidade.

Este foi o ideal que impulsionou os oitenta homens e setenta e cinco mulheres das áreas da Medicina, da Odontologia, da Farmácia e da Engenharia a cruzar os portões deste conceituado Centro de Instrução e Adaptação.

Desde que tomaram essa decisão, sabiam das dificuldades que deveriam ser enfrentadas, especialmente no que dizia respeito ao período de ausência junto ao seio do lar. Por certo, o desânimo, em diversas ocasiões, tentou arrebatá-los dos seus sonhos.

Mas a firme vontade de vencer a dura rotina de adaptação à caserna, e a responsabilidade de corresponder às novas exigências, propiciaram-lhes, hoje, a honra de receberem a espada de Oficial da Aeronáutica, genuíno símbolo dos que se comprometeram com a grande obra de edificar a nação brasileira.

A estes valorosos profissionais, estrelas de maior brilho nesta solenidade, dirijo minhas palavras neste instante.

Caros oficiais da turma Argentum,

O exercício do oficialato, antes de tudo, requer entusiasmo, dedicação, ética, e perseverança. Tais prerrogativas simbolizam a conduta dos líderes que oferecem aos olhares de seus subordinados a chance de encontrar o exemplo que arrasta aos objetivos e interesses maiores da nossa corporação.

Por isso, mostrem-se atenciosos e trabalhem congregando os valiosos conhecimentos de suas equipes. A experiência nos mostra que as melhores soluções decorrem da conjugação ponderada deste binômio.

Neste ensejo, manifesto os mais efusivos agradecimentos aos familiares, verdadeiros alicerces desta vitória, pela confiança depositada na Força Aérea para cuidar de seus filhos.

Aos professores e instrutores desta Escola, externo o meu orgulho pela excelência dos resultados obtidos na árdua tarefa de lapidar os princípios que, doravante, nortearão as vidas deste grupo tão homogêneo.

Por fim, jovens Oficiais, cultuem a verdade, a hierarquia e a disciplina como os pilares inquebrantáveis da grandeza da nossa Instituição.

Acima de tudo, amem a Pátria, honrando o juramento feito diante de todos neste inesquecível dia.

Parabéns e que Deus os abençõe nesta desafiante jornada.

CIAAR, Belo Horizonte, 29 de maio de 2009.

Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito
Comandante da Aeronáutica

# Ecos de uma Sociedade Libertária

*Otacílio Lage*

Boa parte dos estudiosos em educação afirma que o mundo de amanhã será o reflexo das crianças de hoje. Em parte, pode ser, mas também é verdade que muitas delas são mal-educadas (não tiveram ou não têm uma boa escola) ou até mesmo abandonadas à própria sorte. Certo é, ainda, que a sociedade vem perdendo os valores morais que devem sustentar as relações entre os indivíduos que a compõem. As causas dessa perda são muitas: a principal é o excesso de materialismo, que reforça o egoísmo – cada um por si, menos para o bem-estar alheio. O que se vê é o abandono das noções de disciplina, respeito e disposição de servir, explicitamente ausentes do comportamento das pessoas, preocupadas mais com direitos do que com deveres.

A maioria das crianças, hoje, esbanja indisciplina, que se traduz geralmente pela desordem, desatenção, agitação, impaciência e desobediência. Os pais estão deixando passar a fase da tenra idade para inculcar na criança o censo de disciplina, não pelo autoritarismo – a pedagogia dos fracos –, mas por meio de demonstração das vantagens pessoais e coletivas que se podem colher de um comportamento que inclua as qualidades opostas à indisciplina (ordem, atenção, calma, paciência e obediência). A tarefa não é fácil, mas passível de ser realizada, especialmente com a criança com idade entre 2 e 6 anos.

Os pais devem sempre lembrar que tiveram filhos para o mundo e não para si. Dentro dos lares, se eles os deixam fazer o que bem entendem – o liberalismo excessivo conduz, irremediavelmente, à anarquia e, por extensão, à degeneração dos costumes –, cá fora, no mundo real, não é bem assim; as ruas são intolerantes e punitivas, não afagam quem transgride a legalidade. Crianças, adolescentes e jovens, hoje, de um modo geral, estão extremamente indisciplinados e desrespeitadores, tanto em relação a bens materiais quanto a pessoas: o meio ambiente sofre e a polidez sumiu de sua preocupação cotidiana. Expressões como bom-dia, até logo, com licença e obrigado estão relegadas ao limbo. Poucos se oferecem para ajudar, tanto os pais quanto outras pessoas à sua volta. A facilidade e a preguiça passaram a

ser parceiras de muitos deles, dois itens que o mundo real não oferece ou tolera. Não se pode confundir passatempos, brincadeiras e lazer com lassidão e ócio. Essas observações podem parecer duras com eles. Na verdade, são vítimas da educação que receberam ou recebem. Cada um tem sua personalidade e nasceu com um caráter parcialmente inato e herdado. Claro que alguns são mais difíceis para educar do que outros. Contudo, a maioria é a imagem dos pais e um reflexo da sociedade em que vive. Assim, é no mundo adulto que está a causa de seu presente comportamento. Mas, como este está passando por uma crise de atitudes positivas sem precedentes, muitas pessoas não sabem para quais valores devem se direcionar na busca do equilíbrio pelo qual se anseia. O homem, hoje, quer construir um novo mundo, mas, ao se deparar com uma desigualdade social tão gritante, torna-se cada dia mais insensível a afagos, voltando-se apenas, quase sempre, a conquistas materiais.

A sexualidade é praticada abertamente e a violência campeia a quatro cantos, tendo ambas se transformado nos elementos básicos de um certo conceito de cultura, principalmente depois do advento da Internet. Todo mundo quer ser igual a todo mundo e todos clamam por direitos iguais, desde que estes não exijam sacrifício e não impliquem correspondente dever. A concepção de igualdade é errônea e perigosa, pois vai de encontro às diferenças naturais que existem entre as pessoas, especialmente em relação à inteligência e ao senso de responsabilidade. Negá-las é pura hipocrisia e apenas nivela a sociedade por baixo, condicionada à ignorância da maioria.

Durante os primeiros anos de vida, a criança age mais por influência de sua alma do que sob o impulso de seu ego, pois este ainda não teve tempo de se desenvolver e se tornar influenciado por uma educação mais dirigida a posses do que ao eu. Nessa fase, ela tem um profundo senso de justiça e se sente atraída pela ordem, a beleza, a verdade e a harmonia. Cabe, pois, aos pais e educadores o estabelecimento de regras legítimas, fazendo com sejam respeitadas, sempre explicando sua validade e aperfeiçoando-as quando necessário.

A sociedade, hoje, torna a educação mais difícil em comparação à do passado. As crianças são submetidas a toda sorte de pressões e ataques constantes de um mundo virtualizado e imediato, do agora, para ontem. Por motivos profissionais, muitos pais passam boa parte

do tempo ausentes do convívio dos filhos, às vezes, mais de 14 horas por dia; alguns, com menos de dois anos de vida, são entregues a creches às 7h e apanhados depois das 17h, ficando sob os cuidados de pessoas de diferentes linhagens sociais e culturais. A ausência da mãe leva muitas crianças a apresentar comportamento exacerbado, geralmente destinado a chamar a atenção para elas.

Na alvorada do declínio da antiga civilização grega, Platão (428-348 a.C.) advertiu: "Quando os pais se habituam a deixar que os filhos façam tudo que quiserem; quando os filhos não mais prestam atenção às suas palavras; quando os professores tremem diante dos alunos e optam por lhes adular; quando os jovens desrespeitam as leis porque não reconhecem mais a autoridade de qualquer coisa ou qualquer indivíduo acima deles; então, em toda a sua beleza e vigor, eis o começo da tirania". O grande filósofo, discípulo de Sócrates e professor de Aristóteles, fez a advertência há 24 séculos. Pura verdade para os atuais, inseguros e conturbados dias de uma sociedade cada vez mais libertária, guiada por timoneiros dúbios e por bússolas sem norte.

*O autor é jornalista e articulista do jornal Estado de Minas*

# Panorama do Transporte Rodoviário Nacional

*Telmo Roberto Machry*

## 1. INTRODUÇÃO

O modo rodoviário constitui a principal via utilizada pelas pessoas para a acessibilidade entre cidades, povoados e áreas rurais, facilitando as relações comerciais, o lazer e o turismo, bem como, o escoamento da produção, a distribuição física de mercadorias e a ligação com os portos, aeroportos e ferrovias.

No Brasil, o setor rodoviário é responsável por mais de 90% do transporte de passageiros e 61% do transporte das cargas movimentadas. Apesar de se tratar de uma modalidade antieconômica para distâncias acima de 500 km, é comum a existência de corredores rodoviários com percursos superiores a 4.000 km, como a ligação Porto Alegre - Fortaleza (4.242 km) ou Rio de Janeiro - Rio Branco (4.007 km), dentre outras.

Segundo o Centro de Estudos Logísticos da COPPEAD-UFRJ, os custos logísticos domésticos no Brasil equivalem a 12,6% do PIB, dos quais 7,5% são representados pelo transporte de carga. Em 2007, o PIB brasileiro totalizou R$ 2,558 trilhões, portanto, foram R$ 191,85 bilhões movimentados somente no segmento de transporte de cargas. Mais da metade desses custos tem origem no transporte rodoviário, envolvendo os gastos com combustíveis, pneumáticos, manutenção e suprimento de itens mecânicos, além dos gastos originados por atrasos de viagens, congestionamentos e acidentes de trânsito.

Contudo, é uma modalidade de transporte com grande atratividade em função da simplicidade operacional e da capacidade única de transportar as mercadorias da origem até o consumidor final. Características que fazem do modo rodoviário um elemento indispensável para a multimodalidade e a intermodalidade, operações essenciais na moderna logística de transporte.

## 2. AS PRIMEIRAS RODOVIAS

No princípio, era o próprio homem quem transportava os objetos manualmente, em processos que foram se aperfeiçoando com o uso

de cestos e esteiras que eram arrastadas por pequenas trilhas, dando os primeiros passos no desenvolvimento do transporte terrestre. O aperfeiçoamento dessa modalidade ocorreu com a introdução da roda e da tração animal, despertando o interesse na procura de animais passíveis de domesticação e que se adequassem ao cumprimento das tarefas típicas do transporte terrestre.

O passo seguinte foi melhorar os caminhos por onde circulavam os veículos com rodas, nivelando as saliências, cobrindo buracos e reentrâncias e abrindo valas nas laterais para drenagem, dando forma às primeiras rodovias. A mais antiga, que se tem registro, é a estrada real da Pérsia, contemporânea dos primeiros veículos de rodas, surgidos por volta do ano 3000 a.C., ligando as civilizações da Mesopotâmia e do Egito.

Entretanto, foram os romanos que aperfeiçoaram a engenharia rodoviária, atingindo o máximo de eficiência e aprimoramento tecnológico na antiguidade. As estradas tinham a função dupla de facilitar a conquista de territórios e a sua preservação. No auge do Império Romano, foram construídos aproximadamente 85.000 km de estradas, ligando a capital às fronteiras mais distantes dos domínios. De Roma, irradiavam várias estradas militares, das quais a mais conhecida é a Via Ápia, com 660 km. As estradas romanas se caracterizavam pela solidez da construção e a sua concepção audaciosa desperta, ainda hoje, a admiração da moderna engenharia de transportes. Muitos trechos das antigas estradas romanas ainda continuam transitáveis.

Na era cristã, a famosa "rota da seda", que teve o seu apogeu na época das viagens de Marco Pólo, no Século XIII, era constituída pelo sistema viário chinês, ligado ao sistema romano, espalhado por toda a Europa. A ligação de Cádiz, na Espanha, com Xangai, na China, tinha uma extensão de 12.800 km. Por mais de dois mil anos, foi a mais extensa estrada da Terra, por ela circulavam os comerciantes de sedas, joias e especiarias oriundas do Oriente.

## 3. EVOLUÇÃO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO NO BRASIL

No Brasil, o início da história das rodovias foi marcado pela construção da Estrada União Indústria, ligando Petrópolis a Juiz de Fora, inaugurada por D. Pedro II, em 1861. Tratava-se de uma rodovia

com piso de macadame[1], com 144 km de extensão, que possibilitava realizar o percurso entre as duas localidades em apenas um dia de viagem, nas carruagens da época.

Nas décadas seguintes o transporte rodoviário evoluiu muito pouco. A grande atração, nesse período era transporte ferroviário que se espalhava, principalmente, pelo interior do Estado de São Paulo, incentivado pela expansão das lavouras de café.

Em 1927, o governo federal constituiu a Comissão de Estradas de Rodagem Federais, uma espécie de ancestral do DNER. Com recursos de um "fundo especial" de financiamento, obtido a partir de sobretaxas nos impostos sobre gasolina, veículos e acessórios, a Comissão chegou a construir importantes obras, como a Rio-Petrópolis e a parte fluminense da primeira ligação entre o Rio de Janeiro e São Paulo.

Essa comissão foi extinta em 1931. Em seu lugar, foi criado, em 1937, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Entretanto, da forma como foi aprovada pelo Congresso, a entidade apresentava muitas limitações e pouca autonomia: não possuía recursos próprios e suas atividades eram desvinculadas dos sistemas rodoviários estaduais e municipais.

O segmento rodoviário nacional continuava estagnado. Como resultado da política rodoviária adotada até então, o Brasil chegava à década de 40 com apenas 423 km de rodovias pavimentadas. Eram necessárias medidas mais eficazes para alavancar o desenvolvimento rodoviário. Assim, em 1945, foi conferida autonomia administrativa ao DNER e criado o Fundo Rodoviário Nacional para custear as obras.

Como resultado dessas medidas, em 1950, o Brasil já contava com 968 km de malha rodoviária pavimentada, o dobro do verificado em 1945. A descentralização administrativa do DNER em Distritos Rodoviários Federais impulsionou o desenvolvimento de obras rodoviárias na maioria dos Estados.

Na década de 70, o DNER iniciou as grandes obras rodoviárias de interesse estratégico voltada para a integração, unidade e soberania

1. *Sistema de calçamento de estradas desenvolvido pelo engenheiro inglês John Mac Adam, constituído por uma camada de pedra britada aglutinada e comprimida.*

nacionais. Assim, nasceram a Transamazônica, a Belém-Brasília, a construção da Ponte Rio-Niterói, dentre tantas outras.

Em 1980, o País já contava com 47 mil km de rodovias federais pavimentadas e a atuação do DNER continuava marcante. Entretanto, em1988, o Fundo Nacional Rodoviário foi extinto, resultando em uma drástica redução dos investimentos em rodovias. Mesmo com os incentivos criados nos anos seguintes, como o Selo Pedágio (1989) e o Imposto do Petróleo (1991), os recursos foram caindo gradativamente. Em 1970, cerca de US$ 2,3 bilhões eram destinados às rodovias federais. Entretanto, em 1998, foram destinados apenas US$ 1,2 bilhões.

Com a escassez de recursos, novas alternativas foram colocadas em prática na década de 90, como o Programa de Concessões Rodoviárias, o Programa de Descentralização e Restauração da Malha, o programa Crema de restauração e manutenção rodoviárias do DAER/RS, etc. Contudo, continuam ainda limitados os recursos para atender a extensa malha rodoviária nacional.

## 4. SISTEMA NACIONAL DE RODOVIAS

Hoje em dia, a palavra rodovia é sinônimo de auto-estrada ou autopista, de pista dupla, com vias pavimentadas, que permitem a circulação de veículos em velocidades elevadas; o termo estrada tem uso mais abrangente, designando tanto rodovias como os caminhos vicinais, veredas e trilhas sem calçamento das regiões rurais, de pouco trânsito de veículos e frequentemente usados por pessoas que viajam a pé, em carroças de tração animal ou montadas.

As vias rodoviárias nacionais são classificadas de acordo com a função operacional: arteriais, as que ligam grandes polos populacionais; coletoras, aquelas que unem centros populacionais medianos aos grandes centros; e locais, as que ligam áreas rurais e intramunicipais.

Em 1973, o Governo Federal lançou o Plano Nacional de Viação, que modificou e definiu a forma atual do sistema rodoviário nacional. As rodovias federais brasileiras passaram a ser identificadas pela sigla BR, seguindo-se um traço, três algarismos numéricos, uma barra e outra sigla que identifica a localização estadual do trecho. Exemplo: BR-116/SC (trecho de rodovia federal em Santa Catarina).

Dos três algarismos numéricos que compõem a identificação da rodovia, o primeiro define a direção da via. Assim:

Rodovias radiais - identificadas pelo número 0, após a sigla BR, são as rodovias que partem de Brasília, em qualquer direção, para ligar-se com outras capitais estaduais ou locais significativos (Ex: BR-010, conhecida como rodovia Belém-Brasília);

Rodovias longitudinais – identificadas pelo número 1, após a sigla BR, são aquelas que cortam o País na direção predominante Norte-Sul (Ex: BR-116, que liga Jaguarão (RS), na fronteira com o Uruguai, a Fortaleza (CE), com 4.385 km de extensão);

Rodovias transversais - identificadas pelo número 2, após a sigla BR, são as rodovias que cortam o País na direção predominante Leste-Oeste (a mais famosa rodovia transversal brasileira é a BR-230, a Transamazônica, projetada na década de 70 para ligar a região Nordeste do Brasil, com Peru e Equador).

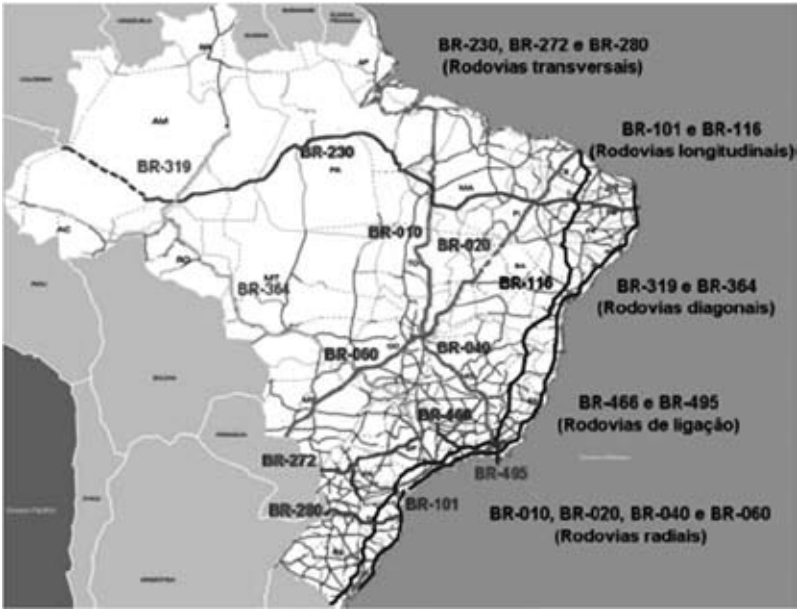



Figura 1 – Identificação das rodovias federais

Rodovias diagonais - identificadas pelo número 3, após a sigla BR, apresentam direção inclinada em relação aos paralelos ou meridianos. As que apresentam direção predominante Nordeste - Sudoeste são as diagonais ímpares (Ex: BR-319, que liga Manaus a Porto Velho) e aquelas com inclinação Noroeste – Sudeste são as diagonais pares (Ex: BR-364, que tem início em Limeira (SP) e ponto final em Rodrigues Alves (AC)).

Rodovias de ligação - identificadas pelo número 4, após a sigla BR, são rodovias que ligam pontos importantes das demais rodovias. Geralmente, são vias de pequenas distâncias como a BR- 454, que liga Poços de Caldas (MG) à Lorena (SP). A menor rodovia de ligação é BR- 448, que liga a BR-116 ao Santuário de Aparecida do Norte, com apenas 2,9 km de extensão.

As rodovias estaduais são identificadas pela sigla do Estado nas duas primeiras letras, seguidas de três algarismos numéricos. Entretanto, não existe padronização para o uso desses três algarismos, cada Estado tem a sua própria maneira de classificar as vias.

Sem padronização para identificação, as rodovias municipais complementam o sistema viário nacional, por onde circula a frota rodoviária responsável pela movimentação da maior parte das riquezas brasileiras.

## 5. A FROTA RODOVIÁRIA NACIONAL

A frota nacional de veículos rodoviários para transporte de cargas, que já se encontra próxima de dois milhões de unidades, é constituída por caminhões, cavalos-mecânicos, reboques, semirreboques e outras composições, operada por autônomos (51%), empresas de serviços de transporte de cargas (29%) e empresas transportadoras de carga própria (20%).

A flexibilidade da regulamentação do transporte rodoviário facilita a existência de transportadores autônomos em grande número, gerando concorrência acirrada entre esses profissionais que, muitas vezes, não estão preparados para avaliarem adequadamente seus custos operacionais e acabam praticando fretes que mal cobrem as despesas. Com isso, a margem de lucro fica reduzida, limitando os recursos para investimento na renovação da frota. O resultado é uma frota com idade

média de 18 anos, onde caminhões antigos, de elevado consumo de combustível e altamente poluentes, dividem o espaço das rodovias com veículos e composições mais modernas.

O número de caminhões com mais de vinte anos, pertencente aos autônomos, representa 45% da frota. Essa idade avançada dos veículos significa muita fumaça negra sendo lançada na atmosfera em prejuízo do meio ambiente. Um caminhão produzido na década de 70 lança na atmosfera três vezes mais poluentes do que os de fabricação mais recente. Quanto mais velho o veículo mais agressivo é ao meio ambiente.

O transporte rodoviário é responsável por mais de 80 milhões de toneladas de gás carbônico ($CO_2$), o que equivale a 88% das emissões da matriz de transporte brasileira e os caminhões são responsáveis pela metade dessas emissões. Esses números mostram a necessidade de medidas mais eficazes no sentido de incentivar a renovação da frota de veículos rodoviários de transporte de cargas.

Enquanto isso, buscando a melhoria da produtividade, os transportadores vêm utilizando, cada vez mais, combinações de veículos rodoviários tais como bitrens, rodotrens e treminhões.

Bitrens são combinações de dois semirreboques acoplados entre si por meio de uma quinta-roda situada na traseira do primeiro semirreboque. A combinação bitrem permite um peso bruto total combinado (PBTC) de 57 toneladas, o que possibilita um incremento de 27%, em comparação com uma combinação tradicional de três eixos com cavalo-mecânico.

Rodotrens são conjuntos formados pela combinação de dois semirreboques ligados por meio de um dolly[2] de dois eixos. Esta combinação possui PBTC de 74 toneladas, o que aumenta em 64% a capacidade de carga transportada (comparando-se com uma carreta tradicional de três eixos).

Treminhões são veículos semelhantes às carretas, formados por cavalos-mecânicos, semirreboques e reboques. Não podem transitar em qualquer estrada, em função do seu peso bruto total. Na Austrália,

2. *Unidade de articulação que fica posicionada entre os dois semirreboques.*

são comuns combinações derivadas do treminhão com outros reboques agregados (tetraminhão, pentaminhão, etc.). No Brasil, esses tipos de veículos não são previstos na legislação, entretanto, podem ser encontrados em uso no transporte de cana, para movimentação da produção entre as plantações e as usinas de açúcar.

## 6. PANORAMA DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA NACIONAL

O panorama da infraestrutura rodoviária nacional não é muito animador, conforme mostram os dados divulgados pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), baseados em pesquisas que realiza, periodicamente, nas quais são avaliadas as rodovias federais e estaduais, tanto sob a gestão pública como aquelas sob gestão concedidas, nos aspectos relacionados ao estado geral, pavimento, sinalização e geometria da via, proporcionando uma ampla visão da situação das rodovias nacionais.

A Pesquisa Rodoviária CNT 2007 constatou que 73,9% da malha pavimentada, de um total de 87.592 km de rodovias analisadas, encontram-se em estado regular, ruim ou péssimo. Apenas 26,1% encontram-se em ótimo ou bom estado.

No atributo pavimentos, 45,5% foram classificados como ótimo ou bom e 54,5% apresentam pavimentos em situação regular, ruim e péssimo. A grande extensão da malha com pavimento deficiente é preocupante, uma vez que, em função do tráfego e das intempéries a tendência é piorar, afetando a segurança e o desempenho operacional, além de implicar em aumento nos custos de recuperação da via.

Entretanto, o item que tem maior influência nas condições de segurança das rodovias, na opinião dos pesquisadores, é a questão da sinalização viária. O impacto das situações desfavoráveis pode ser minimizado ou mesmo eliminado por meio de sinalizações adequadas. Os resultados da avaliação do quesito sinalização mostram que apenas 34,6% da malha é satisfatória. O restante (65,4%) foi classificada como regular, ruim ou péssima. A melhoria das condições de sinalização das rodovias brasileiras é fundamental para a redução dos índices de acidentes.

A apuração dos dados referentes à geometria das rodovias pesquisadas aponta que apenas 22,7% da malha está em condições

satisfatórias. O restante, 76,3% apresenta condições desfavoráveis de geometria, ocasionado reduções na velocidade operacional e no aumento dos tempos de viagens. Nesse quesito foi considerada a ausência de acostamentos e de faixas adicionais, situações que reduzem a segurança e, potencialmente, geram problemas de saturação da capacidade viária.

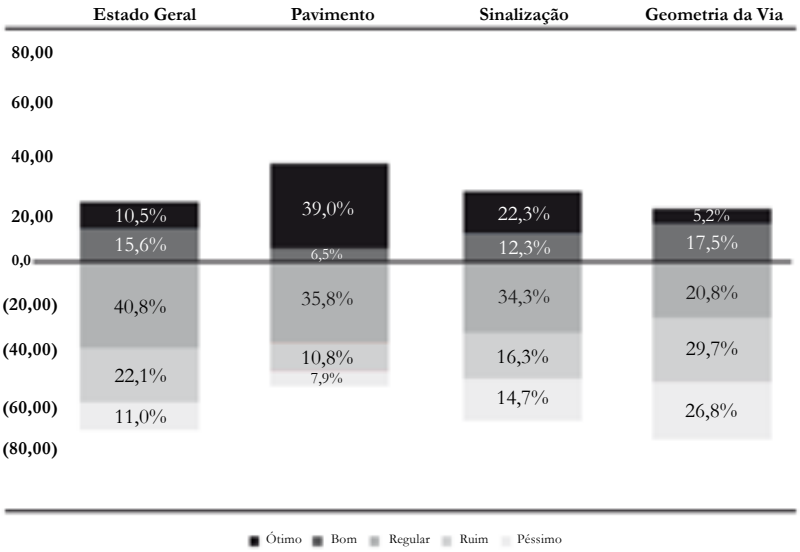



Figura 2 – Resumo da malha avaliada (Pesquisa CNT 2007)

Ao considerar separadamente as rodovias sob gestão pública, ou seja, aquelas sob a responsabilidade da União ou dos Estados, administradas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) ou pelos Departamentos de Estradas e Rodagem Estaduais (DER), respectivamente, e as rodovias sob gestão de empresas privadas ou empresas estatais (Estados ou União), cujas receitas financeiras para a conservação e ampliação são oriundas de cobrança de pedágio, os resultados mostram a ineficiência da gestão pública no segmento do transporte rodoviário.

A avaliação das rodovias sob gestão pública mostra um cenário bastante desfavorável. Enquanto as vias públicas classificadas com

nível bom e ótimo somam apenas 18,8% da malha avaliada, nas rodovias sob concessão foram registrados níveis ótimo ou bom para 88,1% da malha. A maior parte das rodovias públicas (81,1%), foi classificada como regular, ruim ou péssima, ao passo que, nas vias sob concessão apenas 2,6 % foi classificada como ruim ou péssima (19,8 % encontram-se em estado regular).

Sabe-se que a boa qualidade do pavimento favorece o transportador na medida em que proporciona economia no consumo de combustíveis, reduz o desgaste de pneus e diminui o índice de problemas mecânicos referentes à quebra de peças, além de reduzir o tempo de viagem e contribuir para a melhoria da qualidade de vida do profissional de transporte. Na avaliação da Pesquisa CNT 2007, apenas 39,5% das rodovias públicas apresentam condições satisfatórias do pavimento, enquanto 88,1% das vias sob concessão apresentam pavimento ótimo ou bom.

A avaliação da sinalização, atributo essencial para o trânsito seguro, mostrou que 89,2% da malha concedida apresenta sinalizações verticais e horizontais ótimas ou boas, enquanto nas rodovias sob gestão pública foi constatado que apenas 26,9% encontra-se no padrão ótimo ou bom.

Quanto à geometria das vias sob gestão pública, 81,2% foi avaliada como regular, ruim ou péssima. De acordo com o relatório da Pesquisa CNT, esse resultado é justificado pelo fato da maioria das rodovias nacionais serem de pista simples de mão-dupla, sem acostamento e sem faixa adicional de subida em terreno ondulado e montanhoso. Boa parte das rodovias brasileiras foi concebida nas décadas de 60 e 70, épocas em que as condições e projeções de tráfego eram mais modestas e os critérios para construção eram mais flexíveis que os atuais. Mesmo com o processo de concessões privadas, a execução de grandes obras de correções geométricas ou aumento de capacidade viária não alterou significativamente as condições de geometria das rodovias.

O resultado da Pesquisa CNT 2007 mostra, ainda, que as vinte melhores rodovias, de um universo de 109 ligações avaliadas, encontram-se no Estado de São Paulo. Dessas, apenas a vigésima colocada em ordem de qualidade não se encontra inteiramente no Estado de São Paulo e não é administrada pela iniciativa privada.

## 7. CONCLUSÃO

A análise sistêmica dos resultados da Pesquisa Rodoviária CNT 2007 mostra um quadro geral deficiente e preocupante, na medida em se percebe que as ações necessárias para proporcionar maior eficiência ao segmento do transporte rodoviário demandam períodos de tempo longos para serem implementadas.

Para reverter esse cenário desfavorável, é imprescindível um planejamento estratégico e regularidade no fluxo de investimentos, que pode ser viabilizado com a aplicação integral dos recursos destinados às rodovias, sejam eles orçamentários ou suplementares, como é o caso da CIDE. De imediato, para que o sistema rodoviário atinja padrões satisfatórios de segurança e de desempenho, estima-se um volume da ordem de R$ 23,6 bilhões e, para a correta manutenção da malha, investimentos de R$ 1,34 bilhão por ano, valores superiores aos historicamente aplicados.

É importante lembrar que as melhorias desejadas para o País dependem da oferta de boas rodovias, as quais sustentam grande parte das demandas da movimentação da riqueza nacional e das necessidades de mobilidade das pessoas. Pelo menos, até que outras modalidades mais econômicas como a cabotagem e o transporte fluvial e ferroviário sejam incrementados.

*O autor é Coronel-Aviador e Mestre em Engenharia de Transportes*

# A Estratégia Nacional de Defesa e o Pensamento Estratégico

*Carlos Alberto Pinto Silva*

*"O pensamento estratégico precisa ser amplo e globalizante, ao invés de buscar uma análise detalhada dos fatos. Deve ter como base as necessidades de um grupo humano e ser realizado em equipe. O pensamento estratégico é social e, portanto, não deve ser obra de um homem, personalista e iluminado. A subordinação às idéias de um "virtuose" é o caminho mais direto para o desastre".*

*Marechal Castelo Branco*

O modo de empregar o Poder Nacional, característico da estratégia, tem seu campo de ação limitado por uma orientação política. A política não condiciona apenas a concepção estratégica do conjunto. Em alguns casos, condiciona as próprias ações estratégicas, limitando os riscos que a nação pode aceitar e os sacrifícios a serem exigidos da população.

Os Poderes Constitucionais, a sociedade e as instituições do Estado (inclusive Forças Armadas), "tríade extraordinária" da atualidade, devem ser considerados instrumentos racionais da política nacional. "Racional", "instrumento" e "nacional" encerram conceitos chaves para o estabelecimento de um novo paradigma. A decisão de se empreender intervenções importantes na vida política nacional deve ser:

I - racional, baseando-se numa avaliação de custos e benefícios para o Estado e para a sociedade;

II - instrumental, empreendida para alcançar um objetivo relevante definido; e

III - nacional, de modo a que seus objetivos satisfaçam os interesses do Estado, justificando o esforço necessário à mobilização da nação.

Somente por meio de uma compreensão da conjuntura e da conjugação de esforços dos integrantes da atual "tríade extraordinária" será possível levar o Estado à plena satisfação dos seus interesses. E ao estabelecimento de uma Estratégia Nacional de Defesa que seja possível, contando com a aceitação da sociedade e conquistando credibilidade em todos os campos do poder.

A inter-relação entre assuntos políticos e militares é inevitável, particularmente no nível estratégico. As políticas de defesa e de relações exteriores, por exemplo, devem guardar estreita coerência entre si, integrando-se no contexto do desenvolvimento harmônico das expressões do Poder Nacional. Somente assim, poderá o País contar com instrumentos capazes de respaldar suas decisões soberanas no âmbito nacional e internacional.

Ao Poder Militar falta a definição clara dos objetivos que, alcançados, favoreçam a definição do perfil estratégico do Brasil, orientando melhor a formulação das políticas do preparo e do emprego das Forças Armadas.

É necessário que tais objetivos sejam perfeitamente definidos e que as responsabilidades políticas estejam firmemente estabelecidas, considerando a capacidade nacional de aprestamento e de mobilização e respeitando os fatores de custo e a possibilidade de execução das estratégias previstas, no médio e no longo prazo.

A "transformação" das Forças Armadas, quando da implantação da nova Estratégia Nacional de Defesa, não pode ser improvisada, mesmo diante da complexidade do mundo moderno, dos orçamentos dramaticamente curtos e da pequena percepção da sociedade em relação à necessidade de defesa.

Nenhuma estratégia pode se sustentar sem uma sociedade e uma cultura que a hospede e abrigue. E esta própria sociedade hospedeira e a cultura em si são abaladas quando, instalada a crise ou conflito, o sistema de defesa não responde.

*"A afirmativa de que um aperfeiçoamento militar importante, ou seu planejamento, deva ser de opinião puramente militar é inaceitável e pode ser prejudicial. Também não é sensato convocar o militar - como fazem muitos governos quando estão planejando uma guerra - para pedir conselhos puramente militares."*

*Clausewitz*

São governos e parlamentos, por intermédio de Políticas Nacionais de Defesa, que têm de decidir sobre a preservação da paz, quanto aos passos individuais da escalada em tempo de tensão e acerca do emprego do Poder Militar para dissuadir ou para travar a guerra.

Muitas vezes, observa-se a falta de uma ligação objetiva entre políticos e militares, dificultando a obtenção de respostas a questões em torno das razões para empregar o poder armado e que meios utilizar

na conquista dos objetivos marcados pela política, necessários à defesa dos interesses nacionais.

*"Na Estratégia Militar, o estudante sério de estratégia começa estudando a baioneta. Não é por acidente que Clausewitz, o melhor estrategista que o mundo conheceu, começou sua carreira no exército prussiano com doze anos de idade, e como alferes recebeu seu batismo de fogo nas Guerras Revolucionárias e Napoleônicas."*

*AL Ries, Marketing de Guerra*

Atualmente, os militares estão entre os que com menos frequência contribuem para a literatura básica estratégica e para o planejamento da END. Muitos políticos entendem que as Forças Armadas constituem meramente um sistema gerencial destinado a "organizar, treinar e equipar forças da ativa e da reserva", empregando-as quando determinado.

Provocar o afastamento dos militares do nível estratégico poderá levar uma Força Armada a se preocupar mais com a administração do que com o preparo e o emprego de suas tropas, além de gerar uma tendência de identificar, ou confundir, liderança militar com capacidade administrativa.

O argumento de que, numa democracia, somente os políticos podem tratar de políticas e de planejamento em nível estratégico significa confundir o assunto. Geralmente, os políticos não participam desse processo no campo da defesa - mas decidem sobre políticas ou estratégias que lhes são propostas pelos assessores militares ou civis especialistas no assunto, como em qualquer democracia no mundo.

Os políticos erram ao ver as Forças Armadas como um instrumento de governo e não de Estado. Por isso, buscam alijar os militares (apartidários) das decisões políticas e estratégicas necessárias à defesa da sociedade e do Brasil.

Essa atitude prejudica o planejamento da END e a sua implantação, pois representa uma regressão do pensamento estratégico no País, em face de um injusto pré-julgamento dos militares feito por alguns maus políticos de plantão.

Somente por meio de uma completa compreensão da política nacional e da integração entre civis e militares, poder-se-á estabelecer os melhores parâmetros para o emprego bem sucedido do Poder Militar no contexto de uma Estratégia Nacional de Defesa.

*O autor é General-de-Exército; ex-comandante de Operações Terrestres (COTer), do Comando Militar do Sul (CMS) e do Comando Militar do Oeste (CMO).*

# Em Defesa da Memória da Formação da Nacionalidade

*Nilton Freixinho*

Sem embargo do louvável esforço de autores norte-americanos, os chamados "brasilianistas", de contribuir com obras sobre a formação da nacionalidade brasileira, não se pode silenciar quando, por vezes – por não dispor de fontes atualizadas – são emitidas versões incompletas sobre acontecimentos em que, no passado, se viu envolvida a Nação, no quadro abrangente da História.

Este é o caso que ocorre na obra recente "Soldiers of the Pátria: A history of the Brazilian army, 1889-1937", Stanford University Press, 2004, de autoria do historiador Frank D. McCann, traduzida para o português (Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro, 1889-1937) pela Editora Companhia das Letras e publicada, no Brasil, pela Biblioteca do Exército, Editora, 2009, Coleção General Benício, v.462. A mencionada obra, quando aborda o episódio de Canudos, embora apresente as razões do conflito sob a ótica então dominante na época, o faz dramatizando o desfecho das operações militares, sem, no entanto, oferecer ao leitor externo, as razões religiosas, sociais e econômicas vigentes no Sertão do nordeste do Brasil, razões que realmente respondem pelo brutal e lamentável desfecho do conflito de Canudos.

Em busca de juízo justo é oportuno divulgar a verdade histórica do episódio de Canudos, por suas raízes abrangentes, em termos de fatores religiosos, sociais e econômicos, transcrevendo, neste artigo, trechos da obra intitulada "O sertão arcaico do nordeste do Brasil – uma releitura", Editora Imago, 2003, de autoria do autor do presente artigo.

## 1. A religiosidade, motor e cimento aglutinador da estrutura socioantropológica do Sertão Arcaico Nordestino.

### Os "clérigos-místicos" e os "monges-Conselheiros". Clima de histeria coletiva, muitas vezes redundando em rebelião contra o poder constituído.

## 2. Razões e natureza específica da religiosidade no Sertão Arcaico Nordestino. efeitos nas relações com a igreja e com os poderes constituídos.

No sertão, a religiosidade ganhou dimensões expressivas devido a duas circunstâncias que se associaram. De um lado o sertanejo buscou na religião a compensação das agruras da pobreza de que tomou consciência e a falta de perspectiva para ultrapassá-la de moto próprio. De outro lado o clima de insegurança, decorrente da ameaça periódica do flagelo das secas, levou o sertanejo a amparar-se no sobrenatural, fonte de forças de que carecia para lidar com a calamidade.

Em suma, buscava o sertanejo, na religião, no dia a dia de sua vida, conforto e segurança psíquica que fatalmente conduziriam a um estágio de religiosidade radical, quando estimulado por monges místicos, caminho de indisfarçável alienação coletiva.

Está aí configurada a senda do misticismo religioso que dominou as populações sofridas dos sertões nordestinos, desde o Ceará até a Bahia, a partir de meados do século XIX, tendo por epílogo duas vertentes. De um lado o trágico episódio do arraial do Belo Monte, no último decênio dos oitocentos, tendo por figura central o monge Antônio Conselheiro. De outro lado o surgimento e o desenvolvimento da meca do catolicismo popular, Juazeiro, no Cariri, perdurando por cerca de quatro décadas, na transição do século XIX para o XX, tendo por figura central o padre Cícero Romão Batista.

Sociólogos, em estudos recentes, consideram que a religião, inclinada ao radicalismo, constituía o caminho psíquico possível para as camadas pobres e desamparadas do sertão arcaico, cuja memória do flagelo das secas, vivificada com a ameaça de potencial eclosão, inquietava o viver do sertanejo, em termos dramáticos. Na falta de esperança quanto ao amparo, para vencer os desafios materiais, o apelo ao sobrenatural, eivado de misticismo, configurou a "religião necessária" aos sertanejos, adaptada às suas concepções de vida e das coisas. Vale dizer, em resposta às respectivas carências materiais imediatas.

### 3. A Igreja e o poder público no epicentro da paixão religiosa, em território da Bahia, agravada pela crise socioeconômica local.

A história registra que, na Bahia, a hierarquia da Igreja Católica, também, fixou-se, em alvo prioritário, para deter a paixão religiosa radical que se expandia na coletividade sertaneja. Contudo, impõe-se considerar circunstâncias peculiares. Tanto quanto à natureza, do ator-alvo, em termos da Igreja, como diferenças do quadro sociopolítico caracterizador das duas mencionadas áreas geográficas – Ceará e Bahia.

Tudo isso somado e combinado redundou na eclosão de acontecimentos especificamente peculiares ao caso da Bahia.

Do Recôncavo da Bahia e de Salvador ao vale do São Francisco, no seu curso oeste-leste, incluindo, portanto, geograficamente, o Sergipe, com projeção sobre Alagoas, a crise econômica da produção gerava grandes desequilíbrios estruturais-sociais, provocando desemprego em massa, de mão-de-obra, acompanhado de constantes rebeliões contra o poder constituído, o que se refletia na luta partidária entre grupos políticos. A par do recrudescimento da paixão religiosa radical do sertanejo, em busca de um caminho que respondesse, do ponto de vista psicológico, o que fazia crescer à atração que os monges-conselheiros leigos exerciam desde há algum tempo na região.

### 4. Em busca de entendimento com o arraial messiânico de Canudos, em estado de rebelião contra a República. A missão de frei João Evangelista de Monte Marciano – 1895. Resultados.

A Missão, acompanhada do pároco de Cumbe, cidade situada a cerca de 80 quilômetros a sudeste de Canudos, entra no arraial do Belo Monte a 13 de Maio 1895. A praça central, onde se situa a casa do Conselheiro, é envolvida por cerca de mil homens armados de bacamarte, garrucha, facão e outros apetrechos. Ademais, os missionários logo constatam o estado de pobreza dos habitantes.

O Conselheiro os recebe cordialmente. Ao perceber a curiosidade pela Igreja Nova, em construção, os convida a percorrer as obras em curso, prestando informações pormenorizadas.

Então a sós, frei Evangelista falou-lhe sobre a finalidade da Santa Missão. Ali estava com propósito de paz, em nome do arcebispo e para aconselhar o povo a dispersar-se, voltando aos lares e ao trabalho. Estranhava ter sido recebido por homens fortemente armados, pois estava ali com propósito de paz.

No quarto dia, frei Evangelista de Monte Marciano deu início aos trabalhos pregando sobre o dever de obediência à autoridade, destacando que o Sumo Pontífice tinha recomendado a concórdia dos católicos brasileiros com o poder civil. Abordava, então, para a multidão ali reunida, a pedra de toque da Santa Missão, em Canudos. As palavras do frade irritaram o ânimo de muitos dos presentes. Desde logo se inicia no arraial messiânico forte propaganda contra a Santa Missão. O povo é incentivado a não mais comparecer. A intriga alastrou-se. Foi espalhado que a Missão estava ali a serviço do governo para abrir o caminho à tropa que viria prender o Conselheiro.

Criou-se ambiente de hostilidade contra os missionários capuchinhos, que já não tinham condições de pregar a Missão.

Frei Evangelista de Monte Marciano, ante tal oposição, resolve suspender a Santa Missão e retirar-se do arraial. O que se concretiza a 21 de maio, sete dias após a chegada a Canudos.

Ao regressar a Salvador, frei João Evangelista do Monte Marciano apresenta ao arcebispado da Bahia um relatório circunstanciado da Santa Missão a Canudos (tipografia do *Correio de Notícias*, 1895). Desde então o mencionado relatório adquiriu extraordinária importância, por ser um dos raros documentos escritos por quem viu Canudos por dentro quando se organizava para fazer face à repressão.

Na parte final, o relatório emite julgamentos e faz recomendações, das quais cumpre destacar três:

– "Encarados o arrojo das pretensões e a soberania dos fatos, pode-se dizer que é aquilo um Estado no Estado; ali não são aceitas as leis, não são reconhecidas as autoridades, não é admitido à circulação do próprio dinheiro da República".

– "Antônio Conselheiro conta a seu serviço mais de mil companheiros decididos, entre os homens, com um número talvez de oitocentos sempre armados; verdadeira milícia em pé de guerra".

– "O desagravo da religião, o bem social e a dignidade do poder civil pedem uma providência que restabeleça, no povoado de Canudos, o prestígio da lei, as garantias do culto católico e os nossos foros de povo civilizado. Aquela situação de fanatismo e de anarquia deve cessar para a honra do povo brasileiro, para o qual é triste e humilhante que, ainda na mais inculta nesga da terra pátria, o sentimento religioso desça a tais aberrações e o partidarismo político manifeste-se em tão estulta e baixa reação".

Tudo isso consta do "Relatório Monte Marciano", entregue ao arcebispado da Bahia em meados de 1895. É lícito admitir que tenha sido dado ao conhecimento do governo da Bahia e do comando do 3º Distrito Militar (Exército) e este, por sua vez, tenha dado ciência ao comando da instituição, na Capital Federal.

O diagnóstico estava feito com a precisão que fatos posteriores comprovariam quanto ao espírito, à natureza e ao vulto da resistência que Canudos poderia apresentar

## 5. Conclusão

Uma apreciação por quem, na infância, em Pernambuco, vivenciou o sertão e os sertanejos; de quem, integrante do Exército brasileiro, como oficial, não se deixou contaminar pelo vírus do jacobinismo florianista; de quem nunca se cansou de proclamar o valor moral do inimigo sertanejo; de quem por seus pendores intelectuais escreveu e publicou, em 1898, portanto logo após a vitória de outubro de 1897, pormenorizado relato histórico sobre a campanha militar, intitulado *Última expedição a Canudos*. Trata-se de homem público que após a "guerra de Canudos" projeta-se no cenário nacional, pelo exercício de relevantes funções em seu estado, Pernambuco, e na Federação – Emídio Dantas Barreto.

Proclama o general Dantas Barreto, em uma de suas obras: "(...) três dias após o ataque final (primeiro de outubro de 1897) não se encontravam ali (em Canudos) senão destroços dessa imensa população que desaparecera em nome da ordem, da civilização e da moralidade do Brasil".

*Nota – Os tópicos 1, 2, 3, 4 e 5 são transcrições de fonte que foi mencionada.*

*O autor é Coronel do Exército e Presidente da Comissão Técnica-Científica da Sociedade Brasileira de Geografia*

# UNASUL: Solução ou Diversão?[1]

*Armando Amorim Ferreira Vidigal*

De uma maneira geral, a América do Sul tem se caracterizado como uma região pacífica, tanto no contexto internacional, envolvendo países de fora da região, como nas questões que envolvem apenas os países da região.

No contexto mundial, isso se deve não tanto a qualquer característica favorável de nossa índole, mas à total desimportância política-estratégica da América do Sul, afastada dos principais focos de tensão mundial; no intrarregional, a solução dos problemas entre nossos países tem sido na maioria das vezes, negociada, sem o recurso à força, mais por nos faltarem os meios para tal do que por amarmos a paz.

Como uma reação ingênua à globalização, ao em vez de procurarmos com afinco remover os entraves materiais e psicológicos à integração regional – que, quando realizada nos tornará atores significativos no cenário internacional – estamos recorrendo ao nacionalismo exacerbado que, além de não resolver as nossas dificuldades, tem nos levado a abraçar o populismo demagógico. Este, por não ir à raiz dos problemas, adia *sine die* a adoção dos processos que nos levariam à construção de sociedades mais justas através de investimentos em educação, saúde e infraestrutura. Estamos saindo do neoliberalismo e mergulhando de cabeça num estatismo absurdo, cujo principal fruto é a ineficiência e, principalmente, a corrupção que hoje permeia toda a estrutura do Estado.

Sendo a potência hegemônica mundial e, acima de tudo, dominando e interferindo no continente americano, sua área mais próxima de influência, os Estados Unidos são o alvo por excelência de nossas queixas, responsabilizados por todas as nossas mazelas, bode espiatório de nossas deficiências. Não que aquele país não tenha culpas, principalmente após o lamentável governo de George W. Bush, que abandonou a "liderança amena" da era Clinton, para impor ao

1. *O termo "diversão" é usado aqui no sentido estratégico: uma operação para desviar a atenção do inimigo da operação principal que se quer empreender.*

mundo a supremacia absoluta dos interesses americanos – mas esse reconhecimento só servirá para nos desviar da procura da correção das nossas deficiências.

A consequência imediata desse nacionalismo vesgo, que distorce nossa visão dos fatos, é o comprometimento dos processos de integração regional – como o Pacto Andino e o MERCOSUL – que, após começos promissores, enfrentam, hoje, dificuldades crescentes, para se aprofundarem e expandirem.

É lamentável que essas coisas estejam acontecendo justamente quando o panorama mundial apresenta condições que poderão ser extraordinariamente favoráveis para o nosso subcontinente. A atual crise mundial deixará sequelas graves nos Estados Unidos e na Europa e, bem menos, nos países em desenvolvimento, como China, Índia e os da América do Sul. A crise da economia mundial não pode, porém, fazer-nos esquecer de outras graves crises que dominarão o panorama político-estratégico mundial e, de certa forma, já começam a ter peso considerável nas análises em curso. O entendimento delas é importante para nós, pois podemos, se "não nos faltar engenho e arte", ser parte da solução, mais do que do problema. Afinal, crise é oportunidade e desafio.

Há quatro questões que, hoje, se constituem no foco principal das preocupações mundiais ou virão a sê-lo muito em breve:

- a crise de energia;
- a crise de água;
- a crise ecológica, e
- a crise de alimentos.

Cada uma dessas crises realimenta as demais, de modo que, em conjunto, elas representam um cenário explosivo e, sem dúvida, assustador. A inflação, que hoje contamina as economias de todos os países, mesmo os desenvolvidos, é uma consequência das quatro crises identificadas, em especial da alta do preço da energia e dos alimentos, inevitável a longo prazo.

A esse respeito diz a economista Miriam Leitão:

***"A inflação está dobrando ou triplicando em todos os países. Em alguns, a alta é menos acentuada; felizmente estamos neste***

***grupo de países. Mas China, Índia, Indonésia, Arábia Saudita estão com taxas perto de 10%. Países do Golfo estão com inflação de dois dígitos. A Rússia está com 14%. A Argentina, 25% e a Venezuela, 29%. Tudo isso nos últimos 12 meses. (...) Até o Chile, citado como exemplo de onde tudo dá certo na região, viu sua taxa subir de 2,5% para 8,3%".***[2]

E, para piorar a situação, a solução para o problema que está sendo adotada por alguns países está condenada ao fracasso:

***"Em muitos países, como Venezuela, Argentina, China, o remédio que tentam usar já não deu certo antes: o controle de preços e preços subsidiados".***[3]

Todas essas questões, esta é a nossa tese, envolvem a América do Sul, colocando-a no centro das questões mundiais.

## A CRISE DE ENERGIA

A crise mundial de energia já é uma realidade e ela, conforme iremos demonstrar, não só está aumentando a tensão entre os países do sub-continente, por dificultar a integração e a solução negociada de conflitos, como pode provocar uma mudança estratégica em âmbito mundial, colocando a América do Sul, em especial o Brasil, numa posição ímpar como produtor de petróleo e gás, se confirmado o volume das reservas recém-descobertas no pré-sal, na plataforma continental brasileira.

A América do Sul, como um todo, é autônoma em termos de energia. A Venezuela com suas enormes reserva de petróleo e gás[4]; a Bolívia, rica principalmente em gás; e o Equador, são os países que mais contribuem para isso. O Brasil, cuja autossuficiência foi recentemente anunciada (embora isso esteja próximo, ainda não é totalmente

2. *"Que tempos!", Miriam Leitão, O Globo, 29/05/2008.*
3. *Ibidem.*
4. *As reserva da Venezuela em petróleo pesado são as maiores do mundo e em petróleo leve e normal são as sextas. "Petropolitics in Latin America", pág. 23, em "Notícias – Latin American Program Newsletter", Primavera 2007, do Woodrow Wilson International Center for Scholars.*

verdadeiro), vem descobrindo na plataforma continental, na área do pré-sal, novas e importantes reservas que, no total, podem chegar de 50 a 80 bilhões de barris: somente no campo Tupi, as reservas seriam da ordem de 5 a 8 bilhões de barris de petróleo e gás – valor igual a 50% de todas as reservas que o Brasil descobriu nos últimos 50 anos – o que, se confirmado, transformará o Brasil em País exportador de petróleo à altura da Venezuela.[5]

A grande potencialidade da Venezuela no setor de energia está na sua capacidade de explorar as reservas de óleo pesado e extrapesado existentes no "cinturão do Orinoco", o que a tornaria a maior detentora de reservas mundiais. Há receio de que os imensos investimentos que seriam necessários, para exploração dessas reservas sejam inviabilizados, já que os recursos auferidos pela PDVSA estão sendo desviados, para implementação da política bolivariana e para os pesados investimentos sociais que são feitos pela empresa, para manter em alta a popularidade do presidente: de 2003 a 2006, o gasto em investimentos sociais da PDVSA cresceu de US$ 210 milhões para US$ 13,36 bilhões.[6] Há, também, que considerar, na análise dos problemas venezuelanos, o aumento do consumo interno, que reduz o potencial de exportação e o contrabando de petróleo para a Colômbia, que não rende dividendos para a empresa.

A Bolívia é outro país da região relevante para a questão energética, principalmente em função de suas reservas de gás.

A nacionalização do setor de hidrocarbonetos, por Evo Morales, em 1º de maio de 2006, levou as empresas estrangeiras a suspender os investimentos[7]. Como consequência, houve uma queda da produção

5. *"Brasil en Sudamérica: De la indiferencia a hegemonia", Augusto Varas, pesquisador chileno da* FRIDE.
6. *Ibidem.*
7. *A PETROBRAS suspendeu US$ 1 bilhão de investimentos programados. Após tensas negociações, em dezembro de 2007 o Brasil anunciou a retomada dos investimentos. Em médio prazo, a dependência do Brasil do gás boliviano irá diminuir e desaparecer tão logo comece a exploração das reservas de gás descobertas na bacia de Santos. A importação de gás de outros países – que implicará no afretamento de navios para o transporte do gás liquefeito (LNG) e de instalações para posterior regasificação – está em processo de implementação.*

boliviana, resultado direto da falta de investimento em exploração e extração e da desorganização decorrente da nacionalização da YPFB e do conjunto do setor de hidrocarbonetos, o que levou Evo Morales a anunciar, em 2007, que teria sérias dificuldades para cumprir seus compromissos de venda de gás para o Brasil e a Argentina em 2008. O Chile e o Uruguai, que recebem da Argentina parte do gás, ficarão, também, com problemas já que a Argentina não terá como fornecer-lhes gás[8], e que também, desde o congelamento do preço dos combustíveis, no governo de Nestor Kirchner, vive uma crise energética, resultado de uma dramática queda dos investimentos no setor.

A produção de gás da Bolívia em 2007 andava em torno de 40 milhões de metros cúbicos diários, que, no ano de 2008, cresceria para 42 milhões de metros cúbicos diários, para uma demanda dos mercados interno e externo de 46 milhões: entre 27 e 30 milhões para o Brasil e, por força de acordo firmado com a Argentina, até 7,7 milhões, para ela, sendo o restante para consumo interno[9].

Já apontamos o fato de que as recentes descobertas de petróleo e gás nas áreas mais profundas da plataforma continental brasileira – a zona do pré-sal – se confirmadas às estimativas iniciais, mudarão o quadro energético da América do Sul, assumindo o Brasil uma posição de destaque como grande produtor de petróleo e gás e, se o desejar, de grande exportador — uma cuidadosa avaliação estratégica deverá apontar a vantagem para o País de se transformar em exportador ou de manter consideráveis reservas estratégicas para uso próprio, quando a escassez desses produtos, se não houver adequados substitutivos, indicar a conveniência.

A queda atual do preço do barril de petróleo (meados de 2008) – em torno de US$ 40,00 quando há poucos meses estava em torno de US$ 140,00 – é obviamente uma consequência da atual crise mundial da economia. Vencida a crise, dentro de um ou dois anos, o preço do barril voltará a crescer. As razões para isso são muitas:

---

8. *O Chile não pode comprar gás diretamente da Bolívia por questões políticas, resultantes da Guerra do Pacífico de que resultou a mediterraneidade da Bolívia.*
9. *"Potenciales focos de conflicto bélico en América del Sur (Introducción)", Carlos Malamud, ARI nº 27/2008 e "Potenciales focos de conflicto bélico en América del Sur (II)", Carlos Malamud e Carlota Garcia Encina, ARI nº 45/2008, de 12/05/2008..*

- o crescimento de alguns emergentes, em especial a China e, em menor escala, a Índia, está incorporando grandes contingentes populacionais à sociedade de bem-estar, aumentando significativamente o consumo de energia desses países;

- a lentidão com que novas tecnologias estão sendo utilizadas para produção de energia, independente de hidrocarbonetos;

- a paulatina exaustão das reservas conhecidas de petróleo e gás, já que o consumo é maior que o aumento das reservas por novas descobertas, e

- a instabilidade política no Oriente Médio, onde estão concentradas as maiores reservas conhecidas – Arábia Saudita, Irã e Iraque.

Com a subida do preço do petróleo, as formas alternativas de produção de energia – nuclear, solar, eólica e os biocombustíveis – crescerá de importância. Nesse setor, o Brasil aparece com um papel fundamental: dispõe de consideráveis reservas de urânio, apesar do reduzido número de pesquisas até agora realizadas; possui inúmeras áreas, especialmente na região nordeste, onde a incidência de sol e vento faz com que elas sejam extremamente propícias à produção de energia solar e eólica; é pioneiro na área de biocombustíveis com o etanol e, agora, com o biodiesel, e, tem capacidade de expandir consideravelmente a área de plantio da biomassa; a existência da EMBRAPA é um enorme reforço, pois, graças à alta tecnologia que ela vem desenvolvendo, uma específica para cada região do País, a produtividade vem crescendo de maneira constante.

## A CRISE DE ÁGUA

Para muitos analistas, o século XXI será o século da água. Também, nesse aspecto a América do Sul ocupa uma posição relevante no contexto mundial.

Diz o general Carlos de Meira Mattos:

***"... os professores Samuel Huntington, Michael Klare, Paul Kennedy, James Fallows e outros, avaliando as consequências do processo incontido 'de crescimento demasiado da Humanidade num planeta que não cresce', concluem que estamos muito próximos de enfrentar crises alarmantes de carência de recursos***

***naturais, particularmente petróleo e água, indispensáveis à estabilidade da vida da sociedade".***[10]

E continua Meira Mattos:

***"... possuidor do maior potencial potamográfico do mundo, [o Brasil] deve guardar-se e preparar-se para enfrentar a próxima crise internacional à vista: a luta pela conquista das fontes naturais de água doce".***[11]

O economista Gilberto Dupas, coordenador geral do Grupo de Conjuntura Internacional da Universidade de São Paulo (USP) e presidente do Instituto de Estudos Econômicos Internacionais (IEEI), em trabalho recente diz:

***"Uma pesquisa feita pela CIA (Central Intelligence Agency), pelo Ministério da Defesa britânico e pela Price Water House Coopers, prevê várias possibilidades de futuras guerras por água no Oriente Médio, Ásia e África subsaariana. Na Europa, enquanto bilhões de euros são gastos na despoluição de seus rios, cresce o mercado de importação desse líquido vital. A água doce não poluída de superfície já não é suficiente para atender a população dos Estados Unidos. A redução da disponibilidade de água já está gerando pesadas disputas naquele país".***[12]

Um estudo do "Air Command and Staff College', da Força Aérea dos EUA, estabelece que:

***"Nós deveremos passar progressivamente da guerra contra o terrorismo para novo conceito de segurança sustentável. A mudança climática é uma realidade e os Estados Unidos ... precisam se preparar para as suas consequências".***[13]

O "Center for Naval Analysis" concorda com esta visão e vai além explicitando o conceito de ***"segurança sustentável"*** e ***"especificando***

---

10. *"Crises e Conflitos do Século XXI", Carlos de Meira Mattos, p.63-5, in Ideias e Destaques nº 26, jan-abr 2008*
11. *Ibidem.*
12. *Citado em "A 'guerra' pela água", Hélio Duque, publicado em Opinião, 25/05/2008..*
13. *Ibidem.*

***motivações para intervenções armadas: secas, crises da água e eventos meteorológicos extremos".***[14]

Já há diversas regiões que sofrem de escassez de água, como Kuwait, Jordânia, Israel, Ruanda, Somália e Argélia. Na medida em que as mudanças de clima agravarem a situação, esses países podem ser confrontados com a necessidade de buscá-la de qualquer maneira.

Em seminário "World Water Week", realizado em agosto de 2007, em Estocolmo (Suécia), representantes da organização alertaram que a oferta de água limpa e potável corre sério risco, sendo que os impactos mais severos vão ocorrer nos países em desenvolvimento, pois o processo de rápida urbanização por que passam afeta a disponibilidade de água potável e de outros recursos naturais.[15]

A ONU informa que, pela primeira vez na história, há mais pessoas vivendo nas cidades do que no campo, estimando que, em 2030, 60% da população mundial viverá nas cidades. A Organização avalia que 20% da população mundial, em 30 países, já sofrem com a escassez de água. De acordo com previsões da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 2025 cerca de 1,8 bilhões de pessoas podem enfrentar falta de água.[16]

Há uma conexão entre a crise de água e as crises de energia e do meio ambiente que não se pode ignorar:

***"A maior parte das geleiras que alimentam rios e reservatórios de água está se desfazendo de forma acelerada, podendo acarretar no futuro o desaparecimento de rios, com efeitos sobre o fornecimento de água potável e a utilização de sua força em hidrelétricas".***[17]

Depois de apontar a dependência dos principais rios asiáticos das geleiras do Himalaia, continua o articulista:

***"O mesmo ocorre com os países andinos que recebem água da Cordilheira dos Andes, como é o caso do Peru e da Bolívia".***[18]

---

*14. Ibidem.*
*15. Livro do Ano 2008, Editora Barsa, item "Água", pág. 384.*
*16. Ibidem.*
*17. "Novas tensões globais", embaixador Rubens Barbosa, O Globo, 24/06/2008.*
*18. Ibidem.*

A terra dispõe de 1.400 milhões de quilômetros cúbicos de água, sendo 97% desse total de água salgada, e apenas 3% de água doce; da água doce, 77% correspondem à água congelada nas calotas polares, 22% às águas subterrâneas e apenas 1% às águas superficiais (rios, lagos, etc.).

Possuindo a América do Sul as grandes bacias do Orinoco, Amazonas e Prata e o aquífero Guarani, o terceiro maior do mundo, espalhando-se pelo Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai[19] (curiosamente os 4 países que deram início ao MERCOSUL), ela dispõe de 47% das reservas mundiais de água doce, superficial e subterrânea sendo, pois incontestável que ela se tornará, também no que se refere à água, foco da atenção mundial. A posição do Brasil, que tem a maior parte da bacia Amazônica (mais de 65% da floresta está no Brasil), tem uma posição de "extravagante" privilégio: o volume de água na foz do Rio Amazonas é de cerca de 100 a 300m³ de água por segundo, dependendo da época do ano e o volume de água do rio representa 27% de toda a água superficial do planeta. Embora o Amazonas seja apenas o 3º rio mais extenso do mundo é o que tem maior volume de água. Seus afluentes no Brasil, o Juruá, o Madeira e o Purus são, respectivamente, o 8º, 9º e 10º rios mais extensos, o que mostra o gigantismo da bacia, especialmente no Brasil.

## A CRISE ECOLÓGICA

***"A realidade é que os efeitos das mudanças climáticas começam a repercutir fortemente na geoeconomia e na geopolítica mundial, e que terão grande impacto sobre a política internacional e sobre muitos aspectos sociais e populacionais. Mais cedo do que se pensa as consequências do aquecimento serão encaradas como questão de segurança nacional".***[20]

---

*19. O aquífero Guarani tem reservas estimadas da ordem de 45 mil km³, ocupando uma área de 1,2 milhões de km². No Brasil, abrange os estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso do Sul. A água é adequada para consumo humano. Ver "Livro do Ano 2008", pág. 384. Sendo um recurso transnacional há necessidade de uma regulamentação para seu uso, o que trará alguma tensão entre os países envolvidos.15. Livro do Ano 2008, Editora Barsa, item "Água", pág. 384.*

*20. Rubens Barbosa, "Novas tensões globais", op.cit.*

A entrada de novos milhões de consumidores no mercado mundial, especialmente devido ao crescimento fantástico da China e, embora menos espetacular, da Índia, está evidenciando que os recursos da humanidade são finitos e que as estratégias de desenvolvimento adotadas agridem o meio ambiente, provocando mudanças climáticas e aumentando o efeito estufa.

Parece já não haver dúvida de que a ação humana, mais que razões naturais cíclicas, são responsáveis pelas mudanças que, diariamente, estamos presenciando: condições extremas de temperatura, inundações, secas prolongadas e outros fenômenos perturbadores.

As medidas para combater a poluição do ar são lentas, extremamente onerosas e, assim, a sociedade internacional procura atribuir o fenômeno a causas mais simples de eliminar, principalmente porque envolvem a responsabilidade de outros. As dificuldades para uma implementação efetiva do Protocolo de Kioto são consequência dessa atitude.

Quanto maiores se tornam os problemas mais cresce a preocupação mundial com a devastação das florestas, em especial a floresta amazônica, a maior floresta ainda preservada do mundo. Não queremos demonstrar aqui que esta visão está errada, apenas que ela é limitada e procura encontrar uma razão para a destruição do meio ambiente que diminua a sua responsabilidade por não atacar as outras causas, ligadas à industrialização, ao uso generalizado do automóvel como meio de locomoção e outras tantas, fruto de um consumismo irresponsável.

O fato é que as atenções do mundo estão voltadas, hoje, para a Amazônia e nós, os países amazônicos, estamos dando margem para alimentar a campanha para a internacionalização do que seria ***"um bem da Humanidade"***, por não demonstrarmos objetivamente nossa competência em gerenciar a floresta de forma ecologicamente correta, dentro de uma visão de desenvolvimento auto-sustentável.

A maneira como estamos tratando, por razões puramente ideológicas, a questão indígena representa uma ameaça à integridade territorial de nossos países.

## A CRISE DE ALIMENTOS

O mundo já está sentindo os primeiros efeitos da crise de alimentos.

Diz o embaixador Rubens Barbosa:

***"As consequências da mudança de clima nos próximos anos, poderão ter um efeito cumulativo sobre os já graves problemas de escassez de alimentos. Distúrbios em vários países relacionados com o aumento dos preços dos alimentos é um terrível prenúncio do que poderá ocorrer no futuro".***[21]

Não são apenas os problemas decorrentes da mudança de clima os responsáveis pela crise de alimentos.

A crise de energia, em especial o inevitável aumento do preço do petróleo, vai encarecer a produção de alimentos, não só pelo custo crescente dos fertilizantes e defensivos agrícolas, à base de petróleo, mas, também, pelo maior gasto com o transporte dos produtos da zona de produção para a de consumo. A crise de energia afeta ainda a crise de alimentos, quando se diminui a área de produção de alimentos para a produção de biocombustíveis.

A crise de alimentos está intimamente ligada à crise de água doce. Na medida em que ela se torna escassa, mais regiões deixarão de ser agriculturáveis ou exigirão irrigação (o fenômeno da "desertificação" já não pode ser ignorado), o que encarecerá a produção de alimentos.

A crise do meio ambiente agrava a crise de alimentos, seja pelo fim das geleiras e consequente morte ou diminuição da vazão dos rios, como já mencionado, seja pela maior violência das condições meteorológicas, decorrentes das mudanças climáticas, como secas prolongadas, tempestades, inundações e granizo, com a redução ou destruição das lavouras.

O Brasil, e em escala menor a Argentina, possui enormes reservas de áreas agriculturáveis e, portanto, dispõe de uma reserva estratégica que poderá fazer crescer, em escala mundial, sua produção de alimentos. Por meio do desenvolvimento tecnológico – a EMBRAPA é um exemplo notável do que se pode fazer nesse setor – será possível aumentar muito a produtividade das áreas já plantadas. Assim, mais uma vez, a América do Sul pode vir a ficar no foco da atenção mundial, capaz de produzir alimento para atender a sua população e o resto do mundo.

---

*21. Rubens Barbosa, "Novas tensões globais", op.cit.*

A nossa análise das principais questões que serão a causa de tensões no século XXI – a crise de energia, a crise de água, a crise ecológica e a crise de alimentos – não nos permite mais dizer, como procuramos mostrar, que a América do Sul estará fora das áreas de maior tensão.

O recente anúncio pelos Estados Unidos da reativação da IV Esquadra, para operar no Caribe e no Atlântico Sul, indica um aumento do interesse por esta região do mundo. Pode-se atribuir esta reativação às descobertas anunciadas pelo Brasil na sua plataforma continental, o que poderá vir a ser uma fonte de preocupações para o Brasil já que, até hoje, os Estados Unidos não reconheceram a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar que dá ao país costeiro o direito exclusivo sobre os recursos vivos e não vivos, na sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE), na plataforma continental, no seu subsolo e nas águas sobrejacentes. Em determinadas condições, previstas na Convenção, admite o direito do Estado costeiro sobre os recursos do solo e do subsolo, além da ZEE.[22]

A este fato vem se somar a criação, pelos EUA, em 2007, de um Comando Combinado – o Comando África – que, também envolve o Atlântico Sul.

***"Parece estar próximo do fim o período em que permaneceremos longe dos conflitos globais. Durante o Século XX, por três vezes fomos apanhados despreparados: em ambas as Guerras Mundiais e ao internalizarmos (por meio de táticas de guerrilha) a 'Guerra Fria'. A coexistência de riqueza com a ausência de poder desperta cobiça e conflitos. A sociedade brasileira parece já ter acordado para a Amazônia. É oportuno incluir na vigília o mar?"***[23]

Acredito que também as crises da água, do meio ambiente e dos alimentos têm a ver com a reativação da IV Esquadra. É um caso típico do emprego político do poder naval.

---

22. *Cremos, entretanto, que já há nos EUA um movimento para aprovar a Convenção. Não há, até o momento, nenhuma evidência de que os EUA não respeitem os pontos básicos da Convenção.23. Rubens Barbosa, "Novas tensões globais", op.cit.*
23. *"Geopolítica do Atlântico Sul", Eduardo Ítalo Pesce e Antonio Alberto Marinho Nigro, Monitor Mercantil, de 08/05/2008.*

Ao em vez de os governos da América do Sul procurarem corrigir os problemas que dificultam a integração, buscam criar novas instituições que, acredito, no futuro próximo, poderão se mostrar de muito pouca utilidade, servindo apenas como mais um foro para debates inflamados, bem ao gosto latino.

Hugo Chávez, no seu propósito declarado de atacar os Estados Unidos – sem deixar, porém, de vender o seu petróleo para eles – e assumir uma posição de liderança na América do Sul, não cessa de propor medidas que atinjam os dois propósitos. A OEA tem exercido, com razoável eficiência, no espaço restrito do continente americano, o papel que as Nações Unidas exercem em âmbito mundial. A presença dos EUA na Organização não agrada Chávez que, em lugar de propor uma ação mais coordenada na OEA pelos países sul-americanos e caribenhos, propõe a criação de uma nova organização, sem a presença norte-americana: a Associação das Nações da América Latina. Possivelmente porque a sigla – ANAL – poderia dar lugar a críticas, o nome foi mudado para União Sul-Americana de Nações (UNASUL)[24]. O humor fica por conta da fonte citada.

O Tratado Constitutivo da UNASUL foi assinado em Brasília, dia 23 de maio de 2008.

A UNASUL tem como objetivo construir espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente entre outros.

O debate incluiu a sugestão da Venezuela para que fosse prevista a coordenação das Forças Armadas, o que não foi aprovado.

A UNASUL é constituída pela Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Por insistência do Brasil – o Ministro da Defesa Nelson Jobim percorreu todos os países Membros da UNASUL para defender a ideia – foi proposta, dentro do âmbito da UNASUL, a criação de um Conselho Sul-Americano de Defesa. Tal atitude brasileira é surpreendente, pois sempre houve forte oposição no País para a criação de qualquer sistema militar na região.

---

*24. "Maus conselhos", Embaixador M. Pio Corrêa, O Globo, 30/05/2008.*

A hipótese de que o Brasil esteja, desta maneira, procurando amenizar a proposta venezuelana de organizar um plano militar, para enfrentar a ação imperialista na América do Sul, não encontra respaldo entre os analistas brasileiros.

Segundo o sociólogo Demétrio Magnoli, para Hugo Chávez o Conselho é o embrião de uma aliança estratégica e de um exército regional, para se opor aos EUA, inspirado nas ideias do sociólogo alemão Heinz Dieterich, assessor de Chávez, que imaginou a construção de ***"um bloco de poder latino-americano sob a liderança do presidente venezuelano".***[25]

Demétrio Magnoli não tem dúvida sobre a inutilidade do Conselho:

***"Na forma sem conteúdo aventada pelo Brasil, o Conselho de Defesa não tem cérebro nem músculos – será, unicamente, um foro consultivo de debates, algo com uma antecâmara da OEA".***[26]

O jornalista independente Graça Salgueiro lembra que, em dezembro de 2004, o **"marxista germano-mexicano Heinz Dieterich"** escreveu um artigo intitulado "A doutrina militar e o Bloco Regional de Poder Militar", onde fez uma análise da situação das Forças Armadas na América Latina e Caribe, apontando Cuba como um paradigma militar para o futuro Bloco Regional de Poder Militar Latino-Americano (BRPM) que, sob a liderança de Chávez ***"saberá encontrar a fórmula para que a vanguarda e o bloco do centro [formado por Lula, Kirchner e Tabaré Vasquez] se encontrem em uma nova dinâmica de libertação, digna dos próceres da Pátria Grande".***[27]

Em outubro de 2006, em Sucre (Bolívia), teve lugar o encontrol para a fundação do BRPM; organizado por Dieterich e patrocinado por Evo Morales, foram ali estabelecidos quatro elementos para garantir o ***"avanço do processo revolucionário regional"***. O quarto desses elementos diz: ***"Organização de um plano militar de caráter***

---

*25. "A hora e a vez dos ideólogos", Demétrio Magnoli, O Globo, 31/05/2008.*
*26. Ibidem.*
*27. "Conselho Sul-Americano de Defesa: a serviço de quem?", Graça Salgueiro, Jornal Inconfidência (Minas Gerais), maio de 2008.*

***defensivo, integrado regionalmente, para enfrentar a eventual agressão e intervenção militar direta do imperialismo e que deverá estar baseado na concepção da 'guerra de todo o povo'. Esse organismo seria denominado Bloco Regional de Poder Militar (BRPM)".***[28]

No artigo intitulado "Brasil, Argentina e Venezuela constituem um Bloco Regional de Poder Militar", escrito em 28 de fevereiro de 2008, Dieterich não esconde seu entusiasmo pelo fato de Lula ter decidido encabeçar a formação do BRPM, afirmando – quando ainda não se falava abertamente na criação do Conselho – que o ***"Conselho Sul-Americano de Defesa será o órgão dirigente do BRPM".***[29]

Os objetivos declarados do Conselho de Defesa são: ***"elaborar políticas de defesa conjunta, intercâmbio de pessoal entre as Forças Armadas de cada país, realização de planos militares conjuntos, participação em operações de paz das Nações Unidas, troca de análises sobre cenários mundiais de defesa e integração de bases industriais de material bélico".***[30]

No seu tom irônico, o embaixador Pio Corrêa diz:

***"Tenho certa experiência de conselhos inúteis [o Conselho de Defesa] (...) Os senhores presidentes (da UNASUL], porém, passarão à História como fundadores de duas instituições de imenso valor para o progresso econômico, o desenvolvimento social e a segurança nacional dos países membros da futura UNASUL".***[31]

O Conselho não foi aprovado de imediato – sê-lo-ia logo depois - devido à posição contrária da Colômbia, já que as decisões na UNASUL devem ser tomadas por unanimidade. Se o Conselho já existisse quando da recente crise entre a Colômbia e a Venezuela e o Equador muito possivelmente a crise não teria sido debelada da maneira como foi: rápida e sem sequelas.

---

*28. Ibidem.*
*29. Ibidem.*
*30. Site do PT.*
*31. Pio Corrêa, op.cit.*

A 1ª Reunião dos Ministros da Defesa, no escopo do Conselho Sul-americana de Defesa, realizada em Santiago do Chile, dias 9 e 10 de março de 2009, estabeleceu que os seguintes objetivos gerais devem orientar os planos de ação do Conselho:

***"a) consolidar a América do Sul como uma zona de paz, base para a estabilidade democrática e o desenvolvimento integral dos nossos povos, e como contribuição à paz mundial;***

***b) construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa, que leve em conta as características sub-regionais e nacionais, e que contribua para o fortalecimento da unidade da América Latina e do Caribe, e***

***c) gerar consensos para fortalecer a cooperação regional em matéria da defesa".***

O segundo objetivo parece-me demasiado ambicioso, pois caberia ao Conselho de Defesa da América do Sul "contribuir para o fortalecimento da unidade da América Latina e do Caribe".

Nessa primeira reunião foi apresentado o Plano de Ação 2009-2010 cujo cumprimento será checado pelos vice-ministros da Defesa numa reunião a ser realizado, em meados de 2009, em Quito, Equador.

Apresentamos a seguir o Plano de Ação 2009-2010 então elaborado.

**Plano de Ação 2009-2010**

**1. Política de Defesa**

a) criar uma rede para troca de informações sobre política de defesa;

b) realizar um seminário sobre modernização dos Ministérios de Defesa;

c) compartilhar e dar transferência à informação sobre gastos e indicadores econômicos da defesa;

d) propiciar a definição de enfoques conceituais;

e) identificar os fatores de risco e ameaças que podem afetar a paz regional e mundial;

f) criar um mecanismo que contribua para a articulação de posições conjuntas da região em foros multilaterais sobre defesa, e

g) propor o estabelecimento de um mecanismo de consulta, informação e avaliação imediata ante situações de risco para a paz de nossas nações, de conformidade com o Tratado da UNASUL.

**2. Cooperação Militar, Ações Humanitárias e Operações de Paz**

a) planejar um exercício combinado de assistência em caso de catástrofe ou desastres naturais;

b) organizar uma conferência sobre as lições aprendidas em operações de paz, tanto no âmbito interno como multilateral;

c) elaborar um inventário das capacidades de defesa que os países oferecem para apoiar as ações humanitárias, e

d) intercambiar experiências no campo das ações humanitárias a fim de estabelecer mecanismos de resposta imediata para a ativação das ações humanitárias frente à situação de desastres naturais.

**3. Indústria e Tecnologia de Defesa**

a) elaborar um diagnóstico da indústria de defesa dos países membros identificando capacidades e áreas de associação estratégicas, para promover a complementaridade, a investigação e a transferência tecnológica, e

b) promover iniciativas bilaterais e multilaterais de cooperação e produção da indústria de defesa no marco das nações integrantes deste Conselho.

**4. Formação e Capacitação**

a) elaborar uma relação das academias e centros de estudo sobre defesa e de seus programas, e criar uma rede sul-americana da capacitação e formação em defesa, que permita o intercâmbio de experiência e o desenvolvimento de programas conjuntos;

b) propor programas de intercâmbio de docentes e de estudantes, homologação, avaliação e credenciamento de estudos, reconhecimento de títulos entre as instituições existentes, em matéria de defesa;

c) constituir e pôr em funcionamento o Centro Sul-americano de Estudos Estratégicos de Defesa (CSEED), e encarregar um grupo de Trabalho, dirigido pela Argentina, para elaborar, num prazo de 60 dias, a proposta de um estatuto, e

d) realizar, durante o mês de novembro de 2009, no Rio de Janeiro, o Primeiro Encontro Sul-americano de Estudos Estratégicos (1º ESEE).

Penso que tanto a criação da UNASUL como do Conselho Sul-americano de Defesa representam uma tomada de posição da América do Sul com relação aos Estados Unidos, uma afirmação de que os Estados membros têm a intenção de atuarem sem influências externas. Em minha opinião as consequências não irão além dessa afirmativa simbólica, sem que nada resulte de prático.

Na medida em que os governos populistas forem sendo substituídos por governos que não o sejam – e esse processo é irreversível apesar dos esforços desses governos de se perpetuarem no poder – essas instituições irão perdendo relevância, da mesma forma que o Tratado do Rio de Janeiro (TIAR) hoje não tem o mínimo significado: é um cadáver insepulto.

*O autor é Vice-Almirante.*

# A Aviação de Caça e o Desenvolvimento da Força Aérea

*Lauro Ney Menezes*

A tão propalada e incensada "polivalência" do Ministério da Aeronáutica, e que durou mais de 60 anos, com certeza foi fruto de uma decisão política ocorrida à época de sua criação. Os ideólogos do Poder Aéreo e da Força Singular, à época, provinham todos de Arma, Serviço ou Corpo de Aviação do Exército e Marinha, cuja missão primordial era dar apoio de fogo às Forças Superfície (aumento do alcance de tiros dos canhões), a observação do campo de batalha e o transporte de pessoal/material. Em suma, "prestação de serviços", sem personalidade e identidade própria.

Os Aviadores, estimulados pela Doutrina do Poder Aéreo de Douhet, Mitchell e Trenchard, que prosperou no pré e após II Guerra Mundial, sonhavam com a unificação dos meios aéreos militares sob única administração, de forma a permitir o emprego da capacidade bélica das aeronaves, sob um mesmo Comando e com missão caracterizadamente independente. Pensavam em oferecer solução final aos conflitos armados através da intervenção, pelo poderio bélico dos meios aéreos, de forma concentrada: a Aeroestratégica. E, pensavam, ainda, na supervisão e controle do espaço aéreo, negando seu uso aos meios aéreos do inimigo: a Defesa Aérea.

Àquela época, não bastava aos fundadores desenvolver e disseminar essa ideia, até ali quase acadêmica. Havia que se buscar caminhos chamados "politicamente corretos". Havia que se formatar essa nova Organização com elementos, cujo "somatório de fatores políticos", garantisse seu aparecimento na balança do Poder Nacional, com um peso específico capaz de permitir que o processo decisório, no domínio do Poder Militar, viesse a receber (e ser aceito) um interveniente até ali inexistente, e que viria a ser o **Poder Aéreo**.

Com plena consciência de que cabia amealhar **tudo** que fosse pertinente (mesmo que discutível ou de valor marginal), os fundadores agregaram a esse novo organismo, em princípio, "tudo que voa ou que permita os aviões voar"... E puseram tudo no mesmo prato da

balança. E aí, explorando inteligentemente possíveis dissenções e ruptura institucionais ou desconhecimentos de causa e/ou tecnologia, agregaram à sua tese a **aviação civil** e o **transporte aéreo** (totalmente incipientes), os **aeroportos**, as **telecomunicações aeronáuticas**, a infantil **indústria aeronáutica** (?), o **aerodesporto** (aventureiro à época), etc. Tentativamente amalgamaram elementos, até dispares entre si, mas, que, de alguma forma (mesmo longínqua), relacionavam-se com os aviões, sua operação e seu "habitat". Em tentando "costurar" essa estranha estrutura, com o objetivo de adquirir um peso específico politicamente correto, talvez o ato menos importante (ou menos urgente) era fazer sobressair, desse cadinho em efervescência, o segmento da Aviação Militar, pois, ainda fracionada entre o Exército e a Marinha teria, primeiramente, que vestir o **mesmo uniforme** para, depois, aparecer no cenário como o grande maestro dessa obra em gestação. E essa maestria originava-se, muito mais, da intimidade com a aventura e a coragem de voar, do que da respeitabilidade política perante a sociedade e o Governo. Por consequência, com toda essa panóplia de ingredientes a agregar e tornar una, a definição da **Força Aérea**, e de seus elementos constitutivos, recebeu menor urgência. Cabia sim, e prioritariamente, buscar o peso político correto que permitisse atingir o grande objetivo: unificar a aviação e criar administração especificamente dedicada aos assuntos aeronáuticos. Os assuntos e requisitos militares em outra fase: após essa conquista!

Como consequência dessa desconformidade, voltaram-se os nossos primeiros ideólogos à difícil tarefa de extrair (ou impor) conceitos que permitissem conceder à nova Organização, antes de mais nada, uma "capacidade de durar". Por essas razões, difícil foi (e tem sido) a tentativa de encaixar a **Força Aérea Brasileira** no contexto de uma organização que, primordialmente, devia retratar a mencionada "Polivalência de Encargos" muito mais civilistas (e socioeconômicos) do que militares, para se tornar "politicamente correta". E aceitável... como acabou vindo a ser, quando criado o MAER em 1941.

Mais difícil ainda, foi estruturar o Ministério da Aeronáutica para fazer frente a **todos** os seus compromissos de caráter e interesse socioeconômico (aviação civil, indústria do transporte aéreo, indústria aeronáutica, administração aeroportuária, telecomunicações, etc.) conjugadamente às imposições do segmento militar, cuja destinação

supostamente, era uma só: o emprego bélico (?) do Poder Aéreo. A "délivrance", umbilicalmente ligada à imprescindível urgência de **surgir** e se **impo**r, pressiona os nossos criadores a realizar, antecipada e imediatamente, algumas ações voltadas ao desenvolvimento e a integração: é a expansão do CORREIO AÉREO NACIONAL e sua saga, de grande agrado social e político e, mesmo, do público interno.

Aqui é que os nossos "ideólogos de plantão" buscaram, então, uma definição de Poder Aéreo que **abrangesse, justificasse e conviesse** ao cenário que a nossa (construída) herança histórica nos impôs: unicidade, multidisciplinaridade e prestação de serviços. Muito antes de qualquer outra coisa. A destinação militar, como até então, "*a posteriori*"...

E foi nesse cenário, ainda envolvido pelas "dores do parto", que o Ministério da Aeronáutica recebeu, cumulativamente, a difícil tarefa de recrutar e montar Unidades Aéreas de Combate para participar das Operações de Guerra: o 1° Grupo de Caça no Teatro Europeu e uma Unidade de Patrulha para operar com a USNAVY, mas operações no Atlântico Sul.

Da forma em que estava organizada a FAB, fazer nascer "do nada" um **ESQUADRÃO** com suas **Esquadrilhas**, para cumprir **missões de combate,** foi o primeiro desafio profissional adjudicado ao recém-nascido MAER e repassado à Aviação de Caça Brasileira e à Patrulha. E o fizeram bem, a despeito da inexistência da necessária "expertise".

A Aviação de Patrulha, organizada nos mesmos moldes que a Caça durante a guerra (USBATU), teve alguma experiência como Unidade de Combate, no patrulhamento da costa brasileira, tendo sido seu treinamento de voo transferido *a posteriori* para a AVIAÇÃO de TRANSPORTE, com abandono total da parte militar (de vez que era ligada ao Brig. EDUARDO GOMES, para quem o CAN era a parte principal da Aeronáutica e totalmente dedicada aos interesses sociais).

Aqueles foram os **primeiros passos** para o direcionamento da Aeronáutica Militar Brasileira aos rumos profissionais: montar uma estrutura operacional capaz de assumir tarefas de combate específicas em um contexto de guerra. Organização essa, totalmente desconhecida, tanto quanto à sua forma como quanto ao seu desempenho em conjunto e quanto à sua doutrina de emprego e uso de armas aéreas.

Repentinamente, homens e máquinas, desconhecidos entre si, foram amalgamados e unidos com a soldadura férrea proveniente do calor do combate. Irmanados em torno do cumprimento das missões de guerra, esses homens ainda se dedicaram a consolidar, solidificar e materializar essa estrutura, até então desconhecida entre nós, para fazer surgir o 1º Grupo de Caça, nos moldes que até hoje sobrexiste. Sua vida e resultados de campanha já são páginas da História da Aviação de Caça e do próprio Brasil, às quais rendemos nossas homenagens.

Para a multifacetada estrutura do MAER, as decorrências (ou consequências) para o segmento militar, vieram a se fazer mais profundamente sentidas com a chegada do 1º Grupo de Caça de volta ao Brasil e com o início de seu apostolado na angulação organizacional, operacional, administrativa, doutrinária e, **principalmente**, na formação das novas levas de pilotos de caça, atividade que transformou os Veteranos em lídimos mestres.

É durante esta fase de implantação do 1º Grupo de Caça no território pátrio que surgem as exigências mais simples (até então desconhecidas) ao novo Ministério: armamento/munição, equipamento de voo, medicina de aviação, normas e procedimentos, disciplina e segurança de voo, formaturas de emprego, operação em equipe, trabalho de grupo, combate aéreo, uso das armas aéreas, organização para o combate, etc. Todas essas necessidades foram colocadas ou, pelo menos, abordadas pela unidade-mater, que foi o 1º Grupo de Caça. Independentemente do nível da resposta que a Aeronáutica pudesse vir a oferecer... A repercussão foi inevitável. A Força Aérea (?), desconhecia, **in totum**, o significado do emprego das plataformas aéreas em combate e, principalmente, o uso de seu armamento de bordo, (ar-ar e ar-terra). Todas as exigências propostas visavam manter a Unidade em estado operacional, continuando a cumprir as missões que os Veteranos inferiram como sendo de seu perfil e, principalmente, buscando conquistar **excelência** no processo de formação de Pilotos de Caça e na preservação do espírito e doutrina, forjados nos céus do Panamá, Estados Unidos e, principalmente, Itália.

A Aeronáutica, "sacudida" pelo choque de cultura imposto pelos Veteranos acostumados ao uso de seus aviões, de suas armas e ao "cheiro de pólvora em suas naceles", recebe os primeiros impactos voltados para a profissionalização. Esse choque foi tão acentuado,

que não seria impróprio dividir a História Militar da Aeronáutica em **ANTES** e **DEPOIS** do 1º Grupo de Caça!

O período era 1945/1950.

Para observadores atentos e mais avisados, que vivenciaram os cruciais momentos da recepção e integração da galante Unidade guerreira à inconsistente estrutura organizacional existente, é aqui que os Veteranos se esmeraram. E em que venceram sua verdadeira "guerra".

Foi em função das tituladas "exigências" oriundas desse chamamento para implantar estruturas voltadas, para o exercício das atividades militares, bem como fixar o ideário e a doutrina "capazes de durar e permanecer imune aos homens" é que o 1º Grupo de Caça demonstrou, com clareza e perseverança, o verdadeiro sentido do **cumprimento de missão**. Concomitantemente, devotou-se o 1º Grupo de Caça a formar aqueles que os seguiriam: o Estágio de Seleção de Pilotos de Caça (ESPC). Surgido consensualmente entre os Veteranos, transformou-se em obsessiva meta a atingir e veio a resultar em uma verdadeira escola de combatentes, não só de "airmanship" como de elaboração de métodos/processos/padrões, assim como de doutrina, profissionalismo e de disciplina.

Páginas e páginas teriam que ser escritas para descrever **o quê** e **como** foram essas várias centenas de dias em que **todos**, sem exceção, se consagraram à conquista dessas metas. "SANGUE, SUOR e LÁGRIMAS" seria o melhor título para esse capítulo da História da Caça e da FAB, apesar do chavão.

Esforços inauditos de Instrutores e Estagiários, Comandantes e Comandados superam barreiras restritoras do progresso e que, em uníssono, aquela parcela da Aeronáutica (que se titulava **militar**), impôs - no bom sentido - a adoção de uma nova atitude para com a Organização! Estava aberto o caminho para a Aeronáutica: romper com o passado e galgar o primeiro degrau da longa e íngreme escalada na direção da profissionalização. E é, a partir desse momento, que passamos a nos ver como HOMENS de ARMAS, SOLDADOS DO AR! Diferentemente de outrora...

As decorrências positivas foram imediatas e de valor incalculável. Surgem, das mentes e das mãos dos Aviadores, os primeiros documentos

reguladores da atuação profissional e operacional: os **Programas de Instrução** e **Padrões de Eficiência** (PIPE), os **Padrões de Eficiência** para **Computo de Porcentagens** (ar-ar e ar-solo), **Padrões de Instalações/Equipamentos** para as atividades de tiro ar-ar/ar-solo, (alvos aéreos rebocados, alvos de tiro terrestre, bombardeio e foguetes, estandes de emprego e de armas portáteis), os **Padrões para Voo por Instrumentos** (acadêmico e aéreo), todos elaborados no EMAER, sob a "batuta" da 3ª Seção e, concomitantemente, a famosa coletânea de **NORMAS PADRÃO de OPERAÇÕES** (NPO) e depois NPA, que regulamentavam todos os procedimentos da Unidade Aérea. Da mesma forma, surgiu a documentação acadêmica para o cumprimento dos **Programas de Instrução de Voo** (PIVO) e de **Instrução Terrestre** (PITE). Os **Manuais de Voo** (MAVO), os **Manuais de Bolso** (MABO), logo em seguida titulados **Manuais do Coça Bago** (MACOB), assim como o **Manual de Ordens de Instrução** (OI) e o **Manual de Voo por Instrumentos** (MAVI).

A formação profissional pós-Escola de Aeronáutica (nas Unidades Aéreas), era quase um processo "boca-a-boca". Transformou-se, vigorosamente, agora estimulada pelas ações do Curso de Tática Aérea (com alguns Veteranos de Guerra como Instrutores), visando à sistematização, metodização e a normatização. Eliminava-se o empirismo e balisaram-se as iniciativas individuais. Os processos de avaliação e seleção acadêmica passaram a tecnificação e racionalização, antes inexistentes.

Estabelecidas as bases para esse processo de iniciação, e à medida que as novas gerações ascendiam ao palco dos acontecimentos operacionais, inovações e atualizações foram adicionadas, todas elas frutos, não só da prática operacional como da aquisição de novos conhecimentos decorrentes das iniciativas pessoais, ou até de cursos do exterior. Passam-se algumas décadas em que o progresso profissional segue conforme o desiderato inicial: em progressão... Pressionada pelos fatos irretorquíveis, a Aeronáutica regulamenta o funcionamento das Unidades Aéreas de Combate e Transporte através da Portaria 295/GM3-19 Set 52. Um marco na conduta operativa-administrativa da Força e patrocinada pela administração NERO MOURA.

Porém, um novo e enorme passo diferencial foi dado, quando a Aviação de Caça - em primeira iniciativa no País - abandona suas

aeronaves a pistão com herança guerreira, e ascende ao cenário da aviação a jato (GLOSTER F8) de emprego militar. Novos desafios para a Aviação de Caça, novos patamares para a Força. O período era de 1953/1955.

Na "esteira" dessa saudosa máquina vieram os F80, T33, AT33 e AT26 que ocuparam longamente as Unidades de Treinamento e Emprego, e permitiram a formação de várias centenas de novos Pilotos de Caça.

Além disso, e por consequência, algumas Unidades Aéreas de Emprego misto vieram ao cenário operacional da Força. Tendo como base a estrutura e conceito de emprego das Unidades de Caça: criaram-se os ERA e, após os EMRA. Ao mesmo tempo, surgem os procedimentos de voo por instrumentos para os jatos, até então inexistentes, padronizados pela DEPV.

Porém, ainda novas e profundas mutações ocorreriam até 1973.

A Aviação de Caça, agora composta por um reduzido grupo de Veteranos e uma seleta parcela de seus "alunos", dedicar-se-á à novel missão de atingir a base da troposfera e a alta velocidade. Era a Caça da modernidade: no domínio sônico.

Acrescidas às exigências básicas anteriores que já tinham sido satisfeitas, o voo em grandes altitudes e velocidades trouxe suas demandas peculiares. Esses novos parâmetros compeliram a novas atitudes quanto ao uso do espaço aéreo, do controle do tráfego aéreo, das telecomunicações, da meteorologia em altitude e suas correntes de jato, dos níveis de congelação, da cartografia para a navegação em grande altitude, dos procedimentos para o voo por instrumentos, etc. A infraestrutura operacional, as pistas e o FOD, as fontes de força, a pressurização dos habitáculos, o combustível JP1, as tubeiras e os finais quentes, a inércia dos motores, as elevadas velocidades de aproximação para o pouso, o equipamento de voo dos pilotos e os capacetes protetores, as cadeiras de ejeção, a sobrevivência em altitude, o estrondo sônico e as ondas de choque, o alto consumo de combustível, as alternativas para a navegação em rota, a infraestrutura de apoio e os "algo mais", passaram a compor o dia a dia dos caçadores. E da FAB.

Os novos sistemas de visada, a nova geração de armas e munição, a aerodinâmica, os materiais, a engenharia motorística, os efeitos das

altitudes e velocidades, etc. passaram ao cotidiano dos Pilotos de Caça. E a isso somadas, as novas habilidades de pilotagem exigidas para desempenhar as tarefas de emprego do armamento, com nova plataforma e em novo cenário.

A todos esses estímulos a Força e a Aviação de Caça reagiram, aprendendo. E, mais ainda, disseminando e injetando no Sistema suas novas necessidades, compelindo a que se obtivessem respostas adequadas aos requisitos, ainda não totalmente atendidos pelo crescimento.

Assim, premida pela Aviação de Caça e pelas outras Unidades Aéreas já criadas, novos parâmetros para o funcionamento operacional militar foram sendo agregados, produzindo um "upgrading" natural a toda a Força Aérea.

Agora, um novo turbilhão envolve o MAER, quando a FAB ingressa no domínio sônico e bisônico e, consequentemente, o Brasil também: são incorporados à Aviação de Caça os MIRAGE III e F5E. A época era 1973/75.

Esse novo domínio, em que pese o fato de já estarmos frequentando a faixa próxima da velocidade do som, interveio ponderavelmente na formação da consciência dos combatentes: essa arena impunha novos conhecimentos, procedimentos e habilidades. Além de, consequentemente, novos meios/sistemas/ equipamentos /treinamento. Além disso, esses recém-incorporados meios aéreos permitiram, finalmente, adentrar àquela missão que, por ser única, dedicada e independente representa o apanágio da Aviação de Caça: a defesa do espaço aéreo brasileiro.

E, mercê desses acontecimentos, simultaneamente, inicia-se a implantação do Sistema Integrado de Controle de Tráfego Aéreo e Defesa Aérea (SISDACTA). Mais um degrau acima, na nossa escalada ao desenvolvimento profissional. Graças à Aviação de Caça. Moderniza-se e automatiza-se o controle do Tráfego Aéreo e implanta-se um dos primeiros sistemas integrados DA + CTA do mundo.

A época era de 1980 e as premissas de emprego do Poder Aéreo ampliaram-se. A necessidade de cumprir missões de intrusão a baixa altura, com razoável carga de destruição e superior capacidade de

acertos, compele a fazer nascer um vetor ainda não incorporado à nossa frota de combate. Em substituição ou em complementação às aeronaves que cumpriam missões de ataque a alvos de superfície com base em sistemas de visada tradicionais, surge a aeronave A1, dotada de toda a automatização exigida pelos vetores modernos.

Atribuída à Aviação de Caça, guarnecemos todas as posições da estrutura do processo decisório e técnico da implantação do A1. E, realizamos a sua incorporação e assumimos os encargos de sua entrada em serviço, adicionando novos "inputs" de desenvolvimento à Força, como um todo. Para essa operação, a Aviação de Caça "mergulhou" na gestão de sistemas complexos de bordo e sistemas automáticos de navegação/ataque.

A citada introdução em serviço das aeronaves supersônicas compeliu a Aviação de Caça (leia-se Força) a uma preparação prévia, não só dos Pilotos, mas - e principalmente - do pessoal de apoio. As ponderáveis modificações incorporadas à microeletrônica, motorização e, notadamente, aos sistemas-de-armas impôs a uma elevação geral de nível de conhecimentos técnicos e que trouxe incomensuráveis ganhos para o nosso universo, em geral. Para tanto, cursos no CTA e "in-house" foram ministrados para atendimento dessas necessidades, com inegáveis ganhos.

Da mesma forma, a Aviação de Caça, com primazia, introduziu a técnica do voo por instrumentos por atitude (logo aceito e expandido por toda a Força) e a navegação a baixa e grande velocidade. O uso dos sistemas de visada e tiro com base no radar, as técnicas do reabastecimento em voo, o reconhecimento foto-tático, a navegação e emprego com base em plataformas inerciais. Cada uma dessas novas tarefas, evidentemente, era composta de um aprendizado acadêmico que gerava um natural "upgrading', em benefício do conjunto. Era toda a Força que crescia, com a Aviação de Caça como elemento motriz...

A tal ponto chegaram às demandas de atualização e desenvolvimento de conhecimentos, que uma Unidade pioneira destinada à simulação e ao treinamento operacional, com base em sistemas computacionais, teve seu nascedouro agregada a uma Unidade de Caça. Trabalhando em proveito de várias delas, inclusive com aquelas recém-criadas no último "estado da arte", é um patamar mais alto também alcançado...

"Pari-passu" com a operação com base nesses novos sistemas surgem, também, o emprego de novas técnicas de combate aéreo, da interceptação e sua atuação integrada com o sistema de vigilância/ defesa, as operações com qualquer tempo, etc. Tudo fazendo inserir a Força em domínio mais atualizado, através da escalada de modernidade da Aviação de Caça. Era a contribuição continuada à Força Aérea. A ascensão a novos níveis profissionais, portanto, foi o verdadeiro gaudio da Aviação de Caça. Que sempre o fez sob a égide da busca da EXCELÊNCIA, contaminando a tudo e a todos, praticando a herança herdada dos Veteranos de Guerra.

Se, tentativamente, fosse buscado estabelecer a "curva do aprendizado" profissional global da Força "vis-à-vis" o traçado do crescimento da Aviação de Caça, facilmente concluir-se-ia que aquela curva de aprendizado da Força estava, na verdade, sustentada pelas efetivas conquistas da Aviação de Caça, em todos os tempos.

A bem da verdade é forçado reconhecer que, se a Aviação de Caça - através dessas suas conquistas - propiciou esse crescimento e desenvolvimento do **todo**, é imperioso que fique claro que estas marcas, de longe, não são consequências e/ou decorrências simplesmente do material e/ou dos sistemas e equipamentos introduzidos para o emprego. São, na realidade, frutos de seus HOMENS, sua DOUTRINA, DEDICAÇÃO e ESPÍRITO de CUMPRIMENTO da MISSÃO, PROFISSIONALISMO e AMOR À AVIAÇÃO. O que, certamente, terá continuidade através das novas gerações, honrando nossas tradições e heranças e visando o futuro, cada vez mais profissional.

Aqui, é fundamental fazer um retorno às nossas palavras e pensamentos e tentar um fecho com algumas citações para suportar nossas teses, citações essas que têm no **HOMEM** e na sua **MÍSTICA**, as origens dessas modificações de atitude profissional.

## O PILOTO DE CAÇA

O **PILOTO DE CAÇA** representa o mais puro dos combatentes individuais, Mestre e Navegador de um dos mais perfeitos e complexos produtos da moderna era industrial-militar.

O Homem-de-Armas de hoje é, cada vez mais, conduzido para se tornar um técnico, um engenheiro subordinado às conquistas

tecnológicas e à mecanização da moderna guerra aérea. Mas a ciência não deve se tornar um fim, em si só. Somente um espírito ofensivo, abrigado em um coração destemido, trará sucesso a qualquer avião de caça do mundo, independentemente de quanto desenvolvido seja.

## A CAÇA

A **CAÇA**, por definição, é uma arma de elite. Confiando a Pilotos superselecionados, aviões de preço quase incalculável, concebidos por engenheiros de gênio e executados por conscienciosos e esmerados especialistas, criou-se um instrumento de extraordinária eficácia, mas, também, de extrema delicadeza. Instrumento afiado como navalha, que precisa ser utilizado por mãos ao mesmo tempo firmes e sensíveis. Se usado como faca de açougueiro, não se deve espantar em vê-lo embotado.

*Ten. Gen. ADOLF GALLAND.*
*Comandante-Chefe da Caça Alemã (1939-1945).*

**"A CAÇA é um ESTADO de ESPÍRITO!"**

*O autor é Major-Brigadeiro-do-Ar e Presidente da Associação Brasileira de Pilotos de Caça.*

# A Escola Superior de Guerra e o Instituto Nacional de Defesa: Criatividade, Inovação e Transformação

*Afonso Farias de Sousa Júnior*

*"A paz não é a ausência da guerra, ela é uma virtude; um estado mental; uma disposição para a benevolência; confiança e justiça."*

*Spinoza*

## INTRODUÇÃO

Há tempos, escuta-se sobre a transferência da Escola Superior de Guerra (ESG) para Brasília. A discussão é apaixonante, polêmica e de conclusão imprecisa. Onde reside o problema? Muitos pensam que a citada escola esqueceu de observar a modernidade, prendeu-se às finalidades próprias, isto é, a ESG pela ESG. Voltou-se para seu interior e ditou, estanquemente, premissas, dogmas e doutrina. Ela, seu conteúdo e sua estrutura atenderiam às demandas nacionais?

Sabe-se que a verdade é construída de diversos prismas. Muitos, ao lerem a sentença anterior, duvidaram da afirmação. Mas a realidade fática impõe-se e é por isso que surge a polêmica, fruto da percepção e não-percepção do problema.

Estado, governo e sociedade compõem uma tríade teoricamente indissociável, mas abstratos e quase sempre separados perante o observar dos fatos apresentados no cotidiano das ações individuais de cada elemento constituinte.

As sensações de segurança e as ações de defesa são partes de uma unidade responsável por gerar harmonia, paz social e propiciar o atingimento do bem-comum. Espectros da política, da cultura, da economia, do socioambiental e das questões institucionais influenciam e são influenciados pelo desenrolar da ação específica de cada fator citado. É clara a necessidade da provisão de defesa para a geração de dissuasão, assim como é cristalina a demanda de ordem interna para a intensificação da coercibilidade/coação, no intuito de desestimular conflitos e ações infracionais no tecido social.

Dessa forma, o Estado pode atuar de várias maneiras, para conseguir o ótimo em termos de gestão pública, mas não pode prescindir das discussões e ações sobre a sua política de segurança nacional (por que os receios sobre este termo?). É como afirma Pieranti, Cardoso e Silva (2007, p.46)[1]:

"*É possível, portanto, que o Estado privatize suas empresas e afaste-se do planejamento em diversas áreas, entregando-o à iniciativa privada. É possível que o Estado conte com o apoio privado para desenvolver e manter mecanismos ligados à infraestrutura e à logística. É até possível que o Estado aposte nessa parceria como uma forma salutar de redução de custos, sem prejuízo da eficiência. É possível, ainda, que o Estado opte por diminuir o orçamento de diversos setores. É possível, enfim, que o Estado se aproxime do conceito de Estado mínimo abordado anteriormente.*"

"*Essas possibilidades são, entretanto, limitadas. Como a defesa da nação não é atividade econômica que possa ser explorada pela iniciativa privada, cabe ao Poder Executivo garanti-la e ao Poder Legislativo discuti-la e, depois, apoiá-la, o que significa a necessidade de investimentos constantes em recursos humanos, estudos e renovação de aparato militar. A capacidade de adaptação das Forças Armadas ao corte desses elementos é limitada, como também é limitada a possibilidade de redução dos compromissos do Estado em determinados setores. Assim, por mais que o Estado se distancie do planejamento e do investimento em diversas áreas e mesmo que estabeleça uma política de cortes, não deve — e não pode — desligar-se de questões ligadas à segurança nacional.*"

Assim, criar um ambiente propício para a discussão sobre segurança e defesa é salutar. Os Poderes Executivo e Legislativo devem e podem motivar seminários, cursos, discussões para internalizar os conceitos inerentes a cada elemento no seio da sociedade, pois segurança e defesa é para todos.

Quanto mais fragilizada é uma nação em termos de zelar por sua segurança e defesa, mais fácil pode tornar-se alvo de interesses e da cobiça subreptícia (ou ostensiva) de outros países pobres de

1. *PIERANTI, Octavio Penna; CARDOSO, Fabio dos Santos e SILVA, Luiz Henrique Rodrigues. No artigo Reflexões acerca da política de segurança nacional: alternativas em face das mudanças no Estado – publicado na Revista de Administração Pública, ISSN 0034-7612, vol. 41 no. 1. Rio de Janeiro Jan./Fev. 2007.*

biodiversidade e/ou de recursos naturais, mas ricos em ganâncias e estratégias espúrias. Soberania e território são mantidos pela consistente organização socioeconômica e pelo desenvolvimento integrado de ações de defesa, o qual deve permear todas as expressões ministeriais que compõe a administração direta e indireta.

A escola que criou uma doutrina, um método e divulgou parâmetros ideológicos (sim, isso mesmo – ideológicos) desde o início da década de 50 do século XX, assim como tratou de segurança e defesa, foi a ESG. Ela deve ser a única a professar esse tipo de ensino? É da sua plena competência ainda continuar com um curso de Altos Estudos de Política e Estratégia? Onde se encontra a interoperabilidade nessa discussão? Como formar os analistas de defesa? Como promover o entendimento sobre um pensamento convergente (estratégico e logístico) sobre SEGURANÇA e DEFESA nas FFAA?

Essas questões serão discutidas nos tópicos seguintes. Primeiro, abordar-se-ão as questões históricas do surgimento da ESG. Depois, serão relatadas as argumentações sobre a criação do Instituto Nacional de Defesa (INAD). A terceira parte tratará da nova Missão da ESG. Por fim, na última seção, serão expostos os comentários finais.

## ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA: SURGIMENTO E EVOLUÇÃO

*"Não há nada melhor para produzir a paz como estar bem preparado para enfrentar o inimigo."*

*George Washington*

A Escola Superior de Guerra (ESG) surgiu no final da década de 1940, fruto da aproximação estadunidense provocada pelo final do segundo grande conflito bélico mundial. Naquela época havia ambiente propício para a criação e desenvolvimento de uma Unidade Escola que enaltecesse as questões do planejamento e replicasse o modo de pensar dos vencedores do embate bélico.

Em 20 de agosto de 1949, O Congresso Nacional decretou e o presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, sancionou a Lei nº 785, que criou a Escola Superior de Guerra (ESG), com sede no Rio de Janeiro. Instituto de altos estudos e destinado a desenvolver e

consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de assessoramento e direção superior e para o planejamento da segurança nacional. Acrescenta a referida lei que a ESG deveria funcionar como centro permanente de estudos e pesquisas, ministrando cursos que fossem instituídos pelo Poder Executivo.

A Escola foi idealizada, em princípio, para ministrar o "Curso de Alto Comando" apenas para militares, entretanto, terminou sendo organizada para receber, também, civis, sendo criado o "Curso Superior de Guerra (CSG)". O curso destinado exclusivamente para militares, "Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA)", começou a funcionar em 1954.

Nas décadas de 1950 até 1980, a ESG direcionou a formação de muitos profissionais para pensar o Brasil de forma estratégica. Ensinou um método para o planejamento governamental e fez com que seus estagiários se preocupassem com os problemas brasileiros. Eles identificaram óbices, verificaram causas, realizaram diagnósticos, estudaram a conjuntura nacional/internacional, checaram os meios disponíveis e potenciais, elaboraram objetivos, políticas e estratégias. Planos, programas, projetos e atividades e metas foram idealizados.

Ao longo do tempo, incorporou como objeto de seus estudos o Desenvolvimento Nacional, daí surgindo o binômio *Segurança-Desenvolvimento*, destinado a promover *Ordem e Progresso*. No ano em que completou 50 anos (1999), era responsável por ministrar os seguintes cursos: Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE); Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia Militares (CAEPEM); Curso Superior de Inteligência Estratégica (CSIE); Curso Especial de Altos Estudos de Política e Estratégia (CEAPE), para estrangeiros; Curso Intensivo de Mobilização Nacional (CIMN); Curso de Atualização (CAESG), além de "Encontros com a ESG", "Ciclos de Extensão" (CEE), "Atividades de Extensão Superior" (AEE).

A década de 1990 foi um momento descontinuidade e renascimento, um caos construtivo, isto é, os fundamentos e as amarras nas quais os conceitos se conformavam foram fragilizados pelo uso consolidado da cibernética (comando, comunicação e controle), dos sistemas (abstratos e concretos), da tecnologia (bélica e para fins pacíficos) e da ênfase nas questões socioambientais e naquilo que tange ao desenvolvimento sustentável e apelo aos direitos humanos.

Em 2008, a ESG ministrou os cursos abaixo descritos, os quais estão previstos para acontecer durante o exercício de 2009:

CAEPE - Curso de Altos Estudos Política e Estratégia;

CSIE - Curso Superior de Inteligência Estratégica;

CEMC - Curso de Estado-Maior Combinado;

CLMN - Curso de Logística e Mobilização Nacional;

CGERD - Curso de Gestão de Recursos de Defesa: e

PAM - Curso de Atualização da Mulher.

Hoje, as Forças Armadas do mundo empenham-se para realizar um trabalho mais cooperativo e voltadas a educar/treinar equipes de excelência (com eficiência, eficácia e critérios de economicidade) nos seus mais diversos ramos de atuação. O terrorismo, os embates assimétricos, os crimes transnacionais, a globalização e a dificuldade de focar o inimigo de forma precisa levaram os governos nacionais a repensarem suas defesas nacionais. Educar, treinar e agir de forma conjunta (nacional e internacionalmente) foi a saída encontrada.

A modernidade e a modernização das FFAA fizeram-se compulsória. Inicialmente, posicionarem-se com material, equipamento, sistemas e pessoal atuando integradamente e em prol do atingimento de objetivo único foi o primeiro passo para a regra da eficiência. Material, equipamento e sistemas devem ser operados pelas Forças Aérea, Terrestre e Naval com a mesma disposição e destreza – na medida do possível. As pessoas podem ser educadas, desde a formação inicial, com a perspectiva de atuação conjunta – de forma cooperativa, integrada e coletiva – na dimensão intraorganizacional, assim como na dimensão interforças. Logicamente, a formação primeira terá plena ênfase naquele ser operacional que se deseja.

É com esse sentido, educar e treinar para o preparo e emprego das FFAA, que esse ensaio se concentra. Ele especificamente aborda a necessidade de transformar um modo de pensar e educar para a interoperabilidade entre as FFAA nacionais. Envolver os Comandos Militares (CMil), O Ministério da Defesa (MD) e o Poder Civil nessa empreitada é salutar.

Com mais precisão, evidencia-se a necessidade de criar o Instituto Nacional de Defesa (INAD), vide ANEXO A, e deixar para a Escola Superior de Guerra (ESG), após revisão da sua missão e adoção de cursos voltados à modernidade, funcionar para atender demanda dos CMil, tanto para o efetivo militar quanto para o civil.

A seguir, serão discutidos pontos e contrapontos da Escola Superior de Guerra.

## LOCALIZAÇÃO, ATUAÇÃO E NECESSIDADES INSTITUCIONAIS

Coimbra (2008) Alega que as três escolas de Estado-Maior das Forças Singulares estão no Rio de Janeiro (EGN, ECEME e ECEMAR), juntamente com o IME (Instituto Militar de Engenharia), além da própria ESG. O Rio continua a ser o centro cultural do país e o eixo RJ/SP/MG constitui o cerne da maior parte das expressões do Poder Nacional.

Afirma, ainda, que Brasília passará a ter mais um órgão governamental *aparelhado* partidariamente, a exemplo de outras instituições passaram a funcionar de acordo com a prática *gramcista*. Inclusive, os *neoentreguistas* denunciam que a ESG é o último bastião dos nacionalistas, em termos de formação, nas Forças Armadas.

Em momento próximo ao ano 2000, foi cogitada a extinção da ESG. Porém, frente às resistências, passaram a cogitar a sua transferência para Brasília. Mister observar que se opinou por separar os militares dos civis, ficando os primeiros no Rio e os demais em Brasília. Felizmente, não lograram êxito.

Fialho (2002) evidencia que uma organização consiste num instrumento técnico para a mobilização de energias humanas, objetivando finalidade estabelecida; apresenta-se como um instrumento de trabalho racionalmente elaborado para integrar esforços e atingir propósito específico. Seu valor interna ou externamente depende de sua capacidade para atingir de forma eficaz os objetivos em vista.

Já instituição se aplica a grupos que, por meio da dinâmica do seu funcionamento, se revestem de significado especial para seus membros e para comunidade que constitui o seu ambiente. Passa a ser valorizada

por ela mesma e não apenas por sua funcionalidade como instrumento para a realização de determinada tarefa.

A instituição infunde-se de valor. Ela tem história e identidade própria e distinta. Sua existência pode ser explicada ideologicamente; preenche determinadas necessidades dentro da grande comunidade que a envolve; desenvolve uma clientela própria, ganhando assim a estabilidade que advém de uma fonte de apoio seguro e de um meio fácil de comunicação. Nesse processo, se defronta com outros grupos com interesses competitivos, e, por isso, deve buscar seu espaço e autopreservação, com base no apoio da comunidade, cujas aspirações e senso de identidade a instituição simboliza. Em síntese, a liderança institucional transcende a gerência administrativa e, por meio daquela, se protege e desenvolve mecanismos de preservação (Fialho, 2002).

Importante frisar que aqueles que conhecem a estrutura e a dinâmica desenvolvida na Escola Superior de Guerra sabem da necessidade de mudanças, tanto nas questões de *hardware* e *software* quanto de *humanware*. Repensar sua finalidade e as relações com o ambiente imediato e mediato, assim como cooperar e se integrar a outras instituições similares parece ser conveniente. Da mesma forma, endereçar-se às novas dinâmicas de ensino, doutrina e ajustar-se às novas tendências político-históricas nacionais e internacionais.

No dizer de Fialho (2002), a ESG deverá continuar funcionando como um instituto de altos estudos de política e estratégia, centrada no campo da segurança nacional, com ênfase na defesa nacional e considerando o desenvolvimento sustentável, o qual transcende o crescimento econômico e condiciona a própria segurança.

Não olvidável, lembrar que a Escola proporciona oportunidades para que inúmeros representantes da sociedade possam se expressar livremente: políticos, juristas, empresários, trabalhadores, professores de diversas correntes políticas etc. Recentemente, em 2006, João Pedro Stédile, economista, ativista social e membro da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), palestrou para os estagiários da ESG. Na década de 1980, o atual presidente da República (Luis Inácio Lula da Silva) participou de um painel com Roberto Campos, Sandra Cavalcanti e Mário Covas.

Ajustar é preciso. Como todas as instituições, buscar o equilíbrio no espaço e no tempo é imprescindível. Os homens representam o conteúdo cerebral-nevrálgico e operacional que conduzem os empreendimentos para o sucesso ou fracasso. Operar as modificações requeridas e ampliar a capacidade de cooperação e integração com outras instituições, acadêmicas e não-acadêmicas, é salutar. A ESG já iniciou esses procedimentos, no entanto, resistências ainda dificultam a sua transformação.

No próximo tópico, tratar-se-á da proposta deste estudo.

## INSTITUTO NACIONAL DE DEFESA: A PROPOSTA.

*"É um fato desafortunado, mas asseguramos a paz somente na preparação para a guerra."*

*John F. Kennedy*

A missão do INAD, organograma sintético exposto no Anexo A, visa à formação dos analistas de defesa, assim como o estudo, a pesquisa e a divulgação do pensamento sobre SEGURANÇA E DEFESA, DESENVOLVIMENTO E DIPLOMACIA, logicamente dentro de um enfoque estratégico (planejamento e gestão) – em âmbito local, regional e global.

Este instituto atuará em quatro vertentes: a) formação dos analistas de defesa, b) estudos/pesquisa sobre segurança/defesa nacional, c) estudos/pesquisa sobre segurança/defesa regional&global e d) estudos estratégicos (defesa e tecnologia, defesa e meio ambiente, defesa e biotecnologia, defesa e política, geopolítica etc.).

A formação dos analistas de defesa ficará a cargo da Academia Nacional de Defesa. Essa Academia será a responsável pela educação inicial e continuada dos profissionais de defesa, os quais serão, inicialmente, lotados no MD e em outras áreas demandadas pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

A formação inicial terá duração de 11 meses. O conteúdo programático estará dividido em quatro partes: leis e normas inerentes à Defesa Nacional; estrutura e funcionamento do MD e das FFAA no Brasil; aspectos relativos à segurança e à defesa no continente sul-americano; e, por fim, segurança e defesa global. O penúltimo mês

será destinado à realização de visitas nacionais e na América do Sul. O último mês será destinado à elaboração da monografia.

Referente aos estudos/pesquisa sobre segurança nacional, o INAD terá uma Divisão que se destinará à pesquisa sobre o tema Segurança e Defesa Nacional. Esse setor privilegiará os estudos voltados à segurança e defesa e seus aspectos periféricos e sinérgicos.

Relativo aos estudos/pesquisa sobre segurança global existirá uma Divisão, dentro do Centro de Altos Estudos de Defesa (CAED), que concentrará seus esforços em pesquisas de segurança regional&global (da população, ambiental, biológica etc.).

No que tange aos estudos estratégicos, um setor específico desenvolverá pesquisa sobre o pensamento e as ações estratégicas voltadas para Desenvolvimento, Defesa e Diplomacia nos países lindeiros e em outros continentes.

O INAD será ainda responsável pelo Curso de Defesa, Desenvolvimento e Diplomacia (CD3), realizado pelo CAED, o qual será destinado aos oficiais (no posto de coronel) já escolhidos para a promoção ao primeiro posto do generalato. Este curso poderá ser cursado pelas autoridades que exercem cargos no primeiro e segundo escalões dos governos federal e estadual. Este curso terá duração de quatro meses e será realizado nos dias úteis (segunda até sexta-feira), no período da manhã, das 08:30 às 12:30h. Às quartas- feiras, serão realizadas palestras fora de suas dependências e, nesses dias, o expediente acadêmico iniciará às 08:30h e findará às 17:00h.

É de bom alvitre que o Instituto Nacional de Defesa localize-se em Brasília/DF e tenha em seus quadros profissionais (mestres e doutores) das três FFAA e civis especializados (mestres e doutores) nas áreas de seus segmentos de ensino e pesquisa. A definição espacial no DF prende-se ao fato de que o centro de decisões do Brasil está localizado em Brasília, mais ainda, na cidade estão os decisores e dirigentes do mais alto nível do Governo Federal. Brasília, hoje, é o centro do Poder Nacional e fica fácil montar um corpo docente de alto nível, assim como palestrantes atualizados e detentores do estado da arte em vários ramos do conhecimento.

É aconselhável que o INAD integre-se à comunidade acadêmica local, assim como aos nichos de excelência acadêmica existentes no País.

Finalizando este tópico, o Instituto montará uma biblioteca direcionada ao atendimento das demandas acadêmicas de seus diversos segmentos de estudo e pesquisa. É sabido que Brasília tem diversas bibliotecas, mas nenhuma especializada em assuntos de Segurança e Defesa. A Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), após iniciar seus trabalhos, observou (e foi demandada pela clientela) a necessidade de criar a sua própria biblioteca – enxuta, mas altamente especializada.

A seguir, serão abordados os cursos que serão ministrados pela ESG.

## ESG: CAEPE E CEMCO, UMA NOVA ABORDAGEM ACADÊMICA

*"Pensar é o trabalho mais difícil que existe. Talvez seja esta a razão pela qual poucas pessoas o praticam."*

*Henry Ford*

Urge promover a transformação cultural por meio de ações estratégicas educacionais e de gestão – fazer nascer uma cultura de integração interforças. Uma boa medida reside em estabelecer um Programa de Educação em Defesa, direcionado à aplicação integrada e conjunta do Poder Militar. Não menos essencial, faz-se mister desenvolver uma concepção sistêmica que permita aos militares funcionar com estrutura conjunta. Para tanto e concomitantemente, planejar, aprovar e fazer funcionar cursos que promovam a interoperabilidade e a gestão sinérgica e integrada no âmbito das FFAA.

A Escola Superior de Guerra poderá ser um desses lócus e, pelo *background* e capacidade de inovação, poderá transformar a sua cultura acadêmica para atingir os objetivos pretendidos.

A ESG poderá manter todos os seus cursos atuais, exceto o CAEPE, o qual será substituído pelo Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMCO). Este curso será oferecido para os militares das três FFAA nacionais e será pré-requisito para ascensão ao generalato. Somente será realizado na ESG. A partir daí, todos os oficiais superiores serão direcionados a compreender a dimensão integrada e de gestão compartilhada, conforme os novos padrões sistêmicos.

Sim, a ESG continuará a existir, mas seu foco será absorver e gerar conhecimentos direcionados à interoperabilidade, à cooperação e à

padronização de itens/equipamentos utilizados nas FFAA nacionais, bem como tratar dos assuntos endereçados à integração sul-americana, no que tange aos aspectos de Defesa, desenvolvimento industrial pertinente e políticas e estratégias integradoras.

Não se fecha uma escola, pois com ela se vão conhecimentos e cultura acadêmica construídos ao longo dos anos de existência. Essas ações apagam a história e eliminam o futuro em desenvolvimento, isto é, promovido por ações estruturadas. O conhecimento, também, privilegia eventos passados. Entender a história é aprazível e, muitas vezes, um caminho para diversas soluções. Manter uma escola não poderia ser objeto de discussão. No meio científico e/ou acadêmico essa controvérsia inexiste. Construam-se mais escolas. Ampliem a formação, mas primem pela qualidade e efetividade,

Se os tempos mudaram, se a conjuntura demanda novos conhecimentos ou se é necessária uma maior aproximação do poder central, conceba-se uma nova escola. Essa nova unidade de ensino poderá ser moldada para atender direta e rapidamente os novos parâmetros da realidade nacional e internacional. Agora, tão importante quanto construir uma nova escola é saber prever e prover a estrutura requerida para transformar modelos obsoletos ou inadequados em novos padrões escolares de transmissão de conhecimento. Atente-se, sempre, para o fato da percepção das oportunidades do espaço/tempo em que se apresentam a conjuntura nacional/internacional, a estrutura do Estado, o funcionamento do governo e a gestão pública e privada, assim como as variações e externalidades do mercado.

Corroborando com alguns aspectos supraditos, Macgregor (2002, p. 219), quando aborda *Transforming Jointly*, afirma que:

*"Uma visão estratégica unificadora para a transformação envolve, em primeiro lugar, reconhecer que a estratégia baseada em ameaças conhecidas, doutrinas, ordens de batalha não se aplica mais. O segundo passo requer desenvolver uma nova fórmula estratégica para a utilização do poder militar americano que não é nem cenário-dependente, nem conceitos centrais de serviço e estruturas concebidos para implantar tropas e material. Em vez disso, o foco deve ser crítico sobre as capacidades de combate na guerra. Isto tem sido descrito como uma mudança de foco centrada nas ameaças para uma mudança fundamentada nas capacidades de planejamento."*

Ainda, no sentido de aproveitar as oportunidades e adequar-se ao contexto internacional, é conveniente perceber como a Europa se organiza para o enfrentamento dos novos cenários. Amado (apud VICENTE, 2007, p. 33) salienta que a globalização das ameaças e dos riscos faz com que nenhum Estado, independentemente das suas capacidades militares, esteja hoje em condições de garantir a sua própria segurança. Alega ainda que a Aliança Atlântica procura se adaptar às novas condicionantes geoestratégicas, no quadro de um exigente e complexo processo de transformação.

O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal[2], no âmbito das comemorações dos 60 Anos da NATO, declarou sua percepção sobre o processo decisório internacional, atores, ameaças e sistema internacional na atualidade:

*"O processo de decisão no sistema internacional tornou-se mais complexo, pela natureza diversa de actores - estatais, não estatais, regionais e supranacionais –, pela dinâmica de relação de forças estabelecida, por um perfil de ameaças completamente diferentes daquelas que existiam e por uma dinâmica perigosa no domínio da contenção e da proliferação nuclear. Um sistema complexo de gestão política que, seguramente, suscita a todos os responsáveis políticos, a todos os governos e a todos os estados, profundas preocupações e inquietações em relação à forma de manter o controle sobre este sistema no futuro."*

Escolas devem proliferar, assim como alunos. O tempo gera oportunidades, opera demandas e faz surgir ameaças. Assim, a ESG, voltando-se para a sua estrutura e percebendo no exterior as demandas, oportunidades e ameaças, poderá encontrar seu novo rumo direcionando-se para desenvolver um pensamento cooperativo, integrativo e convergente de Defesa – tanto no âmbito nacional quanto no espaço internacional.

Outro importante aspecto refere-se à modernidade da docência. A ESG, no pensar de muitos de seus ex-alunos, clama por uma renovação

2. *Intervenção do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, no âmbito das comemorações dos 60 Anos da NATO, no Instituto da Defesa Nacional, em Lisboa, em 26 Mar. 2009. Sítio http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/Ministérios/MNE/Intervencoes/Pages/20090326_MENE_Int_NATO.aspx. Acesso em abril 2009.*

de estilo educacional. Qual a maneira mais proveitosa para adotar processo andragógico nessa Academia? Respostas: a) um bom início seria questionar os ex-alunos das últimas três turmas (pelo menos 30% de cada turma), b) trabalhar as informações recebidas e apresentá-las aos ex-alunos. Recolher argumentações (positivas e negativas) plausíveis e construir os cenários e as possibilidades da existência eficaz e com efetividade (impactos positivos na Defesa e na sociedade) para a transformação da Escola. Jamais se fecha uma Unidade de Ensino.

Depois de tudo e além do exposto, é saudável atentar para os docentes dessa antiga Escola com nova concepção e estilo, uma vez que o professor funciona melhor quando preenchido pelas necessidades da tríade da modernidade: cabeça (informada), coração (motivado) e bolso (bem remunerado). Hoje e sempre, motivação para buscar informações requer vultosos e constantes aportes orçamentários e financeiros, a ausência de continuidade desses fragiliza a Defesa Nacional e facilita a subtração de recursos naturais e humanos, assim como permite ingerências externas em assuntos internos.

## COMENTÁRIOS FINAIS

*"Uma das bases do bom ensino é a disciplina. Não a disciplina autocrática e coercitiva, mas aquela propositiva e construtivista."*

*Tom Coelho*

O INAD concentrará seus esforços para a formação inicial do ANALISTA DE DEFESA e para a educação continuada desses próprios. Adicionalmente, ainda focará o Curso de Defesa, Desenvolvimento e Diplomacia (CD3), endereçado aos coronéis escolhidos para o generalato e para civis de alto escalão dos governos federal e estadual.

Perceber a Escola Superior de Guerra como uma solução para unir e integrar as Forças Armadas nacionais é imperioso. Lócus único, viável e culturalmente disposto à ampliação e absorção dos novos padrões, modelos, concepções e teorias do pensamento estratégico, do entendimento da guerra moderna e pós-moderna e da compreensão do que vem a ser as novas ameaças. Urge abandonar a sensação e caminhar para a ação. Turbulências e tempos de transformação, excelente oportunidade para a criação, recriação, união e inovação.

Por onde andam os sábios? Onde começam as ações? Resposta: eles estão entre nós e as ações já se iniciaram. Um novo tempo, novos aprendizados. Criatividade, inovação e transformação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COIMBRA, Marcos. *A transferência da Escola Superior de Guerra. Rio de janeiro*: Monitor Mercantil, 2008. Sítio http://www.monitormercantil.com.br/mostranoticia.php?id=56398. Acesso em jan. 2009.

FIALHO, Ivan. *A ESG como instituição de defesa.* Rio de Janeiro: CEE/ESG, 2002. Sítio http://www.esg.br/cee/index3.htm, acesso em dez.2008.

GUIMARÃES, Paulo Cesar Milani. *A reformulação dos cursos da ESG*. Rio de Janeiro: CEE/ESG, 2002. Sítio http://www.esg.br/cee/index3.htm, acesso em dez. 2008.

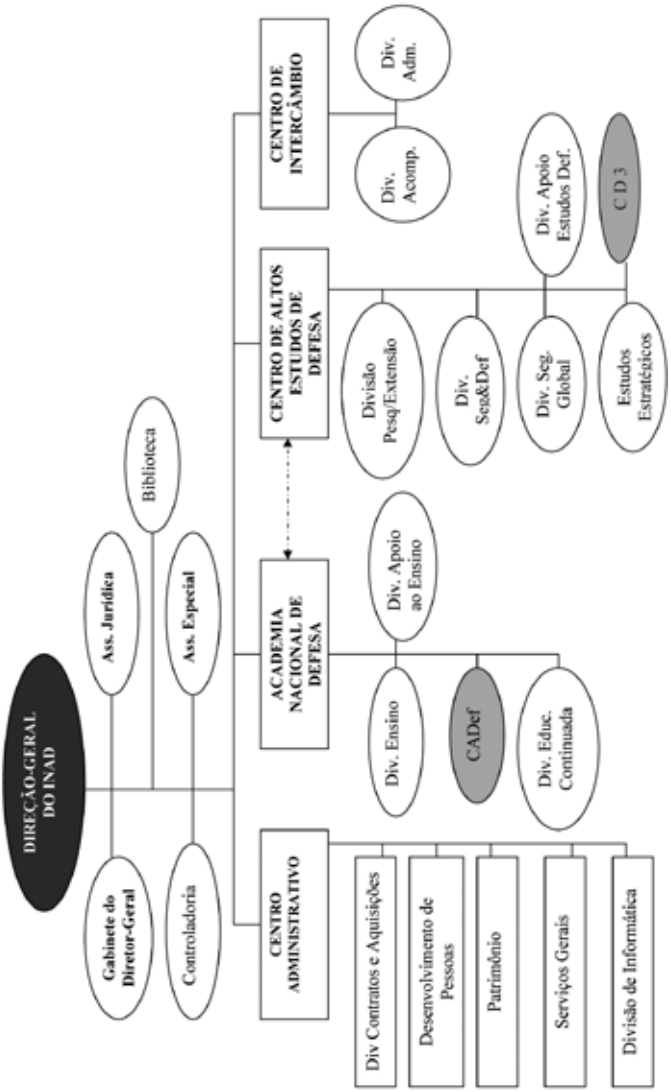
MACGREGOR, Douglas A. Transforming jointly. *In: Binnendijk, Hans. transforming america's military.* Washington: NDU, 2002.

PIERANTI·Octavio Penna; CARDOSO, Fabio dos Santos e SILVA, Luiz Henrique Rodrigues. *Reflexões acerca da política de segurança nacional: alternativas em face das mudanças no Estado*. In: Revista de Administração Pública, ISSN 0034-7612, vol. 41 nº. 1. Rio de Janeiro Jan./Fev. 2007.

*O autor é Coronel Intendente da Aeronáutica, graduado em Administração, mestre em Administração Pública e doutor em Desenvolvimento Sustentável, pela UnB.*

ANEXO A

INSTITUTO NACIONAL DE DEFESA
ORGANOGRAMA SINTÉTICO



# Iluminismo e Barbárie

*Mauro Santayana*

Isaiah Berlim, ao elogiar o século passado como sendo o tempo da análise, relegou-o a segundo plano como época de novas ideias, porque foi de escassa criação humanística. Seus pensadores se exauriram no exame do que haviam produzido os anteriores e não avançaram sobre novas trilhas da filosofia. Como lembrou Tomás de Aquino, em seu prefácio aos livros políticos de Aristóteles, é a filosofia que conduz à práxis política. Estamos ainda sob as idéias do Iluminismo, movimento que foi a resposta de dezenas de excepcionais filósofos sociais a um impasse na inteligência do mundo, e se centrou, sobretudo, na dificuldade de se conciliarem as descobertas científicas com os postulados da fé e a igualdade dos homens.

Em uma passagem de Traité des animaux (de 1755), citada por Cassirer em La philosohie des lumiéres, Etienne de Condillac dá uma pista para o que pode suceder ao Iluminismo, a partir da encruzilhada em que nos encontramos:

"É assim que as ideias renascem pela ação das mesmas necessidades que elas produziram antes. Elas formam, por assim dizer, na memória, turbilhões que se multiplicam como necessidades. Cada necessidade é um centro, de onde o movimento se comunica até a circunferência.... As ideias passam e repassam sem ordem; são quadros movediços que só oferecem imagens bizarras e imperfeitas, e cabe às necessidades redesenhá-las e colocá-las sob a verdadeira luz do dia". Ao comentar o trecho, Cassirer o associa à Ética de Spinoza e às Paixões da alma, de Descartes, ou seja, identifica os pilares do Iluminismo no século 17. No mesmo século, Hume e Locke, discutindo os mecanismos mentais e os sistemas políticos, se valem dos pressupostos da física de Newton e do método cartesiano. No século 18, há uma associação mais nítida entre o pensamento renovador e a ação revolucionária. Só a política poderá "encarnar" as novas ideias e, dessa forma, responder às necessidades históricas do homem. É desta forma que os iluministas franceses, como Diderot, Condillac, Voltaire, Rousseau, Montesquieu, publicando sem pausas, passam a influir sobre a aristocracia e a incipiente burguesia industrial e comercial europeia para abrir as portas da História à Revolução de 1789.

O grande problema do século 20 foi o do isolamento dos intelectuais de esquerda, herdeiros dos iluministas. Eles foram conduzidos, a partir das revoluções operárias do século 19, ao marxismo militante, porque encontraram a poderosa repressão do liberalismo econômico, e a desapiedada exploração dos trabalhadores.

As reflexões, ao acompanharem o périplo de Obama, em junho próximo passado, que foi do Cairo a Buchenwald, e de Buchenwald à Normandia, a fim de comemorar a abertura da Segunda Frente de 1944, identificam a necessidade de novo contrato político, no interior das nações e no conjunto delas. Nos pronunciamentos do chefe de Estado norte-americano, a linguagem do discurso mudou, e as palavras não são inocentes. Como observaram outros, Obama, no Cairo, não qualificou os militantes da Al Qaeda, nem os talibãs, de "terroristas", o adjetivo demonizador usado pelos membros do governo republicano. Tratou-os como "extremistas radicais", o que lhes confere estatuto de natureza política. Os ingleses de 1776 qualificaram como "traidores" homens como Washington e Jefferson.

Se, em 4 de junho deste ano, no Cairo, o presidente dos Estados Unidos cuidou do desencontro histórico dos países ricos com o Islã, no dia seguinte, no campo de concentração de Buchenwald, e na Normandia que visitaria a seguir, tratou de um conflito no interior do Ocidente. Não estavam em confronto o Corão e a Bíblia nas guerras de 1914/18 e de 1939/45. Os nazistas, no seu projeto de eliminar os judeus, não se preocupavam com o Torah; preocupavam-se em "limpar" o mundo dos não alemães, a fim de se tornarem o único poder sobre a Terra.

Nenhuma revolução é possível sem um esforço intelectual prévio. As revoluções não se fazem necessariamente com sangue, mas, sim, com ideias. O discurso do Cairo pode provocar fervor intelectual e político que, retornando ao Iluminismo, nos faça sair dos tempos de barbárie em que vivemos – já previstos por Vico. E, assim, escapar desse prolongado holocausto, que teve seu auge no nazismo, com as dezenas de milhões de mortos de quase todas as nações, no Vietnã, nos golpes na América Latina, e continua aceso no Iraque, no Afeganistão, na Palestina, nas hecatombes da África, na miséria e na fome.

*O autor é jornalista e articulista do Jornal do Brasil*

# João Camarão Telles Ribeiro: um notável cidadão brasileiro

*Manuel Cambeses Júnior*

O Brasil tem, inseridos em seu patrimônio moral, nomes de filhos seus, do mais elevado valor, cujas vidas constituem repositório de ações cívicas do mais alto gabarito, e constituem exemplos edificantes. Assim, não é possível a alguém, brasileiro ou não, falar do nosso País, do século XX, dos fatos aqui ocorridos e dos homens que os concretizaram, sem declinar o nome do insigne Tenente-Brigadeiro-do-Ar João Camarão Telles Ribeiro, cujos feitos admiráveis o alçaram à posição de destaque em nossa Pátria.

A vida do Brigadeiro Camarão foi um exemplo constante de retidão e nobreza, padrão de senso de equilíbrio, patriotismo e espírito empreendedor. Toda a sua existência transcorreu na labuta e nas lides castrenses.

A história de sua vida, de Cadete da Escola Militar a Tenente-Brigadeiro-do-Ar, onde exerceu importantes e destacadas funções, sempre com maestria e invulgar entusiasmo, é como um sonho que todo aviador militar alimenta em suas fantasias, e uns poucos a realizam, pela variedade e quantidade de missões, estudos, empreendimentos, obras escritas e fantásticos voos de que participou.

O Brigadeiro Camarão nasceu em São Gonçalo, município do Rio de Janeiro, em 8 de junho de 1916. Dotado de intensa vocação para a carreira militar, ingressou na Escola Militar de Realengo, sendo declarado Aspirante-a-Oficial do Exército Brasileiro, na Arma de Aviação, em novembro de 1937. E, é esse jovem, possuidor de acendrado patriotismo, dotado de belas qualidades morais e intelectuais, de personalidade ímpar, caráter simpático, calmo e reflexivo, que irá exercer, por várias décadas, atividades de grande influência, nos destinos da Força Aérea Brasileira.

No ano de 1939, o Tenente Camarão iniciou os seus voos no Correio Aéreo Militar (CAM), quando travou os primeiros contatos com a Amazônia brasileira, deslumbrando-se, de imediato, com a exuberante beleza, com a instigante cultura indígena e com as características próprias da região.

No transcorrer da Segunda Guerra Mundial, foi designado para participar do patrulhamento da Costa Atlântica do extremo norte do Brasil, desincumbindo-se da tarefa com raro entusiasmo e extremada dedicação.

Ainda, durante o período do conflito mundial, o Capitão Camarão seguiu para os Estados Unidos, onde se adestrou em aeronave P-47 Thunderboldt, preparando-se para integrar-se ao 1º Grupo de Aviação de Caça que lutava nos céus da Itália, em defesa da democracia. Ao final dos treinamentos, onde se destacou, sobremaneira, como piloto altamente proficiente e aguerrido, e enquanto aguardava a sua designação, passou a ministrar instrução de voo para os pilotos norte-americanos. Contudo, durante esse período, houve a rendição dos países do Eixo, marcando o fim da guerra e, consequentemente, frustrando o seu desejo de participar ativamente junto aos guerreiros alados engajados na refrega, em solo italiano.

Na década dos anos quarenta, do século passado, teve início um conflito na Grécia. Na oportunidade, atendendo solicitação internacional, o governo brasileiro necessitou destacar um oficial para servir como observador nas fronteiras da Grécia com os países satélites da União Soviética. Devido aos notórios conhecimentos dos idiomas francês e inglês, aliados a um profundo conhecimento da cultura grega, Camarão foi destacado para a honrosa e complexa missão.

Faz-se mister destacar que após quatro anos no exercício da atividade de observador, e dada à facilidade no aprendizado de idiomas, acrescentou ao seu imenso cabedal cultural, a fluência nos idiomas grego (antigo e moderno), alemão, italiano e espanhol, além de passar a comunicar-se em russo com relativa facilidade.

Fato marcante na vida do insigne Brigadeiro foi sua benfazeja passagem pela Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), em Barbacena, deixando um rastro de profissionalismo, dedicação e amor à área de ensino. Primeiramente, como Coronel, chefiando a Divisão

de Ensino daquela prestigiosa instituição de ensino da Aeronáutica, implementou uma verdadeira transformação nos métodos didáticos até então utilizados, criando uma metodologia consentânea com o que havia de mais moderno, à época, na área educativa, em nível mundial, carreando, consequentemente, imenso benefício aos instruendos no que concerne ao aprendizado do ensino fundamental, deslanchando uma pletora de atividades que tinham por objetivo colimado induzir o corpo discente a trabalhar em grupo, interagindo de forma ótima com o corpo docente, gerando uma participação sontônica, afetiva e harmônica entre mestres e alunos, através da aplicação do denominado estudo dirigido.

Também nas áreas esportiva, artística e de aprendizado de idiomas, imprimiu seu selo indelével, em mil iniciativas fecundas, elevando consideravelmente o cabedal cultural e a higidez física dos "pré-Cadetes", como o querido Brigadeiro costumava chamar os Alunos da EPCAR.

Esses projetos inovadores levados a cabo pelo Brigadeiro Camarão, serviram por muito tempo de paradigma e farol orientador a todos que militam na área da Educação, devido ao caráter holístico que imprime, transformando o aprendizado em algo atraente e prazeroso, maximizando a performance de docentes e discentes, elevando consideravelmente o conceito que a EPCAR desfruta no seio da sociedade brasileira, haja vista o excelente desempenho de seus alunos em todas as avaliações do ENEM.

O desempenho do Brigadeiro Camarão à frente da Divisão de Ensino da EPCAR foram fatores decisivos para a sua posterior designação para comandá-la, dando prosseguimento ao belo empreendimento por ele iniciado alguns anos antes.

Concluída a primeira parte de seu trabalho, no que tange à metodologia e didática de ensino, o agora comandante da EPCAR procurou modernizar as instalações, ampliando e modernizando consideravelmente a área física da Unidade, transformando-a, em pouco tempo, num verdadeiro canteiro de obras. Destarte, as salas de aulas, refeitório, auditório, cassino, posto médico e alojamentos foram totalmente reformados, tendo sido construídos, em tempo recorde, um belo ginásio polidesportivo, uma moderna lavanderia e

um novo cinema. Em virtude dessas benfazejas iniciativas, o efetivo da Escola passou a dispor de maior conforto e bem-estar, traduzidos, consequentemente, em melhores desempenhos acadêmico, cultural e desportivo, por parte dos alunos.

Prosseguindo em sua senda de amor e total dedicação à Força Aérea, o insigne Brigadeiro foi destacado para comandar a Primeira Zona Aérea, em Belém, equivalente aos atuais Primeiro e Sétimo Comandos Aéreos Regionais. Nessa importante e destacada função, o Brigadeiro Camarão pôde deslanchar diversas iniciativas que redundaram em benefício da Região Amazônica, principalmente no que tange ao atendimento aos pelotões de fronteira de nosso Exército e das populações carentes e ribeirinhas que depositavam nos aviões da Força Aérea a esperança de melhores dias.

A bordo das aeronaves do Correio Aéreo Nacional, voando os famosos C-45 Beechcraft, os C-10 Catalina e os Douglas C-47, conheceu todos os rincões da Amazônia brasileira, travando permanente contato com as populações ribeirinhas e com as comunidades indígenas, inteirando-se das imensas dificuldades vividas por aquela gente humilde e totalmente carente da assistência do Estado.

Assim sendo, passou a imprimir maior dinâmica e frequência aos voos do CAN, de modo a minorar o sofrimento das populações

totalmente desassistidas, principalmente no que concerne ao apoio e assistência médica. Por isso, entregou-se ele à tarefa de desenvolver um trabalho integrado entre a Aeronáutica, as ordens religiosas e a Fundação Nacional do Índio, objetivando ampliar o atendimento às comunidades indígenas espraiadas por toda a Amazônia.

Daí resultou o trinômio Força Aérea – Missionário – Índio, facultando um trabalho sistemático junto aos povos indígenas, minorando as sofríveis condições de vida dessas comunidades, dando-lhes padrões mais elevados de saúde e educação.

Aviador ousado, intrépido e arrojado, o Brigadeiro Camarão ultrapassou a marca das 15 mil horas de voo no cumprimento de missões do Correio Aéreo, por vezes ultrapassando os limites recomendáveis, unindo brasileiros dos mais longínquos rincões de nosso País, sempre movido pelo propósito de bem servir aos amazônidas mais carentes e necessitados.

Sua integral dedicação à Força Aérea, aliada ao invulgar espírito altruísta, características marcantes de sua atraente personalidade, permitiram que contribuísse com a sua intensa abnegação à Amazônia, para a integração de nossa Nação, tornando-a mais forte, coesa e soberana.

Voando pela imensidão da Amazônia sentiu a premente necessidade de serem implantados aeroportos em várias localidades daquele imenso território. Assim sendo, criou o embrião para o nascimento da Comissão de Aeroportos Região Amazônica – COMARA, dando partida na implementação de pistas de pouso por toda região. Esta ideia benfazeja perdura até os dias atuais e, em que pese às inúmeras dificuldades inerentes a trabalhar na construção de pistas em plena selva, contabiliza, na atualidade, dezenas de aeródromos construídos em solo amazônico, facultando, de modo ótimo, a integração e promovendo notável desenvolvimento aos estados que compõem a região amazônica, interligando-a, consequentemente, ao ecúmeno estatal brasileiro. Destarte, como corolário, incrementou, de forma ótima, o sistema de defesa da Amazônia, a proteção das fronteiras e a criação de condições básicas de infraestrutura para deslanchar o seu desenvolvimento.

Em realidade, o Brigadeiro Camarão foi um verdadeiro bandeirante do século XX. Sua imagem e sua edificante obra permanecerão indelevelmente na retentiva de todos os amazônidas, cujas duras

realidades ele tão bem conhecia e tanto lutou para vencer, sem destruir a identidade dos habitantes nativos e a biodiversidade da maior floresta tropical do planeta, tirando do isolamento e da miséria milhares de habitantes daquela longínqua, porém promissora região.

Ele exercia um intenso fascínio pelo simples efeito da projeção de sua personalidade magnética que irradiava um sentimento místico de dever profissional, imune às exaltações da facciosidade pairando acima das paixões e dos embates e todo ele exclusivamente voltado à grandeza da Força Aérea e ao culto da Pátria.

Examinando pormenorizadamente as diversas fases de sua vida, há de sempre reconhecer a pureza de ideais que o inspiravam, a nobreza de espírito que o animava, a ausência de desígnios secretos.

Um homem desprendido, despojado, sem apego aos bens materiais. Na realidade, um idealista, um homem que vivia exclusivamente para a sua profissão, a qual dedicava intenso amor. Ademais, era possuidor de um elevado espírito público e dotado de excelente visão global.

Exerceu inúmeras e destacadas atividades no transcurso de sua brilhante carreira na Aeronáutica, apondo-lhe sempre o timbre de uma alta probidade.

Graças à sua privilegiada inteligência e espírito empreendedor, enriqueceu sobremaneira a cultura aeronáutica.

A faceta de notável empreendedor, aliada a uma intensa e produtiva atividade cultural, imprimindo o seu selo indelével em várias iniciativas fecundas - nas áreas operacionais e de ensino -, aureolaram o seu nome de fama e de brilho.

O Brigadeiro Camarão simboliza o triunfo da probidade e da inteligência, da honradez e da cultura, de uma vida materialmente modesta, mas enriquecida pelo saber haurido no transcorrer de uma existência afanosa, mas feliz, que permitiu a esta excepcional personalidade granjear o conceito que sempre desfrutou no seio da Força Aérea Brasileira.

O insigne oficial-general faleceu em Campinas, cidade do interior de São Paulo, no dia 7 de abril de 2000, consternando todos aqueles que tiveram o privilégio de conhecê-lo e de admirá-lo. Seu desaparecimento deixou na história da Amazônia um imenso vácuo que dificilmente será preenchido, porque quase impossível será recompor, na sua integralidade, fatos e conhecimentos que tiveram nele seu personagem central.

João Camarão Telles Ribeiro, um notável cidadão brasileiro que, em todas as fases de sua vida, deu o melhor de si em benefício do País que tanto amou e de sua querida Força Aérea.

*O autor é Coronel-Aviador, conferencista especial da Escola Superior de Guerra, membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e vice-diretor do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica*

# Descabimento do Exame de Aptidão Psicológica: Compra de Arma de Fogo

*Phillipe Mallet*

## 1. BREVE INTRODUÇÃO

Na contramão da necessidade social, o direito penal brasileiro está servindo de palanque eleitoral para muitas gerações de políticos, que tendem a acreditar e a convencer a população, de que a violência está ligada, de qualquer forma, a armas de fogo.

Contramão, pois da análise dos dados estatísticos depreende-se que a violência está em ascendência, desde o início das proibições de compra, posse e porte de arma de fogo.

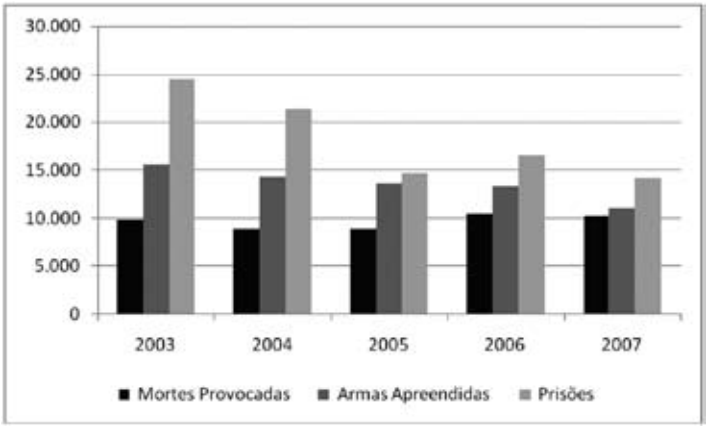
Cabe fazer a distinção entre as três figuras: comprador, possuidor e portador. **Comprador** é o indivíduo que está disposto a adquirir um bem jurídico tutelado de forma lícita. **Possuidor** é aquele que, após a compra, é proprietário e mantém a posse do bem que adquiriu de forma lícita. **Portador** é o ser que se locomove em posse do bem adquirido.

Contramão, porque se libera o que era proibido e proíbe-se o que era permitido.

A lei 10.826/03 é de dezembro de 2003. Vamos considerar os dados de janeiro de 2003 a dezembro de 2007, para traçarmos um estudo simples sobre a eficácia da nova lei.

Como base, a cidade do Rio de Janeiro. Os dados são oficiais, publicados pelo INSP – Instituto de Segurança Pública. São dados governamentais, sem critério de análise independente e fadado à ingerência política, mas como são os únicos disponíveis, serão utilizados como base referencial.

Foram considerados três parâmetros importantes, são eles: mortes provocadas, armas apreendidas e prisões realizadas. Há uma série de variantes como, por exemplo, se todas as mortes provocadas foram por projéteis de arma de fogo, ou se as armas apreendidas não são simulacros ou de brinquedo. Mas com todas as variantes, os dados evidenciam que não houve nenhuma mudança significativa que justificasse a manutenção da lei 10.826/03.




Se compararmos aos anos de 2003 e 2004, ou seja, um ano antes da vigência da lei e um ano após, não houve nenhuma alteração nas estatísticas.

| Fato Criminoso | Ano de Ocorrência | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Mortes Provocadas** | | 9.860 | 8.935 | 8.912 | 10.414 | 10.236 |
| **Armas Apreendidas** | | 15.615 | 14.308 | 13.664 | 13.313 | 11.062 |
| **Prisões** | | 24.477 | 21.410 | 14.665 | 16.543 | 14.273 |

Fonte: ISP/RJ[1]

Infelizmente há um grande atraso na divulgação dos dados oficiais e, por isso, o ano de 2008 ficou comprometido. Mas em uma pequena amostra, no primeiro semestre não houve nenhuma alteração significativa que motivasse uma mudança de opinião sobre o tema, senão vejamos:

| Fato Criminoso | Ano de Ocorrência | 2008/1 |
|---|---|---|
| **Mortes Provocadas** | | 4.070 |
| **Armas Apreendidas** | | 5.174 |
| **Prisões** | | 7.218 |

Fonte: ISP/RJ[2]

1. *http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=150, acessado em 24.fev.09.*
2. *http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=150, acessado em 24.fev.09.*

As comparações internacionais são salutares para alertar aos incrédulos no assunto. Nos Estados Unidos da América, país onde existe o maior arsenal civil do mundo, os números também desmentem a possibilidade de se acreditar em proibição.

Dados estatísticos colhidos pelo Dr. João Pedro Chaves Valladares Pádua e publicados em seu artigo - "Estatuto do Desarmamento: Irracionalidades, ilegitimidade e inconstitucionalidade"[3], engrandecem o entendimento sobre o tema e merecem grande destaque:

"*Barry Glassner, sociólogo americano que de há muito pesquisa o medo social, apresenta estatísticas e cruzamentos de dados por demais elucidativos, dentre os quais se destaca este: um estudo da Universidade de Emory, nos Estados Unidos, mostra que a maior causa de mortes dentre os homens (doenças cardíacas) não foi tão coberta pela mídia quanto a 11ª (homicídios); e que de 1990 a 1998, o número de assassinatos naquele país decresceu 20%, enquanto o número de reportagens sobre tais crimes ascendeu 600%*[4].

*Ainda nos Estados Unidos, a taxa geral de crimes per capita em 2002 é a menor desde 1973. A taxa de crimes violentos declinou 21% no período de 2001-2002, em relação aos dois anos precedentes. Mais respeitante ao assunto deste artigo, 66% dos crimes violentos em terras norte-americanas não envolveram armas em 2001. A utilização de armas de fogo em tais tipos de crime mostrou-se, neste período, menor do que no de 1993 a 1996. Por fim, de 1993 a 2001, ao passo que o número de homicídios caiu 36%, a mesma estatística, correlata a homicídios praticados com armas de fogo, apresentou queda de 41%. A taxa geral de crimes violentos acompanhados de porte de arma de fogo apresentou declínio de 63%*[5].

*No Brasil, estatística do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana, ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, mostra que o número absoluto de homicídios, por mês no Estado do Rio de Janeiro, diminuiu de aproximadamente 650 em julho de 1991 para menos de 600 em janeiro de 2003, posto que houvesse no longo interregno grandes oscilações*[6].

---

3. *http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6724, acessado em 20.fev.09.*
4. *GLASSNER, Barry. The culture of fear: why americans are afraid of the wrong things. New York: Basic Books, 1999 apud PASTANA, D. R. op. cit., p. 77.*
5. *Cf. WEAPON USE AND VIOLENT CRIME. Washington: Bureau of Justice Statistics, sept. 2003, p. 1.*
6. *http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6724, acessado em 23.mar.09.*

Apesar de existirem aproximadamente 2,5 milhões de armas registradas em mãos de cidadãos de bem, isso significa que apenas 1,4% dos brasileiros possuem uma arma, "O Brasil ocupa a segunda posição na lista mundial dos países com maior número de pessoas assassinadas por armas de fogo. O primeiro país dessa lista é a Venezuela"[7].

Não é de hoje que o legislativo inventa soluções mirabolantes para problemas simples, ajustando os interesses políticos à conveniência internacional.

A intenção governamental é clara: desarmar a população! Mas contra os interesses da nação brasileira.

## 2. REALIDADE E FILOSOFIA LEGISLATIVA

A mente humana é imprevisível e fonte de estudo inesgotável. A psicologia aplicada busca o estudo do comportamento humano, para tratar o estado e o processo mental. Com base em estudos estatísticos recentes, há que se refletir sobre o uso de armas de fogo, a sua proibição e os testes psicológicos, utilizados como fator de cerceamento à compra e ao porte, bem como no possível confisco do patrimônio de colecionadores de armas de fogo e atiradores desportistas.

Assim como no ordenamento jurídico anterior, atualmente para adquirir uma arma, é necessário que o legítimo comprador se submeta a um exame de aptidão psicológica. Parece-nos lógico, e até razoável, mas não é!

A arma de fogo é o único bem jurídico tutelado neste sentido. Ao concorrer à compra de um carro, um barco, um avião, um paraquedas ou uma asa-delta, não é exigido um exame de aptidão psicológica.

O exame de aptidão psicológica já era exigido na regulamentação da Lei 9437/97 e foi mantido na legislação atual.

Não foi conhecido nenhum estudo científico que apontasse a arma como menos perigosa do que outro bem lesivo. Muito menos, que relacionasse a arma lícita como causadora dos índices de violência urbana.

Portanto, é impossível acreditar em afirmações especulativas e de certa forma, governamentais, como as que foram a base da milionária campanha pelo desarmamento.

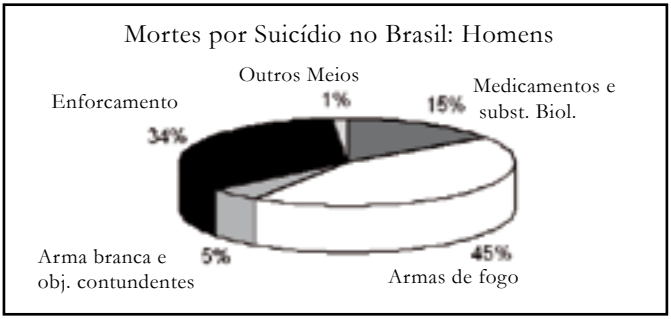
---

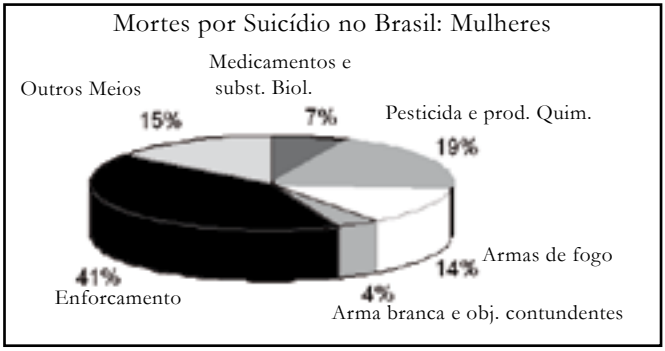
7. *http://pt.wikipedia.org/wiki/Referendo_sobre_a_proibi%C3%A7%C3%A3o_da_comercializa%C3%A7%C3%A3o_de_armas_de_fogo_e_muni%C3%A7%C3%B5es, Acessado em 20.fev.09.*

O teste de aptidão psicológica avalia o ser humano como uma potencial ameaça à sociedade e avalia a sua condição e estabilidade psicológica para a compra de uma arma. Os psicopatas são um mistério à psicologia forense e muitos dos crimes passionais não encontram explicações na análise psicológica a que é submetido o delinquente.

O suicídio, por exemplo, é um mistério para a ciência. Os especialistas chamam de afunilamento das percepções. A prevenção é um caminho árduo, é cheio de obstáculos que demandam uma análise e acompanhamento constante. A identificação de um suicida é complexa e de difícil constatação em uma análise superficial como a aplicada nas avaliações psicológicas que compõem os pré-requisitos para a compra de uma arma de fogo.

Contudo, dados do Ministério da Saúde, comprovam que o meio mais empregado pelo suicida é a arma de fogo. A análise publicada na revista Psique Ciência & Vida em matéria denominada *Dossiê Suicídio*[8], comprovam que o processo legislativo está no caminho errado:



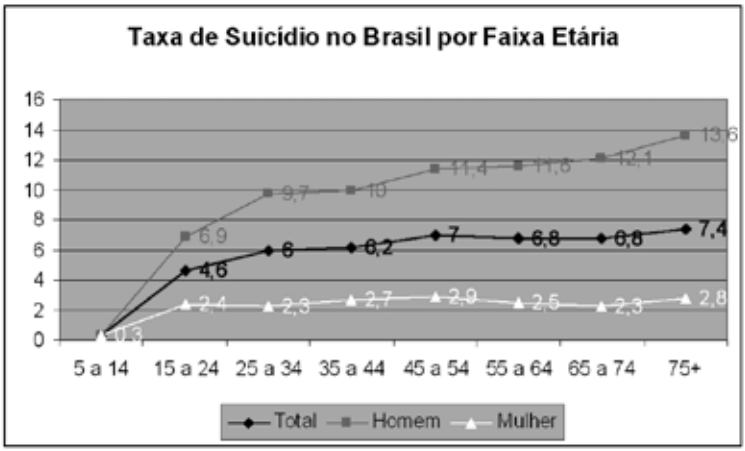




Fonte: DATASUS / Ministério da Saúde (1996-2002)

8. *Revista Psique Ciência & Vida. Edição nº 38. Autora: Lílian Cardoso.*

Outro dado interessante é que o índice de suicídio é ascendente com a idade, ou seja, a restrição de idade, atualmente disposta no art. 12, I do regulamento da Lei 10.826/03, para aquisição de arma não reflete a realidade necessária para a manutenção do cerceamento de aquisição de bem a idade superior a idade civil.

Atualmente, um jovem aos 18 anos de idade, que responde criminalmente pelos seus atos, que disponha de direitos civis para a compra de qualquer bem juridicamente tutelado, não pode adquirir uma arma de fogo. Somente aos 25 anos de idade.




Fonte: OMS (2002), no Brasil.

Não restam dúvidas de que a psicologia pode contribuir significativamente para a regulamentação do uso de armas no Brasil, mas é mal aplicada e está servindo como fator de cerceamento à aquisição de bem lícito. Atualmente, além de outras taxas e impostos, o candidato à compra de uma arma deve pagar pelo exame de aptidão psicológica:

| Diagnóstico Psicológico | Limite Inferior | Limite Médio | Limite Superior |
|---|---|---|---|
| Realização de avaliação psicológica para concessão de registro e/ou porte de arma de fogo. | R$ 151,37 | R$ 252,28 | R$ 353,19 |

Fonte: Conselho Federal de Psicologia

No Brasil, não há histórico de crimes de massa com a utilização de armas, ao contrário de outros países. Portando, a medida de aplicação de exame de aptidão psicológica para a compra de arma de fogo é descabida e inconstitucional.

A aplicação do exame de aptidão para a aquisição do bem é fator cerceador e discriminatório, pois afasta a possibilidade de aquisição de bem jurídico exposto ao comércio.

Ademais, é nítido o caráter cerceador, pois o candidato após a sua avaliação, não tem acesso ao resultado, devendo este ser encaminhado direto à Polícia Federal. O candidato, em sede de Polícia Federal – SINARM – só toma conhecimento se está "apto" ou "inapto", desconhecendo as considerações profissionais de sua avaliação.

*"Resolução CFP nº 018/2008*

*Art. 6º - É de responsabilidade do psicólogo encaminhar o resultado da avaliação ao solicitante, mediante protocolo de recebimento, bem como garantir a devolutiva do candidato."*

A relação "médico/paciente" foi deteriorada pelo mercantilismo, mostrando-se que a avaliação psicológica do candidato à compra de uma arma é mais um estágio no longo caminho de quem quer adquirir uma arma de forma lícita.

A arma é um bem como outro qualquer! Descabendo a aplicabilidade de exame de aptidão psicológica para a sua compra, assim como para se comprar um carro, um *jet ski* ou qualquer outro bem.

Superada a compra, o indivíduo deve continuar enfrentando a questão. O registro da arma possui a validade de três anos e, após este período, deverá iniciar o processo de renovação, pelo qual deverá ser submetido a novo exame de aptidão psicológica. Se o registro da arma não for renovado, fica o proprietário passível de enquadramento no crime de posse ilegal de arma (art. 12 da Lei 10.826/03), sujeito à pena de detenção de 1 a 3 anos.

Portando, o ato jurídico perfeito é violado, a partir do momento em que o comprador de uma arma nunca terá a propriedade do bem. Estando o comprador sob a iminência de se tornar criminoso a cada triênio, ficando vulnerável por ter optado por um negócio lícito.

Por outro lado, não existe instrumento legal de confisco. Se o possuidor de uma arma, devidamente registrada e submetida às avaliações necessárias, não revalidar o registro da arma, não pode ter o bem confiscado pelo Estado. Mas o Estado pode prendê-lo por estar cometendo um crime, logo, apreenderá a arma.

Considerando que o proprietário não reúna as condições necessárias para ser aprovado em teste de aptidão psicológica, no momento de renovação do registro da arma, e seja considerado *inapto*, não há instrumento legal para apreender a arma, muito menos de imputar autoria de crime ao proprietário da arma. Esta é a realidade!

A introdução do teste de aptidão psicológica, no ordenamento jurídico brasileiro, como requisito necessário à compra de arma de fogo, inviabiliza o negócio jurídico perfeito, expondo o cidadão brasileiro ao crime secundário, concluindo-se que a opção pela compra lícita de arma pode gerar um risco eterno ao cidadão de bem.

## 4. CONCLUSÕES

O Brasil se rendeu aos ditames internacionais e aderiu às determinações da ONU, violando diariamente o ordenamento jurídico, a fim de adequar as necessidades e compromissos internacionais às normas de controle, fiscalização e criminalização da compra, do uso e do porte de arma de fogo.

A avaliação de aptidão psicológica é um fator distanciador do adquirente de boa-fé e o bem jurídico comercializado, cerceando-lhe o direito à legítima defesa.

Com todo o respeito à ciência e aos profissionais que militam nesta área, com este tipo de exame não é possível avaliar as condições de estabilidade do ser humano, e em sendo, não é possível vincular a responsabilização do psicólogo sobre erro, falha ou fraude na avaliação do indivíduo que almeja a compra lícita de uma arma.

Os dados apresentados comprovam que a violência não diminuiu, em função das restrições impostas à posse e ao porte de arma. Ademais, nos trazem a reflexão que o volume de indivíduos que se suicidam optam pela a arma de fogo, levando a crer que a avaliação psicológica está fadada ao insucesso.

Esta etapa é cara e, muitas das vezes, equivale a ¼ do valor do bem almejado. É descabida, porque viola os princípios constitucionais de propriedade. É desprovida de ética, porque a relação profissional não é com o paciente avaliado e sim com o Estado.

Descabe o exame, pois condutas similares previstas no ordenamento jurídico civil, não são providas de zelo similar, nos levando a crer que a conduta é meramente impeditiva de direito, violando o ato jurídico perfeito e o direito adquirido.

Ademais, os possuidores de boa-fé, considerados inaptos na renovação do triênio, não podem ser punidos criminalmente e muito menos, o Estado pode confiscar o seu bem.

Contudo, os possuidores de boa-fé que não se submeterem ao processo de renovação (mesmas regras para a aquisição), estão passíveis de infringir a lei penal (art. 12 da Lei 10.826/03) e serem punidos com reclusão e terem o seu bem (arma) apreendido.

É o Estado contra a sua Nação!

*O autor é Advogado, especialista em Direito Penal e Segurança Pública e pós-graduado em Direito e Processo Penal pela UCAM/RJ.*

# Desastre Financeiro e Fiscal

*Paulo Nogueira Batista Júnior*

Se eu tivesse que apontar uma, e apenas uma, causa da crise atual, eu diria, sem vacilar: a hipertrofia do sistema financeiro. Nas décadas recentes, houve um crescimento explosivo das transações financeiras e dos fluxos de capital. O sistema financeiro se sofisticou de maneira extraordinária. Em parte por preconceitos ideológicos, a regulação e a supervisão não acompanharam.

O sistema privado passou a funcionar livre e solto, em larga medida isento de controles governamentais.

Em consequência, criou-se um monstro. O poder econômico e político dos bancos agigantou-se. Governos, parlamentos, imprensa, economistas - todos sofreram a influência avassaladora da turma da bufunfa. Ser banqueiro era o ápice do prestígio e da glória.

O sucesso subiu à cabeça. Os excessos cometidos nos mercados financeiros dos Estados Unidos e da Europa foram estarrecedores .

Quando os mercados entraram em colapso, a partir de meados de 2007, foi um Deus nos acuda. Instalou-se uma recessão medonha com impactos no mundo inteiro.

Coube então ao Estado socorrer o sistema financeiro e combater a recessão induzida pelo colapso dos fluxos de crédito. O FMI divulgou recentemente uma avaliação das implicações fiscais da crise econômica e financeira. Para os países desenvolvidos, os números são impressionantes.

Os governos e bancos centrais vêm socorrendo o setor financeiro de várias maneiras: injetando capital, comprando ativos, realizando operações de empréstimo e garantindo depósitos e outras obrigações.

Nem todas essas operações têm impacto imediato sobre as necessidades de financiamento do governo. Além disso, uma parte dos recursos pode ser recuperada com a revenda posterior de ativos e o retorno de empréstimos. Mas a magnitude da intervenção é monumental.

Nos Estados Unidos, a injeção de capital representou 4,6% do PIB; a compra de ativos e empréstimos pelo Tesouro, 2,3% do PIB; a provisão de liquidez e outras medidas de apoio do Banco Central, 42,6% do PIB; as garantias, 31,4% do PIB (exclusive garantias proporcionadas por agências de seguro de depósitos).

Montante total do apoio ao setor financeiro: 81% do PIB! Para a Alemanha e o Japão, a conta total chegou a 22,2% do PIB, segundo as estimativas do FMI. No Reino Unido, a 81,6% do PIB. Na Suécia, a 69,7% do PIB.

O quadro é muito menos grave nos países em desenvolvimento.

No Brasil, por exemplo, o apoio total representou 1,5% do PIB, exclusivamente sob a forma de provisão de liquidez e outras medidas de apoio do Banco Central.

No mundo desenvolvido, entretanto, a crise produziu um verdadeiro desastre. As contas públicas estão sendo afetadas não apenas pelas medidas de socorro aos bancos e outros intermediários, mas também pela recessão decorrente do colapso da especulação financeira.

Além disso, o risco de que a recessão se transformasse em uma depressão levou os governos a adotar pacotes de estímulo fiscal, com efeito adicional sobre o déficit governamental. Nos Estados Unidos e no Reino Unido, o déficit do setor público deve ficar acima de 13% em 2009.

Em resumo, a plutocracia financeira deixou uma conta astronômica.

Pode-se dizer que nunca tão poucos provocaram tanto estrago em tantos países. Como diria Nelson Rodrigues, os bufunfeiros deveriam estar sendo caçados a pauladas, feito ratazanas prenhes.

Apesar de tudo, a turma resiste.

O sistema financeiro ainda tem poder para bloquear e retardar medidas corretivas, como mostra a relativa timidez das propostas de regulação e reforma do sistema financeiro apresentadas até agora nos Estados Unidos e na Europa.

*O autor é economista e diretor-executivo pelo Brasil e mais oito países no Fundo Monetário Internacional*

# A Estratégia Nacional de Defesa e a Indústria de Material Bélico: o Poder Nacional e a Segurança da Nação Brasileira

*Mauro Barbosa Siqueira*

## INTRODUÇÃO

*"Um estadista pensa na próxima geração, enquanto que o político pensa na próxima eleição".*

*Churchill*

A citação que enceta esta parte introdutória foi retirada de uma obra, que se perfaz muito relevante e atualíssima, da lavra do Brigadeiro Engenheiro Tércio Pacitti, o qual salienta, no capítulo referente às "Estratégias Nacionais", a atuação do Presidente da França, durante a Segunda Grande Guerra, cuja perspicácia como homem público, segundo o autor, não foi muito observada, tampouco comentada: "Charles De Gaulle foi um Estadista. Plantou para o futuro quando ele mesmo, não mais poderia colher os frutos. Mas a França os colheu.".[1]

A trigésima edição de "Ideias em Destaque" brindou os leitores da Comunidade Aeronáutica Brasileira com três artigos acerca da Estratégia Nacional de Defesa (END)[2]. Obter acesso, ler, reler, assimilar, interpretar e analisar assunto tão recente, no âmbito dos estudos estratégicos brasileiros, requer conhecimento, além de capacidade reflexiva e contemplativa.

Por sua vez, a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) promoverá, na Universidade Estadual de Londrina (UEL), no Paraná, o seu Terceiro Encontro Nacional, que abarcará

1. *PACITTI, Tércio. Do Fortran... à Internet: construindo o futuro através da educação. São Paulo; Pioneira Thomson Learning, 2003, p. 412, 3. ed.*
2. *Os ensaios referem-se, essencialmente à última edição referenciada, aos articulistas: Roberto Gama e Silva; Marcelo Hecksher; e Luiz Eduardo Rocha Paiva. A edição anterior a essa trouxe outra notória contribuição.*

esferas múltiplas. A temática central desse Encontro[3], o qual será efetivado entre os dias 28 e 31 de julho do corrente ano, focalizará "**A Estratégia Nacional de Defesa**".

Acredita-se, dessa forma, proporcionar a revelação de alguns elementos pouco abordados neste periódico, até então, concernentes à Estratégia Nacional de Defesa.

Este modesto trabalho apoia-se na honestidade de propósito e no desejo de refletir um anseio da vontade nacional: o Brasil potência econômico-militar e independente de ajuda externa na construção de plataformas d'armas, alheio ao cerceamento em termos de tecnologia de ponta e de inovações tecnológicas e apto ao aprimoramento de seu capital intelectual oriundo das esferas acadêmicas e dos centros de excelência das Forças Armadas Brasileiras.

## SÚMULA HISTÓRICA: UMA ANÁLISE SUCINTA DA "ERA DOS EXTREMOS"

Ao se inserir no campo das Relações Internacionais (RI), pode-se efetuar duas escolhas, diametralmente opostas, que se constituem como elementares: o Realismo Político e o Idealismo (Internacionalismo Liberal ou Liberalismo Utópico). Há outras opções no Institucionalismo, na Escola Inglesa (ou da Organização Internacional), etc. Em face da profundidade colimada neste ensaio, optou-se por delimitá-lo, *a priori*, apenas à visão realista.

Conforme Eric Hobsbawm postula, na fascinante obra intitulada "Era dos Extremos"[4], o "breve século XX", que o autor delimita entre

3. *O Terceiro Encontro Nacional da ABED perfaz-se-á por quatro conferências, quatro mesas redondas, uma sessão temática especial e dezenove sessões de comunicações temáticas, mobilizando ativamente 118 participantes. O número de trabalhos selecionados foi de 96 propostos por professores, pesquisadores e alunos de pós-graduação de 35 instituições, como, por exemplo, as seguintes: Academia da Força Aérea, Escola de Administração do Exército, Escola Superior de Guerra, Departamento do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, UC - Universidade de Coimbra (Portugal), École de Hautes Études en Sciences Sociales (França), etc.2. Os ensaios referem-se, essencialmente à última edição referenciada, aos articulistas: Roberto Gama e Silva; Marcelo Hecksher; e Luiz Eduardo Rocha Paiva. A edição anterior a essa trouxe outra notória contribuição.*
4. *HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, passim.*

1914 e 1991, foi extremado. Essa centena de anos teve sua historicidade e as calamidades, que viriam a se configurar, amalgamadas sob a égide da carnificina de conflitos armados, de catástrofes, de incertezas e de crises econômicas.

Na visão do historiador estadunidense Geoffrey Blainey[5], a "Primeira Guerra Mundial foi iniciada acreditando-se que a guerra em si, ainda, era a solução mais rápida e eficiente para os problemas. Ambos os lados esperavam vencer [...] uma vez que a tecnologia militar parecia muito mais decisiva do que antes". Ademais, a guerra é arte, mas é, também, ciência.

Santos[6] salienta uma breve lembrança do alvorecer do século XX: "da Primeira Guerra Mundial resultou a Revolução Russa e a queda definitiva das monarquias da Europa Central".

Blainey afirma sobre essa famosa Revolução de 1917 que "com várias novas usinas elétricas, fábricas e minas, Stalin[7] conseguiu converter a Rússia em uma potência industrial".[8]

Segundo o professor Theotonio, "às vésperas da II Guerra Mundial, durante a década de 30 a intervenção estatal aumentou ainda mais em consequência da crise de 1929".[9]

A Segunda Grande Guerra foi precedida, em 1929, por uma crise econômica sem precedentes. A década de trinta do século passado foi marcada pelo desemprego e pela agitação social nos países democráticos. Nos países desenvolvidos, predominou a visão de que os mesmos problemas poderiam ocorrer ao término daquele conflito armado de magnificência mundial. Acreditava-se que a Guerra teria interrompido a depressão econômica de 29, por causa da mobilização de recursos

---

5. *BLAINEY, Geoffrey. Uma breve história do mundo. São Paulo: Fundamento, 2008, p. 298.*
6. *SANTOS, Theotonio dos. Do terror à esperança: auge e declínio do neoliberalismo. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2004, p. 96. Theotonio dos Santos é professor titular da UFF, autor de 38 livros e co-autor de 78 obras.*
7. *De acordo com esse historiador, "Joseph Stalin não era o nome verdadeiro do governante da Rússia. [...] assumiu o nome de Stalin, que significava 'homem de aço', logo após a revolução vitoriosa de 1917."*
8. *BLAINEY, op. cit. , p. 306.*
9. *SANTOS, loc. cit.*

que impunha, mas os problemas que deram origem à depressão não viriam a ser totalmente resolvidos.

O fim da Segunda Guerra poderia trazer a paz e ter, ao mesmo tempo, outro efeito menos salutar: o desemprego e os conflitos sociais de novo. Era capital desvendar novas formas de organização social que rompessem a ligação entre depressão na economia e Conflito Armado Mundial. A adoção de medidas industriais, pelos Estados Unidos, a fim de ampliar o poder de combate perante os países do Eixo, também, foram sem precedentes. O esforço de guerra norte-americano transpôs limites de capacidade normal, em tempo de paz, e redundou na ultrapassagem da produção da máquina de guerra alemã (em dobro segundo certos autores).

No Brasil, a origem do atual Comando da Aeronáutica remonta à fase mediana da Segunda Guerra Mundial, em 1941, quando surgiu a necessidade de estabelecer uma Força Aérea Brasileira independente. Nesse ínterim, não havia no Brasil um complexo industrial que gerasse produção em massa de instrumentos bélicos, tampouco de armamentos de última geração. Dependia-se, basicamente, dos Estados Unidos[10], que venderam, logo após findo o conflito mundial em 1945, aeronaves à Força Aérea Brasileira. Esse fato geraria uma premente necessidade, que foi visualizada pelo Primeiro Ministro da Aeronáutica: Salgado Filho.

Fazia-se mister a implantação de um Centro Técnico de Aeronáutica próprio (com meios materiais e humanos bem articulados) e pertencente a algum ministério do governo nacional brasileiro. A partir dessa intenção governamental, o Ministro soube definir objetivos e alinhavar atribuições, visando sempre à consecução dos propósitos maiores da nossa Nação.

Durante o ano de 1941, tanto o Ministro Salgado Filho quanto o Contra-Almirante Armando Figueira Trompowsky de Almeida (Diretor de Aeronáutica Naval) tinham, pessoalmente, plena convicção

---

*10. Houve um repasse referente à entrega de aviões americanos ao Brasil, depois de terminada a guerra na Europa. Esses aviões não foram doados, mas adquiridos por força de contrato e por força de lei, especificado na Lend & Lease Act e devidamente pagos pelo Governo Brasileiro. Para detalhes, queira ver, e. g., FROTA, Guilherme de Andrea. Quinhentos anos de História do Brasil. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2000, p. 643.*

de que, para se desincumbir de sua atribuição mista, civil e militar, o Ministério da Aeronáutica dependeria, essencialmente, dos modernos avanços e do desenvolvimento da tecnologia aeronáutica no País. Na precisa apreciação de Salgado Filho, o órgão apropriado para executar um programa de desenvolvimento científico e tecnológico, dentro do Ministério da Aeronáutica, seria, em princípio, a Diretoria de Tecnologia Aeronáutica (DTA). No entanto, faltava, ainda, o fomento à Indústria de Defesa Nacional. Nesse bojo histórico, foi realizada a Conferência de *Bretton Woods*, concomitantemente, no momento em que os destinos das duas alianças, a das Nações Unidas e a do Eixo Fascista, já estavam praticamente definidos. O objetivo dessa conferência era criar normas e instituições formais de ordenação de um sistema monetário internacional e definir regras comuns de comportamento para os países participantes. Esses poderiam, por um lado, contribuir para que suas respectivas alianças atingissem níveis sustentados de prosperidade econômica.

Em contrapartida, que os países pertencentes a essas alianças abdicassem de, no mínimo, parte da sua soberania, na tomada de decisões sobre políticas domésticas, para se subordinar ao objetivo comum de conquista da estabilidade macroeconômica.

No Pós-Guerra, a nação que auferiu mais lucros com a liberdade de comércio foram os Estados Unidos. Por sua vez, os EUA tentaram questionar os arranjos imperiais britânicos, no "grande tabuleiro mundial". E, basicamente, tratavam-se das preferências comerciais.

Emergem questionamentos desse contexto: como se perfaz a relação biunívoca entre desenvolvimento econômico nacional e fortalecimento da Indústria de Defesa; como medir a maximização do Poder Nacional (este como um suporte à concretização de estratégias nacionais); e como mensurar esses valores qualitativa e quantitativamente frente às ameaças?

## QUESTÕES CONCEITUAIS E REFLEXÕES ACERCA DO PODER

No que tange à questão central deste estudo, esclarecer significados ou expor ideias acerca do poder não clarificam seus atributos essenciais e não esgotam suas incontestáveis e múltiplas conotações. Na fiel

dependência de definida área do conhecimento que se objeta, pode-se incorrer em equívoco primário, na tentativa de uniformizar uma definição de poder.

Em sua acepção mais genérica, o poder significa, na análise de Bobbio[11], "a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos". Ademais, o poder abarca desde processos naturais até fenômenos político-sociais e, de artefatos a homens.

Na visão da Escola Superior de Guerra[12], o poder personifica-se pela:

"*Conjugação interdependente de vontades e de meios, que visam ao alcance de uma finalidade. A vontade, por ser um elemento imprescindível à manifestação do Poder, torna-o um fenômeno essencialmente humano, característico de um indivíduo ou de qualquer grupamento de indivíduos".*

A vontade nacional não é, meramente, a vontade de indivíduos ou de coletividades não representativas do hodierno Estado Brasileiro. Essa vontade nacional deve ser unívoca e se encontrar aliada à capacidade de converter homens e meios do potencial em Poder Nacional.

Para Russell[13], "o poder pode ser definido como a produção dos resultados pretendidos. É, pois, um conceito quantitativo". Então, o poder pode ser mensurado.

Bobbio encerra uma maneira de se medir o poder por meio de "determinar as diversas dimensões que pode ter o comportamento em causa".[14]

Norberto Bobbio[15] acusa, sucintamente, que o poder possui o caráter do dimensionamento, do qual proveem a sua aplicação à realidade de uma sociedade multifacetada e, por conseguinte, se denota a existência de relações de poder.

---

*11. BOBBIO, Norberto. Poder. In: BOBBIO, N.; MATTUECCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de política. Brasília: Universidade de Brasília, 2007, p. 933.*
*12. BRASIL. Escola Superior de Guerra. Manual básico. Rio de Janeiro, 2006, v. I, p. 21.*
*13. RUSSELL, Bertrand. O poder: uma nova análise social. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 24.8. BLAINEY, op. cit. , p. 306.*
*14. BOBBIO, 2007, p. 940.*
*15. Ibid., p. 939-940.*

Em *Economia e sociedade*, clássico das ciências sociais, Max Weber[16] diz que o termo poder é conceito "sociologicamente amorfo" e designa "toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade". Às vezes, também pode ser denominado, de "o caráter antagônico das relações de poder"[17].Qual é o verificador próprio do poder? Quando se associa ao seu objeto-fim? Pode possuir sempre um desígnio e ser produto de uma vontade? Seria randômico, aleatório?

Consequentemente, emerge a reflexão de que o poder tem caráter dialético.

Clausewitz definiu a guerra como uma dialética de vontades (na qual haveria notória contraposição de quereres). Seria, então, um antagonismo entre dois oponentes com objetivos contrários, apesar de comuns, pois ambos visam à vitória – derrotar o inimigo. Sob essa ótica, o "Da Guerra" é uma clarificadora contribuição, no campo dos estudos estratégicos, onde se aspira à preocupação intrínseca com o fenômeno do bélico. Na esfera da estratégia militar, concebe-se a possibilidade do emprego de força bruta para o atendimento dos fins políticos.

Este estudo referencia-se na teoria de guerra clausewitziana, cuja definição do acontecimento bélico trouxe luz à ótica de que "a guerra não é meramente um ato político, mas um verdadeiro instrumento da política, a continuação das relações políticas, levadas adiante com o intercurso de outros meios"[18].

Por um enfoque conceitual, Bobbio[19] assevera que "a área do conhecimento na qual o poder incorpora seu papel mais importante é a da política".

---

16. WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 33.*
17. *BOBBIO, op. cit., p. 940.*
18. *CLAUSEWITZ, Carl von. On war. Peter Paret e Michael Howard. 8th ed. New York: Princeton University Press, 1984, p. 87.*
19. *BOBBIO, op. cit., p. 940.*

Darc Costa[20] fornece conceitos atinentes à política, à estratégia e ao poder:

"*Política, estratégia e poder estão sempre conjugadas em qualquer ação humana. A política é a arte de estabelecer objetivos. A estratégia é a arte de se empregar o poder para se alcançar os objetivos colocados pela política. O poder é a conjunção dos meios que se dispõe para se atingir os objetivos. O poder não é senão uma forte influência. Uma influência tão vigorosa, que aquele sobre a qual ela se aplica, comporta-se da maneira desejada por quem a aplicou. Uma demonstração de poder visa a convencer os adversários, de não ser possível eles impedirem aquele (sic) que o demonstrou, de alcançar seus objetivos*[21]*".*

Se o poder retrata a revelação de um grupo e, por si só, constitui-se numa unívoca combinação de partes coordenadas para formar um conjunto, então, pode-se admitir que haja uma divisão, nesse poder, para fins da análise dos efeitos advindos de seu efetivo emprego em escalas diversas da sociedade, entendido, neste ensaio, como um todo unívoco e indivisível.

Segundo Luciano Gruppi, a vontade nacional impulsiona o povo à implantação e à manutenção da sobrevivência do ente político estatal:

"*A Nação recomenda, ao se organizar politicamente, um modo de condensar, propagar, empregar e concentrar o seu poder de maneira mais eficaz, mediante a criação de uma macroinstituição ímpar – o Estado – a quem delega a faculdade de instituir e pôr em execução o processo político-jurídico, a coordenação da vontade coletiva e a aplicação de parte substancial de seu poder político".*

Decerto, Morgenthau[22] percebe um "jogo de interesses entre os Estados" em termos de ânsia por poder. A luta pelo e para o poder, no âmbito da "Sociedade Internacional Anárquica"[23], envolveria a busca pela designada hegemonia mundial. À semelhança, Mearsheimer[24], cita

---

20. *COSTA, Darc. Guerra Assimétrica. Escola Superior de Guerra. Cadernos de estudos estratégicos. Rio de Janeiro, p. 99-164, abril, 2002, p. 100.*
21. *GRUPPI, Luciano. Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado de Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM, 1980, p. 7.*
22. *MORGENTHAU, Hans. A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003, 1. ed. 1948. Parte II, cap. 3; p. 49.*
23. *BULL, Hedley. A Sociedade Anárquica. Brasília: Universidade de Brasília-UnB, 2002.*
24. *MEARSHEIMER, John. The tragedy of great power politics. New York: W. W. Norton & Company, 2001.*

que, "na busca por mais poder", uma grande potência "defenderá o equilíbrio de poder em seu favor" e que grandes potências estão, de certa forma, "sempre preparadas para a ofensiva". Essa concatenação de ideias que advém desses dois renomados autores das Relações Internacionais demonstra um notório fomento à disputa pelo poder.

Por sua vez, Gruppi[25] incorpora, no início de seu livro, uma importada definição de Estado, que se coaduna com o ponto focal deste estudo:

Na Enciclopédia Treccani se lê: "*Com a palavra Estado, indica-se modernamente a maior organização política que a humanidade conhece; ela se refere quer ao complexo territorial e demográfico sobre o qual se exerce a dominação (isto é, o poder político), quer à relação de coexistência e de coesão das leis e dos órgãos que dominam sobre esse complexo*".

O poder militar constitui-se em uma das subdivisões do poder e costuma ser chamado de Expressão Militar[26] do Poder Nacional e, ele mesmo, pode ser dividido.

As teorias dos Poderes Terrestre, Naval e Aéreo, como elementos constitutivos do Poder Militar de um Estado, somente constituem foco central da Política quando tratam dos aspectos geoestratégicos desses poderes. Essa foi a acepção idealizada por Mahan e Corbett para o Poder Naval; incontáveis geopolíticos para o Poder Terrestre, *e.g.*, Ratzel, Mackinder, Haushofer, Spykman; e por Douhet, Trenchard, Mitchell e Seversky para o Poder Aéreo.

Portanto, os instrumentos bélicos encontram-se a serviço do Poder Político, quando esse opta pelo uso da violência ou "força organizada", a qual é sinônimo de força armada.

## BASE INDUSTRIAL DE DEFESA: UMA DAS VERTENTES CAPITAIS DA END

Atualmente, pode-se observar, com veemência, a existência de nações (e de estados) que se utilizam de uma combinação entre Sistema Governamental (aqui entendidos os três poderes constitucionais), Forças

*25. GRUPPI, 1980, p. 7.*
*26. BRASIL, 2006, p. 27.*

Armadas e grandes complexos empresariais de indústrias, como subsídio para se estabelecer o devido fomento à Indústria Nacional de Defesa.

Esse modelo de agrupamento pode tender, necessariamente, à busca do equilíbrio entre a exclusiva compra no exterior e a nacionalização completa de artefatos e plataformas d'armas. Esses múltiplos setores formadores do complexo industrial devem dispor da vontade política, a fim de adquirir tecnologias, até então inéditas, àqueles países e com o intuito de fortalecer o Poder Militar e, consequentemente, o Poder Nacional como um todo unívoco.

O jogo de poder entre os estados e a maximização dos interesses nacionais são explorados em obras como "A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz", de Hans Morgenthau, "The Tragedy of Great Power Politics", de John Mearsheimer, "A Sociedade Anárquica", de Hedley Bull, "Os Vinte Anos de Crise: 1919-1939" de Edward H. Carr, etc.

Sob esse aspecto, o realista neoclássico Hans Morgenthau[27] assevera, no capítulo IX – Elementos de Poder Nacional, que a capacidade industrial é uma fonte de poder.

Por sua vez, ao citar o W*elfare State*, Santos[28] assegura que "a crise de 1929 demonstrou os limites finais dos sistemas de regulação econômica sob intervenção crescente do Estado. Esta intervenção começou a ser considerada uma obrigação do Estado de Bem-Estar".

Com essa configuração de cidadania e de sociedade civil, modificada abruptamente, novas responsabilidades do Estado se transformaram em verdadeiras inovações sociais: "surgiram novos direitos sociais que passaram a responsabilizar o Estado pelo pleno emprego, pela educação até o nível universitário, pelo crescimento econômico e pela inovação tecnológica [...] pelos transportes, a habitação e toda a infraestrutura urbana e suburbana".[29]

---

*27. MORGENTHAU, Hans J. A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Editora da UnB: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: IPRI, 2003, p. 215 et seq.*

*28. SANTOS, op. cit., p. 96. Em "A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional", Rio de Janeiro: Zahar, 1982, Herbert Marcuse afirma, à página 62, que "as perspectivas de contenção da transformação, oferecidas pela política de racionalidade tecnológica, dependem das perspectivas do Estado de Bem-Estar Social".*

*29. SANTOS, loc. cit.*

Diante dessas multidisciplinares atribuições do Estado, e contando com significativa experiência na busca da nacionalização dos seus equipamentos, o ainda Ministério da Aeronáutica aprovou a sua Política de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica, a qual estabelecia uma concepção estratégica para esses setores, os objetivos a atingir e os agentes responsáveis pelo gerenciamento dessa política em tela.

A Política de Defesa Nacional (PDN)[30] de 1996 foi outra norma significante para o fortalecimento da **Base Industrial de Defesa** (BID) no Brasil. Esse documento definiu como necessidade premente do País, o fortalecimento equilibrado da capacitação nacional no campo da Defesa, com o envolvimento dos setores industrial, universitário e técnico-científico, para se obter maior autonomia e melhor capacitação operacional das Forças Armadas.

A inédita END ratifica essa tendência, vislumbrada desde 1996, ao dispor que: "a reestruturação da indústria brasileira de material de defesa tem como propósito assegurar que o atendimento das necessidades de equipamento das Forças Armadas apóie-se em tecnologias sob domínio nacional.".[31] Portanto, pode-se interpretar que o fomento à importante área das indústrias de material bélico deverá ser uma Política do Estado Brasileiro.

A PDN em vigor replica essas diretrizes: "o desenvolvimento da indústria de defesa, incluindo o domínio de tecnologias de uso dual, é fundamental para alcançar o abastecimento seguro e previsível de materiais e serviços de defesa".[32]

---

30. *Elaborada pela Presidência da República, em 1996, aquela PDN não mais vige, pois foi revogada e atualizada em julho de 2005 (a nova PND já foi sancionada oficialmente). Saliente-se que a PDN de 1996 corroborava com a Política de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica estabelecida pela Aeronáutica em 1991.*
31. *BRASIL. Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br>. Acesso em: 23 jun 2009. Aprovada pelo Decreto Nº 6.703, de 18/dez/2008.*
32. *BRASIL. Presidência da República. Decreto Nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Brasília, 2005.*

## EPÍLOGO

Estima-se ter alcançado o capital objetivo deste ensaio, que se perfez em um sucinto retrospecto sobre questões afetas à Defesa Nacional e às ações implementadas pelo atual governo ao editar a Estratégia Nacional de Defesa (END). Fundamentalmente, foi o de evidenciar os fatos mais significantes sobre a contemporânea e, com expressão, inédita END. Essencialmente, no que tange à concretização de um dos três eixos estruturantes dessa Estratégia: "reorganização das Forças Armadas, **reestruturação da indústria brasileira de material de defesa** e política de composição dos efetivos das Forças Armadas".

Ao traçar novos horizontes à indústria de material bélico, a END impõe, analogamente, aos integrantes das Forças Armadas Brasileiras, aos cientistas e aos empresários desse setor a elaboração de estratégias eficazes à atuação num "estado-mercado" cada vez mais mercantil. Ademais, observa-se no bojo da END, nitidamente, o intuito de transformar as forças militares, por intermédio de ações estratégicas e de capacidades operacionais a serem adquiridas. Essa concepção prospectiva visa a preparar as forças armadas para cumprirem eficientemente sua destinação constitucional. Apenso a isso, o anseio de abarcar o engajamento de toda a Nação Brasileira nos temas afetos à Defesa Nacional. Em particular, os setores que, por essência, se comunicam com a área de defesa; de sobrepujar questões culturais e conceder "mais peso" ao Ministério da Defesa nas decisões da mais alta instância governamental no núcleo decisório do estado; de amplificar a competência legalmente atribuída ao MD de "escalão superior" às forças armadas; e de majorar e sedimentar uma real integração das três forças armadas, rumo à total interoperabilidade, consolidando-a nos campos operacional, doutrinário, científico-tecnológico, no ensino, na inteligência e na área logística.

Desafortunadamente, a Estratégia Nacional de Defesa encontra-se permeada por ambiguidades e equívocos. O legislador penetra na esfera da Política de Defesa Nacional, insere-se às vezes no nível operacional e, até mesmo, navega nos campos doutrinário e tático.

Entretanto, deve-se perseverar na certeza de que as correções advirão, na edição da END publicada vindouramente, a fim de que a fé do povo brasileiro permaneça incólume.

Por outro lado, este breve estudo não se apoia só na END. O pensamento de teóricos e estudiosos dos estudos estratégicos e de relações internacionais permearam, superficialmente, os elementos constituintes do artigo, na busca de uma maior aproximação à realidade hodierna.

Para Clausewitz "a guerra é continuação da política, por outros meios" e os conflitos ocorridos, desde os primórdios da existência humana, parecem confirmar essa assertiva. De fato, a diplomacia tem limitações intrínsecas à sua essência. Pertence ao escopo de uma política externa dependente de variáveis, que, por vezes, fogem ao controle dos estados. E, não raro, esbarra em interesses julgados inalienáveis, quando estão em jogo os objetivos nacionais fundamentais das nações que dialogam na mesa de negociações internacional.

Enfim, pode-se indagar sobre com qual figura se assemelharia o Estado Brasileiro? Há uma visão coerente no ensinamento de Thomas Hobbes (que é enumerado por autores de teoria das RI como um realista clássico): "por arte se cria aquele grande Leviatã chamado República ou Estado – (em latim Civitas) que não passa de um homem artificial". E caberia, precipuamente, a esse "Deus-mortal" zelar pela paz social e reconduzir os homens (a Humanidade) de um belicoso "estado da natureza" para a condição de suprema segurança.

*O autor é Tenente-Coronel-Aviador; Mestre em Ciência Política e Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente exerce a função de Adjunto do Chefe do Centro de Estudos Estratégicos da Universidade da Força Aérea.*

# O Colapso mundial e o Brasil

*Marcos Coimbra*

A "marolinha" transformou-se em um tsunami com graves consequências para a toda a economia mundial e, como não poderia deixar de ser, também em nosso País.

Vamos apreciar o tema, analisando alguns aspectos significativos. De início, destacamos como pontos positivos:

1 – Taxa de inflação decrescente, em função da queda da demanda global, no curto prazo, existindo a possibilidade de reversão da tendência, em função das eleições de 2010;

2 – Possibilidade de redução de uma das três maiores taxas reais de juros do mundo;

3 – Relação dívida/PIB em declínio, apesar de ainda ser cerca de 36% do PIB. Na realidade, temos uma dívida interna de R$ 1,602 trilhão e uma dívida externa de US$ 267 bilhões (jan/2009);

4 – Elevado nível de depósitos compulsórios, podendo ser diminuído;

5 – Reservas internacionais de cerca de US$ 205 bilhões e "*swap*" de US$ 30 bilhões do FED;

6 – Compromisso de executar política fiscal de ajuda à política monetária;

7 – Recuperação da linha branca e de eletroeletrônicos em virtude de programas de governo;

8 – Renda e massa salarial ainda pouco afetadas;

9 – Possibilidade de recuperação de exportação no setor de mineração;

10 – Pacote da Construção civil, caso seja de fato executado;

11 – Aumento expressivo do salário mínimo garante um aumento de renda para camadas pobres, como dois terços dos beneficiários do INSS;

12 – Déficit nominal de 1,53% do PIB em 2008 e de 2% no momento.

Porém, como pontos negativos, identificamos:

1 – Alto nível de compromissos fiscais assumidos em gastos recorrentes de pessoal e custeio. Ex.: Crescimento de 57% no número de servidores da PR em relação à administração anterior (3.431 servidores); custo total da despesa de pessoal da União passou a ser de R$ 144,5 bilhões em 2008 (aumento real de 26,25% em relação a 2002); elevação em 27% dos gastos com pessoal no 1º trimestre de 2009, comparando com o mesmo período de 2008 (R$ 40,9 bilhões);

2 – Queda na arrecadação inerente à desaceleração;

3 – Ambos os itens acima restringiram o escopo da ação fiscal;

4 – Aumento contínuo da taxa de desemprego (15 % - DIEESE, abr/2009);

5 – Bacen atua sempre atrasado e em doses homeopáticas;

6 – Crise provoca o retorno de parte das pessoas que obtiveram ascensão social para sua condição anterior;

7 – Prazos dos empréstimos em especial no setor produtivo muito baixos;

8 – Confiança dos consumidores e empresários abalada;

9 – Nível de emprego se recupera de forma lenta;

10 – Forte redução de estoques ainda pode levar a desemprego e menos renda;

11 – Quedas expressivas na produção industrial;

12 – Dificuldade de pequenas e médias empresas terem acesso a crédito;

13 – Necessidade de reformas estruturais;

14 – Cenário global continua ruim e deve demorar a melhorar, reduzindo a demanda pelos produtos exportados pelo País ("commodities"), sendo o País ainda vulnerável às oscilações nos ciclos de créditos;

15 – Queda de cerca de R$ 25 bilhões na arrecadação federal e de R$ 60 bilhões na demanda agregada autônoma;

16 – Queda de 3,6% no PIB no último quadrimestre de 2008, e de 0,8% no 1º trimestre de 2009, caracterizando o início de um processo recessivo. A indústria brasileira, que teve queda em dezembro de 12,4% na comparação com o mês anterior, continua a operar abaixo do verificado nos mesmos períodos de tempo do ano anterior;

17 – Demora em reconhecer a crise, confundindo realidade com desejo, antecipação da disputa eleitoral de 2010, sem estratégia, sem sinal de mudanças, ao sabor das pressões de "lobbies";

18 – Inexistência de um Projeto Nacional de Desenvolvimento;

19 – Vulnerabilidades do comércio exterior brasileiro, em virtude de não termos respondido a tempo aos desafios internos:

- estrutural: ausência de política pró-ativa, visando a corrigir as barreiras internas (Custo Brasil e burocracia);

- operacional: déficits em transações correntes no balanço de pagamentos;

- exógena: efeitos das crises internacionais sobre a economia nacional, através de redução ou interrupção de linhas de crédito externos para investimentos e financiamentos; redução da demanda externa, com impacto na venda de produtos e serviços nacionais, seja em quantidade ou preço; pressão sobre a importação de mercadorias pela oferta de melhores condições de compra.

Nas demais Expressões do Poder Nacional identificamos:

1 – Deterioração das Instituições Nacionais;

2 – Executivo aparelhado partidariamente, com a máquina empenhada em alcançar a perpetuação no Poder em 2010. Não há um Projeto Nacional de Desenvolvimento, mas sim um projeto de poder;

3 – Legislativo inteiramente cooptado incapaz de exercer suas funções, sem perspectiva de reversão do quadro, principalmente devido ao instituto das medidas provisórias;

4 – Judiciário acuado com a criação do Conselho Nacional de Justiça, com conflitos permanentes entre seus diversos segmentos e até no STF;

5 – Corrupção endêmica alcançando praticamente todos os segmentos;

6 – Ausência de um candidato de oposição verdadeira aos ditames do Foro de São Paulo;

7 – Política externa lesiva aos interesses nacionais, incapaz de defender os Objetivos Nacionais Permanentes, refém da tendência de criação da URSAL no continente;

8 – Saúde pública sem integração das três esferas de administração, com superposição de funções, incapaz de atender às necessidades do povo e com privatização crescente, porém ineficaz e com altos custos;

9 – Falência na educação pública, incapaz de formação do capital humano necessário para enfrentar os desafios indispensáveis ao aproveitamento de eventuais oportunidades propiciadas pela crise mundial;

10 – Segurança pública caótica, com criação do embrião de uma "guarda nacional", sem a necessária articulação entre os inúmeros segmentos que deveriam prover as carências existentes;

11 – Falta de controle sobre a atuação das diversas ONGs, especialmente estrangeiras, disseminadas pelo País, que substituem progressivamente a ação do Estado;

12 – Ameaça de "balcanização" do País, com a criação de "quistos indígenas" e adoção de medidas racialistas, promotoras da desintegração da coesão social ainda existente;

13 – Enfraquecimento deliberado das Forças Armadas, em especial nos últimos 15 anos, com evidente prejuízo do cumprimento de suas funções constitucionais;

14 – Imposição de uma Estratégia Nacional de Defesa, sem a existência anterior de uma Política de Segurança Nacional e a devida oitiva dos profissionais da área;

15 – Insuficiente aporte de investimentos em pesquisa pura e/ou aplicada, tornando o país cada vez mais dependente da tecnologia externa;

16 – Meios de comunicação altamente comprometidos com a prática "gramscista" de tentativa de estabelecimento do pensamento único e dependentes das verbas de publicidade de órgãos governamentais;

17 – Acomodação das forças vivas da Nação, caracterizando um grave processo de anomia. Por exemplo, há quatro meses, índios da etnia tikuna têm sua própria delegacia para combater o crime na aldeia Umariaçu, a 1.105 km de Manaus. As armas usadas pelos "policiais" indígenas são palmatória, chicotes e cassetetes. Eles usam fardamento com logotipo de dois cassetetes e um facão do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), *design* e nome criados por eles mesmos. Os detidos são levados a uma prisão de 1,5 metro quadrado. O dirigente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Jecinaldo Sateré, foi a Tabatinga (AM) para reunir-se com pajés da aldeia Umariaçu.

Como sugestões para enfrentar os desafios apresentados, apontamos a necessidade de adoção das seguintes ações:

1 – Política monetária: principal responsabilidade de conduzir o esforço anticíclico, com redução de juros, liberação de parte expressiva dos compulsórios e administração de níveis de liquidez, em reais e divisas;

2 – Política fiscal: apoio à rede de proteção social e realização de vitais investimentos públicos, em especial na infra-estrutura econômico-social;

3 – Políticas diversas: recolocar a operação de mercado nos trilhos, regulando-o adequadamente; repensar o papel do Estado, com diminuição de gastos excessivos em custeio e maior destinação de recursos destinados à atividade produtiva. Ele deve ser eficiente e eficaz. Nem mínimo, nem máximo. O mais importante é a elaboração de um Plano Nacional de Desenvolvimento, contendo políticas e estratégias bem definidas, vinculadas a prazos, orçamentos e órgãos responsáveis, com cuidadosa implementação por técnicos competentes.

Nossas conclusões são:

a – O País, bem posicionado inicialmente, não escapará de uma deterioração lenta e progressiva, importada dos demais e principalmente devido à falta de ação adequada das autoridades, no momento correto;

b – A taxa de crescimento do PIB neste ano será próxima de zero.

O Brasil não é uma "ilha da fantasia". Em tese, é possível pensar um modelo de desenvolvimento econômico baseado em um mercado doméstico cuja distribuição de renda é razoável. Mas não é o nosso caso, pois ao estimular o crescimento do mercado interno, o governo tem usado crédito e assistência social, o que aumenta a renda disponível dos mais pobres, sem que a distribuição de renda seja de fato alterada. Os canais de crédito popular, na medida em que a metástase da crise global vai avançando, definham com a queda na renda ou o medo de ficar sem emprego.

Para agravar, o País tornou-se exportador sem gerar uma capacidade de inovação e modernização de sua infra-estrutura, sendo dependente de mercados externos cujo colapso é irreversível em um prazo de 2 a 5 anos.

Quais as perspectivas de reversão deste dantesco quadro? O próprio Lula elogia a existência de dois candidatos (Dilma e Serra) que representam em essência a continuidade deste perverso processo. Os outros apontados (Aécio, Ciro etc.) também são representantes do Sistema no poder. Não há um candidato sequer de oposição real capaz de impedir a continuidade da desagregação da Nação brasileira, da entrega de nosso território e recursos naturais a alienígenas e da prioridade aos rentistas ao invés do estímulo ao setor produtivo.

É vital encontrarmos um candidato capaz de representar uma opção real de ascensão ao Poder dentro do quadro sucessório de 2010.

*O autor é membro efetivo do Conselho Diretor do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES), Professor de Economia e ex-Conselheiro da Escola Superior de Guerra; autor do livro "Brasil Soberano".*

# Uma data que não pode ser esquecida

*Luiz Gonzaga Bertelli*

A data de 9 de julho evoca os acontecimentos que mobilizaram os paulistas, em 1932, em torno de uma causa nobre: a constitucionalização do país. Mas poucos sabem, nos dias de hoje, o que significou esse movimento para os que o vivenciaram de perto, nas frentes de combate ou na retaguarda.

Nas primeiras décadas republicanas, havia a famosa "política do café com leite", em que paulistas e mineiros se revezavam no poder central, cada qual simbolizado pela força de suas atividades econômicas mais importantes: a lavoura cafeeira e o gado leiteiro. As demais unidades da federação ficavam, em geral, com a vice-presidência da República.

O mandato do presidente Washington Luís, iniciado em 1926, não foi tranquilo. A crise mundial de 1929 afetava amplos setores da vida brasileira, atingindo em cheio o alicerce de nossa economia, assentada na monocultura cafeeira, e provocando índices alarmantes de desemprego. Num clima de natural insatisfação, os opositores do governo sentiram-se indignados quando Washington Luís propôs Júlio Prestes, governador paulista, como candidato à sucessão presidencial. Afinal, dentro do acordo tácito que a "política do café com leite" impunha, era a vez de Antônio Carlos, governador de Minas Gerais.

Inconformado com a situação, Antônio Carlos lançou a candidatura do governador gaúcho, Getúlio Vargas, para presidente, tendo como vice o governador da Paraíba, João Pessoa. As eleições, em março de 1930, deram a vitória a Júlio Prestes, mas foram contestadas por Vargas em violento manifesto. O assassinato de João Pessoa, em julho, serviu de pretexto para maior mobilização dos opositores. Iniciou-se um movimento militar, liderado por Getúlio Vargas, contra o governo federal, e a 3 de outubro, faltando apenas um mês para o término de seu mandato, Washington Luís foi deposto.

A Revolução de 1930, como ficou conhecido o episódio, levou Getúlio Vargas a assumir a chefia do governo provisório. Embora tivesse prometido a realização de eleições e a elaboração de nova

carta constitucional, Vargas assumiu atitudes ditatoriais: suspendeu a Constituição de 1891, dissolveu o Congresso Nacional, substituiu todos os governadores e prefeitos.

A insatisfação dos paulistas com tal estado de coisas aumentava gradativamente, alimentada por inúmeros manifestos e comícios. Em 25 de janeiro de 1932, no Largo da Sé, uma verdadeira multidão protestou contra os desmandos políticos de Getúlio Vargas. Pouco tempo depois, em 17 de fevereiro, foi criada a Frente Única, união de todos os partidos para lutar "pela autonomia de São Paulo e pela constitucionalização do Brasil". As atividades conspiratórias não tardaram a acontecer, e organizou-se uma comissão, com militares e civis, para planejar a luta armada, vista agora como única solução possível.

A vinda a São Paulo do ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, serviu de pretexto para uma série de manifestações de repúdio ao governo federal. No dia 22 de maio, pequenos comícios realizados em vários pontos da cidade assumiam tom cada vez mais inflamado. O clima de revolta continuou no dia seguinte, a ponto de os comerciantes fecharem as portas de seus estabelecimentos e liberarem os empregados para as manifestações que tomaram conta do centro. Houve também vários choques entre os revoltosos e os adeptos de Vargas, num ambiente de verdadeira guerra civil. Um grupo exaltado disparou tiros contra a sede do jornal Correio da Tarde, defensor do governo federal, e depredou as instalações de A Razão, periódico que pertencia à família de Osvaldo Aranha. Ao tentar fazer o mesmo no edifício onde funcionava o Partido Popular Paulista, na Rua Barão de Itapetininga, os revoltosos foram recebidos por gente fortemente armada. As primeiras vítimas do movimento tombaram então na Praça da República: Mário Martins de Almeida, Euclides Bueno Miragaia e Antônio Américo de Camargo Andrade. Gravemente ferido na mesma ocasião, o menino Dráusio Marcondes de Sousa, de 14 anos, viria a falecer na tarde de 27 de maio. A partir desta data, os revolucionários passaram a chamar o movimento de MMDC, sigla das iniciais dos nomes das vítimas (Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo).

A perspectiva de um levante levou o MMDC a reunir voluntários de todos os setores da sociedade. Era preciso formar pelotões, prepará-los para a ocupação de pontos estratégicos, angariar recursos, produzir fardas, distribuir armas e munições, além de manter mobilizada a

população via propaganda. Os acontecimentos foram precipitados por pronunciamento do general Bertoldo Klinger, comandante das tropas federais em Mato Grosso e aliado dos paulistas, em protesto contra a nomeação do ministro da Guerra. Na noite do dia 9 de julho, sob o comando do general Isidoro Dias Lopes e do coronel Euclides Figueiredo, chefes do Estado Maior Revolucionário, eclodiu, finalmente, a revolução paulista.

Militares da Força Pública e das guarnições do Exército sediadas no Estado de São Paulo juntaram-se aos batalhões de voluntários arregimentados pelo MMDC para pôr em prática o plano: com soldados vindos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, que então se posicionavam como aliados dos paulistas, avançariam até o Rio de Janeiro para depor Getúlio Vargas, formar um governo provisório, convocar eleições e promulgar nova Constituição. Obteriam também o apoio de Klinger, que viria de Mato Grosso com 5.000 homens.

As tropas paulistas pararam em São José do Barreiro, à espera do reforço prometido. Estavam próximas de Bananal, a última cidade paulista ao longo da estrada que ligava São Paulo ao Rio. Mas os soldados tiveram que lutar sozinhos, pois as promessas de ajuda não se cumpriram. Os combates ocorreram em várias frentes, sobretudo nas divisas de SP com Rio e Minas Gerais. Apoiados por uma retaguarda admirável de voluntários no atendimento médico, na enfermagem, na alimentação, na costura, envolvendo gente de todas as idades e classes sociais, os soldados paulistas resistiram por três meses em absoluta desigualdade: tinham só 7 aviões e 44 canhões, contra os 24 aviões e 250 canhões das forças de Vargas.

Com a notícia de que a Força Pública havia assinado a rendição, no dia 2 de outubro, os voluntários não tinham mais condições de sustentar a luta, e as últimas trincheiras foram abandonadas. O coronel Euclides Figueiredo, seu comandante, negou-se a assinar o acordo, pois o considerou humilhante.

Vale lembrar, a esse respeito, o emocionado discurso feito em praça pública por Ibraim Nobre: "A Revolução não deveria terminar assim. Depois que fossem os filhos, iriam os pais, depois que eles morressem, iriam as irmãs, as noivas. Todos morreriam. Mais tarde, quando alguém passasse por aqui, neste São Paulo deserto, sem pedra sobre pedra,

levantando os olhos para o céu, haveria de ler, no epitáfio das estrelas, a história de um povo que não quis ser escravo."

Os livros de história costumam dizer que, apesar de derrotados militarmente, os paulistas saíram vitoriosos da Revolução de 32, pois o Brasil ganhou uma Constituição em 1934. É difícil avaliar o passado nesses termos. O saldo imediato do movimento computou 830 mortos em combate e 104 exilados (entre oficiais do Exército, da Força Pública e civis), além dos que ficaram encarcerados na Ilha Anchieta. A luta foi das mais cruentas, e fica difícil reconhecer nela algo positivo.

Mais do que a Constituição – de vida tão efêmera, pois enterrada com o golpe do Estado Novo, em 1937 – talvez fosse mais apropriado evocar aqui o tipo inédito de mobilização que São Paulo conheceu em 1932, mandando cerca de 120 mil homens para o front. Além disso, civis, militares, crianças, velhos, mulheres, índios, comerciantes, professores, grandes industriais, todos se puseram a serviço da causa; as fábricas não paravam de trabalhar, pois do parque industrial paulista era preciso tirar munições, armas, carros blindados, fardas, alimentos; e a intensa propaganda feita pela rádio mantinha elevadíssimo o ânimo da população, que se despojou de alianças e outras jóias para cobrir as despesas de guerra. Foi, acima de tudo, um exemplo ímpar e memorável de união e de força, que talvez não mais se reproduza entre nós.

*O autor é presidente executivo do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) e da Academia Paulista de História.*

*Este artigo foi publicado originalmente no Jornal do Brasil, edição de 9 de julho de 2009*

# Logística de Manutenção e o Poder Nacional

*Antonio Celente Videira*

As mudanças sucessivas ocorridas em todos os segmentos da vida hodierna, de forma veloz, têm levado a Sociedade Humana a se adaptar às novas ambiências do Mundo Global. Da mesma forma que o dinheiro virtual se transfere, de uma hora para outra, para locais diversos no globo terráqueo, outras atividades, também, apresentam o mesmo comportamento.

Dentro desse contexto, a Manutenção, como Função Logística, é, analogamente, impactada com o aspecto das mudanças repentinas. Ela, tanto na composição de estudo da Logística Nacional, como da Logística Militar, é influenciada por variáveis multifacetadas derivadas da nova Ordem Mundial.

Basta dizer que a própria situação de estado beligerante requer incremento em todos os setores do Poder, para fazer frente à agressão armada que a nação pode sofrer, sendo que, deflagrada a guerra, esta tem sido de curta duração, ou mais conhecida como guerra-relâmpago. Portanto, os meios mecânicos, traduzidos em equipamentos fixos e móveis, que podem ser interpretados como um torno mecânico ou uma caldeira, chegando até a aeronaves-de-caça, carros-de-combate e fragatas necessitam de manutenção rápida, eficiente e segura, a fim de se tornar recursos para as ações táticas de defesa e ataque em prol da soberania.

Mas a primordialidade da Manutenção extrapola as fronteiras do conflito armado para se estabelecer, com muito mais constância e primazia, na vida nacional, quando seus trabalhos estão presentes em todos os pontos da economia ativa do País.

Por isso, a Função Logística Manutenção se aplica às diversas Expressões do Poder. Na Econômica, dota-a da possibilidade de prolongar a vida dos meios mecânicos, a fim de obter uma maior produção. Basta dizer que o Parque Industrial Brasileiro é constituído por um maquinário, com vida média superior a 10 (dez) anos. A idade avançada das máquinas operatrizes leva a destacar sua manutenção como item preponderante no processo produtivo nacional. Na

Expressão Científica e Tecnológica, busca conquistar novas tecnologias e conhecimentos, à medida que se lança na recuperação de equipamentos derivados de projetos de engenharia inovadores, principalmente quando esses produtos são oriundos de países desenvolvidos, detentores de cultura, no campo científico, em nível de excelência. Na Expressão Militar, procura dar a pronta-resposta de manutenibilidade a equipamentos operacionais sujeitos ao funcionamento sob condições hostis de terreno, de ambiente climático e de combate. Na Expressão Psicossocial, torna-se dependente de recursos humanos qualificados e responsáveis que culminam em capacidade de mão-de-obra no ramo da mecânica e da eletrônica. Por fim, na Expressão Política, se subordina à conscientização da classe dos representantes da população na busca do revigoramento do ensino profissionalizante, através da destinação de mais recursos financeiros para a implementação de cursos e escolas técnicas, cujo acesso às novas gerações seja de forma fácil.

A Manutenção, que teve sua origem com o advento da mecânica, sendo que esta tomou expressividade com o apogeu da Revolução Industrial, atualmente é atora de destaque no concerto das nações, na busca de posições, no "ranking" mundial, que as destacam como nações desenvolvidas. A pesquisa e o desenvolvimento, voltados à área tecnológica, necessitam do aporte da Manutenção para que a produção, em qualquer que seja o país, não sofra solução de continuidade, diante dos óbices da inoperabilidade de máquinas e computadores, em rede ou não.

Essa característica se agigantou no início do século XX, com o aparecimento das grandes indústrias, principalmente a automobilística, com as ideias de HENRY FORD sobre a produção em série. A partir daí, a Manutenção tornou-se indispensável ao apoio a novos equipamentos e máquinas que surgiam no cenário tecnológico e industrial.

A mecânica que se faseou em propulsão, em hidráulica, em elétrica, etc., precisou recorrer-se da metodização da Manutenção, para manter em funcionamento os conjuntos e subconjuntos que acionavam a indústria automotiva. Essa indispensabilidade de processos, como a Catalogação, que possibilitava a intercambiabilidade entre itens de consumo e componentes, bem como a nacionalização como recurso para assegurar a operacionalidade de conjuntos que saíam de linha de fabricação ou que tornavam difíceis suas aquisições, são meios eficazes que garantem à contínua Manutenção.

A complexidade da Manutenção começa a ser percebida quando se verifica que ela está intimamente relacionada ao projeto de engenharia do equipamento. O reforço de Manutenção é função, para mais ou para menos, da planta do equipamento, tanto em termos da sua configuração, como do seu funcionamento.

Por outro lado, o controle de qualidade, também, é definidor do grau de dificuldade na execução da Manutenção. A retroalimentação das informações aos projetistas, relativas ao funcionamento de um conjunto, um motor ou uma máquina vai propiciar medidas modificadoras do projeto inicial, deixando-o apto a intervenções recuperadoras que o disponibilize ao fim para o qual foi concebido. O controle de qualidade funciona como "árbitro" no ciclo tecnológico tendo a Manutenção como "assessora" no balizamento das novas propostas que aperfeiçoarão o equipamento.

## A CONCEPÇÃO DO PROJETO NA FUNÇÃO LOGÍSTICA MANUTENÇÃO

A atividade de Manutenção é o passo subsequente à concepção do projeto. A boa ou má formulação do projeto terá íntima ligação com o reduzido ou elevado esforço de manutenção.

Um produto fabricado de acordo com o projeto, dentro da tolerância permitida, é de qualidade superior. Se a concepção atende, somente, a projetistas e fabricantes, constitui-se na síndrome da "meta final". Nesta filosofia, faltam as exigências do consumidor. Portanto, o produto pode atender às especificações do projeto, mas se este não atender às exigências do consumidor, não se pode constatar qualidade real. Por exemplo, se o Governo adquire uma aeronave para a Força Aérea, com motor extremamente potente, pode atender as especificações de potência, mas não de manobrabilidade, exigência dos estrategistas, não se atendendo, portanto, os interesses reais do comprador.

O surgimento de um produto ocorre quando o projetista obtém informações referentes ao consumidor (mercado) para definir o que este quer, precisa e espera do mesmo. O projetista deve agrupar os desejos, necessidades e expectativas do consumidor e traduzi-los em especificações do produto, que incluem desenhos, dimensões, tolerâncias, materiais, processos, instrumentos e calibração. Observa-se, portanto, que a atividade de Marketing está cada vez mais próxima da Logística.

Nesse momento, quando se trata de um produto passível de Manutenção, ou seja, um item reparável, o grau de dificuldade em sua manutenibilidade é levado, também, em consideração.

A retroalimentação das informações dos clientes aos projetistas e fabricantes resulta da relação "número de produtos vendidos X índice de assistência técnica solicitada, reparos e reclamações". O aumento do volume de vendas e da participação no mercado, aliado ao índice de pouca assistência técnica, reparos e reclamações, tudo isso se traduz em "cliente satisfeito".

Como a Indústria Bélica Nacional é ainda incipiente, nossas Forças Armadas precisam de comissões de compra de itens bélicos, oriundos do exterior e que sofram reparos, enxergando no projeto de construção dos itens, exequibilidade de manutenções menos onerosas e simples de serem executadas, para propiciar, também, transferência de tecnologia ao nosso polo industrial. Desta forma, a Função Logística Manutenção tenderá a busca pela capacitação da autossuficiência nacional nas ações de revitalizações de equipamentos em uso nas Forças Armadas, mesmo que sejam de origem estrangeira.

A Manutenção é algo que se adquire com o sistema, devendo, por isso, nele ser integrado, na fase de concepção, e tratada como qualquer outra função mecânica ou eletrônica na fase de desenvolvimento, de modo a assegurar, permanentemente, um equilíbrio entre as características técnicas-operacionais estabelecidas e o esforço requerido para manter essas características efetivas, durante todo o ciclo da vida do sistema. Esse ciclo de vida é associado ao equipamento, estabelecendo o seu tempo de utilização, baseado, evidentemente, nas condições técnicas e econômicas.

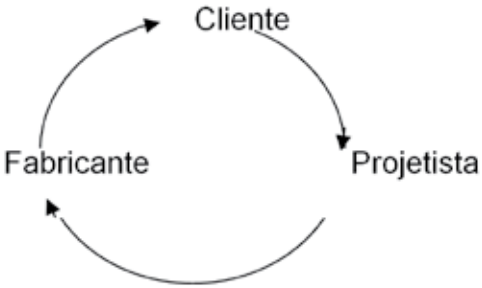
Por intermédio de programas de revitalização ou modernização, o ciclo de vida de um equipamento, mesmo estabelecido pelo projeto, pode ser estendido, após análise prévia de viabilidade operacional, técnica e econômica.

Por outro lado, a técnica de manutenção começa a ser estabelecida durante o desenvolvimento de um novo equipamento e continua a ser aperfeiçoada até que o mesmo se torne obsoleto. Os objetivos da técnica de manutenção são assegurar o adequado apoio e as melhores condições para a realização do reparo, através do selecionamento de

peças, ferramentas, equipamentos de teste e equipamentos de manuseio, adequados a cada serviço a ser aplicado nos equipamentos.

Como estamos vivendo a era dos serviços, na economia mundial atual, a Manutenção é aspecto importante a ser considerado no processo de soberania, à medida que o projeto do produto leve em conta intervenções de manutenibilidade a baixo custo no restabelecimento funcional dos itens possíveis de reparos.

CICLO DE ATENDIMENTO




TIPOS DE MANUTENÇÃO

De acordo com a literatura corrente, podem-se considerar os seguintes tipos de Manutenção:

► Manutenção Preventiva é executada para reduzir ou evitar a falha ou queda do desempenho do material, bem como sua degradação e, ainda, reduzir a possibilidade de avarias, através da intervenção e/ou remoção periódica do item.

► Manutenção Preditiva é o conjunto de medidas, baseadas em parâmetros técnicos, que visa a caracterizar, acompanhar, diagnosticar e analisar a evolução do estado de equipamentos e sistemas, subsidiando o planejamento e a execução de ações de Manutenção, para quando forem efetivamente necessárias, a fim de prevenir a ocorrência de falhas e avarias, permitindo a operação contínua pelo maior tempo possível. A Manutenção Preditiva está contida na Manutenção Preventiva. A determinação do ponto preditivo, a partir do qual uma queda de desempenho e/ou a probabilidade de o equipamento falhar assumem valores indesejáveis, tanto no aspecto técnico, quanto no econômico,

provocando uma intervenção de Manutenção Corretiva planejada, com o objetivo de eliminar a causa do problema identificado. A Manutenção Preditiva possibilita o recálculo do tempo entre Manutenções Preventivas e entre Manutenções Corretivas.

► Manutenção Corretiva destina-se a reparar ou recuperar o material danificado para repô-lo em condições de uso. Pode ser classificada como Planejada e Não Planejada.

■ Manutenção Corretiva Planejada é a correção do desempenho menor que o esperado, por decisão técnica, baseada em acompanhamento preditivo podendo estender a operação até a falha.

■ Manutenção Corretiva Não Planejada é a correção da falha de maneira aleatória, onde não há tempo para a preparação do serviço, o que, normalmente, implica em altos custos, já que a quebra inesperada provoca perdas de operação, de qualidade do produto e elevados custos indiretos de operação.

► Manutenção Modificadora consiste nas ações de Manutenção destinadas a adequar o equipamento às necessidades ditadas pelas exigências operacionais ou, ainda, para otimizar os trabalhos da própria Manutenção.

## RELACIONAMENTO ENTRE A FUNÇÃO LOGÍSTICA MANUTENÇÃO E A FUNÇÃO LOGÍSTICA

Suprimento

As atividades da Função Manutenção e da Função Suprimento são interdependentes. A Manutenção inadequada impõe um aumento das necessidades de Suprimento e, inversamente, as deficiências de Suprimento exigem maior esforço de Manutenção.

As atividades relacionadas com a manutenção e com o suprimento são interdependentes, pois a Manutenção:

- inadequada, impõe um aumento das necessidades de suprimento, e as deficiências de suprimento exigem maior esforço de manutenção;

- conveniente, aumenta o tempo de duração dos equipamentos, reduz as necessidades de suprimento e permite economizar recursos para atender a outras finalidades.

O planejamento das atividades de Manutenção e Suprimento deve ser simultâneo e integrado. Por isso, a distribuição de acessórios, peças e componentes, inclusive a respectiva armazenagem, bem como a de outros artigos utilizados na Manutenção, embora sejam atividade de Suprimento, podem ser realizados por intermédio dos canais de Manutenção.

A utilização de artigos em estoque para a Manutenção, por troca direta, constitui outro importante inter-relacionamento entre as atividades de Manutenção e de Suprimento. O sistema de troca direta é um dos mais eficientes métodos utilizados pela organização militar logística de apoio direto no fornecimento de itens já recuperados às unidades usuárias. O sistema permite aos usuários a substituição de itens de suprimento indispensáveis, por similares já recuperados, num prazo mínimo de tempo e com o mínimo de documentação. A Manutenção por troca é indicada, para preservar o desempenho das organizações operacionais, trazendo certas vantagens para a atividade de suprimento, tais como:

- reduz a documentação ao mínimo indispensável;
- permite um apoio mais rápido;
- acelera o retorno às unidades de Manutenção dos itens que necessitam reparações; e
- tende a reduzir a quantidade de itens de suprimento obtidos através dos canais de suprimento, o que traz substancial economia de recursos.

Os artigos que foram manutenidos serão encaminhados para constituir estoques nas unidades de manutenção ou incluídos na cadeia de suprimento. O grau de utilização e a extensão da reparação de um artigo são determinados pelas inspeções de Manutenção. Quando os órgãos de Manutenção não puderem reparar um artigo dentro dos limites de tempo, ou substituir um artigo imprestável para o serviço por outro, em bom estado, vão buscar tal apoio nos órgãos de Manutenção mais à retaguarda ou mesmo, para o caso de substituição, nas instalações de suprimento.

A atividade de Manutenção pode ser especificamente destinada a atender as instalações de suprimento, a fim de evitar deterioração do

material estocado. Também, podem ser destinada a atender as instalações de material salvado, a fim de realizar a reparação e recuperação desse material, conforme necessário.

Os conjuntos e as peças componentes aproveitáveis, pertencentes a equipamentos que não permitem mais a sua reparação econômica, podem, quando autorizado, ser desmontados, para posterior aproveitamento, pelas unidades de Manutenção.

Níveis mínimos de suprimento, baseados num critério conveniente de estocagem seletiva, são armazenados pelas unidades de Manutenção, de acordo com as necessidades, considerando o tempo de entrega. O método "just in time" deve ser aplicado, a fim de se manter estoques em níveis condizentes com a demanda dos serviços de Manutenção. Portanto, a reserva do suprimento de peças de reparação deve ser escalonada em profundidade, de forma a manter, desde a unidade usuária, certa quantidade de itens, destinados a fazer face, de forma imediata, a demanda surgida por ocasião das operações de manutenção.

## A FUNÇÃO LOGÍSTICA MANUTENÇÃO NO PROCESSO DAS EXPRESSÕES DO PODER E DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL

A Logística Manutenção é permeável nos vários setores da vida econômica nacional. Ela é componente essencial para sustentar a capacidade tecnológica da indústria motriz de um país, que se propõe a responder aos desafios produtivos.

A Logística Manutenção está intimamente relacionada a algumas Expressões do Poder Nacional.

À medida que o conjunto dos homens pode interferir na recuperação dos meios que constituem o parque industrial de uma nação, a Manutenção tem assento primordial na sua Economia, utilizando-se do fator de "Modernização e Adaptação às Mudanças". Basta adquirir equipamentos com tecnologia sofisticada e ter competência para corrigir as falhas de equipamentos dotados com essas tecnologias, para enfatizar que esse fator econômico é de domínio nacional.

A Expressão Científica e Tecnológica beneficia-se da Logística Manutenção quando esta funciona como "interface" ao fator "Dinâmico

Produtivo", oferecendo insumo do conhecimento tecnológico, diante das ações corretivas que fazem retornar ao bom funcionamento os novos conjuntos mecânicos e eletrônicos, possuidores de sistemas complexos e originários de conhecimento tecnológico a nível de excelência.

Na Expressão Psicossocial, vai contribuir com a pessoa humana, altamente capacitada, através do ambiente de aperfeiçoamento profissional, provocado pela instituição social, calcada na Escola, deixando-a apta a reconstituir máquinas e equipamentos indisponíveis em perfeito estado operacional.

É na Expressão Psicossocial plataforma que sustentará o técnico tão necessário aos serviços de Manutenção, proporcionando, desta forma, a extensão da vida útil das peças que produzem trabalho, o mais variado, à vida nacional e, consequentemente, revigorando o desenvolvimento e a segurança, constituído por veículos de todas as espécies e máquinas produtivas.

Os Órgãos da Expressão Psicossocial que mais contribuem para a Função Logística Manutenção são a Escola e a Empresa. Ambas proporcionam condições, influências e interações de ordem técnica, dando à pessoa humana " know how" à sua profissionalização, como mecânico ou especialista em determinada tecnologia, voltada para um tipo de equipamento.

Enquanto as escolas como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e outras, a nível técnico-profissionalizante, iniciam a pessoa humana nos primeiros passos para a Manutenção, as empresas oferecem diversos matizes de ambiência ao seu aperfeiçoamento profissional.

Essas três Expressões do Poder Nacional, influenciadas pela Logística Manutenção, vão interferir diretamente na Expressão Militar, uma vez que esta terá os meios materiais, principalmente os equipamentos, assegurando o restabelecimento ao serviço da Força que lhes opera.

Neste particular, como medida de padronização de mão-de-obra para alguns tipos de manutenção, o Ministério da Defesa, em breve, já pode pensar, visando a ampliar a consciência de Mobilização Nacional, na criação de Centros de Manutenção em unidades militares

de cada Força Singular, respeitando suas vocações profissionais. Essa medida vai agrupar esforços técnicos, além de facilitar as encomendas educativas de itens para os componentes maiores, junto ao Mercado Nacional, propiciando condições atrativas para a indústria se interessar pela nacionalização de peças comuns às Forças Armadas e, porque não dizer às Forças Auxiliares, indispensáveis nas revisões periódicas preventivas e também nas corretivas.

Essa estratégia pode ser aplicada na Manutenção de helicópteros e viaturas do mesmo tipo e usada pelas Forças Singulares, Polícias e algumas Empresas Estatais.

Iniciativas como essas já são adotadas por alguns Centros de Logística do Comando de Material (AFMC) da Força Aérea Norte Americana (USAF), onde consolidam diversas atividades de Manutenção para equipamentos similares, operados por Forças distintas americanas, bem como pela Guarda Nacional e por Forças Aéreas de países que operam os mesmos equipamentos, o que, de certa forma, solidifica o sentimento de Mobilização Nacional nos Estados Unidos.

Por outro lado, é a Manutenção uma atividade que impacta a vida nacional. Hoje, ela está classificada, a nível de serviço, e este vem tomando destaque na Economia Mundial. A magnitude dos serviços alcança o índice de 60% da Economia Global. No Brasil, os serviços participam, aproximadamente, com 50% do PIB, sendo que a Manutenção de equipamentos se insere nesse contexto.

Todavia, na Doutrina da Logística Militar, a Manutenção faz parte do Setor de Material. A explicação para essa aparente incompatibilidade deve-se a essa atividade acontecer sobre os materiais operados pelas Forças Singulares, os quais são patrimônios asseguradores do potencial de respostas a qualquer tipo de agressão armada à Nação.

Não basta possuir quadros de técnicos e oficinas em condições de manter disponível o acervo de veículos móveis e equipamentos fixos da Nação. Há que se ter uma consciência de planejamento mobilizável que possibilite fazer frente aos óbices que possam surgir em situação de conflito.

Essa consciência foi plenamente demonstrada na primeira Guerra do Golfo, quando as Forças Militares Americanas utilizaram equipamentos

sofisticados como, por exemplo, o "budd light", aparelho emissor de luz infravermelha, instalado nas antenas para distinguir viaturas de comando, o "starlight", que acumulava e concentrava a luz da Lua e das estrelas, permitindo visão noturna à noite, sendo instalado em capacetes e canos das armas, e tantos outros altamente sofisticados, com tecnologia de excelência, que impunha mobilizar pessoal qualificado, às vezes terceirizado, para a região do Golfo, ficando à retaguarda, em oficinas improvisadas, a fim de disponibilizar esses equipamentos para voltarem a ser operados.

Como se sabe, o nosso Parque Industrial se assenta no Sudeste e depois no Sul, passando, a seguir, às regiões Central, Nordeste e Norte, em menor escala. Com isso, há que se vislumbrar um deslocamento rápido e seguro, não só de profissionais de Manutenção, como também do ferramental necessário aos trabalhos de remoção de avaria em equipamentos de veículos móveis estratégicos, nos casos de Hipótese de Conflito Armado.

É, portanto, a malha viária de extrema importância nesses escoamentos, tanto por via terrestre, aérea ou marítima, a fim de colocar tais recursos (técnico em manutenção e ferramental) junto aos itens avariados que não podem se movimentar para a retaguarda, visando a um trabalho de recuperação mais consistente, conforme é mandatório na Doutrina de Manutenção Militar.

Os técnicos em mecânica, em eletrônica, em chapas e metais, em ferrovia, em indústria naval e em outras áreas tecnológicas são peças fundamentais em um contexto da potencialidade de recursos humanos para a Mobilização, focada na Função Logística Manutenção.

Para concluir, apesar do Ministério da Defesa, bem como os Comandos e as Diretorias de Logística das Forças Singulares, disporem de cadastros das indústrias que lhes atendem especificamente quanto à peculiaridade de seus materiais, é imperativo que se mantenha atualizado o mapa das possibilidades da mão-de-obra voltada para as manutenções específicas, levando em consideração o espaço geográfico, onde esse potencial está sediado e disponível.

## CONCLUSÃO

É perceptível que a transversalidade dos eventos na vida nacional dinamiza a economia e, portanto, vai influenciar na capacidade do Poder Nacional.

A atividade de Manutenção, fragmento de um contexto produtivo, é conectada a diversas demandas operacionais exigindo uma gestão global, em que o profissional de Logística deve imprimir na sua conduta administrativa.

O olhar amplo da ambiência possíveis da conjuntura nacional e internacional deve mesclar-se com a visão profunda do conhecimento tecnológico imanente nos projetos das novas máquinas e conjuntos mecânicos.

A Logística Manutenção, ao correlacionar com o Poder Nacional, extrapola a oficina reparadora para estatelar-se no espaço virtual, exigindo, cada vez mais, que seus gestores conheçam os manuais técnicos do equipamento, mas, também, que sejam induzidos à percepção da paisagem geopolítica dos meios existentes em um mundo planificado. Enfim, obriga a uma postura mais ousada dos que lhe comprometem ações eficazes e singulares, em que esses profissionais venham a conectar saberes inéditos e especializados, com as novas tendências da tecnologia sensível.

*O autor é Coronel da Aeronáutica, membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Mestre em Administração pela UNESA.*

# Desmatamento zero no olho do satélite

*Kátia Abreu*

A produção de alimentos é expressamente proibida em 71% do território brasileiro, de acordo com o Código Florestal que está em vigor. É isso mesmo que você leu: pela letra da lei sobra a fatia de 29% do país para as cidades, a infra-estrutura e a produção. Você duvida? Vá à página da Embrapa na internet e clique no estudo do professor Evaristo Miranda. Confira os números. Captados pelo olho do satélite, os dados são insuspeitos, embora pareçam inacreditáveis.

Ao manter uma legislação que transforma 71% do país em área de preservação, sem infra-estrutura e sem capacidade de produção, o Brasil não estaria abrindo mão de sua maior vocação econômica? Tamanha restrição ao uso do território, regra que jamais foi adotada, aceita ou sequer cogitada por outros países, não irá dar marcha à ré no nosso desenvolvimento e condenar à pobreza milhões de brasileiros?

Conscientes da necessidade de reafirmar nossos compromissos com a preservação ambiental e, ao mesmo tempo, com a produção de alimentos, nós, produtores rurais, estamos propondo ao país um debate sério e responsável sobre o Código Florestal em vigor, assunto que consideramos questão de Estado. Para nós, do mesmo modo que é importante preservar o meio ambiente, é fundamental diminuir o número de pessoas que passam fome, aumentar e baratear a produção de alimentos, melhorar a infraestrutura e reduzir a pobreza.

No novo Código Florestal consideramos indispensável estabelecer, no artigo primeiro, a proibição explícita e taxativa de derrubada florestal em toda a extensão territorial do país. Além do desmatamento zero, queremos incluir, como o segundo ponto da nova lei, a preservação e a eventual recomposição das matas ciliares (margens dos rios, córregos, nascentes e lagoas) nos limites fixados e sustentados pela pesquisa científica.

Para fazer justiça a quem preservou no passado, e seguirá preservando no futuro, o terceiro ponto da proposta é a implantação dos serviços ambientais, modalidade de compensação financeira para

produtores que deixam de explorar parte de suas propriedades. O quarto item é a regularização e legalização das atuais áreas de plantio de alimentos que ocupam 41% do território, enquanto 53% são áreas de preservação e 6% estão destinados para as cidades e a infra-estrutura do país.

A consolidação da realidade que existe hoje é essencial para impedir que a maioria dos produtores rurais continue na ilegalidade e sob risco de criminalização. Fatos como o ocorrido no Pará, onde o Ministério Público Federal suspendeu a comercialização da carne bovina, alegando descumprimento das leis ambientais, podem se repetir em todos os estados provocando prejuízos incalculáveis não só ao setor primário, mas também à indústria e ao comércio, sem contar o impacto negativo nos níveis do emprego e no dia a dia dos consumidores.

Os quatro pontos do novo Código Florestal representam, com o país, um compromisso de honra da CNA, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, entidade que reúne 27 federações estaduais, 2.142 sindicatos rurais e mais de um milhão de produtores sindicalizados. Acreditamos que nosso papel de vanguarda na economia - representamos 24% do Produto Interno Bruto (PIB), empregamos 37% da força de trabalho e geramos 36% das exportações - nos permite reivindicar o reconhecimento como protagonistas desta discussão, relacionada diretamente à nossa atividade econômica.

O atual Código não defende o meio ambiente, como deveria. No caso das áreas de preservação permanente (as APPs) das margens dos rios, por exemplo, que deveriam ter a largura determinada pelo declive e profundidade da cobertura arenosa ou argilosa do solo, prevalecem regras que nada têm a ver com o equilíbrio ecológico. Feito há quatro décadas, o Código passou por mudanças, mas não foram levadas em conta as sugestões do setor produtivo, as pesquisas da Embrapa ou mesmo as circunstâncias da nossa história.

O Brasil sempre manteve elevado padrão de conservação ambiental. Nossa cobertura florestal nativa, que guarda a maior diversidade da terra, é a segunda maior do mundo. Nosso estoque de terras para plantio e criação soma 383 milhões de hectares, chão suficiente para dobrar ou triplicar a atual produção de alimentos, dispensando definitivamente novos desmatamentos.

No momento em que a comunidade internacional defende solidariedade e o fim da pobreza extrema, o Brasil é o único país que pode oferecer solução de fato para o flagelo da fome no mundo. Com disponibilidade de recursos, podemos garantir os alimentos usando apenas a tecnologia existente e sem desmatar uma só árvore da floresta. Acredito que em futuro muito próximo esta será, aliás, nossa mais grandiosa contribuição ao avanço social e humano do planeta.

*A autora é presidente da Confederação*
*da Agricultura e Pecuária do Brasil*

# A retórica e a prática

*Mauro Santayana*

A Igreja, a partir de Leão XIII, sente a necessidade de recuperar a mensagem evangélica de uma religião que nasceu com os pobres, para a eles servir. Leão XIII, ao escolher o título de sua encíclica *Rerum novarum* (das coisas novas), confessou esse propósito. A coisa nova, em 1891, era o surgimento da classe operária, como sujeito da história. Educado para participar da nobreza do Vaticano, Vicenzo Pecci fizera a carreira que quase todos os papas percorrem – na diplomacia. Em Bruxelas, como núncio, ele descobriu as lutas dos trabalhadores. Sua presença na Bélgica coincidiu com as revoluções operárias europeias de 1848. Como se tratasse de homem de ideias próprias, e de temperamento independente, o rei Leopoldo I pediu ao Vaticano que o removesse. Pio IX, o papa reinante, se encaminhava para o reacionarismo ultramontano e o retirou de Bruxelas em 1849.

Pio IX retornara à Idade Média, com dogmas difíceis de serem assimilados no século 19, como o da Imaculada Conceição e o da infalibilidade do papa. Ao sucedê-lo, em 1878, Leão XIII encontrou o mundo do trabalho e da inteligência alheios à religiosidade, e percebeu que a Igreja devia receber as coisas novas, mas lhe cabia caminhar cautelosamente. Em 1891, entendeu que era chegado o momento de saudar as "coisas novas", entre elas o movimento sindical. Mas as coisas novas já se encontravam na pregação de Cristo e de seus apóstolos: como na advertência de Tiago, em sua única epístola, de que os salários retidos dos trabalhadores clamam ao Senhor, ou a objurgatória mais dura ainda, de Isaías, contra os que decretam leis de opressão, para negar justiça aos pobres. E estava nos Atos dos Apóstolos, com a forte narração do que fora a solidariedade da Igreja do Caminho, em que todas as coisas eram em comum. Leão XIII constatou que o maior escândalo da Igreja, no século 19, fora o afastamento dos trabalhadores de seus templos. A propósito, conforme observador bem situado, a Igreja está agora perdendo também as mulheres. Tendo morrido em 1903, o grande papa não pôde influir, com sua visão social, nos movimentos seguintes. Seu sucessor, o cardeal Sarto, que adotou o nome de Pio X, retornou, desde o primeiro momento, ao obscurantismo de

Pio IX. Tudo o que fizera Leão XIII foi por ele desfeito. A situação, de certa forma, antecipava a da sucessão de João XXIII e de Paulo VI – sem falar no forte relâmpago que foi o papado de João Paulo I – pelo cardeal Wojtyla. João Paulo II atuou, do princípio ao fim, para desfazer as resoluções do Concílio convocado por João XXIII. Investiu contra a Teologia da Libertação e se associou a Reagan para combater a União Soviética, no que foram vitoriosos os dois. Mas não fugiu à tradição das encíclicas sociais. Em 1991, publicou a *Centesimus annus*, no centenário da *Rerum novarum*.

É interessante que a encíclica divulgada se centre na *Populorium progressio*, de Paulo VI, rascunhada por dom Helder Câmara e o padre Lebret, do Movimento de Economia e Humanismo. Ambos, juntamente com o então cardeal Montini, participavam de um grupo que se reunia no Colégio Belga de Roma, a fim de discutir as relações entre a Igreja e os pobres. Desse grupo surgiu o germe da Teologia da Libertação, que deveria chamar-se, inicialmente, Teologia do Desenvolvimento Integral, a fim de realçar o caráter social e humanista do verdadeiro progresso. A encíclica de Paulo VI estava ancorada nas discussões desses prelados, com a presença do padre francês Paul Gauthier, que dera seu testemunho emblemático, como operário, em Nazaré.

Enfim, o documento do papa, com pontos muito importantes, repete as encíclicas sociais anteriores. O problema é que alguns papas pregam a caridade (ou, seja, a justiça do amor) aos pobres, enquanto a instituição permanece associada aos poderosos. Por outro lado, a encíclica *Caritas in veritate* não deixa de expressar o histórico eurocentrismo do Vaticano. Ao reconhecer que a maior parte das fontes não renováveis de energia se encontra nos países pobres, diz o documento (49): "A comunidade internacional tem o imperioso dever de encontrar as vias institucionais para regular a exploração dos recursos não renováveis, com a participação também dos países pobres, de modo a planejar em conjunto o futuro". Em suma, Sua Santidade reserva aos nossos países uma participação subordinada, e não soberana, na exploração de seus próprios recursos naturais. A isso podemos chamar novo e "abençoado" colonialismo.

*O autor é jornalista e articulista do Jornal do Brasil*

## COLEÇÃO AERONÁUTICA DO INCAER

SÉRIE

## HISTÓRIA GERAL DA AERONÁUTICA BRASILEIRA

VOL. 1 – Dos Primórdios até 1920.
VOL. 2 – De 1921 às Vésperas da Criação do Ministério da Aeronáutica.
VOL. 3 – Da Criação do Ministério da Aeronáutica ao Final da Segunda Guerra Mundial.
VOL. 4 – Janeiro de 1946 a Janeiro de 1956 – Após o Término da Segunda Guerra Mundial até a Posse do Dr. Juscelino Kubitschek como Presidente da República.

SÉRIE

## HISTÓRIA SETORIAL DA AERONÁUTICA BRASILEIRA

1 – Santos-Dumont e a Conquista do Ar - Aluízio Napoleão
2 – Santos-Dumont and the Conquest of the Air - Aluízio Napoleão
3 – Senta a Pua! - Rui Moreira Lima
4 – Santos-Dumont – História e Iconografia - Fernando Hippólyto da Costa
5 – Com a 1ª ELO na Itália - Fausto Vasques Villanova
6 – Força Aérea Brasileira 1941-1961 – Como eu a vi - J. E. Magalhães Motta
7 – A Última Guerra Romântica – Memórias de um Piloto de Patrulha - Ivo Gastaldoni (ESGOTADO)
8 – Asas ao Vento - Newton Braga
9 – Os Bombardeiros A-20 no Brasil - Gustavo Wetsch
10 – História do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica - Flávio José Martins
11 – Ministros da Aeronáutica 1941-1985 - João Vieira de Sousa
12 – P-47 B4 – O Avião do Dorneles - J. E. Magalhães Motta
13 – Os Primeiros Anos do 1º/14 GAv - Marion de Oliveira Peixoto
14 – Alberto Santos-Dumont - Oscar Fernández Brital (ESGOTADO)
15 – Translado de Aeronaves Militares - J. E. Magalhães Motta
16 – Lockheed PV-1 “Ventura” - J. E. Magalhães Motta
17 – O Esquadrão Pelicano em Cumbica – 2º/10º GAv - Adéele Migon
18 – Base Aérea do Recife – Primórdios e Envolvimento na 2ª Guerra Mundial - Fernando Hippólyto da Costa
19 – Gaviões de Penacho - Lysias Rodrigues
20 – CESSNA AT-17 - J. E. Magalhães Motta
21 – A Pata-Choca - José de Carvalho
22 – Os Primórdios da Atividade Espacial na Aeronáutica - Ivan Janvrot Miranda
23 – Aviação Embarcada - José de Carvalho
24 – O P-16 Tracker e a Aviação Embarcada - Laércio Becker

SÉRIE

**ARTE MILITAR E PODER AEROESPACIAL**

1 – A Vitória pela Força Aérea - A. P. Seversky
2 – O Domínio do Ar - Giulio Douhet
3 – A Evolução do Poder Aéreo - Murillo Santos
4 – Aeroportos e Desenvolvimento - Adyr da Silva (ESGOTADO)
5 – O Caminho da Profissionalização das Forças Armadas - Murillo Santos
6 – A Psicologia e um novo Conceito de Guerra - Nelson de Abreu O' de Almeida
7 – Emprego Estratégico do Poder Aéreo - J. E. Magalhães Motta
8 – Da Estratégia – O Patamar do Triunfo - Ivan Zanoni Hausen

SÉRIE

**CULTURA GERAL E TEMAS DO INTERESSE DA AERONÁUTICA**

1 – A Linha, de Mermoz, Guillaumet, Saint-Exupéry e dos seus companheiros de Epopéia - Jean-Gérard Fleury
2 – Memórias de um Piloto de Linha - Coriolano Luiz Tenan
3 – Ases ou Loucos? - Geraldo Guimarães Guerra
4 – De Vôos e de Sonhos - Marina Frazão
5 – Anesia - Augusto Lima Neto
6 – Aviação de Outrora - Coriolano Luiz Tenan
7 – O Vermelhinho – O Pequeno Avião que Desbravou o Brasil -Ricardo Nicoll
8 – Eu vi, vivi ou me contaram - Carlos P. Aché Assumpção
9 – Síntese Cronológica da Aeronáutica Brasileira (1685-1941) - Fernando Hippólyto da Costa
10 – O Roteiro do Tocantins - Lysias A. Rodrigues
11 – Crônicas... no Topo - João Soares Nunes
12 – Piloto de Jato - L. S. Pinto e Geraldo Souza Pinto
13 – Voos da Alma - Ivan Reis Guimarães
14 – Voando com o Destino - Ronald Eduardo Jaeckel

Pedidos ao:
INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA
Praça Marechal Âncora, 15-A, Centro - Rio de Janeiro - RJ
Cep: 20021-200 - Tel: (21) 2101-4966 / 2101-6125
Internet: www.incaer.aer.mil.br e-mail: incaer@incaer.aer.mil.br

INCAER